

textos

5.º volume
(1977-1978)



francisco sá carneiro

TEXTOS

5.º VOLUME

(1977-1978)

FRANCISCO SÁ CARNEIRO

TEXTOS

5.º VOLUME

(1977-1978)



Todos os direitos de publicação em Portugal
reservados por: © Instituto Sá Carneiro

ALÊTHEIA EDITORES
Escritório na Rua do Século, n.º 13
1200-433 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 21 093 97 48/49, Fax: (+351) 21 096 48 26
E-mail: aletheia@aletheia.pt
www.aletheia.pt

Impressão e acabamento:
Várzea da Rainha Impressores, Óbidos
www.varzeadarainha.pt

ISBN: 978-989-622-451-6
Depósito Legal: 314494/11

Março de 2012

Francisco Sá Carneiro – “Textos”

Quinto Volume - 1977 -1978

1.	2
1.1. "O DIA" - 8/11/77	2
1.2. "JORNAL DE NOTÍCIAS" - 8/11/77	5
1.3. DECLARAÇÕES AO "TEMPO" - 10/11/77	9
1.4. 1.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL NO HOTEL ALTIS - 10 E 11/11/77	10
1.5. 2.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL ALTIS - 10 E 11/11/77	17
1.6. ARTIGO PUBLICADO EM "A CAPITAL" - 12/11/77	19
1.7. EXTRACTO DA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PUBLICADA NO "DIÁRIO POPULAR" - 12/11/77	23
1.8. 1.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DO PSD - HOTEL PENTA - 14 E 15/1/78	23
1.9. 2.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL PENTA - 14 E 15/1/78	26
1.10. 3.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL PENTA - 14 E 15/1/78	27
1.11. 4.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL PENTA - 14 E 15/1/78	28
1.12. 5.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL PENTA - 14 E 15/1/78	31
1.13. 6.ª INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL PENTA - 14 E 15/1/78	32
1.14. ARTIGO PUBLICADO NO "DIÁRIO POPULAR" - 18/1/78	33
1.15. ARTIGO SÍNTESE SOBRE O V CONGRESSO NACIONAL DO PSD - 30/1/78	33
1.16. 1.ª INTERVENÇÃO NO CONGRESSO DO PSD - PORTO - 28 E 29/1/78	39
1.17. 2.ª INTERVENÇÃO NO CONGRESSO DO PSD - PORTO - 28 E 29/1/78	50
1.18. ARTIGO PUBLICADO NO "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" - 30/1/78	53
1.19. ENTREVISTA A "O COMÉRCIO DO PORTO" - 16/2/78	57
1.20. ENTREVISTA AO "TEMPO" - 9/2/78	61
1.21. ENTREVISTA AO "JORNAL DE NOTÍCIAS" - 7/3/78	72
1.22. ARTIGO PUBLICADO NO "DIÁRIO POPULAR" - 3/4/78	78
1.23. ENTREVISTA À RDP - 3/4/78	81
1.24. DISCURSO NO CONVÍVIO DO VIMEIRO - 2/4/78	94
1.25. INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL - HOTEL SHERATON 15/4/78	99
1.26. ARTIGO PUBLICADO NO "1.º DE JANEIRO" - 18/4/78	111
1.27. INTERVENÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DE PORTALEGRE - 14/5/78	117
1.28. COMUNICADO DO CONSELHO NACIONAL - PORTALEGRE - 13 E 14/5/78	119
1.29. DISCURSO NA FESTA DO 4.º ANIVERSÁRIO DO PSD - 21/5/78	120
1.30. ARTIGO PUBLICADO NO "COMÉRCIO DO PORTO" - 3/6/78	126
1.31. 1.ª INTERVENÇÃO NO VI CONGRESSO DO PSD - LISBOA - 1/7/78	128
1.32. 2.ª INTERVENÇÃO DO VI CONGRESSO DO PSD - 1/7/78	128
1.33. CONCLUSÕES DO VI CONGRESSO DO PSD - LISBOA - 2/7/78	132
1.34. DISCURSO DE ENCERRAMENTO NO VI CONGRESSO DO PSD - LISBOA - 2/7/78	142

1. 1977-1978

1.1. "O Dia" - 8/11/77

SÁ CARNEIRO PEDIU A DEMISSÃO

O Partido Social-Democrata está a atravessar um momento bastante difícil e crítico, com profundas repercussões na situação política nacional, cada vez mais fluida e, por isso, suscitando muitas inquietações. Ao fim da tarde de ontem, com alguma surpresa, que imediatamente se transformou em preocupação, a cidade de Lisboa tomou conhecimento de que Sá Carneiro, líder do PSD, se encontrava demissionário do cargo que ocupa no partido cuja fundação se fica essencialmente a dever-lhe. Horas mais tarde, a notícia era conhecida noutros pontos do País, deixando todos emocionados e muitos, até, verdadeiramente alarmados.

O PRESIDENTE DOS SOCIAIS-DEMOCRATAS APRESENTOU O SEU PEDIDO DE DEMISSÃO

Efectivamente enquanto era entregue ao Governo socialista o projecto de agenda do PSD para as eventuais negociações com o PS e o Governo, Sá Carneiro dava conhecimento da sua demissão de presidente do PSD na reunião, efectuada de manhã, do comité permanente da Comissão Política Nacional, sendo a sua atitude secundada pelo vice-presidente Sousa Franco e constando que, entretanto, Eurico de Melo também teria abandonado o partido. As razões de tal decisão resultam das dificuldades que Sá Carneiro, que sempre contou com o apoio do Congresso e viu as suas teses vencerem no Conselho Nacional, estava sistematicamente a ser derrotado na Comissão Política Nacional

UM INTERLOCUTOR CONSIDERADO DIFÍCIL

A comunicação de Sá Carneiro, se surpreendeu alguns, estava porém a ser aguardada pela generalidade dos centros de decisão, nos quais o líder social-democrata era considerado um interlocutor difícil. Coerente com as posições assumidas ao longo dos últimos três anos, Sá Carneiro estava há muitos meses sob o alvo de ataques de alguns quadrantes, sendo constantemente criticado por socialistas e comunistas, incluindo o chamado núcleo de "esquerda independente". Essas críticas transferiram-se inclusivamente para o seio do próprio PSD, onde alguns sectores se opunham intransigentemente a Sá Carneiro, defendendo acordos globais com o PS e o Governo socialista e, nalguns casos até, conversações com todas as forças políticas, incluindo o PC.

A resolução de Sá Carneiro, que fontes dignas de crédito admitem ser irreversível, suscitou, apesar de tudo, certa emoção no próprio PSD. Por isso, foi imediatamente convocada uma reunião alargada do comité permanente da Comissão Política Nacional, que se reuniria ao fim da tarde, com a presença de outros dirigentes do Porto e de Coimbra, como Barbosa de Melo. Sá Carneiro e Sousa Franco naturalmente já não compareceram, assistindo por essa altura, a uma recepção oferecida por Rui de Almeida Mendes em honra da delegação da CEE que se encontra de visita ao nosso País. Dessa reunião saiu a convocação da Comissão

Política Nacional, para uma sessão a efectuar hoje de manhã, desenvolvendo-se entretanto diligências com vista a conseguir-se demover Sá Carneiro da sua decisão, com esclarecimento das diversas posições e tentativa de um entendimento.

ABERTO O CAMINHO PARA NEGOCIAÇÕES COM O PC?

A consumar-se, como acredita a generalidade dos círculos políticos, a demissão de Sá Carneiro de líder do PSD poderá abrir o caminho para aquele partido se sentar à mesma mesa com o PC em eventuais conversações quadripartidárias para se conseguir a chamada plataforma de "salvação nacional" que assegure a estabilidade ao Governo socialista até ao fim da legislatura. De assinalar que esta crise coincidiu com o inesperado regresso de Moscovo do líder dos comunistas em Portugal, Álvaro Cunhal, que após contacto telefónico com a sede do seu partido, no domingo à tarde, tomou imediatamente um avião da Aeroflot.

Sá Carneiro estava, na verdade, há muito a ser contestado pelos sectores de esquerda, civis e militares, que o têm considerado como o principal obstáculo para se conseguir um entendimento entre as forças políticas capaz de permitir ao Governo socialista governar sem as dificuldades encontradas nestes quinze meses, embora muitas, diligências feitas nesse sentido sejam classificadas por observadores como "jogadas" de bastidores. O certo é que Sá Carneiro estava a ser um interlocutor difícil para os principais centros de decisão, incluindo a Presidência e o Governo. De acordo com um informador próximo do líder social-democrata, o único dirigente socialista com quem o mesmo podia dialogar era o primeiro-ministro Mário Soares.

POSSÍVEL CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO?

A demissão de Sá Carneiro suscitou algumas especulações e também permitiu a revelação de alguns factos que teriam estado na origem do "contencioso" que levou o presidente do PSD a tomar tão dramática resolução, a qual vai ter por certo, a maior influência no futuro do próprio partido, pois é preciso ter em conta que as bases são partidárias de Sá Carneiro, não sendo por isso de surpreender que venha a ser convocado um congresso extraordinário para discussão de tão grave problema. Sá Carneiro, que antes do 25 de Abril assumiu atitudes de grande coragem e dignidade, atributos que também sempre caracterizaram a sua intervenção política nos últimos três anos, foi, com efeito, o grande dinamizador do PSD (ou PPD), conseguindo-o transformar no segundo maior partido português.

Segundo círculos políticos, o próprio Presidente da República mostrava a maior dificuldade em dialogar com Sá Carneiro, não tendo escondido de colaboradores mais próximos, aquando da última entrevista que concedeu ao líder social-democrata, o seu profundo desagrado e a sua inteira discordância das posições do presidente do PSD, considerando-as como um entrave aos seus projectos políticos visando o estabelecimento de um acordo entre os quatros principais partidos. Por outro lado, é apresentado como se havendo revestido da maior importância um jantar efectuado, entre militares e dirigentes do PSD, em casa de Vítor Alves.

Por outro lado, as críticas a Sá Carneiro, por parte das cúpulas do PS, subiram de tom no último fim-de-semana, sendo de destacar as declarações que Marcelo

Curto produziu em Faro. "Da parte do PSD - disse o ex-ministro do Trabalho - teve que haver uma reunião dum órgão político desse partido para que esse desanuviamento (o da possibilidade de conversações com o Governo) aparecesse à luz do dia (...). Mais uma vez esse desanuviamento da parte do PSD teve que ser obtido à custa da derrota do sr. Sá Carneiro, porque ele, mais uma vez, se obstinou não em negociar, não em procurar uma conciliação, mas em fazer a guerra, em provocar o conflito com o Governo e com o nosso partido. O que o sr. Sá Carneiro pretende é a guerra, é a guerra para ele próprio deter o poder".

Mas, além deste cerrado ataque a Sá Carneiro, na linha dos que lhe têm feito, entre outros, Salgado Zenha e Manuel Alegre, há ainda a assinalar esta advertência de Marcelo Curto, da qual podem transparecer os objectivos a atingir com a plataforma que o Governo e o PS, com o patrocínio do Presidente da República, pretendem ver firmada: "Não pode haver Governo neste País com as estruturas políticas que temos, com os órgãos políticos que temos, com a Assembleia da República que temos". O que podem significar estas palavras? O que traduz esta posição de um qualificado dirigente do PS, que falou em Faro com a representação de Mário Soares? Será que se vai impor aos partidos um pacto que se poderia inspirar nos que já foram firmados em tempos ou nos que outros países conheceram?

BARBOSA DE MELO PRESIDENTE INTERINO

O pedido de Sá Carneiro deve ser apresentado em carta dirigida a Nuno Rodrigues dos Santos, presidente do Congresso, órgão máximo do partido. Para a sua decisão, o líder social-democrata invocaria discordâncias quanto à linha seguida pelo partido nos últimos tempos, devido às votações da Comissão Política Nacional. Uma fonte bem colocada admitiu, mesmo, que uma das causas próximas foi a entrevista ontem concedida ao "Diário de Notícias" por Barbosa de Melo, na qual este vice-presidente e líder parlamentar manifesta de forma indirecta perspectivas da vida política nacional diferente da que Sousa Franco, também vice-presidente do partido igualmente demissionário, transmitira em entrevista dada à agência noticiosa estatizada. Sousa Franco foi o autor da estratégia política dos sociais-democratas, aprovada por maioria no Conselho Nacional de Bragança.

Prevê-se que hoje, no final da reunião da Comissão Política Nacional, seja divulgado um importante comunicado, tendo ontem à noite um porta-voz do partido precisado que devido ao "avolumar dos rumores acerca da demissão de Sá Carneiro não esteja posta de lado a eventualidade da publicação de um comunicado nas próximas horas". Nos termos dos estatutos, é o primeiro-vice-presidente, Barbosa de Melo, quem substitui o presidente. Por sua vez, em caso de vacatura num dos órgãos nacionais do partido, o Conselho Nacional tem capacidade para preencher esse cargo, não sendo absolutamente indispensável convocar o Congresso, cuja realização, todavia, será de encarar. O próximo Congresso Nacional ordinário está marcado para meados do próximo mês de Dezembro, mas admite-se que venha a ser antecipado.

Entretanto, ontem à noite, à saída da reunião do comité permanente da Comissão Política Nacional, e apesar de alguns dos elementos que a ela estiveram presentes terem tentado furta-se às perguntas dos jornalistas ensaiando "fugas" pelas

traseiras do edifício da Rua de Buenos Aires, conseguimos confirmar que fora na realidade tratado o caso da demissão do presidente, sendo notória a presença dos habituais componentes do comité permanente. Estava, igualmente presente António Fontes, dirigente máximo nacional da JSD, a organização da juventude do partido.

Cunha Leal diria, por exemplo, que a reunião serviu "apenas" para tratar da agenda e dos assuntos a apresentar como base das discussões com o Governo, versão, aliás, que todos os restantes dirigentes contactados (Rui Machete, Magalhães Mota e Pinto Balsemão) repetiriam, embora de modo não muito convincente. Qualquer deles, também, se escusaria a comentar as afirmações sobre as demissões, afirmando-se completamente alheios, se bem que apresentando algum nervosismo ao ouvirem tais perguntas da boca dos jornalistas.

1.2. "Jornal de Notícias" - 8/11/77

DECLARAÇÕES DE VOTO DE SÁ CARNEIRO AJUDAM A COMPREENDER SITUAÇÃO

Dois documentos porventura importantes para o conhecimento e compreensão dos recentes acontecimentos políticos são as declarações de voto de Sá Carneiro nas reuniões da Comissão Política do PSD em que foi vencido.

A primeira vez, recorde-se, foi antes de ser votada na Assembleia da República, em Julho passado, a chamada Lei da Reforma Agrária. Sá Carneiro defendeu, então, que o PSD se deveria abster - mas foi colocado em minoria. A sua declaração de voto, que o JN hoje pode revelar aos seus leitores, explica claramente a tese do demissionário presidente social-democrata:

"A proposta de lei das bases da reforma agrária deve passar na Assembleia da República, mas não deve ter o voto favorável do PSD.

A proposta deve passar a fim de ser substituído o actual regime legal, libertada a agricultura na zona de intervenção do domínio do PCP, abertas algumas possibilidades ao desenvolvimento agrícola. Com a passagem da lei ficará em xeque e mais isolado o PCP aumentando-se a distância entre ele e o PS.

Para que a proposta passe basta a nossa abstenção.

Não deve o PSD votá-la favoravelmente.

As alterações que foram obtidas e que consubstanciam várias melhorias do articulado são suficientes para justificar a nossa abstenção mas não o voto favorável.

Isso resulta da decisão do Conselho Nacional Extraordinário que apreciou o problema e deriva também do próprio conteúdo da proposta.

Esta não é a nossa Reforma Agrária. A sua filosofia afasta-se daquela que preside à nossa política agrária. Encontra-se ainda orientada esta proposta por espírito colectivista e que nós não podemos sancionar sem grave contradição programática.

Esta não é, tão-pouco ainda a Reforma Agrária de que o País necessita, nem aquela que nós prometemos ao eleitorado defender. A proposta vai além da Constituição porque se não limita à supressão do latifúndio e da grande exploração capitalista, como resulta designadamente da limitação da área independentemente da pontuação. Em vários pontos concretos, para além deste, como o dos indivisos e o da data da retroactividade da lei, a proposta contraria posições que o PSD defendeu perante o eleitorado.

Por uma questão de coerência e de responsabilidade política não podemos pois solidarizar-nos com uma Reforma Agrária que não é nossa, que contradiz o nosso programa e as nossas posições eleitorais.

Votar favoravelmente quando tal não é necessário para a passagem da lei só pode, no actual contexto, explicar-se pelo desejo de agradar ao Presidente da República e pelo intuito de aproximação ao PS com vista a estabelecer com ele uma relação preferencial. Foi isso, de resto, o que explicou a imediata comunicação a Belém e ao PS do que se passou na reunião da Comissão Política que antecedeu o Conselho Nacional, transmissão que fez gorar as negociações ainda em curso, desautorizando a posição que eu próprio, de harmonia com decisões anteriores da Comissão Política Nacional, transmitira ao Presidente da República, confirmando-lhe pelo telefone, horas antes da reunião divulgada, que só poderíamos votar a favor se fossem acolhidas as nossas posições quanto às questões dos indivisos e da ineficácia dos actos causadores da redução da área. Em face dessa grave quebra dos deveres partidários e dessa deslealdade ainda não identificada, deleguei imediatamente todos os meus poderes de presidente, quanto às negociações em curso, nos vice-presidentes Barbosa de Melo e Sousa Franco, e estou decidido a não tomar parte em novas reuniões da Comissão Política Nacional enquanto não for averiguado o comportamento referido e tomadas as respectivas responsabilidades.

Votar a Reforma Agrária para agradar ao Presidente da República é uma grave demissão da nossa parte, que afecta a nossa dimensão de partido independente e democrático.

Procurar através desse voto a aproximação com o PS é, para além destes dois aspectos, um grave erro político.

As negociações com o PS não resultaram, como seria necessário, num acordo estável quanto à política a seguir nos próximos tempos, apoiado também pelo CDS, que possibilitasse uma maioria democrática e, mais tarde, um novo tipo de Governo. Ficou claro que o PS não está interessado nem aceita o tipo de acordo que possibilite o cumprimento das conclusões do Conselho Nacional de Viana do ^Castelo.

Ô comunicado conjunto agora conhecido significa apenas que o PS iniciou o diálogo connosco: tolera-nos porque precisa de nós e enquanto de nós necessitar. É essa, de resto, a experiência que temos.

Ainda que chegássemos a um acordo de fundo com o PS - o qual não foi conseguido nem se antevê - ele não resolveria os problemas nacionais nem favorecia o nosso Partido. A necessária política de salvação nacional só pode conseguir-se

com o empenhamento do Presidente da República e dos três partidos democráticos. Ficarmos sozinhos com o PS é subordinarmo-nos a ele e dar ao CDS as vantagens da oposição, enquanto que, com os três partidos, a nossa posição será a de charneira e eixo da política.

Votando favoravelmente, prejudicamos a possibilidade de concretizar a estratégia expressa no Conselho de Viana, já que sabemos que o CDS votará contra, daí advindo uma inconveniente aproximação PSD-PS.

Por último o voto favorável nem sequer é necessário para que seja aprovado o nosso projecto de arrendamento rural: como o CDS vota a favor dele, basta que o PS se abstenha como nós nos absteríamos na Reforma Agrária.

Em suma, a deliberação da Comissão Política Nacional de votar a favor desta substancia um grave erro programático e político."

Quatro meses volvidos, em momento decisivo da vida política, Sá Carneiro voltou a ser colocado em minoria no seio do partido de que foi fundador - agora no candente problema da resposta imediata ao comunicado-proposta do Governo. E também agora a declaração de voto de Sá Carneiro é, só por si, clarificadora, não só do seu pedido de demissão, mas de toda a movimentação política.

"O comunicado do primeiro-ministro, de 31-10-77, é uma resposta às propostas do PSD de Bragança. Emitido no último dia do prazo, ele aborda, as questões levantadas nas conclusões do

Conselho Nacional e, embora sem o mencionar, dá-lhes resposta pública.

Esta resposta é simultaneamente do Governo e do PS. Daquele enquanto aceita patrocinar, embora sob certas condições, um pacto social ou entendimento entre várias forças, enquanto alude aos contactos referentes às negociações com o FMI, enquanto fala, de um modo geral, em nome do Executivo. Mas é também uma resposta do PS enquanto, para além de falar em nome do Partido, rejeita qualquer hipótese de coligação ou de nova fórmula de Governo, afirma que se "o Partido for derrubado" passará a oposição, etc.

Para o PSD, a resposta é negativa. Basta cotejar as propostas de Bragança com esta resposta para se ver que assim é, designadamente quanto à nova fórmula de Governo e a outro programa: ver conclusões de Bragança n.ºs 4, 5 e 6.

Sendo assim, a posição do PSD só pode ser a prevista na conclusão 6 do Conselho Nacional de Bragança, ou seja, a apresentação de uma moção de censura, sem prejuízo da reafirmação da abertura ao diálogo e à negociação com os partidos democráticos e as forças sociais no sentido de se chegar a uma plataforma de salvação nacional com novo Governo.

Não é isto que se quer no comunicado do primeiro-ministro, mas, pelo contrário, uma plataforma ou acordo geral de apoio a este Governo e à sua política (imediatamente à imposta pelo FMI).

Daí que tenha de haver da nossa parte uma rejeição frontal, sob pena de negarmos Bragança e os comunicados de 26-8-77 e 7-9-77.

O comunicado do primeiro-ministro não é mais do que a repetição das teses expendidas em 25-8-77, em Nafarros, e nas várias posições tomadas por responsáveis do PS, designadamente pelo seu secretário-geral no "Portugal Socialista". O comunicado comporta ainda várias críticas desprimorosas e desagradáveis para com o PSD, que, como tal, não podem deixar de ser sentidas pelas bases e pelos responsáveis do Partido.

Comunicado e discurso do presidente da República são duas aflorações de uma mesma linha e realidade políticas: partindo de uma negociação global que inclui o PCP, quer de facto chegar-se a um acordo político-parlamentar PS-PSD que permita aguentar a presente fórmula governativa e aguentar o Governo até às próximas eleições, obtendo também uma base maioritária de apoio para a política do FMI.

É o sistema de co-responsabilização sem co-decisão que rejeitamos em Bragança.

A nossa resposta ao comunicado tem de ser necessariamente mais dura do que aquela que demos ao discurso do presidente da República.

Tem de ser progressivamente esclarecida a posição do PSD em relação ao Presidente da República. Parece cada vez mais claro que o PR se movimenta na cena da pequena política, não sabendo, não podendo ou não querendo elevar-se ao nível do Estado.

Essa actuação tem como consequência o PR aparecer como "Costa Gomes" do PS ou de uma clique presidencialista. Mas saberá o PR o que quer e o que vai fazer? E duvidoso que saiba, sequer, o que são as outras soluções constitucionais de que fala no final do discurso. Nem ele nem o PS são capazes de fazer história, nem sequer de agir a nível de Estado. Essa é a nossa missão fundamental. É necessário ir desde já pensando, falando, na revisão da Constituição e eleição de novo PR.

Adiar a apresentação da moção de censura e, de um ou outro modo, aceitar a proposta do comunicado ou ir sequer para meras negociações exploratórias ou de esclarecimento com o PS - o que politicamente é o mesmo, como resulta até das declarações prestadas pelo primeiro-ministro ontem, à chegada de Paris - equivale a recuar e a perder a face, a prolongar a agonia da actual situação, a ficarmos co-responsabilizados com a política do PS-FMI e, a prazo, com o fracasso do regime democrático. Isso, comigo, nunca.

ENTREGUE A "AGENDA" DE NEGOCIAÇÕES AO GOVERNO

O Partido Social Democrata entregou já, ao ministro Jorge Campinos, o seu projecto de "agenda" com vista às negociações para o estabelecimento de uma plataforma governo-oposição. Por outro lado, sabe-se que, ainda esta semana, será apresentado à Oposição pelo Governo um documento escrito, contendo não só matérias de carácter político como económico, de forma a facilitar as conversações.

1.3. Declarações ao "Tempo" - 10/11/77

"Já não sou militante do PSD. Logo se verá se é, ou não, importante a minha demissão. O tempo o dirá" - assim afirmou ao nosso jornal o dr. Sá Carneiro, na madrugada da passada terça-feira, pouco depois de termos tido conhecimento da demissão dos seus cargos no Partido Social-Democrata.

Na segunda-feira, ao fim da tarde, tínhamos sido informados do facto e, cerca das 23 horas, dirigimo-nos a casa do ex-presidente do PSD, junto ao Largo do Rato, onde deveria chegar, acompanhado de Snu Abecassis, depois de um jantar particular.

No entanto, o dr. Sá Carneiro só chegaria à uma e meia da madrugada, depois de uma equipa da RDP ter tentado, em vão, encontrar-se com ele na sua residência.

Conduzindo o seu automóvel de cor negra, dirigiu-se para as traseiras do prédio de sete andares, onde o estacionou. Ao encaminhar-se para a porta foi abordado pelo redactor do "Tempo". A sua expressão preocupada alterou-se quando pretendemos saber as causas da sua demissão e as consequências que, na sua opinião, poderiam afectar o xadrez político.

Sorridente e hesitante, disse-nos logo de imediato que não tinha "declarações a fazer", enquanto se dirigia para a entrada do prédio.

Parou, depois, à nossa frente e, sem mudar o sorriso, que lhe é característico mas que desta vez tinha um certo tom de nervosismo, disse-nos:

- Quando falar é, em primeiro lugar, para os militantes do PSD, pois o assunto é com o partido.

- Mas, será importante o facto do dr. Sá Carneiro se demitir do mais alto cargo do PSD? - voltámos a insistir. A resposta do ex-líder social-democrata foi evasiva. Depois de nos ter anunciado que já não era "militante do PSD", deu a entender que a curto prazo ficaríamos a saber se essa demissão será, ou não, importante, rematando com um enigmático "o tempo o dirá", apontando na nossa direcção, sorrindo ainda mais e pretendendo dar à frase dois significados: que muita coisa está ainda para vir e que a nós, Imprensa, "Tempo", caberá a última palavra.

Perguntámos ontem ao dr. Sá Carneiro:

- E verdade que admite a hipótese de se manter como membro do Partido Social-Democrata?

- Se o Conselho Nacional considerar essa possibilidade permanecerei como membro do Partido Social-Democrata.

- E quanto ao caso do cargo de presidente do PSD?

- Não é discutível a minha decisão de deixar a presidência do PSD. Trata-se de uma decisão inabalável.

- Desejaria evitar um clima emocional em volta da decisão que tomou?

- Desejo efectivamente evitar um clima emocional. Estou a pensar nos superiores interesses da Nação.
 - Vai fazer uma exposição verbal durante a reunião do Conselho Nacional?
 - Vou fazer uma exposição verbal. Não haverá declaração minha escrita. Admite-se que haja contactos com a Imprensa e saber-se-á o teor da minha declaração.
 - Vai presidir ao Conselho?
 - Não, porque já não sou presidente do PSD. Assistirei como convidado de uma delegação que me procurou para esse efeito.
 - Poderá um dia ser de novo presidente do Partido?
 - Seria preciso que eu aceitasse uma candidatura nesse sentido formulada perante um Congresso Nacional.
 - Um Congresso Ordinário está fixado para o fim do ano que vem. Mas o Conselho Nacional pode convocar um Congresso Extraordinário.
 - Na minha opinião pessoal o Congresso não deverá reunir-se antes de três meses.
 - É verdade que estive num jantar com o sr. Presidente da República em casa do conselheiro da Revolução major Vítor Alves?
 - Não é verdade. O sr. Presidente da República nunca me convidou para jantar ou almoçar em privado com ele. Jantei com o sr. Presidente da República uma vez na minha vida, a meu convite e durante a sua campanha eleitoral. Estiveram presentes o hoje general Rocha Vieira e o major Pimentel. No final compareceu o então major Aventino Teixeira.
- Esse jantar decorreu no dia da independência de Angola. Nunca fui convidado pelo sr. Presidente da República para reuniões de natureza pessoal.
- É verdade que se demitiu devido à entrevista do prof. Barbosa de Melo concedida ao "Diário de Notícias"?
 - Não é verdade. Quando apresentei o meu pedido de demissão na segunda-feira não tinha ainda lido a entrevista do prof. Barbosa de Melo. Na terça-feira passada almocei com o prof. Barbosa de Melo com quem mantenho as melhores relações.
 - É verdade que estive na terça-feira a noite num jantar em casa do embaixador de França?
 - É verdade. Estou a cumprir todos os meus compromissos pessoais e apenas cancelei os que diziam respeito ao Partido Social-Democrata.

1.4. 1.^a Intervenção no Conselho Nacional no Hotel Altis - 10 e 11/11/77

Esta minha intervenção visa dar a explicação devida de uma atitude, e contribuir para a análise da situação. Não será tão clara e tão exaustiva como eu gostava, até porque, a fazer-se quanto a mim tudo, o que se tem passado não permite, não permitiu sequer, tomar notas daquilo que entende o PSD, e a mim não me permite estar com a força física já que serenidade e calma a tenho plenamente para fazer uma longa e exaustiva exposição. Aliás, estou convencido que terei oportunidade se necessário, e fôr entendido conveniente durante este Conselho de voltar a falar e dar os esclarecimentos complementares porque o facto de estar aqui nesta Mesa e não naquela da Comissão Política não significa mais nada senão que eu participo neste Conselho como convidado e não como Presidente do Partido e não estou política ou socialmente incompatibilizado com ninguém do Partido, com nenhum dos seus órgãos, com nenhum membro da Comissão Política.

Muito gostaria que ficasse claro no princípio desta exposição.

Uma outra precisão inicial, é de que, na 2.ª feira quando fui ao Comité Permanente, pedir a demissão de Presidente do Partido, comuniquei que deixava o Partido, caducando automaticamente portanto o meu mandato de Presidente, e a convite de Barbosa de Melo entreguei o meu cartão logo nessa reunião. Porque é que o fiz?

Há que analisar as causas próximas e as causas remotas desta minha atitude e do que se estava a passar à volta do Partido, mais do que dentro do Partido.

A Comissão Política Nacional reuniu na 5.ª feira de manhã, na semana passada, para apreciar o comunicado emitido pelo Primeiro-Ministro na 2.ª feira anterior, dia 31 de Outubro. Conhecido esse comunidade, na 2.ª feira, houve uma reunião do Comité Permanente, breve, da qual saiu um comunicado dizendo que a resposta ao Primeiro-Ministro teria de se dar na 5.ª feira. Logo nessa altura, a minha primeira análise do comunicado fora de que se tratava de uma resposta negativa, enquanto que os outros membros presentes do Comité Permanente, se inclinavam para o aceitar como uma resposta positiva.

Essas foram as posições que se mantiveram depois da nossa discussão do comunicado na reunião da Comissão Permanente de 4.ª feira, e quando tivemos a reunião na 5.ª feira havia já portanto essa divergência de interpretação. E na busca de soluções dentro do nosso Partido eu era partidário de uma atitude mais dura do que os outros membros do C. Permanente, mas foi na Comissão Política que se fez a discussão e que se tomou uma decisão por votação. Nessa votação fui o único que entendeu que a resposta devia ser negativa e que se devia dar uma explicação nesse sentido, salientando que estávamos abertos a negociações e que devíamos preparar desde já uma moção de censura a apresentar ao Governo.

Não vale a pena alongarmo-nos nos argumentos e contra-argumentos, mas a situação foi basicamente esta: feita a votação, aceitei-a normalmente. Visto que ninguém pode ter a pretensão de impor a um órgão colegial e democrático a sua opinião, ou não aceitar ser vencido - muitas vezes o fui, em votações da Comissão Política, o que considero perfeitamente normal -; o que já não considero normal é que no sábado um jornal do Porto publica o resultado da votação, salientando que pela 2.ª vez o Presidente do Partido foi vencido e dando os números da votação

com todos os pormenores. Em face disso, e durante esse fim de semana, pensei longamente na situação e tomei a decisão que vos comuniquei na 2.ª feira. Para vermos as causas mais remotas teremos de voltar uns meses atrás, à altura em que foi feita a proposta de negociações ao PS e ao CDS em Maio deste ano, seguindo-se então vários encontros com o CDS, face à recusa do PS em negociar connosco.

Começou então uma campanha na Imprensa visando criar a imagem de que em 1.º lugar, essa iniciativa me era atribuída em exclusivo e não correspondia aos desejos do Partido e à sua estratégia; que tinha sido um golpe meu para fazer um acordo preferencial com o CDS. Mas ficou bem claro no Conselho Nacional de Viana do Castelo qual a posição do Partido, pela aprovação da moção de estratégia, e não por minha imposição.

Simplesmente a campanha continuou e durante o período de prolongamento de actividade da Assembleia da República, houve vários contactos com a Presidência da República acerca das razões de Estado de o nosso voto ser favorável à lei da reforma agrária, etc. Depois uma grande quantidade de informações deram origem ao Conselho Nacional convocado de emergência, que reuniu na Buenos Aires...

Entendi, pois que não devia votar no sentido que à minha consciência repugnava, e como qualquer deputado, coloquei o problema à Direcção do Grupo Parlamentar e pedi escusa de voto. Assim feito obtive a anuência do Presidente do Grupo Parlamentar para não comparecer à sessão. Recusei-me então a justificar essa atitude, encobrendo-me com qualquer possível doença, com qualquer indisposição.

Tratava-se de razões políticas, era uma divergência, era o meu direito de deputado e foi-me reconhecido. Considerei extremamente grave a fuga de informação que permitiu o anúncio da votação quanto à posição a tomar em relação ao comunidade do Primeiro-Ministro.

Isto porque considerava extremamente clara a estratégia que, vinda de fora do Partido, visava aniquilar o seu Presidente. Mas não me afastei, não demonstrando claramente para a opinião pública, perante os Portugueses e perante os meios de comunicação, que o Presidente do Partido já não pesava nada, que ficava sistematicamente vencido.

Assim se explica, para mim, a circunstância de só as votações desfavoráveis ao Presidente serem ventiladas para o exterior, quando ninguém se preocupou em divulgar as numerosíssimas votações por unanimidade, de acordo com as minhas posições.

Entendo que esta situação vem de fora do Partido, porque à medida que se agravam as dificuldades do Governo minoritário do PS, à medida que se agrava a situação económica, financeira e social, surgem duas possibilidades para quem quer manter este estilo de Governo, para quem quer manter este estilo de actuação: uma, a de forçar os partidos a um acordo que se resumiria afinal a um apoio à fórmula minoritária de governo, o que permitiria a sua sobrevivência até umas próximas eleições. A outra, vai apontar para um governo presidencialista apoiado pelos partidos, ou um novo partido, um partido presidencial. Esta segunda linha

levaria, por aquilo que sei, por aquilo que parece transparecer dos vários indícios, a uma militarização real do país, mantendo-se apenas a aparência de democracia e de jogo de partidos.

A primeira alternativa, a de levar os partidos a um acordo para que o governo minoritário se pudesse manter, levaria à subordinação do nosso partido, o 1.º partido da oposição. As pessoas que nos meios políticos me conhecem sabem que essas posições esbarrariam com a oposição frontal do Presidente do Partido e em conjunto com a oposição dos seus órgãos representativos de direcção política.

Para evitar essa situação seria preciso demonstrar que, ficando o Presidente sistematicamente vencido, estando isolado na própria direcção do partido, a sua saída seria uma questão de tempo e que o PSD ficaria numa posição de ter de aceitar aquilo que o sr. Presidente da República ou o Partido Socialista entendesse que seria o bem do País (e que permitiria, afinal, apenas o bem deste Governo).

Era minha intenção e foi a estratégia que segui desde o Congresso de Leiria, trabalhar para que a minha figura dentro do partido se fosse diluindo e apagando, para que este partido pudesse aparecer como aquilo que na realidade é - não o partido de uma pessoa, que nunca foi - mas o partido de um grande conjunto de militantes, que conta com pessoas da maior categoria política e técnica, e que constituem uma grande equipa.

Por razões várias tinha mesmo tomado a decisão, e tinha-a comunicado já a algumas pessoas que mais directamente comigo constituem a direcção política, a minha decisão de não aceitar um novo mandato no termo deste em curso. Porque me parecia e parece que o Partido estava preparado para isso, que o Partido podia contar com pessoas que melhor do que eu o podiam dirigir e que não tinham a imagem desgastada que me foi sendo criada; uma imagem autoritária e intransigente de um político ambicioso e que quer a todo o custo o poder, e que para isso se serve do partido.

Essa é a imagem criada e que não corresponde à realidade, como sabemos, e que em meu entender constituía um aspecto negativo para o comportamento do partido e para a sua acção. Não seria assim se vivéssemos em democracia estabilizada, mas neste contexto, em que tudo é difícil, em que é necessário negociar com os outros partidos democráticos, em que é necessário ter em conta a Presidência da República e a sua influência crescente, eu entendi e entendo que a minha presença a prazo seria mais nociva do que vantajosa para o Partido. E queria entretanto dizer-vos que no decurso deste mandato fui habituando as pessoas ao meu afastamento progressivo, mas, simplesmente, como as coisas no nosso País se agudizaram, através dessas notícias criou-se a imagem de um Presidente que se sente vencido, pelas derrotas em votações internas importantes, e que é considerado intratável pelo Presidente da República (termo que foi referido por pessoas próximas do sr. Presidente); entendi que não podia continuar com dignidade e com proveito para o Partido a sujeitar-me a estas campanhas e a estas manobras.

Nunca me senti diminuído por ficar vencido nas votações da Comissão Política, mas senti-me profundamente diminuído e atingido por isso ter sido tornado

público da maneira como foi, e sendo assim entendi que a melhor forma seria não esperar pelo fim do mandato para que se consumasse aquilo a que eu chamo a "técnica do atarracha" que ia apertando, apertando, e desprestigiando; mas afastar-me imediatamente do cargo de Presidente do partido e preferi tomar a atitude de entregar o meu cartão de militante, o que faria caducar o meu mandato, porque sabia que se eu apresentasse a demissão do partido isso seria considerado como sinal de um conflito aberto com a Comissão Política. Tal equivalia, numa 1.ª linha à realização de um Conselho Nacional e logo a seguir a um Congresso, e eu tinha dito já em Agosto numa reunião da Comissão Política, e creio que depois na reunião do Grupo Parlamentar, que comigo Presidente do Partido não haveria um 2.º Aveiro.

Porque nem eu podia tolerar, nem me parece que o Partido o pudesse aguentar. E aquilo que sinto é que se pedisse a demissão de Presidente, isso poderia levar a um 2.º caso de Aveiro, que eu de modo nenhum queria ver suceder, e que iria ser uma machadada forte no nosso Partido. Quando entreguei o meu cartão disse ao comité permanente da Comissão Política que assim se evitava esse mal, e que ao comité permanente caberia comunicar esse facto à Comissão Política (que ele representava fora das sessões) e aos militantes, que eu por mim não faria qualquer declaração, não daria qualquer entrevista e aguardaria que o comité permanente esclarecesse a situação da forma que entendesse mais conveniente.

Simplesmente, logo imediatamente tudo isso se soube, e nesse mesmo dia estavam já os jornalistas a telefonar para o Partido, a ANOP a emitir telegramas, tudo aquilo que sabem que se passou na própria 2.ª feira, antes mesmo da Comissão Política ter reunido, antes mesmo de ser comunicado a todos os membros da Comissão Política a minha decisão e a minha atitude.

Espero ter sido claro quanto aos fundamentos que me motivaram. Não me sentia com força para aguentar esta luta de desgaste constante, para aguentar estes ataques, e entendia que sendo muito claro que o Presidente da República me considerava como "intratável", ou ficava em Presidente simbólico do Partido, dando assim razão àqueles que difundiam e publicavam que eu aceitaria tudo para poder concretizar as minhas ambições de poder, ou a única solução seria o afastamento.

Devo dizer que essa expressão que veio transmitida como sendo do Sr. Presidente da República, se deveu a uma conversa de 3 horas que com ele tive depois do meu regresso de férias. Essa conversa em termos pessoais decorreu normalíssimamente, em termos cordiais, e não me pesa na consciência ter sequer demonstrado sido intransigente ou coisa semelhante. O que eu disse ao Sr. Presidente da República, em suma, era que estava absolutamente céptico quanto à estratégia que o Sr. Presidente me anunciou, e quanto aos seus resultados.

Essa estratégia passava pela constituição de um grupo de trabalho de especialistas económicos que elaborariam um documento a entregar aos partidos e que se destinava a contribuir para a possibilidade de um acordo económico entre esses partidos.

Daí a iniciativa da criação desse grupo, que era simultaneamente um grupo de informação para o Presidente da República e um grupo de trabalho que produziria

aquilo a que se poderia chamar uma plataforma económica a negociar pelo Governo e não pelo Presidente da República com os 4 partidos.

Haveria 2 fases, na 1.^a das quais o Presidente entregaria aos Partidos o Projecto de documento, aceitaria as suas críticas e sugestões de alteração; e depois o Governo negociaria com os 4 partidos essa plataforma de acordo económico.

O facto é que eu exprimi cepticismo quanto ao resultado desse grupo de trabalho, quer pela sua composição, quer porque, como já tinha tornado público, o nosso partido entendia que um acordo económico não resolvia a situação do país e que era preciso (como constava já então das conclusões do Conselho de Viana do Castelo) um acordo geral entre partidos democráticos que permitisse um Governo maioritário. Um mero acordo económico, eu não via possibilidade de o Partido aceitar.

Disse ainda que se essa fosse a proposta, eu não a recomendaria ao Partido, e recomendaria mesmo a sua rejeição. Acho isto perfeitamente normal, legítimo e imposto pelas próprias posições anteriormente assumidas pelo Partido.

O anúncio da constituição do grupo de trabalho para assuntos económicos foi feito quando eu me encontrava de férias, e as críticas que foram expressas pelo Partido a essa iniciativa do Presidente da República, não partiram de mim, até porque eu nem sequer cá estava. O Partido já tinha tomado posição desfavorável, designadamente nas intervenções de Magalhães Mota numa sessão de esclarecimento. Eu limitei-me a argumentar durante 3 horas com o Sr. Presidente da República e a transmitir uma posição, que embora firme, estava aberta a um acordo político global. Discutimos nessa conversa as soluções possíveis, e eu continuei a defender um governo maioritário, um novo Governo. Tal tinha sido já transmitido pela Comissão Política em comunicados de 26 de Agosto e de 7 de Setembro, estratégia apresentada ao Conselho Nacional de Bragança. Estávamos todos de acordo com a Comissão Política, esta era a linha traçada e tínhamo-la tornado pública. O Sr. Presidente da República, sabia-o e eu, em fins de Setembro, ou no princípio de Outubro, limitei-me a confirmá-lo.

Foi com surpresa em relação à conversa havida, mas sem qualquer surpresa em relação ao que se estava a passar no nosso país, que vi então veiculado e difundido esse qualificativo de "intratável" e a versão de que o Sr. Presidente da República estaria muito agastado com a maneira como eu me tinha comportado na nossa conversa. A impressão que tenho é que depois disso, e especialmente no Conselho de Bragança, ficou bem claro que nós não aceitaríamos qualquer fórmula que apoiasse o Governo minoritário e que não estávamos dispostos a aceitar um acordo com o FMI.

Este é para mim o cerne do problema. O Governo tem de fazer um acordo qualquer com os partidos, especialmente com o nosso partido, para que o FMI dê luz verde à concretização do chamado grande empréstimo de 750 milhões de dólares.

E a situação do país, a carência de divisas é de tal ordem, que se isso não é feito rapidamente, o governo fica completamente em cheque, e corre o risco de se demitir.

E daí, quanto a mim, essa reacção e todas as diligências que foram feitas para tentar amolecer o partido desacreditando o seu presidente. E foi por ter a consciência disso que eu sustentei na Comissão Política que não devíamos dar resposta afirmativa ao comunitário do sr. Primeiro-Ministro.

E foi por isso que disse também que me parecia que a decisão da Comissão Política estava tomada, e que eu a acatava, e contra a qual, como é evidente, não protestaria em público, embora achasse que representava um recuo em relação a Bragança e que como tal iria ser emitida pelos militantes do partido, pois iria facilitar as coisas para que se chegasse ao tal acordo económico.

A Comissão Política continuava e continua a ser da minha confiança. As divergências de fundo, e esta foi uma divergência de fundo, não significam que eu atribuisse à Comissão Política ou a qualquer dos seus membros intenção de se desviarem da estratégia aprovada em Bragança, intenções de facilitar a vida ao PS ou sequer intenções de facilitar a vida ao Sr. Presidente da República. Repito, as divergências não alteram nem fazem nascer qualquer suspeição.

Simplesmente, o facto de elas terem sido divulgadas nas circunstâncias em que foram, todas as manobras que vinham sendo feitas, todos os recados que chegavam de Belém, levaram-me à conclusão de que não podia efectivamente continuar como Presidente do Partido, para bem do próprio Partido.

Os que me conhecem alguma coisa, sabem que se tenho algum defeito grave como político e tenho vários, um deles é a falta de ambição. Não me interessa, profissionalmente, nada ser ministro, ou 1.º ministro, nem ter qualquer outro cargo. Eu próprio considero que isto é mau para um político e para um presidente de partido, porque pode muitas vezes não dar o estímulo necessário - mas é assim mesmo comigo, o que não quer dizer que não goste da política, e não reconheça que sou o que se chama "um animal político".

Mas não sou, e isso tenho perfeita consciência, é um animal do poder.

Creio já ter dado muito ao partido antes como depois do 25 de Abril. Confesso que foi para mim uma surpresa, aquilo que se passou no Partido, como no país, depois de ser conhecida a minha decisão. Nunca pensei que mesmo com o impacto que ela teve na Imprensa, a minha decisão provocasse o levantamento entre militantes e simpatizantes que provocou. Mas, novo facto lamentável, ela foi utilizada para se dizer que a Comissão Política estava descaracterizada, facto já desmentido e esclarecido. Foi uma infâmia, nessa própria noite e nomeadamente na televisão, dizer-se que a causa da minha atitude teria sido a entrevista de Barbosa de Melo;

É uma falsidade, porque eu sabia que o Barbosa de Melo tinha dado a entrevista, ele tinha falado comigo depois de a ter dado, tinha-me transmitido os pontos essenciais, e até pela circunstância de eu só ter lido a entrevista depois de comunicar a minha saída do Partido ao comité permanente.

Mas a manobra é clara; estando eu já queimado deste modo, estando a minha posição apresentada como mais uma prova de birra, de intransigência e de mau humor.

Interessava liquidar também a 2.ª figura do Partido, e pôr-me em conflito com o Barbosa de Melo, criando-se uma situação que dificultaria a sua aceitação pelas bases do Partido. Criado o conflito, estariam os 2 afastados do Partido, seriam 2 cabeças a menos na sua direcção.

É nessa situação que nos encontramos. Não vou alongar-me mais nesta intervenção, pois tenho consciência de ter sido algo desordenado, mas é uma situação que temos de assumir, e como disse o Barbosa de Melo, como adultos, inteligente e lucidamente, sem quaisquer dramatismos mas com a consciência da responsabilidade que nos incumbe.

Eu reafirmo a minha decisão inabalável de não continuar Presidente do Partido.

Tendo em conta tudo o que disse, seria um erro, para mim, irreparável, se neste Conselho Nacional fosse de qualquer modo reconduzido ou demovido da minha atitude. Creio que perderia o Partido e o próprio Conselho Nacional em dignidade, porque seriam vistos como instrumentos de manobra de um homem que se permitiu fazer uma cena para efectuar uma depuração no Partido, para se ver livre de uma Comissão Política com a qual não concordava, para reforçar, no fundo, o seu poder. Até por isso seria profundamente errado que eu de alguma forma aceitasse continuar.

Gostaria sim de continuar militante do Partido, e não vale a pena dizer porquê.

E se o Conselho Nacional aceitar esta posição de eu continuar militante do partido, mas não seu Presidente, dar-me-á uma grande satisfação. Poderia continuar a ser um militante activo do Partido, poderia continuar a ser o seu militante n.º 1 em ordem de inscrição, mas que não em importância relativa.

E nestas circunstâncias sabem todos os dirigentes dos partido, sabem todos aqueles que assumiram o encargo e a responsabilidade de direcção do partido, que podem contar com a minha colaboração, pois em tudo aquilo em que eu possa ajudar podem contar com o meu apoio e entusiasmo de militante.

É tudo.

1.5. 2.ª Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Altis - 10 e 11/11/77

EXTRACTO REFERENTE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Concretamente, com o Presidente da República, qual é a situação?

O que é que pode passar-se? Qual é que deve ser a nossa atitude?

Foi um ponto aqui trazido que eu não quero deixar de versar até pelas referências pessoais que eu próprio também aqui levantei.

O Presidente da República tem de aceitar ser criticado porque é um homem público e a sua actuação está sujeita a críticas, como já ficou aqui claro.

Desde que as críticas sejam concretas e justas, em nada tem que se ofender.

Muito mais critiquei eu, em termos mais violentos e publicamente o Gen. Costa Gomes, que então era tido como PR legítimo, o que não impediu que a seguir a essas críticas contundentes ele me continuasse a tratar como Secretário-Geral do Partido, que então era, e eu a tratar com ele como Presidente da República que ele então era.

Não creio que o Gen. Eanes que, felizmente, para mim está bastante acima do Gen. Costa Gomes, embora o seu procedimento que eu critiquei, às vezes possa revelar um apego semelhante a um partido, não creio que o General se deva ofender.

Não creio que ele tenha reacções humanamente mais desfavoráveis. Mas tenha-as ou não, a minha opinião é que o Partido se não deve furtar a críticas, pois o Partido não tem que manter ou retirar confianças, a um Presidente da República, nem tem que estar em oposição sistemática ao Presidente da República.

Este não depende da confiança dos partidos, e portanto não tem que estar sujeito a eventuais desconfianças. Podemos nós acaso apresentar uma moção de censura ao Presidente da República, no sentido de o fazer sair do seu cargo? É evidente que não. Ele estará no seu cargo, como aqui foi salientado, até ao termo do mandato ou até à renúncia (e ninguém pensa em forçar uma renúncia do actual Presidente da República).

É certo que nos Conselhos anteriores nós falámos insistentemente e elogiámos a acção do P.R. Significa isso a manutenção de uma confiança que seja preciso retirar? Para mim, não.

Significa que naquele momento concreto e perante a actuação concreta do PR, nós concordávamos com ele e o dizíamos publicamente. Se agora outra é a situação, pois na medida em que o entendermos necessário poderemos manifestar o nosso desacordo, sem que isso seja considerado como substituir uma confiança por uma desconfiança.

Parece-me indispensável, continuo a entendê-lo, que se mantenham as pontes entre o nosso Partido e do P.R. Tão intensas, abertas e cordiais quanto isso seja necessário e possível.

E creio que, mais do que uma atitude pessoal, o PR vive neste momento o resultado de influências, de intrigas que não deixam de deixar rasto. Não é portanto, sequer, uma situação irreversível entre ele e o Partido e os seus dirigentes, e a nossa obrigação é, sem quebrar da firmeza, contribuir para melhorar as relações entre o PR e o 2.º maior Partido português e os seus dirigentes.

Isto para mim é perfeitamente claro.

Há, é certo, as críticas que vieram divulgadas através da publicação das minhas declarações de voto. Não foi sequer a 1.ª vez que eu disse na Comissão Política coisas desse género em relação ao PR. É evidente que se as tivesse dito em público as não teria dito assim, mas num órgão político está-se a falar sem preocupação da interpretação que o público fará daquilo que se disse. Daí a ne-

cessária confidencialidade, daí o problema das fugas a que terei ocasião de aludir rapidamente.

Falei, critiquei-o por se mover no plano da guerrilha política e não das razões de Estado. Falei em que ele aparecia já como o Costa Gomes do PS. Isso é, como salvo erro salientou muito bem o Aires Querubim, embora sem falar do Gen. Costa Gomes, a principal razão da quebra de prestígio do Gen. Eanes, quebra que é uma realidade e não sei se recuperável.

Outra realidade é a reacção das nossas bases, dos nossos eleitores, que se empenharam muitos deles e se sacrificaram para eleger este Presidente, perante a sua actuação. E foi por conhecer essa reacção, e foi por conhecer o fundamento dela, que eu disse à Comissão Política, e entendo que isso é exacto, que devemos começar a pensar num novo candidato para as eleições que terão lugar no termo do mandato. E isso porque, primeiro, isso tem de ser pensado e bem pensado e preparado, segundo porque se o órgão competente do Partido chegar a essa conclusão, é já uma satisfação que se dá às nossas bases.

Fomos o 1.º Partido a apoiar o Gen. Ramalho Eanes e nisso assumimos a nossa responsabilidade, embora tenha sido uma decisão conjunta, e entendo por isso mesmo pelo respeito que devemos às nossas bases e aos nossos eleitores, quando entendermos e se entendermos que ele não serve e que não deve continuar, devemos dar desde já a sensação de que essa é a nossa opinião, embora sem tomar uma deliberação pública.

1.6. Artigo publicado em "A Capital" - 12/11/77

SOUSA FRANCO PRESIDE À COMISSÃO PERMANENTE DO PSD

Após uma reunião que se prolongou por dois dias, o conselho nacional do PSD elegeram uma comissão permanente, presidida por Sousa Franco, para apresentar publicamente a posição do Partido, face aos problemas da política nacional e internacional. À mesma comissão e principalmente ao seu presidente, compete ainda representar os sociais-democratas perante os órgãos de Estado e as demais organizações partidárias. Entretanto, Francisco Sá Carneiro, que reafirmou as suas posições quanto à actuação do Presidente da República, deverá reassumir a direcção do PSD depois do congresso nacional previsto até ao dia 31 de Janeiro do próximo ano, altura em que a comissão permanente cessará as suas funções.

SÁ CARNEIRO DEVERÁ REASSUMIR A DIRECÇÃO DO PSD APÓS A REUNIÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Francisco Sá Carneiro deverá reassumir a direcção do Partido Social Democrata após a reunião do congresso nacional daquela organização política, prevista até ao dia 31 de Janeiro do próximo ano. Entretanto, e segundo foi anunciado ontem à noite durante uma entrevista colectiva, o conselho nacional do PSD, depois de dois dias de discussão, elegeram uma comissão permanente a quem competirá exercer os poderes atribuídos à comissão política nacional. Este órgão, composto por dez elementos, é presidido por Sousa Franco. Os sociais-democratas tornaram público um comunicado final no qual afirmam que o PS e o Governo ainda não

esclareceram inequivocamente se aceitam ou não discutir, em conjunto, as suas propostas de Bragança e recusaram-se a dar o seu aval às decisões que o executivo venha a tomar nas negociações com o F.M.I. O mesmo documento refere, que "o Presidente da República, eleito por larga maioria de democratas portugueses, tem uma grande responsabilidade no nosso processo político e não pode, sob o risco de faltar aos compromissos assumidos perante os eleitores e perante o povo português, caucionar uma política minoritária, ou uma política assente num acordo PS-PCP". Por sua vez, Sá Carneiro, ao responder às perguntas que lhe foram apresentadas pelos jornalistas, repetiu as afirmações por si feitas anteriormente referentes à actuação do Presidente da República e manteve a conveniência de se começar a preparar a revisão constitucional da República Portuguesa.

A comissão permanente do PSD, eleita durante a reunião que decorreu nos últimos dois dias num hotel de Lisboa, além de António Sousa Franco, na presidência, é constituída por cinco vogais: Magalhães Mota, que exerce as funções de secretário-geral, Marques Mendes, Cunha Leal, Furtado Fernandes e Sérvulo Correia. A J.S.D. e as comissões políticas regionais nomearão posteriormente os seus representantes na comissão.

De acordo com a deliberação do conselho nacional, compete a Sousa Franco apresentar publicamente a posição do PSD face aos grandes problemas da política nacional e internacional e representar o partido perante os órgãos do Estado e as demais organizações partidárias. Recorde-se, que a comissão agora eleita funcionará apenas até à realização do congresso extraordinário, previsto até ao dia 31 de Janeiro de 1978.

CONFIANÇA TOTAL

No comunicado final da reunião, o conselho nacional do PSD sublinha "o profundo sentimento dos militantes e base social do partido, expresso da forma mais inequívoca, de que Francisco Sá Carneiro é o presidente, reafirmando assim a sua total confiança e solidariedade para com o homem que mais uma vez demonstrou ser um dos poucos políticos portugueses capazes de denunciar com inteira coerência e coragem, as ameaças que impendem sobre a nossa democracia".

"O conselho nacional torna público o seu apreço ao presidente do PSD, bem como aos membros da comissão política demissionária e repudia todas as miseráveis campanhas de calúnia desencadeadas contra eles e outros militantes do PSD, as quais não passam de mais uma tentativa de divisão do nosso partido e, por esse meio, de enfraquecimento da democracia portuguesa", diz ainda o documento.

Noutro ponto do comunicado afirma-se: "O conselho nacional, consciente de que a situação do País se encontra em estado de degradação progressiva, com a diminuição acelerada dos salários reais, das pensões e das reformas e com dificuldades crescentes no que respeita ao custo de vida, ao emprego, ao ensino, à saúde, à segurança social e à habitação de todos os portugueses, em particular dos trabalhadores, verifica que a continuação da política de ambiguidades, evasivas e dilações do Governo minoritário do PS demonstra, à sociedade, o esgotamento da actual fórmula governativa".

COMUNICADO AMBÍGUO

Depois de referir que o comunicado do Primeiro-Ministro no dia 31 de Outubro, último dia do prazo fixado pelo PSD, "é mais uma vez ambíguo e pouco claro, prestando-se a valorizações diversas dos seus elementos positivos ou negativos", o conselho nacional daquele partido observa:

"O PS e o Governo ainda não esclareceram inequivocamente se aceitam ou não discutir com o PSD as propostas de Bragança, em particular a procura de uma fórmula governativa maioritária. No entanto, espera que do pronto estabelecimento da agenda das eventuais negociações resulte a clarificação das posições do PS e do Governo".

"À luz das conclusões do conselho de Bragança - prossegue o comunicado, - em particular da eventualidade de uma moção de censura caso sejam goradas, as perspectivas de entendimento reiteradamente explicitadas pelo PSD, o conselho nacional recusa o seu aval às decisões que o Governo venha a tomar nas negociações com o FMI, pois o PSD não pode, como partido de oposição, ser co-responsabilizado por uma política que não é a sua nem corresponde ao interesse nacional."

"O conselho nacional tem presente que o Presidente da República, eleito por larga maioria dos democratas portugueses, tem uma grande responsabilidade no nosso processo político e não pode, sob o risco de faltar aos compromissos assumidos perante os eleitores e perante o povo português, caucionar uma política minoritária ou uma política assente num acordo PS-PCP", acrescenta-se no documento.

A concluir, o comunicado refere que, "cabendo ao PSD, como sucede em qualquer democracia, apoiar a sua actuação quando entemos que agiu bem e criticá-la em caso contrário, o conselho nacional significa ao Presidente da República a apreensão dos sociais-democratas portugueses face à degradação do quadro nacional e democrático".

O conselho nacional do PSD aprovou ainda por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do deputado Borges Nunes, do Partido Socialista.

APOIO A SÁ CARNEIRO

Nas declarações que prestou durante a conferência de Imprensa, Francisco Sá Carneiro começou por dizer que a fórmula encontrada pelo conselho nacional do seu partido teve o seu "pleno assentimento". "Os dirigentes agora eleitos podem contar com a minha completa e absoluta solidariedade", acrescentou.

Explicando a sua tomada de posição, Sá Carneiro afirmou: "Tomei uma atitude político-partidária. Alguém considerou-a uma pedrada no charco. Isto leva-me a concluir que existe um charco. Por isso, não me surpreende a posição de fontes anónimas e altamente colocadas. A atitude que assumi foi clara. Se ela perturbou alguém que estava na sombra muito me regozijo por isso".

Sá Carneiro afirmou ainda que só um acordo tripartido pode criar as condições políticas e assegurar os meios necessários para se vencer a crise. "A posição que

assumi há dias não podia encabeçar uma atitude de direita ou uma atitude anti-comunista", observou a seguir aquele político.

Respondendo a uma pergunta formulada por um jornalista estrangeiro, Sá Carneiro defendeu a continuação dos encontros entre o Governo e o seu partido, reafirmando, no entanto, que quanto à participação de outras forças políticas, nomeadamente o PCP, no diálogo, "mantém-se actual a deliberação que saiu da reunião de Bragança, impondo-se, por isso, que seja tornada pública a agenda de trabalhos".

Por sua vez, Sousa Franco garantiu que "nada mudou" no PSD, mesmo quanto à estratégia fundamental do Partido.

"Entendemos - disse o presidente da comissão permanente do conselho nacional do PSD - que é necessário mobilizar uma maioria democrática estável para a construção de um projecto que salve o País da ruptura financeira e resolva o problema da crise económica."

"Por outro lado, entendemos que passou o tempo das ambiguidades, das indefinições e das conciliações com tudo e com todos. É necessário que se proceda em princípios concretos. Para tanto, o projecto social democrata fornece uma contribuição decisiva e uma plataforma de entendimento com outros projectos, enquadráveis num programa verdadeiramente nacional", adiantou.

A finalizar Sousa Franco afirmou: "Nós propomos um diálogo e entendemos que se o tempo é curto para se começar esse diálogo, será imperioso que se definam aqueles que simultaneamente dizem que o querem iniciar, mas não o fizeram até agora".

"Não há democracia que pretenda fugir à regra da maioria. Não há democracia que pretenda substituir o imperativo da vontade popular por fórmulas pseudovanguardistas, militaristas, falsamente iluminadas, que não correspondem aos interesses reais do povo português", concluiu.

"MATURIDADE DO PARTIDO"

Para o prof. Barbosa de Melo, "esta crise do PSD foi testemunho da maturidade do partido". "Por cabalas aqui e além - prosseguiu -, devido a circunstâncias ocasionais ocorridas por isto e por aquilo, o certo é que neste período de estagnação, neste período de hesitação colectiva, em que ninguém sabe se houve qualquer coisa que sucedeu e obrigou a uma reflexão mais profunda daqueles que estavam baralhados".

Barbosa de Melo disse ainda:

"Ora bem. O modo como vi, nestes dois dias de conselho nacional, os quadros do partido exprimindo directamente o sentir daqueles que nele militam, na construção dos ideais sociais democratas, o modo como os vi agir e reagir a tudo isto é sinal de que o PSD apesar de ser jovem, soube dar sinais visíveis de maturidade. Trata-se de um facto novo no desenrolar do processo político português.

"A política não é a adivinhação. E eu tenho insistido muito nisto, porque vejo em Portugal muitos adivinhos e poucos políticos. Não faço, pois, de vidente do que vai acontecer mas, nas circunstâncias actuais com o partido que somos e no processo político em que estamos, a solução que o conselho nacional encontrou merece a minha confiança total", observou o prof. Barbosa de Melo.

Além de António Sousa Franco, Francisco Sá Carneiro e o prof. Barbosa de Melo, estiveram presentes na conferência de imprensa, Magalhães Mota, Furtado Fernandes, Marques Mendes e o vice-presidente do congresso nacional Vieira da Cunha. Sérvulo Correia e Cunha Leal não puderam comparecer; o primeiro por motivo de doença e o segundo por estar na altura a representar o partido numa cerimónia.

1.7. Extracto da Conferência de Imprensa publicada no "Diário Popular" - 12/11/77

SÁ CARNEIRO INSISTE NA TESE DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

Um dos jornalistas presentes na conferência de Imprensa perguntou, concretamente, a Sá Carneiro, se mantinha a afirmação contida numa das suas declarações de voto, segundo a qual é necessário começarmos a pensar na revisão da Constituição e na eleição de um novo Presidente da República. Respondeu Sá Carneiro:

- Mantenho essa afirmação no contexto e com o significado em que a fiz. Isso não tem nada a ver com os resultados deste conselho nacional. O partido não se pronunciou sobre isso, mas foi um dos pontos que eu foquei na análise política que fiz perante a Comissão Política do meu partido. E produzi uma declaração de voto que consubstanciou, afinal, aquilo que eu antes tinha dito: entendo que o partido deve começar a preocupar-se com a próxima eleição presidencial e com a revisão da Constituição. O tempo constitucional não está ainda próximo mas parece-me que, por um lado, essas coisas devem ser começadas a pensar com antecedência no partido; e, por outro lado, o próprio sentir das bases ficaria com isto estimulado, podendo elas participar na formação dessa decisão.

Quanto à revisão da Constituição acresce, na minha opinião pessoal, que uma Plataforma Democrática de Salvação Nacional que em nosso entender, como consta das conclusões do Conselho de Bragança, deve vigorar até 1980, deveria já incluir os traços fundamentais de uma revisão constitucional que pode ter lugar e que necessariamente deverá ter lugar, visto que há um período transitório e órgãos de soberania transitórios a partir de 1981".

1.8. 1.^a Intervenção no Conselho Nacional do PSD - Hotel Penta - 14 e 15/1/78

O Conselho Nacional do Partido, verificou em Faro que a proposta subscrita pela comissão permanente, pelo Barbosa de Melo e por mim, fora retirada para ser pensada, e tomei conhecimento, como de resto foi dado conhecimento público,

através do comunicado da quinta-feira passada, da posição da comissão permanente. Não teve ainda o Conselho, nem os militantes, nem o partido, conhecimento da minha posição. É por isso que aqui resumidamente o procurarei fazer. Tencionava fazê-lo em Faro e por isso fui de propósito ao conselho nacional do qual este, é a continuação.

Falei aí em 1.º lugar com António Sousa Franco, depois com a comissão permanente, depois em conjunto com a comissão permanente e com o conselho de jurisdição e no dia seguinte já de manhã na própria sala do conselho com o Dr. Nuno Rodrigues dos Santos. A razão pela qual eu não dei conhecimento ao conselho nacional em Faro da minha posição, foi por ter acedido à solicitação da comissão permanente para que o não fizesse na altura, para que houvesse tempo para pensar na nova situação criada e por terem feito a proposta pela comissão permanente de que os estatutos fossem retirados. Solicitou-me na quinta-feira a comissão permanente que emitisse um comunicado aos militantes antes deste conselho nacional dando a conhecer a minha posição. A minha resposta foi negativa. Entendi, no entanto que era aqui que o assunto se devia esclarecer e por isso discordei também da emissão de qualquer comunicado pela comissão permanente e conselho nacional. Caberia pensar o que é que eu venho hoje aqui dizer. Que depois de se ter encontrado uma forma de alteração estatutária que é aquela que foi publicada no Povo Livre resolvi que por alteração das circunstâncias que então se verificava não aceitaria ser eleito presidente do partido. E pareceu-me indispensável dar a conhecer ao conselho, como é evidente, esta posição antes da própria discussão dos estatutos. Foi por isso que a proposta foi retirada, foi por isso que me mantive em silêncio no conselho nacional de Faro.

A razão fundamental desta minha atitude reside na questão das tendências dentro do partido e da minha identificação com uma delas.

Verifiquei em Faro que essa posição teve um acolhimento favorável da parte de muitos conselheiros que falaram. Devo dizer que discordo total e integralmente. Continuo a entender que não há tendências ou linhas divergentes no nosso partido. Os estatutos possibilitam, como possibilitavam os anteriores estatutos, o livre pluralismo de opiniões e por aí não excluem o direito às tendências. Mas uma coisa é haver esse direito e outra coisa é haver tendências ou linhas dentro do Partido e se o problema tivesse sido posto como foi depois, na altura ou antes do consenso que se formou quanto à proposta de alteração de estatutos eu não o teria aceite mas nessa altura não foi de modo algum afluído outro caso: a questão das tendências ou leituras ou linhas do nosso partido; pelo contrário tinha-se focado incidentalmente a propósito do sufrágio proporcional entre os intervenientes desta proposta de alteração dos estatutos por parte de várias pessoas, foi até referido que tendências se as houvesse seriam meramente pessoais. O problema tinha sido afluído nessa altura salvo erro no dia 21 ou 22 de Dezembro na entrevista de António de Sousa Franco ao Comércio do Porto, a meu ver, em termos perfeitamente correctos e, que correspondem à realidade do partido. Dissemos aí não só que não havia tendências nem as meras opiniões pessoais como se defende também que a minha posição era uma posição social-democrata enfim recorde aqui esta entrevista não quero alongar em citações porque é meramente exemplificativa. Depois disso isto aqui não se trata de pôr de modo algum

em causa pessoalmente nem o António Sousa Franco nem ninguém trata-se de meras opiniões quanto às realidades do partido, surgiu outra questão das tendências a questão da minha identificação com uma delas, tendência mais social liberal a representação das bases especialmente do Norte tudo isso que conhecem e que foi amplamente difundido. E eu entendi e entendo que havendo esta posição, tendo esta a força que tem, havendo esta discordância profunda na análise da situação interna do partido não podia nem posso ao contrário do que estava previsto aceitar o cargo de presidente do partido. A meu ver esta posição, objectiva, repito, não se trata de nada pessoal quanto às tendências, é extremamente nociva para o partido.

Pode conduzir à sua desagregação vai agravar os seus conflitos internos. Não ponho em causa as intenções nem do António Sousa Franco nem de todos aqueles que defendem a existência de tendências ou linhas mas é uma realidade criada e foi ela que motivou esta comunicação que eu tencionava fazer ao conselho nacional de Faro. Há um facto menos importante para mim mas que revela também um certo mal estar, em certo ambiente de pouca confiança que eu julgava adquirido, refiro-me à não publicação no Povo Livre do meu artigo quinzenal. Como se recordam aqui no conselho nacional de Lisboa há cerca de dois meses falei nessa hipótese que depois por acordo com o presidente da comissão permanente estabeleceu um prazo quinzenal para os meus artigos. Está esclarecido já que o que se passou pela própria Helena Roseta quanto a este artigo. Sem meu conhecimento prévio, pelo contrário tendo eu acedido até na terça-feira à tarde em conversa com António Sousa Franco em alterar o título do artigo como foi dito, o artigo foi suspenso e foi-me comunicado que foi suspenso porque se fosse publicado o Povo Livre com o artigo haveria problemas graves na comissão permanente, podia haver mesmo demissões. Pois quando isto me foi comunicado, eu disse nessa altura que se o Povo Livre for suspenso por causa do meu artigo o artigo já não se publicará no Povo Livre. Considero que esta decisão da comissão permanente foi um erro aceitou um certo clima, um certo ambiente que eu supunha adquirido e se o conselho nacional quisesse tomar conhecimento do artigo desde já eu o punha à disposição da mesa para dele fazer o uso que entendesse, se o conselho nacional entender que tem interesse para análise destas questões o tomar conhecimento deste artigo. O artigo serviu para uma grande especulação saudosista, para mais ataques às minhas posições, foi dito amplamente nos jornais que ele constituía o mais violento ataque ao Presidente da República e ao exercício do seu mandato, isso em meu entender não é verdade, se o conselho deliberar conhecer o artigo julgará por si próprio. Mas este é um aspecto meramente sintomático de uma situação de mal estar que a meu ver tem de ser esclarecida a fundo com calma, com serenidade sem pessoalismos, nós vivemos numa situação de desagregação nacional e parece-me que ela vai tendo os seus efeitos no partido. Creio que devemos estar atentos a isso, que devemos precisamente por isso ir ao fundo das questões e encontrar um ambiente de diálogo, ambiente de franqueza e de lealdade nas necessárias soluções. As minhas posições são conhecidas, foram publicadas, são de pessimismo em relação à situação nacional são de continuação de confiança e de esperança na democracia desde que, é o meu ponto de vista, se diga a tempo a verdade da nossa situação, desde que, por isso mesmo se não deixe ultrapassar o ponto de ruptura, ponto de

ruptura que na nossa história tem sido frequentemente ultrapassado sem se encontrarem soluções nacionais e que depois dá origem a ditadura ou guerras. É este um dos pontos do meu artigo bem como uma crítica serrada a todo o situacionismo, a todo o oportunismo que por aí grassa. Tinha dito já neste conselho que considero que um dos meus graves defeitos como político é não ter ambição de poder. E por isso mesmo talvez goste das coisas frontais e assim as digo. Tenho a impressão, e hoje é uma impressão arreigada, de que isso causa problemas a algumas pessoas neste partido não só a dureza e frontalidade das minhas posições como depois o que daí se segue através da imprensa pode levar algumas pessoas a sentirem-se mal e a sentirem necessidade de se desmarcarem das posições que eu tenho assumido, se assim é, é indispensável que isto se esclareça, e que se esclareça bem.

Quando tive conhecimento do comunicado da comissão política, da comissão permanente do conselho nacional eu passei pelo partido para a ler. Eu comuniquei à reunião do grupo parlamentar entretanto esta minha posição. Parece-me que ela é, não só a mais consentânea com a minha própria coerência, como a melhor para o partido. Estamos num período difícil todos o sabemos. Vamos muito possivelmente entrar numa nova fase das negociações do governo se não entrarmos já hoje, mais cedo ou mais tarde teremos de ser chamados a negociar, teremos de ser chamados a dialogar com o Presidente da República, teremos eventualmente de ter posições mais maleáveis do que aquelas que são as minhas. O partido saberá encontrar uma equipa dirigente capaz de na circunstância actual defender as posições do partido, defender os interesses do próprio partido, mas eu sinto que no meio de tudo isto me é impossível continuar a ser o presidente do partido, a ocupar um cargo de direcção política do partido. Atravessamos períodos muito difíceis do nosso partido na breve história do nosso partido, eu sei o que são as lutas, o que são as divisões, o que são os ataques. Suporto-os pois na obrigação de todos nós e como todos nós o temos suportado para bem do nosso partido. Mas não suporto, não posso suportar situações de mal entendido ou ataques provenientes de dentro do próprio partido. Aqui têm muito brevemente, e espero que com clareza, as razões pelas quais eu comuniquei aos órgãos dirigentes do partido em Faro que não aceitava ser eleito presidente. Não se trata de trabalhar com a actual equipa ou com outra qualquer eu vos digo muito claramente. Trata-se de não poder aceitar uma situação que está criada com a qual eu não concordo. Se o conselho entender que é útil o conhecimento do artigo ou quiser que o leia não tenho dúvidas nenhuma em fazê-lo. Entendi que nesta altura embora fosse meu direito publicá-lo o não devia publicar porque entendo que era aqui que o esclarecimento devia ser dado, total, completa e aprofundadamente.

Muito obrigado!

1.9. 2.^a Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Penta - 14 e 15/1/78

Em matéria de sugestões, e na questão do artigo, o que eu propunha era o seguinte:

- Se se o entender, eu preferia ser eu próprio a ler o artigo. Se o conselho depois de o ouvir ler entender dever distribuí-lo, pois fá-lo-ia. Eu acho que não vejo inconveniente na distribuição, acho que o conselho poderá deliberar melhor depois de o ouvir ler.

Como sabem, isso foi tornado público, o artigo intitulava-se "A Indiferença."

No telefonema que o António de Sousa Franco me fez, na terça-feira pouco antes de 6 horas, perguntou-me se havia possibilidade de alteração do título do artigo. Achava que o artigo era pessimista, como os anteriores, mas que o título agravava o pessimismo do artigo. A Helena Roseta tinha uma sugestão, eu disse imediatamente que sim e foi o único problema posto na altura. Depois sabendo que a sugestão para o título do artigo, da Helena Roseta era uma das frases "recusar a farsa", eu aceitei que fosse esse o título do artigo.

1.10. 3.ª Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Penta - 14 e 15/1/78

Não queria, antes de reiniciar o nosso trabalho, deixar de dar um esclarecimento quanto- a um problema que foi versado na intervenção de Moura Guedes: a questão das listas e a questão de Seteais. Refere-se isso à constituição da última Comissão Política e eu quero dizer que é verdade que eu nunca escolhi as listas, que nunca escolhi aquilo a que se poderia chamar a minha equipa. Sempre entendi que, num Partido e num Partido democrático, as coisas se devem processar de forma diferente, mas também não quero deixar de esclarecer que houve um grupo que propôs vários encontros em Seteais, aos quais eu estive presente, nos quais se tratou da futura orgânica do Partido, dos estatutos e, inclusive, dos nomes das pessoas.

Fica dado esse esclarecimento para não se pensar que as coisas foram desenhadas nas minhas costas. Mas devo dizer também que me parece que Moura Guedes esclareceu a intervenção para os problemas essenciais, todo o fundo dos problemas.

Na minha intervenção inicial, eu referi factores sintomáticos numa situação de mal estar. Essa situação de mal estar não é de hoje. A minha experiência do Partido diz-me que ela vem quase desde a fundação do Partido. Nós vamos, e já várias vezes aqui foi salientado, de crise em crise. Nós vamos de alterações dos estatutos em alterações dos estatutos. É um facto que eu tenho sentido dificuldades, não com o Conselho Nacional, mas na direcção do Partido. É um facto real. Ainda hoje subsistem problemas e eu aflori alguns. Subsistem problemas e questões ainda não respondidas que são sintomáticas desse mal-estar. A questão do artigo é apenas um sintoma e eu apresentei-o como tal. O Magalhães Mota referiu-o e o artigo foi suspenso ou suspenso o Povo Livre, por causa do artigo, sem as pessoas o terem lido. Porque é que aquilo que se possa ter dito do artigo quem não o conhecia, levou-o a isso.

A questão do comunicado, já o referi, é verdade, deu imediatamente origem a especulação nomeadamente na análise política de hoje do "Expresso" - "As flutuações de opinião de Sá Carneiro e as mudanças de opiniões de Sá Carneiro."

É verdade, isso é aproveitado. Isso, sistematicamente, leva ao desgaste da figura do Presidente do Partido e à sua actuação. Eça facto que quando o artigo fosse conhecido na tipografia e composto, se ia saber que o artigo tinha de ser a causa.

Era este esclarecimento que eu queria dar quanto às listas. Era isto, ir ao fundo dos problemas que eu queria que realmente se fizesse. Não estão em causa pessoas, está em causa uma estrutura orgânica do Partido, que ainda não se encontrou e que acho que o Conselho Nacional deve encontrar. Pois se estes problemas todos se suscitam à minha volta, então, eu sou o 1.º a dizer, pois continue o Partido com uma direcção política em que eu não esteja. É isso que é fundamental e o Partido deve-se assumir como tal. Se os erros têm sido sucessivos, pois continue o Partido com uma direcção política em que eu não esteja. Continue o Partido com uma estrutura que não tenha uma direcção de representantes das bases do Partido com a sua direcção política. Isto tem faltado? Creio que sim.

O Conselho Nacional vê que corre bem, quando existe. Portanto, tudo isto deve ser feito em clima de respeito mútuo, em clima de profundidade, de aprofundamento dos problemas.

Um Conselho Nacional é o principal responsável por encontrar uma solução e antes do Congresso devem-se fazer tantas reuniões quantas as necessárias para que as coisas se clarifiquem antes do Congresso, sabendo que conta comigo como militante do Partido, ao serviço do Partido em tudo quanto puder ajudar até na ausência dos órgãos da direcção do Partido.

1.11. 4.ª Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Penta - 14 e 15/1/78

Eu começo por dizer que concordo integralmente com as palavras que aqui foram ditas sobre este ponto concreto da situação estatutária pelo António Sousa Franco e pelo Magalhães Mota.

Isso não implica qualquer posição de fundo, gostava sobre isso de, também, dizer alguma coisa, brevemente pois temos o ponto político que é importante, mas há que esclarecer alguns pontos e tentar responder a algumas perguntas.

O primeiro ponto a esclarecer é este: Pareceu-me gerar-se aqui uma impressão através de várias intervenções, de que estaríamos num conflito polarizado entre o António Sousa Franco e eu. Ora isto não é de modo algum verdade. Não há aqui qualquer conflito pessoal, não há aqui qualquer conflito político. Há desacordo nalguns pontos mas devo dizer que, na hipótese que foi posta, e que eu não considero a melhor, com o direito, pois, de reassumir, nos termos dos actuais estatutos, o cargo de presidente e de presidente da Comissão Política do Partido, pois eu achava absolutamente indispensável, e fazia questão disso, que António Sousa

Franco fosse um dos vice-presidentes. Não há aqui qualquer conflito pessoal nem há aqui qualquer conflito político.

O que é que eu venho dizer aqui nesta minha intervenção? Tudo aquilo que tencionava dizer em Faro. Um motivo pelo qual me pareceu prejudicada a proposta que tínhamos elaborado. Não vale a pena falar dela muito detalhadamente. Já aqui se falou muito do artigo, da entrevista, do comunicado. Chegámos à conclusão que aquela proposta estava ultrapassada. Não procuramos aqui problemas. Eu creio que, com realismo, devemos reconhecer que a situação que hoje aqui traçamos em certa medida é pior que aquela que aqui discutimos em 4 de Novembro. E porquê? Porque se gerou um clima de mau estar, porque se gerou um clima duma certa desconfiança, involuntária e recíproca, que não existia em 4 de Novembro. Foi isto por culpa da Comissão Permanente? Foi por culpa minha? Não foi. Eu creio que isso foi um dos poucos resultados positivos das conversas que tivemos durante esta semana, e verificamos que este regime de viver com o presente ausente, com uma Comissão Permanente embrenhada nos problemas concretos, nos problemas políticos e como meio de ligação que serve de amortecedor ou de colchão, não funcionou, implica um desgaste muito grande, como foi reconhecido por todos.

Tornou-se, portanto, num esquema que implicou um desgaste maior do que aquele que se verificava antes. Este foi um dos pontos, creio eu, que veio mostrar que aquela nossa tentativa de encontrarmos um esquema, que era também um pouco um esquema presente, ausente, antes de estar posto em execução, não iria funcionar bem. Essa é a verdade cacho que devemos dizê-la, e parece-me que há que fazê-lo interpretando o sentir de nós todos. Não andamos aqui a agatarmos-nos mas estamos numa situação difícil com estes pontos concretos que nós vimos e que eu citei apenas como sintomas desse mal estar e dessa situação criada.

Agora irei responder a algumas perguntas que foram feitas e que o Fernando Pinto, creio eu, sintetizou. Antes disso havia da Helena Roseta "Mas o que é que o senhor pretende? o que é que o senhor quer? Pois é evidente que é de muito fácil resposta. O que é que eu proponho? O que é que eu quero? Pois são as propostas gerais do Partido, é a estratégia do Conselho Nacional de Bragança, é um governo de salvação nacional, é isso que está muito claramente.

O Fernando Pinto focou alguns pontos e eu não queria deixar de versá-los.

Direi agora porque é que eu pedi a demissão de militante em 4 de Novembro. Ora bom; sobre isto acho que não vale a pena voltar. Já foi mais que devidamente apreciado no Conselho Nacional de Novembro. O Conselho Nacional de Novembro aceitou as minhas razões, creio que a isso não vale a pena voltar. O senhor Fernando Pinto perguntou mais quais teriam sido as minhas razões agora. "Há problemas de saúde, de ordem pessoal, familiar e profissional?". Bom, para além da questão da proposta ultrapassada de alteração de estatutos eu signifiquei aqui que, efectivamente, o meu desejo, o meu "quero" como resposta ao Barbosa de Melo é o de me afastar da liderança activa do Partido, de me afastar de uma vida política activa. E não há problema nenhum, disse-o aqui em Novembro e falei no desgaste, falei na desilusão, falei numa própria descrença nesta política. Digamos,

como disse o Cunha Leal, "contra o artigo, já disse que o artigo de ordem político, que não acreditava na política. Falta-me a justiça de querer é que um problema político, que continua a acreditar na democracia, mas não em relação a esta política concreta, está muito descrente, não se sente a pessoa indicada para esta política concreta, tem um julgamento, não é isso, mas uma opinião formada sobre todo este processo, sofreu um desgaste muitíssimo grande, o desgaste resultante de todos estes embates que o Zé Ferreira Pinto frizou aqui muito bem". Creio que terei o record de político mais atacado, pois houve, como já falei, problemas internos do partido, tudo isso implica um desgaste muito grande. E há uma razão que tem sido versada nas minhas posições de que, efectivamente, nós só podemos viver em democracia mas com esta política politiqueria, digamos assim, corremos o risco de a perder. Mas é evidente que um partido político tem de continuar a fazer política. E um partido político não pode dizer que descre da política. É preciso que continuemos a fazer esta política embora sejamos pessimistas quanto aos seus resultados. Isso é evidente.

Falou-se aqui também, eu próprio falei, dos problemas, de um desgaste sofrido de dentro do partido.

Pois bem, devo dizer que não me refiro, concretamente e especialmente, ao período decorrido desde a fundação do partido até ao Congresso de Aveiro. Os problemas eram constantes, eram diários. Os que os viveram por dentro viram, creio eu, que se tratava duma sabotagem quase permanente, em que se punham sempre em questão as pessoas, era sair de um problema para se entrar noutra. Isso, devo dizer, marcou-me muitíssimo.

É por estas razões todas que abrevio, por um certo e grande cansaço, por uma desilusão desta política, por não me sentir talhado para ela, que é meu desejo retirar-me da liderança activa do partido.

Há aqui problemas de saúde, de ordem pessoal, familiar, profissional? Problemas familiares não têm nada a ver com isto. Os problemas familiares digo-o com toda a franqueza. Os problemas profissionais, pois, também não são a causa determinante. Todos nós, praticamente todos nós, temos a nossa profissão e eu, quando vim viver para Lisboa tive de abandonar o exercício directo da minha. Penso retomá-la, mas não é essa a causa profunda. A minha saúde ultimamente tem-se agravado, é um facto, que eu já expus, de resto, à Comissão Permanente, estou a sofrer de uma reactivação de males antigos. É um problema que me preocupa, naturalmente, pessoalmente e em termos de Partido, não me sinto com resistência física para continuar com uma liderança activa, preciso de tempo para recuperar, preciso de tempo para me restabelecer. Isso, sim senhor, é um problema real e foi posto à Comissão Permanente.

Eu creio, e, o Fernando Pinto falou também, embora seja uma questão, a meu ver, secundária, da existência de um convénio em relação aos artigos entre a Comissão Permanente e eu. Não houve um convénio, falou-se nos temas, falou-se nisto.

Admito perfeitamente que a Comissão Permanente esperasse outro tipo de artigos depois de uma linha certa. Pois eu procurei fazer um artigo mais afastado dos

problemas concretos. Não me parece haver aí ataques nem ao Presidente da República nem à Constituição mas as coisas sucederam como sucederam. Creio que no meio disto tudo, passe o termo, passe o plebeísmo, todos o tenhamos demais ouvido, creio que aconteceu isso da parte das pessoas que pediram a suspensão do artigo sem o terem lido, é um problema, mas isso é meramente sintomático, não é um problema fundamental, traduz apenas dificuldades que nós encontramos ao longo destes dois meses.

Quais, pois, as perspectivas de futuro? Quais as perspectivas de revisão de estatutos? Quais as perspectivas de encontro de uma solução? Não perdemos tempo, parece-me, hoje, aqui, apesar de que estamos saturados de ter discutido os mesmos problemas. Não perdemos tempo porque avançamos. Creio eu, avançamos em relação à preparação do Congresso, avançamos em relação aos nossos esclarecimentos mútuos. Vamos continuar até sair hoje daqui uma solução concreta? Não vamos. Temos um ponto político importante, como políticos responsáveis temos obrigação de nos debruçarmos sobre eles e eu creio que a proposta do Tomás Oliveira Dias permite efectivamente que passemos sem mais delongas ao ponto da política e que preparemos com conversas francas e sem prejuízo das posições de cada um, uma situação estatutária.

Eu signifiquei o desejo profundo de me afastar, é evidente que não designo sucessores, isso seria um insulto a fazer aos próprios militantes do partido e aos congressistas. Mas quero que fique bem claro, também que não sinto que tenha antagonistas, que, se não continuar como eu "quero", se não continuar não é por me sentir saneado nem pelo Sousa Franco nem por nenhum dos membros da Comissão Permanente nem por nenhum dos membros do partido ou do Conselho Nacional. Não são só estes os motivos profundos e é bom que isso fique bem claro, pois esse é o meu desejo, não é por antagonismos com quem quer que seja.

Vamos pois, depois desta explicação, tentar encontrar uma solução e uma saída e vamos debruçarmo-nos sobre este ponto político a que chama a nossa responsabilidade.

Muito obrigado.

1.12. 5.^a Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Penta - 14 e 15/1/78

Parece-me que não devemos rejeitar esta hipótese de negociações.

Creio que, como todos nós, não acredito muito nelas. Sabemos o que é o Partido Socialista, sabemos o que são as habilidades. Mas neste momento entendo que não devemos ficar com a responsabilidade de fechar a porta a uma hipótese que nós próprios sempre defendemos.

É evidente que isto faz-se sem prejuízo das nossas posições, da reafirmação das nossas posições e, com o sentido de encontrar um acordo sério, estável, para um

governo da plataforma que nós entendemos deve ser, (tem esse rótulo ou não o governo de salvação nacional), procurar uma política de salvação nacional. Rejeitando todas e quaisquer hipóteses de meros arranjos, de mera distribuição de pastas, de mera partilha do poder. Ficando isto claro, ficando também clara a posição que já aqui também foi salientada de que isto é agora muito mais possível porque está claro que se rompeu com o Partido Comunista e que essa rotura é definitiva, para isso vamos para estas negociações, eu creio que vale a pena fazer mais esta tentativa. O contrário seria dizer imediatamente que queremos um governo de origem presidencial apartidária, o que talvez venha a ser a solução final, mas que, a meu entender, não deve ser provocada por nós rejeitando esta possibilidade.

Quanto às propostas da Helena Roseta devo dizer que a minha colaboração e a de Barbosa de Melo, falo por mim, com a Comissão Permanente para as negociações, dependerá da deliberação que fôr aqui tomada, da conveniência que a própria Comissão Permanente veja nessa cooperação.

A deliberação está tomada, o espírito é o mesmo que a ela presidiu e, quando fôr necessário, o António Barbosa de Melo e eu estamos disponíveis para cooperar com a Comissão Permanente tal como aqui ficou assente quando do Conselho Nacional de Novembro. Não quer isto dizer, é evidente, que vá encabeçar as negociações, que vá para os contactos e tudo isso. Agora não vejo razões para recusar isto, não vejo, sequer, que fosse necessário dizer que se o não fizesse não seria por causa de entrevista de Sousa Franco, como reparou a Helena Roseta. Isso é um problema completamente diferente que não tem a ver com isto.

A reafirmação das nossas posições de Bragança e dos Conselhos Nacionais posteriores parece-me importante, como me parece importante a sugestão da Helena Roseta de que se deve referir a nossa proposta para o governo, a nossa proposta escrita e publicada, e o Conselho Nacional, por certo, terá conhecimento se o acordo fôr feito, antes de ser afirmado, de qual esse acordo, para o submeter à sua aprovação, porque não vejo necessidade nenhuma, tão pouco, de esperarmos pelo Congresso do Porto para a elaboração de qualquer acordo. Ele fica firme, é válido e eficazmente firmado depois de aprovado pelo Conselho Nacional sob proposta da Comissão Permanente sem necessidade de esperarmos pelo Congresso. Acho que isso deve ser uma das falsas razões que deve ser desmistificada visto que o P.S. insiste nela.

É o que tinha a dizer sobre isto.

1.13. 6.ª Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Penta - 14 e 15/1/78

Eu pedi a palavra para dar dois breves esclarecimentos.

Em primeiro lugar quanto à sugestão do Eurico de Melo acerca da composição da delegação para ir ao Presidente da República. Pois a minha posição é como quanto à questão anterior de cooperação com as negociações de disponibilidade, pois se a Comissão Permanente entender necessário que vá esta delegação ao Presidente

da República pois eu irei, não me parece que esta delegação à primeira audiência com o Presidente da República que será amanhã que é ainda exploratório deva ir esta delegação. Esta é a minha posição, não me parece necessária. Quando a Comissão Permanente entender necessário e conveniente a troca de impressões connosco pois eu estarei disponível.

Quanto ao problema que levantou o Alfaia pois a minha posição mantém-se por razões já aqui expostas, razões de fundo todas essas razões que não foram nada apontadas aqui, aqui ficaram bem patentes, eu mantenho a minha posição pois o meu desejo é efectivamente o de não assumir a liderança activa do partido, não assumir a presidência do Partido. Vamos estudar com esta comissão o sugerido pelo Tomás de Oliveira Dias, a solução estatutária e portanto creio que era preferível que daqui hoje não saísse uma oposição para o público e para os militantes, se necessário antes do Congresso depois do trabalho da comissão pelo Tomás Oliveira Dias.

1.14. Artigo publicado no "Diário Popular" - 18/1/78

SÁ CARNEIRO PODERÁ ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DO P.S.D.

Em declarações ontem prestadas ao "Jornal Novo", o dr. Sérvulo Correia, referindo-se ao dr. Sá Carneiro, afirmou que "motivos de saúde e uma crescente sensação de desgosto pelo rumo que as coisas levam em Portugal, o levaram à posição inabalável de não aceitar a presidência do P.S.D. no próximo biénio."

Em contacto com o Serviço de Informação e Relações Públicas do P.S.D. fomos entretanto esclarecidos que tal afirmação se refere à presidência da Comissão Política Nacional, órgão de direcção política permanente do P.S.D., não ficando no entanto, excluída a hipótese, aliás sugerida em várias intervenções proferidas durante o Conselho Nacional, de Francisco Sá Carneiro à presidência deste último órgão. O Conselho Nacional é o órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da linha política do partido definida em congresso, bem como pela fiscalização política das actividades dos órgãos nacionais e regionais do partido.

Como se verifica, trata-se de um órgão de "dignidade hierárquica" superior à Comissão Política Nacional, e fiscalizadora desta.

Este esclarecimento é aliás corroborado pelo dr. Sérvulo Correia que, noutro passo das citadas declarações, afirmou completamente: "Contamos porém, todos os sociais-democratas que ele (Sá Carneiro) se mantenha no nosso partido, numa posição em que a sua voz seja escutada com o respeito que a todos nós merece."

1.15. Artigo Síntese sobre o V Congresso Nacional do PSD - 30/1/78

OPOSIÇÃO FIRME MAS SELECTIVA AO II GOVERNO CONSTITUCIONAL

preconiza moção aprovada com a abstenção (única) de Sá Carneiro

A decisão de manter uma "posição firme mas selectiva" ao nosso Governo consta da moção aprovada, no V Congresso Nacional do PPD/PSD, com a única abstenção de Sá Carneiro, que abandonou ontem, definitivamente, a liderança do partido, cuja condução cabe a Sousa Franco, coadjuvado, entre outros, por Sérvulo Correia, o novo secretário-geral. O referido texto, proposto por Marcelo Rebelo de Sousa, consagra, em 20 pontos, as directrizes que os sociais-democratas adoptaram ou reafirmaram em relação a alguns dos principais problemas da vida nacional. Ali se sugere, por exemplo, uma intervenção do Presidente da República "mais claramente correspondente ao significado político contido no mandato eleitoral que lhe foi conferido pela maioria dos portugueses."

Antes, porém, que a assembleia tivesse aprovado aquela moção - a que mais adiante, faremos pormenorizada referência -, usaram da palavra dezenas de oradores, entre os quais o dr. Sá Carneiro.

Os trabalhos, que decorreram no Cine-teatro Vale Formoso, no Porto, começaram, na verdade, com a leitura do expediente, salientando-se o elevado número de mensagens recebidas, muitas delas a constituir outras tantas manifestações de apoio a Francisco Sá Carneiro e a traduzirem expressamente o desejo de o ver continuar à frente do Partido Social Democrata. De igual modo, é de destacar o conteúdo da carta dirigida ao congresso pelo social-democrata Jorge Miranda, ausente da reunião por razões que se prendem com a sua condição de membro da Comissão Constitucional e a que fazemos referência noutra local.

Ultrapassada esta fase inicial do congresso, a mesa, a que presidia Nuno Rodrigues dos Santos e onde, igualmente, se viam os vice-presidentes Marcelo Rebelo de Sousa e José António Vieira da Cunha, e ainda os secretários José Gonçalves Sapinho, Raul Marques Coelho e Manuel Moreira, concedeu a palavra ao segundo dos vice-presidentes indicados que, na sua qualidade de presidente da Comissão Política Distrital do Porto, dirigiu uma saudação aos participantes na reunião, destacando em particular a figura de Nuno Rodrigues dos Santos e expressando o desejo de que a realização do congresso fosse "um marco histórico na vida do partido e da democracia em que acreditamos."

Deu-se início, entretanto, à análise da situação política, primeiro ponto da "agenda" da reunião, cuja discussão viria a prolongar-se até ao fim da manhã de ontem, e em que participaram 94 congressistas, o primeiro dos quais seria Sá Carneiro.

Esta intervenção, era de resto, aguardada - dentro e fora da sala -, com particular expectativa, uma vez que aquele dirigente político ia, finalmente, tornar pública a sua posição, quanto a um eventual retorno ao lugar de presidente que abandonara em Novembro passado, quando apresentara a demissão daquele cargo, que desempenhava no Partido Social Democrata, mantendo-se até à data, afastado de tais funções. A este discurso de Sá Carneiro fazemos referência noutra local.

Outras intervenções se sucederam até cerca das 3.30, da madrugada (quando os trabalhos foram interrompidos) e, depois, durante toda a manhã de domingo, caracterizando-se muitas delas por um claro apelo à unidade em volta do programa social-democrata. Figuras destacadas do PSD expuseram seus pontos de vista, nomeadamente Barbosa de Melo, Francisco Pinto Balsemão, Alberto João Jardim (que desencadeou forte ataque ao recém-formado Governo, acusando-o de direita), Furtado Fernandes, Marcelo Rebelo de Sousa e Sousa Franco.

Este último, com efeito, explicaria a linha estratégica seguida pelo partido, em conformidade com as decisões tomadas em Bragança e durante o período em que esteve à frente da comissão política que nestes últimos tempos foi responsável pela direcção política do PSD.

Essa exposição prolongou-se por cerca de 50 minutos, sem que, no entanto, o actual, "leader" social-democrata fosse além de uma análise de natureza factual.

AS PRIMEIRAS MOÇÕES

Das primeiras moções, que vieram a ser aprovadas pelos congressistas, destaca-se a que foi apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa. Em 20 pontos, o texto reafirma plena adesão ao programa do partido e considera que "o contributo social-democrata, ao apontar para uma linha política de centro-esquerda, moderada e realista, continua a ser o mais adequado para a construção de um projecto nacional, mobilizador das vontades de todos os que pretendem a paz, o progresso e o bem-estar para os portugueses."

Outro ponto da moção referida considera imperativo "que a democracia vá de encontro aos problemas reais dos portugueses, evitando-se o erro de a fechar em congeminações intelectuais de teóricos de gabinete, para que não se cave um fosso entre o país formal e o país concreto, o que só favorece os extremistas de sinais contrários e debilita as instituições democráticas que urge defender."

Reafirmando a "imprescindibilidade de existência de um Governo de maioria política coerente, estável e harmónica" e, do mesmo modo, "a exclusão do PCP de qualquer plataforma ou acordo de incidência governativa", no documento aprovado propôs-se ao congresso que manifestasse "a sua clara intenção de praticar uma oposição firme mas selectiva ao Governo PS-CDS", expressando, porém, o desejo de que essa oposição se faça "nos quadros da Constituição vigente, sem embargo do estudo, em tempo oportuno, da sua primeira revisão, a realizar a partir de 15 de Outubro de 1980."

Uma intervenção futura do Presidente da República, "mais claramente correspondente ao significado político contido no mandato eleitoral que lhe foi conferido pela maioria dos portugueses" é também apontada como pressuposto para a procura de uma fórmula governativa democrática coerente e estável, defendendo-se também a necessidade de garantir "uma efectiva descentralização político-administrativa para as regiões autónomas dos Açores e Madeira" e a denúncia dos "erros graves da política de centralização administrativa que tem sacrificado o poder local às conveniências todas poderosas do Terreiro do Paço."

Decidiu também o congresso, face à proposta de Marcelo Rebelo de Sousa, "promover uma ampla mobilização dos Portugueses para a tarefa de apresentação de planos concretos nos domínios da política de ensino, de investigação científica, de cultura, infra-estruturas básicas, de habitação social, de saúde, de segurança social, de protecção à terceira idade, como contributo decisivo de um partido responsável", acentuando-se, do mesmo modo, "a importância fundamental do movimento aglutinador das correntes democráticas sindicais, sector onde os militantes do Partido Social Democrata têm obtido significativas vitórias."

A moção reafirma ainda "a imperiosidade de uma profunda alteração da situação existente no domínio da política de Comunicação Social, designadamente no que respeita aos órgãos de Informação estatizados", apontando, igualmente, o que considera imperativo nacional "de opor uma barreira democrática à corrupção, ao nepotismo, ao clientelismo e à mediocridade política". Saliente-se, ainda, a reafirmação das grandes coordenadas da política externa portuguesa e que são o princípio de independência nacional, a integração na Europa democrática, a participação na NATO e "a consciência do papel histórico nas relações com os Estados de língua portuguesa, sem subserviências que ferem o prestígio nacional."

Em aditamento, igualmente aprovado, subscrito por Nandin de Carvalho, propôs-se um alerta aos órgãos de soberania "para a necessidade das empresas públicas e nacionalizadas serem efectivamente socializadas na sua gestão, o que implica não se manterem apenas como correias de transmissão de ocupação partidária, antes se subordinando ao efectivo controlo do interesse colectivo, designadamente pela reestruturação dos respectivos conselhos gerais com participação dos utentes, autarquias locais e representantes dos interesses económicos, culturais e sócio-profissionais."

CONJUNTO DOS TRABALHADORES COMPONENTE ESSENCIAL DO PSD

Noutra moção aprovada, subscrita por João Mendes da Fonseca, José Pinto Mascarenhas e Carlos da Fonseca, em representação dos sectores sócio-profissionais do partido, considera-se que "embora interclassista, a componente essencial do PSD terá de ser o conjunto dos trabalhadores por conta de outrem em qualquer sector de actividade", propondo-se que, "sem prejuízo do esforço que deverá consagrar à procura da realização de um projecto de sociedade justa para todos os portugueses, o PSD se proponha promover, a nível da Assembleia da República, dos meios de Comunicação Social, quando disponíveis, e junto de todos os órgãos do Poder uma persistente exigência de soluções urgentes nos domínios em que as classes trabalhadoras, na generalidade as mais desfavorecidas, se encontram gravemente afectadas: a saúde, a segurança social, as condições de prestação de trabalho, a remuneração relacionada com os preços dos bens essenciais, a promoção cultural e social, a habitação."

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Se o debate sobre a situação política durante a manhã oferecera já algumas oscilações na temperatura da reunião, a mesma atingiria o seu ponto mais alto após a votação da moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa, a merecer a aprovação quase unânime da assembleia - apenas Sá Carneiro se absteve.

Este facto, porém, deu ocasião a que alguns congressistas, cujas afinidades de pensamento os aproximavam do ex-presidente do partido tentassem, num derradeiro esforço, retomar a discussão daquele documento, não se considerando esclarecidos, nomeadamente em relação ao ponto 7 do mesmo, no qual se manifesta a intenção do "praticar uma oposição firme mas selectiva ao Governo PS-CDS". Os requerimentos apresentados, no sentido da reabertura do debate, foram contudo maioritariamente rejeitados pelos congressistas.

Ultrapassada, porém, esta fase de maior calor, deu-se início à apreciação das propostas de alteração aos estatutos do partido, que viriam na generalidade a ser aprovadas, sofrendo apenas algumas ligeiras alterações de pormenor.

Por via das decisões tomadas, é profundamente alterada a estrutura directiva do PSD, eliminando-se o lugar de presidente e dos vice-presidentes, passando a competir à Comissão Política o executivo da orientação política do partido. Este órgão nacional do PSD fica constituído por um presidente (Sousa Franco), um secretário-geral (Sérvulo Correia) integrando, ainda, por inerência de funções, o presidente do grupo parlamentar e dois membros da Juventude Social Democrata, além dos seus dez vogais, ontem eleitos pelo congresso.

Os restantes órgãos nacionais na nova formulação estatutária são: a Mesa do Congresso, a que preside Nuno Rodrigues dos Santos, e um Conselho Nacional com 30 membros, havendo ainda um Conselho de Jurisdição formado por nove membros e a que preside Luís Brito Correia.

Houve lista única para a eleição de quase todos os órgãos estatutários, com excepção da do Conselho Nacional, a cujo sufrágio se apresentaram cinco listas, tendo, no entanto, a particularidade de, todas elas, serem encabeçadas por Francisco Sá Carneiro. O facto terá levantado algumas reservas quanto à sua legalidade perante os estatutos, o que mereceu um esclarecimento do Conselho de Jurisdição, que não se opôs a tal comportamento.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Os trabalhos do congresso terminaram já depois da meia-noite, com uma sessão de encerramento na qual se viam como convidados, entre outros, o dr. Caldeira Guimarães, em representação do Presidente da República; o comandante Martins Guerreiro, o tenente-coronel Costa Neves e o capitão Marques Júnior, pelo Conselho da Revolução; o tenente-coronel Luciano Roque, em representação do chefe do Estado-Maior da Força Aérea; o dr. António Macedo e Carlos Laje, pelo PS; o arq. Ribeiro Teles e o dr. Luís Coimbra, pelo PPM, além de representantes da Carta Aberta e de outras organizações, nomeadamente da CIP e a Confederação do Comércio Português, e ainda de Embaixadas acreditadas em Portugal.

SOUSA FRANCO: 1980 HORIZONTE DA VITÓRIA

Logo no início da sessão, Marcelo Rebelo de Sousa, vice-presidente da mesa, anunciou a apresentação de uma moção segundo a qual "o congresso aceita com desgosto a vontade manifestada por Sá Carneiro, de não fazer parte dos órgãos directivos", o que viria a ser sublinhado com fortes aplausos pelos congressistas, virados para o local onde se encontrava, na sala, aquele homem político.

Depois de os membros eleitos para os diferentes órgãos dirigentes terem ocupado o lugar que lhes fora destinado no palco, usou da palavra o novo responsável pela actuação política dos sociais-democratas, António Sousa Franco, que, após uma saudação a congressistas e convidados, disse da certeza de que "no lugar que ele próprio quis e no lugar de militante n.º 1 do nosso partido, Francisco Sá Carneiro está, como sempre esteve, nos lugares de serviço do partido e ao serviço dele."

Referiu, depois, o presidente da Comissão Política do PSD alguns aspectos da actuação do partido que considerou de "oposição", embora diferenciando qual o tipo desta em relação a actuações totalitárias e no quadro das instituições democráticas. Para a primeira, "oposição frontal e sistemática", para a segunda "dentro do sistema, com criação de alternativas."

Sousa Franco apontou, também, a necessidade dum empenhamento "na construção de um poder local que não existe neste País", acrescentando depois ser o PSD, um partido "com particular colocação para a implantação no mundo do trabalho". Nesta perspectiva, o dirigente social-democrata saudou "a possibilidade que já temos, de construir uma alternativa democrática no mundo do trabalho" manifestando o seu apoio aos "sindicalistas reformistas sociais-democratas."

Na sua exposição, aquele dirigente apontou ainda o ano de 1980 "como o horizonte da nossa vitória", sublinhando que "todos unidos vamos continuar a mesma luta e o mesmo projecto."

E por fim, depois de apontar o projecto social-democrata como uma forma para vencer a crise que o País atravessa, Sousa Franco disse que do congresso "saiu reforçada a linha da nossa estratégia política", acrescentando que "estamos numa posição, porventura única, de crescimento, ao serviço do povo português e em especial dos mais desfavorecidos."

NOVOS DIRIGENTES DO PSD/PPD

É a seguinte a constituição dos órgãos em que ficou estruturado o Partido Social Democrata, após a realização do seu V Congresso Nacional:

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente - Sousa Franco.

Secretário-Geral - Sérvulo Correia.

Vogais - Marques Mendes, Vieira da Cunha, Aires Querubim, José Ferreira Júnior, Magalhães Mota, Furtado Fernandes, Pedro Roseta, Cunha Leal, José Andrade, Joaquim Alfaia, Barbosa de Melo (por inerência do seu cargo de presidente do grupo parlamentar), António Fontes e Lacerda de Queirós (estes dois últimos também por inerência dos seus cargos na JSD).

MESA DO CONGRESSO

Presidente - Nuno Rodrigues dos Santos.

Vice-presidentes - Fernando Ribeiro da Silva e Leonardo Ribeiro de Almeida.

Secretários - José Gonçalves Sapinho, Raul Marques Coelho e Manuel Moreira.

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Luis Brito Correia, Manuel Vilhena de Carvalho, António Sande Lemos, Manuel da Costa Andrade, José Coelho dos Reis, Guilherme Oliveira Martins, Maria Adelaide Paiva, Carlos Bacelar e Francisco Antunes da Silva.

CONSELHO NACIONAL

Para este órgão, de trinta membros, concorreram cinco listas, todas encabeçadas por Sá Carneiro. Uma vez que foi adoptado o método proporcional de Hondt e tendo os resultados sido anunciados somente na sessão final, não é fácil definir a sua constituição completa. Foi a seguinte a distribuição dos votos: lista E - 279; B - 117; D - 58; C - 47; e A - 28. Isto significa que devem

103

ter ficado eleitos, pelo menos, Pinto Balsemão, José Vitorino, Jaime Figueiredo Dias, Amândio de Azevedo e Rui Machete, pela lista E, e Olivio França, Montalvão Machado e Afonso Moura Guedes, pela lista B.

1.16. 1.^a Intervenção no Congresso do PSD - Porto - 28 e 29/1/78

Meus Amigos!

Reúne este congresso para apreciar, em primeiro lugar, a situação política.

Pretendo não fazer um relatório, nem sequer um discurso, mas dar sobre este ponto o meu depoimento pessoal. Mas por falar apenas nessa qualidade não posso no entanto dispensar de antes de mais dirigir aos congressistas, aos convidados, aos observadores, a todos os presentes a saudação calorosa da minha estima e camaradagem. Reunimo-nos em difíceis circunstâncias da vida do partido e do país o que faz crescer as nossas responsabilidades comuns e aumentar a exigência de serenidade e de reflexão que deve presidir aos nossos trabalhos. Início-os, certo de que, por mais graves que sejam os problemas aqui versados jamais ultrapassaremos os limites da calma exigida por um raciocínio lúcido. A profundidade e clareza da análise que devemos empreender são incompatíveis com climas emocionais ou com dramatismos que têm de estar arredados deste nosso encontro de dois dias, durante o qual encontraremos, com a cooperação de todos, as melhores soluções para os problemas em debate. Tenho como praticamente impossível separar a questão política dos problemas e situação partidária os quais terão, por sua vez, reflexo nos próprios estatutos. Procurei fazê-lo, ao preparar estas palavras mas verifiquei que tal não era viável mercê do intrincamento das várias matérias. A convocatória deste congresso foi feita no conselho nacional de Lisboa de Novembro de 77, antecipando-se-lhe alguns meses a realização do Congresso ordinário que sempre teve lugar no ano corrente com eleição de novos dirigentes, eleição que agora se vai proceder e que também inteiramente se rela-

39

Francisco Sá Carneiro – “Textos” - Quinto Volume - 1977-1978

Instituto Francisco Sá Carneiro – Todos os Direitos Reservados

ciona com o tema em debate. Entre Outubro de 76 e Novembro de 77 ocorreram factos que levaram ao meu afastamento do exercício do cargo de presidente do partido. Parece-me necessário rememorar-los no essencial pois, tendo sido embora, expostos em vários Conselhos Nacionais não foram ventilados perante os congressistas a quem cabe apreciar a situação e decidir em conformidade. Ao fazê-lo procurarei reproduzir, resumindo, o que transmiti aos conselhos nacionais. A situação que levou ao meu afastamento assentou em progressivas dificuldades causadas à direcção do partido que, vindas de fora algumas vezes no seu interior tiveram eco. Surgiram os primeiros sinais em Maio de 77, a propósito da chamada convergência democrática. Esta nasceu de um convite do PSD ao PS e ao CDS para conversações que só este aceitou concretizando-se em 3 encontros das delegações de ambos os partidos. A iniciativa do nosso partido inseria-se na estratégia de procurar obter uma maioria democrática estável, por acordo dos 3 partidos democráticos, superficialmente apresentada em fins de Janeiro de 77 no encerramento das jornadas municipais do Porto e por mim pessoalmente defendida desde Outubro, posição essa que aflorara já numa das conclusões do Congresso de Leiria. O tema das reuniões com o CDS foi discutido na comissão política nacional, reconheceu ao PSD a legitimidade do seu comité permanente e debatido no Conselho Nacional de Viana do Castelo em Julho do ano passado. Numa das suas conclusões para além de consagrar a estratégia seguida, o conselho rejeita qualquer forma de aliança ou coligação preferencial até que seja possível concretizar a convergência entre os partidos democráticos. Nada disto impediu que surgissem as dificuldades sofridas. Por um lado, alguns dirigentes responsáveis do PSD sustentavam publicamente, designadamente no Povo Livre, a necessidade de uma estratégia de entendimento preferencial com o PS divergindo portanto da linha do partido e do seu presidente. Por outro lado, toda uma campanha de imprensa fomentava a esse respeito a existência de divergências entre mim e outros dirigentes. Assume neste aspecto particular relevo a publicação em Julho do Expresso de um dossier sobre a convergência, do qual, com base numa versão falseada e deturpada do teor das reuniões, algumas das quais informais, se apresenta o presidente do partido como o defensor de longa data mas derrotado de um entendimento preferencial com o CDS, que é falsa em divergência com a maioria dos membros da comissão política. Estas tentativas de desacreditar, perante a opinião pública, e os militantes, o presidente do partido conhecem novo surto em Agosto a propósito da votação da reforma agrária. Uma imediata fuga de informação do que se passou na comissão política revela que, o seguir a posição contrária à da maioria inutiliza as negociações ainda em curso, pesa embora a extensão desta intervenção, creio que o melhor é ler o texto da minha declaração de voto que relata os factos e ameniza o caso na sua gravidade.

Declaração de voto: "A propósito da lei de bases da reforma agrária, deve passar na Assembleia da República mas não deve ter o voto favorável do PSD. A proposta deve passar a fim de ser substituído o actual regime legal e libertada a agricultura na zona de intervenção do domínio do PCP, abertas algumas possibilidades do desenvolvimento agrícola. Com a passagem da lei ficará em cheque e mais isolado o PCP aumentando-se a distância entre ele e o PS. Para que a proposta passe, basta a nossa abstenção. Não deve o PSD votá-la favoravelmente. As alterações que foram obtidas e que consubstanciam várias melhorias do articulado são sufi-

cientes para justificar a nossa abstenção mas não voto favorável. Isso resulta da decisão do conselho nacional extraordinário que apreciou o problema e deriva também do próprio conteúdo da proposta. Esta não é a nossa reforma agrária. A sua filosofia afasta-se daquela que preside à nossa política agrária. Encontra-se ainda orientada esta proposta por espírito colectivista e na nacionalização da terra que transita da legislação Gonçalvista e que não podemos sancionar sem grave contradição programática. Esta não é tão pouco ainda, a reforma agrária que o país necessita nem aquela que nós prometemos. Em vários pontos concretos para além deste, como o da data da retroactividade da lei, a proposta contraria posições que o PSD defendeu perante o eleitorado. Por uma questão de coerência e de responsabilidade política não podemos pois solidarizarmo-nos com uma reforma agrária que não é nossa, que contradiz o nosso programa e as nossas posições eleitorais. Votar favoravelmente, quando tal não é necessário para a passagem da lei só é, no actual contexto, explicado pelos desejos de agradar ao Presidente da República e no intuito de aproximação ao PS com vista a estabelecer com ele uma relação preferencial. Foi isso, de resto o que explicou a imediata comunicação a Belém e ao PS do que se passou na reunião da Comissão Política que antecedeu o Conselho Nacional, transmissão que fez durar as negociações ainda em curso, desautorizando a posição que eu próprio trabalhei com as decisões anteriores que a Comissão Política Nacional. Transmitir ao Presidente da República confirmando pelo telefone, horas antes da reunião divulgada, que só poderíamos votar a favor se fossem acolhidas as nossas posições quanto às questões dos indivíduos e da ineficácia dos altos causadores da revolução da área. Em face dessa grave quebra do dever partidário e dessa deslealdade ainda não identificada, leguei imediatamente todos os meus poderes de Presidente, quanto às negociações em curso, dos vice-presidentes Barbosa de Melo e Sousa Franco e estou decidido a não tomar parte em novas reuniões da Comissão Política Nacional enquanto não for averiguado o comportamento referido e tomadas as respectivas responsabilidades. Votar a reforma agrária para agradar ao Presidente da República é uma grave omissão da nossa parte que afecta à nossa dimensão de partido independente e democrático. Procurar através desse voto a aproximação com o PS é, para além destes dois aspectos, um grave erro político. As negociações com o PS não resultaram como seria necessário, num acordo estável quanto à política a seguir nos próximos tempos apoiado também pelo CDS, possibilitados numa maioria democrática e mais tarde um novo tipo de governo. Ficou claro que o PS não está interessado nem aceita um novo tipo de acordo que possibilite o cumprimento das conclusões do Conselho Nacional de Viana do Castelo. O comunicado conjunto agora conhecido significa apenas que o PS iniciou o diálogo connosco. Tolerar-nos porque precisa de nós e enquanto de nós necessitar. É essa, de resto, a experiência que temos. Ainda que chegássemos ao acordo de fundo com o PS o qual não foi conseguido nem se antevê, ele não resolveria os problemas nacionais nem favorecia o nosso partido. A necessária política de salvação nacional só pode conseguir-se com o empenhamento do Presidente da República e dos 3 partidos democráticos. Ficarmos sozinhos com o PS é subordinarmo-nos a ele e dar ao CDS as vantagens de oposição enquanto que, com os 3 partidos a nossa posição será a de Charneira e eixo da política. Voltando favoravelmente prejudicamos a possibilidade de concretizar a estratégia expressa no Conselho de Viana já que sabemos que o CDS votará contra daí advindo uma

conveniente aproximação PSD-PS. Por último, o voto favorável nem sequer é necessário para que seja aprovado o nosso projecto de arrendamento rural. Como o CDS vota a favor dele basta que o PS se abstenha como nós nos absteríamos na Reforma Agrária. Em suma, a deliberação da Comissão Política Nacional, o votar a favor desta, consubstancia um grave erro programático e político. Fim de citação.

Embora não estivesse terminado o inquérito nem averiguadas responsabilidades, por insistência de alguns dos seus membros, voltei a participar nas reuniões da comissão política. Entretanto, havia decorrido em 3 e 4 de Setembro, uma importante reunião de fim-de-semana do comité da comissão política, juntamente com a direcção do grupo parlamentar. As conclusões dessa reunião aprovadas na comissão política, estão subjacentes à estratégia aprovada em Bragança. Nela, além de mais, considerou-se objectivo fundamental no horizonte de 80, a transformação da estrutura do estado e do sistema económico social, passando pela alteração do esquema constitucional vigente.

Após o discurso presidencial de 15 de Outubro que mereceu as nossas críticas, agravam-se os indícios de estar em curso uma nova tentativa de militarização do regime, com a adopção de um eventual modelo peruano conjugado com uma remodelação do governo PS. Tanto as declarações governamentais nas comemorações do 5 de Outubro, como alguns outros factores apontavam nesse sentido. Entretanto, o Conselho Nacional havia aprovado em Bragança, por unanimidade, e sobre proposta da comissão política, da qual António Sousa Franco serviria como relator, uma falhada estratégia que representava um apreciável endurecimento relativamente ao Governo PS. Prevê-se nas conclusões o início de negociações para uma plataforma democrática de Salvação Nacional até 30/10/77 para que no início de 78 entre em funções o novo governo. Ficava previsto que se alguns desses requisitos não se verificasse mais se prevê a passagem do PSD à oposição sistemática e à apresentação de uma moção de censura colocando o PS e o Presidente da República perante as suas responsabilidades históricas. Após esse Conselho e desenvolvendo-se os referidos sistemas de militarização é de tentativa de realização de um acordo a 4, ou seja, incluindo o PCP, surge no dia 31 de Outubro o comunicado do 1.º Ministro que havia de ser qualificado pelo Conselho Nacional, de ambíguo e pouco claro e pelo próprio 1.º Ministro resposta negativa às propostas de Bragança. Face a esse comunicado as opiniões da Comissão Política dividem-se ficando eu mais uma vez vencido pelas seguintes razões constantes da declaração de voto que passo a ler:

"Comunicado do 1.º Ministro em 31/10/77 é uma resposta às propostas do PSD de Bragança. Emitido no último dia do prazo ele aborda as questões levantadas nas conclusões do Conselho Nacional e embora sem o mencionar dá-lhes resposta pública. Esta resposta é simultaneamente do governo e do PS. Daquele, enquanto aceita patrocinar, embora sobre certas condições, um pacto social ou o entendimento entre várias forças enquanto anula os contactos referentes às negociações com O FMI enquanto fala de modo geral em nome do executivo. Mas é também uma resposta do PS enquanto, para além, de falar em nome do partido rejeita qualquer hipótese de coligação ou nova forma de governo afirme que, se o partido for derrubado passará à oposição, etc. Para o PSD a resposta é negativa. Basta associar as propostas de Bragança com essa resposta para dizer que assim é, e

nada quanto à nova Forma de governo e a outro programa (vide conclusões de Bragança n.ºs 4,5 e 6). Sendo assim, a posição do PSD só pode ser a prevista na conclusão 6 do Conselho Nacional de Bragança, ou seja, a apresentação de uma moção de censura sem prejuízos da afirmação de abertura ao diálogo e de associação com os partidos democráticos e as forças sociais no sentido de se chegar a uma plataforma de Salvação Nacional com novo Governo. Não é isto o que se quer no comunicado do 1.º Ministro mas pelo contrário uma plataforma ou acordo geral de apoio a este governo e à sua política imediatamente à imposta pelo FMI. Daí, que tenha de haver da nossa parte uma rejeição frontal sobre pena de negarmos Bragança e o comunicado de 26/8/77 e 7/9/77.

O comunicada do 1.º Ministro não é mais que a repetição das teses defendidas em 25/8/77 em Nafarros e as várias posições tomadas pelos responsáveis do PS designadamente pelo seu secretário-geral.

O comunicado comporta ainda várias críticas desprimorosas e desagradáveis com o PSD que como tal não podem deixar de ser sentidas pelas bases e pelos responsáveis locais do partido.

O comunicado e discurso do Presidente da República são duas aflorações duma mesma linha e realidade política, partindo de uma negociação global que inclui o PCP quer de facto chegar a um acordo político-parlamentar PS-PSD, que permita a presente formula governativa e aguentar o governo até às próximas eleições obtendo também uma base maioritária de apoio para a política do FMI. É o sistema de corresponsabilização sem co-decisão que rejeitamos em Bragança. A nossa resposta ao comunicado tem de ser, necessariamente mais dura do que aquela que demos ao discurso do Presidente da República. Tem de ser progressivamente esclarecida a posição do PSD em relação ao Presidente da República. Parece cada vez mais claro que o Presidente da República se movimenta na cena da pequena política não sabendo, não podendo ou não querendo elevar-se ao nível do Estado. Esta actuação, tem como consequência o Presidente da República aparecer como Costa Gomes do PS ou de uma presiderialista. Mas saberá o Presidente da República o que quer e o que vai fazer? É duvidoso que saiba o que quer e o que são as outras soluções constitucionais de que fala no final do discurso.

Nem ele nem o PS são capazes de fazer história nem sequer de agir a nível do Estado. Essa é a nossa missão fundamental. É necessário ir desde já pensando, falando na revisão da Constituição e eleição de novo Presidente da República. Adiada a apresentação de moção de censura e de um ou outro modo aceitar a proposta do comunicado ou ir sequer para meras negociações exploratórias ou de esclarecimento com o PS o que politicamente é o mesmo e como qualquer das declarações prestadas pelo 1.º Ministro ontem à chegada a Paris equivale a revelar e a perder a face e prolongar a agonia da actual situação, e de ficarmos com as responsabilidades da política PS-FMI e atrás o fracasso do regime democrático. Isso, comigo, nunca! Fim de citação.

Dois dias depois um diário do Porto revela o resultado da votação na comissão política salientando em grande título constituir ele mais uma derrota para o Presidente do PSD. A minha reacção é de afastamento em relação ao partido. Comunico ao comité permanente da comissão política em 7/11/77 nos seguintes termos

constantes a respectivar: "Sá Carneiro comunicou aos presentes a decisão por si tomada, este fim-de-semana, de abandonar o partido pedindo para ela ser transmitida aos restantes membros da comissão política nacional. A posição que explicará aos militantes fundamenta-se na discordância com a linha política do Partido nas fugas sucessivas sem sanção, do que se passa na comissão política na coerência da linha definitiva e maduramente pensada, não permitiu a discussão despedindo-se dos presentes". Fim de citação.

Como resulta do esforço as divergências são as constantes das declarações de voto. Os motivos desta decisão vieram a ser comunicados ao Conselho Nacional de Lisboa.

Reporto-me à mensagem que dirigi aos militantes cujo significado e alcance se apreende melhor ante o enunciado dos factos antecedentes. Intensifica-se então a difusão de toda uma série de apreciações desfavoráveis, era considerado intratável nos círculos presidenciais para não dizer mais. Surge em 31/10 o 4.º comunicado do 1.º Ministro e a necessidade para o PSD, de perante ele assumir uma posição. E hoje conhecida a minha divergência quanto à decisão da Comissão Política Nacional. Preocupo-me muito com esta decisão mas aceitei-a com naturalidade. Dois dias depois aparecem divulgados os resultados apresentados como mais uma derrota do presidente do partido, revelação do seu isolamento e confirmação do que há semanas, sobre ele se tinha difundido. A manobra era perfeitamente clara. Aceitar a situação era ficar impossibilitado de exercer o cargo com dignidade política. Se, para além de tudo o mais divulgava mais uma votação em que ficaria vencido como poderia com firmeza e coerência sustentar publicamente posições do partido contrárias à minha convicção. Que força teriam também os nossos negociadores, sabido que eu não concordara com o início das negociações em tais condições. Em suma, continuar a exercer o cargo de Presidente nessas circunstâncias equivaleria a aceitar a diminuição das coerências e frontalidade do partido que sempre tem orientado a sua e a minha actuação. Estaria, pois, o presidente do PSD apegado ao seu cargo e ver-se-ia recusado mesmo como interlocutor válido perante os órgãos de poder, reduzido ao símbolo unitário de intransigência. Resignar-me a essa situação seria um péssimo prejuízo que se dava ao partido. Partir dela para um Conselho Nacional ou um congresso seria correr o risco de afrontamentos e de possíveis conflitos para o PSD. Por isso tomei a atitude de todos conhecida que permitiria, com menor desgaste, solucionar o impacto nacional criado. Não entenderam assim a comissão política Nacional que se demitiu, nem os órgãos locais do partido, nem os militantes que são milhares, simpatizantes e cidadãos que na semana passada se manifestaram, nem o próprio conselho nacional. A solução por este encontrada tem o meu inteiro acordo não exercendo embora o cargo de presidente, por minha própria e insistente solicitação, fico no PSD, como sempre para dar ao nosso partido tudo quanto posso. A comissão eleita e o seu presidente António Sousa Franco, contam com toda a minha solidariedade, confiança e apoio. Teremos todos os militantes até ao próximo congresso um tempo precioso de reflexão, de análise e de esclarecimento do que à nossa volta se passa. Mesmo na confusão da presente situação portuguesa a verdade vem sempre ao de cima, não prescindindo aguardar que assim suceda com total serenidade. Esta crise do partido, fomentada do exterior, veio revelar a grandeza, a maturidade e a vitalidade do PSD, dos seus órgãos e dos

seus militantes, da clareza de atitudes, civismo e de senso político manifestado por todos, a democracia saiu reforçada.

Assim se encerra o 1.º capítulo da crise que levou ao meu afastamento.

Durante o período que decorreu entre o conselho nacional e este congresso a minha única actividade política consistiu em 4 artigos para o Povo Livre, 3 dos quais publicados. Fiel à regra que a mim próprio traçara recusei todos os pedidos de entrevistas para órgãos de comunicação nacionais e estrangeiros a fim de não dificultar por qualquer modo a actuação da comissão permanente do Conselho Nacional. E se sempre estive à sua disposição, nomeadamente através do seu presidente, que assiduamente me consultou, jamais eu tomei a iniciativa dos contactos ou de interferir de alguma maneira na sua actividade.

Os meus primeiros artigos do Povo Livre, no impasse do retrocesso, causaram alguns problemas na própria comissão permanente cuja actuação elogiei, justamente no 3.º artigo intitulado "A linha certa". Entretanto, os membros eleitos da comissão permanente juntamente com Barbosa de Melo e comigo, haviam reunido com vista a discutir a alteração dos estatutos. Dessa reunião veio a resultar a proposta de alteração publicada no Povo Livre n.º 181. Ela atentava basicamente numa divisão de funções entre o Presidente do Partido e o Presidente da Comissão Política, com apreciável afastamento daquele bem como da apresentação da minha candidatura ao 1.º dos cargos. A redução de funções e correlativo afastamento deram-se a meu pedido expresso. O esquema estatutário eram uma espécie de prolongamento de situação actual em que o presidente do partido não está no exercício efectivo do cargo podendo contudo comparecer e intervir sempre que quiser. Na semana em que tal proposta é divulgada surgem dois factos novos cuja gravidade é para mim suficiente para considerar prejudicado o esquema de alteração estatutária ou melhor, o meu compromisso de candidatura à presidência do partido. Refiro-me à suspensão do meu 4.º artigo no Povo Livre intitulado "Indiferença" e à questão das tendências no interior do partido. Quanto à suspensão do artigo, foi já esclarecido nos Conselhos Nacionais de Faro e a sua continuação em Lisboa, que ela se fizera sem o meu conhecimento prévio e no parecer de Sousa Franco e da direcção do Povo Livre e sem que os membros, da comissão permanente tivessem lido o artigo suspenso. E ante a decisão que se me afigurou grave resolvi então que o artigo se não publicaria. Mais uma vez como era inevitável já que o artigo se encontrava na tipografia composto e impresso o caso transpirou e serviu como pretexto a novos ataques ao presidente do partido, mais uma vez desautorizado. Segundo a imprensa a entrevista seria um gravíssimo ataque ao Presidente da República e impossibilitaria as negociações em curso com o PS. Ambas as acusações são, a meu ver, inexactas como resulta do próprio artigo. Mas o certo é que o partido não assumiu quanto a ele o esclarecimento que se impunha como consequência de se ter registado ao ambiente anterior a 7 de Novembro. Só por este caso revelava as dificuldades de funcionamento que aliás já fora sentida entre uma direcção colectiva do partido e o seu Presidente afastado da vivência activa. A questão de tendências, componentes ou linhas dentro do partido veio agravar a situação.

Levantada numa entrevista de Sousa Franco a que o Expresso deu ampla divulgação tal que esta veio a ser discutida nas duas últimas sessões do Conselho Nacional. Tendo a existência de tendências defendido a personalidade dos intervenientes. Haveria assim, dentro do PSD, uma tendência, leitura ou grupo social-liberal predominante nas grandes massas do Norte e Centro do País identificadas comigo e uma tendência, leitura ou grupo mais socializante partidária de uma actuação mais moderada, mais social democrata com particular incidência nos quadros intermédios dos técnicos e pequenos e médios empresários.

Esta visão do partido não é minha e causou-me grande surpresa e estranheza. Em termos de opinião pública as consequências foram imediatas, logo se distinguindo a linha ou tendência rural, Sá Carneiro, e a linha ou tendência urbana mais social-democrata identificada com Sousa Franco. Nem por isto não corresponder às intenções ou à visão pessoal de um ou de outro, conforme foi esclarecido, deixou de constituir ainda hoje, um facto político a ter em conta. Ele inutilizou definitivamente, para mim, o esquema de alteração estatutária previsto.

Como facilmente se compreenderá, para além da discordância de fundo e de, em termos de opinião pública, estar identificado com uma das tendências impedia-me de aceitar a presidência no esquema centrado. Não só isto diminuía o cargo como permitia a ilacção que me foi tirada em termos confiados por um comentarista político do nosso partido de que a dupla presidência correspondia às duas tendências, o que além de inexacto nunca estivera nas intenções dos intervenientes na proposta.

Por último, a questão viria a permitir que de futuro os membros do partido, sem responsáveis e dirigentes, se identificassem à vontade com uma ou outra das tendências ou com as respectivas figuras polarizadoras, demarcadas da outra, o que iria implicar uma permanente divisão, um antagonismo com graves prejuízos para o partido.

Estas as razões que me levaram a comunicar face à comissão permanente e ao conselho de jurisdição a não aceitação de ser eleito presidente ou dirigente do partido tendo como prejudicado o esquema proposto.

A pedido da comissão permanente não fiz em Faro a comunicação que a esse respeito tencionava efectuar só vindo fazê-la em Lisboa.

Entretanto, a comissão permanente retirou a referida proposta e assim deu publicamente a conhecer em comunicado cuja existência e termos descortezes, veio aumentar o clima de mau estar ao responsabilizar-me da situação que não esclareceu e possibilitar novos ataques em termos de agravamento de divergências internas, tudo enfraquecendo a nossa posição de partido e dificultando a actuação dos seus dirigentes.

Mesmo antes de entrar na matéria relativa à alteração estatutária não quero deixar de frisar que os nossos estatutos reconhecem o direito à tendência, não sucede daí que existam tendências diferenciadas ou organizadas. Não é como o seu simples enunciado em palavras que elas ganham força. Só se poderá mesmo falar em tendência depois de se demonstrar que elas existem, que são assumidas concretamente por militantes do partido, que têm conteúdo ideológico, pro-

gramático e estratégico e que se encontram devidamente quantificadas. Até isso se verificar não me parece que, para quaisquer efeitos, se possam obter linhas ou tendências diferenciadas. As palavras não bastam e aos que sustentam a sua existência dirijo um convite para que as consubstanciem e pontifiquem a fim de permitir daí, enfim, extrair as devidas consequências.

Posto de lado nos termos expostos o referido projecto de alteração de estatutos entendi ser meu dever comunicá-lo ao Conselho Nacional.

Ainda no campo das razões de ordem pessoal foi-me perguntado no último Conselho Nacional, se a minha atitude se baseava em motivos de ordem familiar, profissional e de saúde. Vale a pena dar novamente aqui a resposta.

Para que não fiquem quaisquer dúvidas a justificar tais perguntas e o estado de espírito que elas revelam.

Motivos familiares nada têm a ver com a minha decisão. A minha situação familiar modificou-se há cerca de dois anos mas tal nenhum reflexo teve nem tem na minha actuação e nas minhas atitudes políticas. Quanto à minha vida profissional que a quase nada se foi reduzindo penso reatá-la, o que não seria incompatível com o exercício de um cargo na direcção do partido. Tal como sucede com os mais dirigentes, creio que sem excepção, especialmente desde que renunciasses ao mandato de deputado, o que tenciono fazer. Vejamos por último a questão da minha saúde sobre a qual bastante se tem especulado e nem sempre inocentemente. Nos últimos tempos voltei a sofrer perturbações no aparelho digestivo causadoras de mal estar e de depauperamento relacionadas com a operação a que fui submetido em 1975. Está já averiguado que não se trata de algo de grave mas sim de defeito funcional e de absorção que requer alguns cuidados e uma certa moderação no dispêndio de energias e portanto, da actividade. Neste momento encontro-me melhor mas necessito recuperar inteiramente devendo ter uma actividade de acordo com esta recuperação e de um modo geral mais calma e organizada de que aquele que tive enquanto exerci o cargo de presidente. Em resumo, as razões de saúde não são decisivas quanto à minha atitude mas sim adjuvantes já que era possível encontrar um esquema de actividade política e profissional, esta complementar e mais calma, compatível com as razões de saúde.

Não quero aproximar-me do termo deste longo depoimento sem uma palavra quanto ao futuro do partido:

Apesar de tudo, o meu sentimento é de confiança e de esperança. A obra destes quatro anos passados vai continuar, alicerçada, como sempre, no esforço dos militantes e na conjugação dele com o dos dirigentes. O PSD tem revelado bem ter militantes e dirigentes à altura das suas responsabilidades e da sua crescente importância. Uma melhor articulação entre uns e outros permitirá aumentar a eficácia do esforço de todos.

Não devemos ter ilusões quanto ao futuro. A social-democracia portuguesa tem um papel essencial a desempenhar, mas, quando a situação geral é má, a sua tarefa não vai ser fácil, nem imediatamente compensadora.

São grandes as possibilidades de crescimento do Partido no contexto actual. Na minha opinião, não se trata tanto de disputar eleitorado aos outros partidos, como de dinamizar a vida nacional, restituir às pessoas um mínimo de confiança e de esperança, fazê-las sair da apatia e indiferença em que se encontram, em suma conquistar para a democracia activa, para a social-democracia, a grande massa dos abstencionistas que constituem percentagem maior do que a de qualquer dos partidos.

Trata-se em suma, de transformar a "mediocracia" em que nos vamos afundando, num regime em que a liberdade, a igualdade e a solidariedade não sejam promessas vãs.

Para essa tarefa, que é a do PSD, conta ele sempre com a minha dedicação e esforço de militante.

Foi esse mesmo o sentido deste meu depoimento. Lamento que ele se tenha revestido de aspectos pessoais, mas pareceu-me isso absolutamente indispensável à clarificação da situação político-partidária e à própria definição da linha política do partido. Temos de assumir situações e responsabilidades. Foi o que procurei fazer, Mas temos também de discutir questões concretas e não quesílias; -assim procedi.

Por isso, pela minha parte considero definitivamente encerrado o capítulo pessoal. Consideraria um erro grave que sobre ele nos concentrássemos e, quanto a mim não estou a isso disposto.

Termino por propor, à guisa de conclusão, o elenco de algumas questões que me parece prioritário esclarecer.

Quanto à situação interna do PSD o problema essencial para além da questão estatutária a versar no ponto seguinte da ordem dos trabalhos parece-me ser o problema das tendências.

Há ou não no PSD tendências, linhas ou leituras programáticas diferenciadas?

Se as há, quais são, quem as representa, qual o seu peso quantitativo, quais os seus aspectos organizativos?

Se as não há, reputo indispensável que tal fique claramente e publicamente estabelecido neste Congresso.

Pelo que se refere à linha política, à parte as divergências apontadas considero certa, na sua estratégia, a que foi seguida desde o Congresso de Leiria até aqui, com destaque para as conclusões do Conselho Nacional de Bragança.

Entre o PSD e o PS tentou-se em Março, uma aproximação a propósito da lei de definição dos limites entre sector público e sector privado. Houve, em geral, acordo quanto à lei regulamentada, mas o PS não deu cumprimento a vários aspectos dessa aproximação, que permitiriam concretizá-la e aprofundá-la.

Mais tarde surgiu a tentativa da convergência democrática, que se gorou por recusa do PS, traduzindo-se apenas num acordo de consultas, em vários pontos de análise e algumas propostas comuns com o CDS.

A propósito da Lei da Reforma Agrária esboçou-se novamente a perspectiva de um acordo com o PS. Chega a estabelecer-se um convénio verbal, a que mais uma vez os socialistas faltaram, e firma-se um acordo parlamentar de consultas entre os dois partidos, que se revelou de pouco alcance e diminuta utilidade.

A situação hoje criada com os acordos PS-CDS é radicalmente diferente e prejudica, em meu entender, os acordos existentes com ambos os partidos, que aqui devem ser denunciados ou considerados caducos.

Mas esse é apenas um aspecto menor.

As questões fundamentais dizem respeito à estrutura do Estado, ao sistema económico e social, à Constituição, ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao papel das Forças Armadas na política, à transição do movimento de Abril para uma democracia plena. Tudo isto, é certo, no horizonte de 1980. Ponto é saber se esses problemas deverão ou não ter incidência e expressão pública na linha política do Partido que aqui foi aprovada.

Um outro ponto diz respeito às nossas posições face aos demais partidos. Devemos nós, como querem alguns, procurar um entendimento preferencial com o PS? Ou, pelo contrário, devemos pôr de parte tal tipo de acordo e orientar-nos apenas pela procura de uma plataforma e de um Governo de Salvação Nacional conseguidos entre os três partidos democráticos, com exclusão do PCP, mantendo-se o PSD até lá como partido de oposição, sem estar ligado por quaisquer acordos designadamente de índole parlamentar?

Deve ou não o PSD defender em alternativa à plataforma e Governo de salvação nacional a realização de eleições gerais antecipadas?

Eis algumas das interrogações que considero importantes responder neste Congresso, sem que nos deixemos enleiar em aspectos secundários.

Tem-se às vezes a impressão de que nos deixamos absorver demasiado pelo problema do Governo, de participarmos ou não nele.

A linha aprovada em Bragança parece-me muito clara e consiste em sermos oposição até que haja um Governo de salvação nacional. Se assim for, há que determinar como ser oposição e a quem nos opormos.

É tempo de terminar. Omiti a análise mais recente visto já há mais de dois meses estar afastado da direcção activando Partido. Outros a farão, por certo.

O essencial é que, com o calmo contributo de todos, o PSD saia deste Congresso com uma posição clarificada, interna e externamente, e por isso mesmo fortalecida, desde que todos saibamos respeitar e acatar as decisões aqui tomadas."

Porto, 28 de Janeiro de 1978

1.17. 2.^a Intervenção no Congresso do PSD - Porto - 28 e 29/1/78

Meus amigos!

Eu supunha ter sido suficientemente claro na minha 1.^a intervenção e na intervenção quase no início da discussão dos Estatutos sobre a minha posição. Vejo que assim não sucedeu, o defeito foi meu, disso me penitencio e repito aqui concisamente aquilo que disse no princípio do congresso, e o que disse no princípio desta discussão.

Em 1.º lugar, eu hoje, congratulei-me com a circunstância de todo este nosso Congresso decorrer num clima de serenidade de frieza e de lucidez que é indispensável à tomada das decisões e disse que esperava que assim continuasse e espero. Em 2.º lugar, disse que tinha havido e há divergências políticas sem intransigências, mas com respeito com as posições mútuas entre mim e algumas pessoas da Direcção do Partido. E de facto assim é, viram quando foi votada a moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa e eu me abstive. Disse na minha 1.^a intervenção, ontem, que me parecia necessário que o Partido seguisse uma linha mais ousada, mais crítica, se quisermos mais dura, mas que eu próprio, disse-o ontem, reconhecia que isso talvez não conviesse ao Partido. Nem sequer, possivelmente, era adequado à composição do Partido. Isto porquê, porque me parece e repito aquilo que disse ontem que para a defesa da democracia é necessário denunciar as situações, contestar o próprio sistema, falar desde já da revisão da Constituição, não poupar as críticas quando merecidas, é evidente, ao Presidente da República, sabermos ser oposição frontal. É essa a minha visão da situação, compreende-se que o Partido tem de seguir com esta política em que vivemos e em que eu acredito pouco, e em cujas figuras principais dos outros partidos eu não acredito nada, numa situação em que o próprio Presidente da República, dado o tempo decorrido do seu mandato, me parece já nos ter decepcionado definitivamente. É esta a minha visão pessoal, mas nem quis, nem quero impô-la ao Partido, nunca houve da minha parte, qualquer tentativa de imposição seja do que for e compreendo que o Partido tenha de seguir, fazendo esta política que é a que temos, que tenha de seguir uma linha mais moderada, que tenha de ser muitas vezes conciliador em relação a personalidades e em relação ao próprio Presidente da República, e foi por isso que eu tendo tratado com a necessária clareza na minha intervenção de ontem a situação, pus as questões, não apresentei nenhuma alternativa de estratégia, não concordei inteiramente com aquela que foi aprovada pelo Congresso. Parece-me na minha visão pessoal, mas fui o único que se absteve, que fica aquém do necessário. Trata-se portanto de uma divergência de estratégia de se quisermos, duas linhas quanto à estratégia do Partido. Uma que é a minha pessoal, outra que é a da maioria do Partido, que é a do Congresso, que é a da maioria dos dirigentes, que inteiramente respeito. Mas como eu disse ontem, acho que sobretudo quanto a continuidade, só se pode fazer, validamente, com eficácia, aquilo em que se acredita. E por esta circunstância, que para mim é a circunstância principal das que salientei ontem, entendo que não devo nem posso, para bem do partido, para meu próprio bem, mas

sobretudo para bem do partido, aceitar o cargo de Presidente do Partido ou um cargo na sua direcção.

Havendo essas divergências, havendo estas linhas diferenciadas, pois eu peço que respeitem a minha coerência, como eu respeito a dos outros. Pois concerteza que em face disto, não se trata de poder ou não poder construir a minha própria equipa, de fazer ou não fazer as minhas oposições. Trata-se de uma realidade, uma realidade que é a sociológica do Partido, que é a nossa realidade sociológica de portugueses e trata-se da minha visão. E vendo isto assim, aquilo que esta tarde eu disse é que eu sou do Partido, eu continuo no Partido e para marcar bem a minha disponibilidade, para marcar a minha aderência ao Partido, eu aceito ser membro do Conselho Nacional mas não mais do que isso. E esta proposta dos estatutos quanto aos órgãos nacionais, eliminando o cargo de presidente, mantendo uma comissão política que dentro de uma determinada linha deve ser homogénea, esta solução salvaguarda a unidade do Partido e esse é um bem primordial que todos temos de preservar. Por isso disse que dava o meu apoio a esta proposta de alteração dos Estatutos, quanto à composição dos órgãos nacionais. Que fique bem claro que este é o meu partido e que nele continuarei, não num cargo de direcção mas num cargo de militância activa e para significar que estou disposto a ficar no Conselho Nacional. Não como Presidente do Conselho Nacional, porque isso recusei, mas como membro do Conselho Nacional, e não me sinto absolutamente nada diminuído com isso, podem crer, muito pelo contrário; eu creio que isto é uma prova do meu amor ao Partido, da minha militância, da minha autêntica dimensão de social-democrata.

As divergências políticas entre os homens, são respeitáveis e devem respeitar-se. É isto que existe e nada mais. Não há incompatibilidades pessoais, não há ódios nem rancores, repito o que disse no principio da tarde.

Não tenho incompatibilidades pessoais seja com quem for, mas desta diferença de linhas faz com que se torne difícil constituir equipas com pessoas que acho absolutamente necessárias ao Partido. Vamos portanto, é o meu ponto de vista, é a explicação que me pediram, continuar com o Partido, com esta solução estatutária quanto aos órgãos nacionais, e vamos depois aqui eleger as pessoas que consideramos, mediante votação, mais capazes para desempenhar os respectivos cargos. O facto de eu deixar de ser Presidente do Partido, o facto de não ser presidente ou membro da comissão política em nada afecta a grandeza deste Partido, em nada afecta as suas possibilidades de futuro. Como eu disse em Leiria, no nosso Partido não há personalidades carismáticas, não há personalidades indispensáveis, há apenas, dedicação à social-democracia. E mediante ela nós faremos crescer o nosso Partido, seja quem for que mediante uma votação legítima, esteja à frente dos seus destinos. Era isto que queria dizer, muito obrigado a todos.

Eu creio que embora as coisas estejam ligadas, não devemos sobrevalorizar demasiado uma palavra numa moção.

Se me abstive quando se votou a moção Marcelo Rebelo de Sousa, foi para marcar que não discordava dela, mas a achava insuficiente. Em vários aspectos, e se cotejarem as posições da minha intervenção de ontem com as posições da moção, vêem as diferenças. É também quanto à revisão da constituição, é quanto ao

próprio Presidente da República, não se trata apenas da questão da oposição. A questão foi levantada e eu não fujo a dizer o que penso, e aquilo que eu continuarei a sustentar no Conselho Nacional se para ele for eleito.

Que é que penso quanto à oposição?

Entendo que a nossa postura diante deste governo não deve ser a mesma que adoptamos face ao primeiro Governo Constitucional.

Este era minoritário e isso explicou, em muito, uma certa complacência, que nós, e muito bem, tivemos.

Demos-lhe um tempo de espera porque era o primeiro Governo, muitas vezes não intensificamos a nossa oposição, porque sendo minoritário corríamos o risco de o derrubar antes do tempo. Aceitamos colaborar no aperfeiçoamento, quando não na feitura de algumas leis. E esta foi a posição certa que eu próprio defendi. Face a este Governo, entendo que não poderemos dar um tempo de espera aos Srs. Ministros para se habituarem às suas pastas, acho que este Governo tem de começar já a mostrar o que vale ou o que não vale.

Mas a oposição selectiva, não a excluí, não façamos da oposição selectiva um cavalo de batalha. Para mim interpreto deste modo. Somos um Partido de oposição. Este Governo é maioritário, não precisa dos nossos votos para se manter. Uma exigência à regra da clareza da democracia o governo deve contar com o seu apoio maioritário e a oposição só lhe deve dar os votos quando concorde 100% com as posições do Governo. Caso contrário deve recusar-lho. Nós somos oposição constitucional, isto é, oposição dentro do sistema constitucional, que nós próprios aceitamos e que vigorará até à próxima revisão. Mas como oposição constitucional temos um amplo papel a desempenhar, na fiscalização dos actos do executivo e da administração, na própria rejeição das leis que não se nos afiguram cem por cento certas, na crítica e na exigência, na resistência constitucional aos arbítrios do poder, na defesa das pessoas, especialmente dos mais desfavorecidos.

Isto são papéis da oposição e o facto de lá estar selectiva, não diminui, dá apenas uma orientação. Eu por mim preferia que disséssemos que somos oposição sem quaisquer adjectivos, oposição tout-court.

Mas não façamos um cavalo de batalha do adjectivo selectivo; mas repito a questão fundamental não é essa, a questão fundamental já a pus aqui com toda a clareza, com toda a crueza e é em face dela que nós devemos encontrar as soluções. Repito mais uma vez, esta parece-me ser a solução estatutária, parece-me ser a solução que preserva a unidade do partido, parece-me ser a melhor solução para o Partido. Eu agradeço e sou sensível a todas as manifestações de entusiasmo e de apreço que aqui foram trazidas, mas não deixemos que esse entusiasmo e apreço, no meu ponto de vista, imerecidos, porque eu não fiz mais do que ser militante do Partido, militante número um por ordem de numeração, não deixemos que esse entusiasmo e esse apreço nos oculte as dificuldades da situação e sobretudo não permitamos que eles não nos deixem adoptar a solução possível. Pode não ser a melhor, mas não queiramos o óptimo, queiramos o

possível, para que o Partido continue a singrar, para que o Partido continue a contar com todos os seus militantes, entre os quais eu me conto. Muito obrigado.

1.18. Artigo publicado no "Diário de Notícias" - 30/1/78

CARGO DE PRESIDENTE ELIMINADO NOS NOVOS ESTATUTOS

SÁ CARNEIRO NÃO RETOMOU A PRESIDÊNCIA DO PSD

Sá Carneiro não foi reconduzido na presidência do Partido Social-Democrata. Esta foi, em termos de opinião pública, a decisão mais saliente do v Congresso Nacional do PSD, paralelamente à aprovação, quase por unanimidade - só o ex-presidente se absteve - de uma moção representada por Marcelo Rebelo de Sousa, em que se manifesta a intenção de "praticar uma oposição firme mas selectiva ao Governo PS-CDS".

O facto de Sá Carneiro não querer candidatar-se ao cargo de presidente do PSD motivou uma alteração profunda nas estruturas directivas do partido. Para começar, deixa de existir o lugar de presidente e os de vice-presidente, passando a competir à Comissão Política a orientação estratégica do partido. A sua frente ficará Sousa Franco, tendo como secretário-geral Sérvulo Correia. Os restantes órgãos que resultaram da nova formulação estatutária são a Mesa do Congresso, presidida por Nuno Rodrigues dos Santos, o Conselho Nacional formado por 30 elementos, e o Conselho de Jurisdição, presidido por Luís Brito Correia.

Enquanto para a eleição dos outros órgãos houve sempre lista única, pára a do Conselho nacional surgiram cinco listas, todas elas encabeçadas por Sá Carneiro, facto que garantia ao antigo presidente do partido um lugar seguro neste órgão social-democrata. Do apuramento dos resultados saiu vencedora a Lista E, com 279 votos, seguida de uma certa distância pela lista B, que obteve 117 votos. O elenco final será indicado pelo método de Hondt.

Quanto à moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa, que viria a provocar acalorado debate na Assembleia conforme se pode ler na página 3, no noticiário dos nossos enviados especiais Simões Ilharco e Encarnação Viegas, alguns dos seus pontos não são totalmente convergentes com as linhas da exposição inicial de Sá Carneiro.

SÁ CARNEIRO EXPLICA AFASTAMENTO

"NÃO SOU A PESSOA INDICADA PARA A MODERAÇÃO QUE CONVÉM"

"Seja qual for a redacção estatutária, entendo não dever candidatar-me a qualquer cargo de direcção do partido nomeadamente o de seu presidente".

Com estas palavras respondeu Sá Carneiro, no sábado, a uma das principais interrogações que se formulavam fora e adivinharam no interior da sala onde decorreu o congresso social-democrata.

O ex-presidente do PSD, reafirmando posições anteriores, justificou assim a atitude que acabava de anunciar: "prejudicados como estão, em face da experiência recente esquemas de semi-afastamento da minha parte, restavam duas alternativas: a de me manifestar disposto a reassumir plenamente um cargo na direcção do Partido, como tal aceitando a candidatura, ou a de me não candidatar. Optei pela segunda alternativa".

E depois:

"Da descrição já feita dos últimos acontecimentos da vida do partido, bem como da experiência anterior, resulta clara que em mim e à minha volta se têm concentrado as crises do partido; em mim especialmente são polarizados os ataques, e sou ainda eu quem, em termos de opinião pública e em privado é especialmente apontado, como o grande obstáculo às boas relações com o Presidente da República, com os socialistas, com os militares e com as várias forças em geral. Tenho como inexacta e infundada essa imagem, mas o certo é que ela existe. E é a da intransigência, intratabilidade, agressividade e instabilidade do actual presidente do partido.

Ora isso é, para o PSD e para mim, um grande factor negativo e apresenta portanto, uma razão de peso para o meu afastamento.

Este permitirá também suprimir a figura à volta da qual se geraram várias crises internas do partido, substituindo-a por outra menos "polémica" que dê ao partido maior tranquilidade interna. Assim se evitarão, suprimindo-lhes a causa, ataques ao partido vindos do exterior e também, suspeições e críticas oriundas algumas vezes, do seu interior".

Sublinhando a sua convicção de que "esta é uma experiência que o PSD tem de efectuar, a qual lhe possibilitará também a sua clarificação interna", Sá Carneiro, após confessar que nestes anos de vida do partido houve, na sua direcção, "algumas dificuldades e divergências", acrescentou: "Devo, no entanto, salientar que a principal divergência de fundo que me parece persistir, e necessitar, como outros pontos, de esclarecimentos, só por reflexo ocorre em relação a mim, já que directamente respeita à linha estratégia do próprio partido: refiro-me às posições dos que, mesmo após os conselhos nacionais de Viana e Bragança, continuaram a sustentar publicamente que o PSD se devia orientar para um entendimento preferencial com o PS."

Sá Carneiro explicou: "Não se trata, quanto às questões que invoquei, nem de antagonismos nem de incompatibilidades pessoais, mas de situações objectivas que considero inaceitáveis". E apontou outro motivo da decisão tomada, que considerou "simultaneamente pessoal e de ordem política geral":

"Não vou alongar-me na análise da situação portuguesa. É conhecido o meu pessimismo quanto ao que entre nós se passa e à evolução provável (...) Estou convicto de que a democracia é possível e indispensável em Portugal. Mas parece-me que, pelo caminho que as coisas levam, corremos sério risco de perdê-la. Haveria, quanto a mim, que começar por descrever a situação calamitosa em que nos encontramos. E partir daí para construir uma nova política, que não hesitasse em atacar frontalmente os problemas de fundo, fossem eles, como são, entre outros,

os que se referem à organização democrática do Estado, os da Constituição e do Presidente da República. Não podem esses ser resolvidos imediatamente mas começar já a atacá-los é dar às pessoas a esperança nova de que alguma coisa de fundamental pode mudar, porque há quem tenha coragem para ir ao fundo das coisas, e é também contribuir, desde já, para a procura de uma solução".

"SINTO A URGÊNCIA DE UMA ATITUDE MAIS DURA"

E Sá Carneiro prosseguiu:

"Será uma linha destas possível para o nosso partido, com todas as implicações que ela comporta? Sinceramente parece-me que não é. Nem tudo depende do PSD, como é evidente. O partido tem de observar as limitações existentes no meio em que se move, tem de temporizar muitas vezes com entidades e forças com um diverso sentido da política. Tem ainda o PSD de respeitar as limitações internas que advêm do próprio estado sociológico dos militantes responsáveis e dirigentes. Imersos, em maior ou menor grau, no sistema, são por isso mesmo limitadas as possibilidades que têm de o contestar em grau elevado. Essa é, também, uma apreciável limitação que este ou qualquer partido democrático não podem deixar de ter em conta.

Tenho para mim que a subsistência do regime democrático depende da crítica e, oportunamente, da modificação do sistema económico-político em que vivemos.

Compreendo e aceito que o PSD não possa enveredar por essa linha e tenha de ter uma estratégia mais moderada, frequentemente de temporização. Essa contradição leva, no entanto, a que não me sinta eu, que sinto a urgência de uma atitude mais dura e clara, a pessoa indicada para dirigir e representar o partido, que tem de seguir uma orientação mais moderada. Sobretudo, em continuidade, só é possível fazer bem o que se faz convictamente com sentido de sinceridade e de utilidade. Eu, como presidente do partido não estava nessas condições dentro da linha que julgo possível o partido seguir".

Sá Carneiro fez a seguir uma apreciação do sistema político vigente, o qual, segundo disse, "tem ainda uma forte, para mim predominante, componente militar do Poder centrada hoje no Presidente da República e, ao que parece, activamente ainda perflhada por membros do Grupo dos Nove". E afirmou depois:

"Ora, é sabido que as minhas posições de crítica frontal a um e outros não criaram um clima propício entre nós o que igualmente desaconselha a minha presença na direcção do partido".

Referindo ainda, a sua descrença e desencanto "perante a actual política portuguesa e as personalidades cimeiras que nela se movem". Sá Carneiro disse também que "o PSD tem revelado bem ter militantes e dirigentes à altura das suas responsabilidades e da sua crescente importância", mostrando igualmente a sua crença na social-democracia Portuguesa, que "tem um papel essencial a desempenhar", para equacionar depois as perspectivas que se abrem ao PSD no quadro da política portuguesa, salientando:

"São grandes as possibilidades de crescimento do partido no contexto actual. Na minha opinião, não se trata tanto de disputar eleitorados aos outros partidos, como de dinamizar a vida nacional, restituir às pessoas um mínimo de confiança e de esperança, fazê-las sair da apatia e indiferença em que se encontram, em suma, conquistar para a democracia activa para a social-democracia, a grande massa dos abstencionistas que constituem percentagem maior do que a de qualquer dos partidos. Trata-se em suma, de transformar a "mediocracia" em que nos vamos afundando, num regime em que a liberdade, a igualdade e solidariedade não sejam promessas vãs".

A terminar, Sá Carneiro, após justificar-se dos aspectos pessoais que, por vezes, terão caracterizado a sua exposição, levantou algumas questões que, como salientou "parece prioritário esclarecer". Assim interrogou o dirigente político:

"Há ou não no PSD tendências, linhas ou leituras programáticas diferenciadas? Se as há, quais são, quem as representa, qual o seu peso quantitativo, quais os seus aspectos organizativos? Se as não há, reputo indispensável que tal fique claramente e publicamente estabelecido neste congresso".

E a seguir, numa apreciação final, Sá Carneiro, considerando certa, à parte as divergências apontadas, a linha política seguida pelo partido desde o congresso de Leiria, lembrou alguns pontos das relações dos sociais-democratas com o Partido Socialista, desde a aproximação verificada a propósito da lei de definição dos limites entre os sectores público e privado até à discussão da lei da Reforma Agrária, para estabelecer, a seguir, um paralelo com o acordo, firmado entre aquele partido e os centristas, afirmando a dado passo:

"A situação hoje criada com os acordos PS-PSD é radicalmente diferente e prejudica, em meu entender, os acordos existentes com ambos os partidos, que aqui devem ser denunciados e considerados caducos".

E depois:

"As questões fundamentais dizem respeito à estrutura do Estado, ao sistema económico e social, à Constituição, ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao papel das Forças Armadas na política, à transição do movimento de Abril para uma democracia plena. Tudo isto, é certo, no horizonte de 1980. Ponto é saber se esses problemas deverão ou não ter incidência e expressão política na estratégia do partido que aqui for aprovada. Um outro ponto diz respeito às nossas posições face aos demais partidos. Devemos nós, como querem alguns, procurar um entendimento preferencial com o PS? Ou, pelo contrário, devemos pôr de parte tal tipo de acordo e orientarmo-nos apenas pela procura de uma plataforma e de um Governo de salvação nacional conseguidos entre os três partidos democráticos, com exclusão do PCP, mantendo-se o PSD até lá como partido de oposição, em estar ligado por quaisquer acordos designadamente de índole parlamentar? Deve ou não o PSD defender como alternativa à plataforma e Governo de salvação nacional a realização de eleições gerais antecipadas? Eis algumas das interrogações que considero importantes responder neste Congresso, sem que nos deixemos enleiar em aspectos secundários. Tem-se, às vezes, a impressão de que nos deixamos absorver demasiado pelo problema do Governo, de participarmos

ou não nele. A linha aprovada em Bragança parece-me muito clara e consiste em sermos oposição até que haja um Governo de salvação nacional. Se assim for, há que determinar como ser oposição e a quem nos opormos".

1.19. Entrevista a "O Comércio do Porto" - 16/2/78

AFASTAMENTO DA ACTIVIDADE POLÍTICA EM GERAL E NÃO SÓ DO PSD

Algumas sombras pairavam ainda sobre o voluntário afastamento do dr. Sá Carneiro da direcção do PSD. Para todos quantos, no seio do segundo maior partido, se "recusam" a aceitar o novo estado de coisas, a mensagem de Sá Carneiro é muito clara: "Não há que pensar em hipóteses de regresso, ou em Congressos extraordinários. Estou efectivamente afastado da direcção do partido e assim continuarei, pois não tenciono regressar."

Mas as especulações não se quedavam por aí. Em muitos círculos, fala-se já de reajustamentos partidários, aventa-se mesmo a formação de grandes movimentos de massas. Também a esses, Sá Carneiro responde categoricamente: "A minha actual posição é também de afastamento da actividade política em geral e não só da do PSD, pelo que não tenho quaisquer projectos políticos."

Na entrevista que concedeu a "O Comércio do Porto", Sá Carneiro fala sinceramente do "preço" desse seu afastamento político. Com lisura e sem ressentimentos. Discordando embora da base de formação e da composição do actual Governo - do qual, diz, não há muito a esperar -, Sá Carneiro reconhece-o como legítimo e democrático, pelo que, afirma, "podemos ter Governo para muito tempo."

Recusando a si mesmo o papel de "reserva partidária", o fogaoso líder do PPD-PSD descola conscientemente da vertiginosa carruagem dum PREC em segunda fase, tomando lugar, com rara lucidez, nas segundas filas da imensa plateia. Como muitos outros, ele verá passar esta geração de políticos em transição. Como muitos outros, ele irá fazendo a sua reciclagem interior, num percurso de enriquecimento ideológico. A História, mais do que pelos que ficam, é feita pelos que foram e pelos que não-de vir...

"Comércio do Porto - Ainda no rescaldo do seu pedido de demissão de Novembro - e para além dos motivos e objectivos -, resultou uma situação de profunda descrença e cepticismo quanto ao actual sistema político-económico. Essa posição pessoal tem alguma coisa a ver com a crise governativa que então sobreveio?"

Sá Carneiro - A minha posição pessoal de descrença face à política e aos políticos portugueses nada tem a ver com a queda do I Governo. Esta foi apenas um episódio, embora bastante revelador, especialmente quanto ao comportamento do PS, que quase pediu os votos dos comunistas e que disse ao CDS o que agora desdiz em palavras e actos.

"CP." - Teve, no seio do PSD, papel activo nas negociações interpartidárias que se seguiram, primeiro sob a égide do Presidente da República e, depois, do PS?

S.C. - Não tive qualquer papel, intervenção ou sequer influência nas negociações que se seguiram à queda do Governo Sousa Franco ia-me informando do que se passava, mas todas as negociações foram orientadas e conduzidas pela Comissão Permanente do Conselho Nacional que para tal estava por este mandatada.

"CP." - Acha que, da parte do PSD, essas negociações foram bem conduzidas?

S.C. - Quanto a mim essas negociações foram bem conduzidas, como de resto afirmei publicamente num dos artigos do "Povo Livre."

"CP." - Qual o significado real, nesse contexto, da suspensão da "Convergência Democrática"?

S.C. - Tão pouco participei na decisão de suspender o acordo com o CDS. Apenas lhe dei o meu acordo, quando sobre ela Sousa Franco me consultou, pois me pareceu justificada, em face do que me foi relatado acerca do avanço das negociações entre o CDS e o PS sem que aquele nos informasse devidamente.

"CP." - Então, de mãos livres, o PSD continuava a apostar em uma plataforma tripartida, ou jogava num acordo preferencial com o PS? Ou isso visava apenas uma maior intervenção presidencial?

S.C. - O PSD, vinculado como estava pelas decisões dos Conselhos Nacionais, continuou, evidentemente, a defender uma plataforma democrática de salvação nacional com apoio dos três partidos democráticos, com exclusão do PCP, e mais activa intervenção presidencial, sem a qual, dadas as circunstâncias, essa política de salvação nacional não era, quanto a mim, possível. Mas foi afinal a intervenção presidencial que, ao que parece, contribuiu decisivamente para consumir a actual fórmula governativa.

"CP." - Pouco antes do "agrément" presidencial à fórmula PS-CDS, vislumbrou-se um meteórico "volte-face" nas negociações com o eventual regresso do dr. Sá Carneiro ao cenário político activo. Nessa altura, estava reunido, extraordinariamente, em Lisboa, o Conselho Nacional do PSD. Não teria havido, então, uma certa precipitação - a tal história dos "comboios em andamento" de Jaime Gama - por parte do PSD?

S.C. - Sei desse assunto o que no Conselho Nacional ouvi. A base da deliberação foi o relato de Sousa Franco após a conversa que, a pedido deste, teve com Mário Soares. Desse relato via-se que havia da parte do Primeiro-Ministro indigitado o desejo de reatar negociações com o PSD, dada a quebra das negociações com o PCP. Parecendo ao Primeiro-Ministro improvável a aceitação da fórmula PS-Independentes-CDS, e sendo possível que a alternativa fosse um Governo presidencial, manifestava esse desejo de retomar as negociações. Foi a isso que o Conselho disse sim, o que achei bem, embora sem acreditar no êxito de tais diligências nem no empenho delas do PS, tal como declarei na reunião. Não houve, pois, da nossa parte, qualquer participação nem qualquer fundamento para histórias de comboios.

"CP." - Foi Mário Soares quem fechou a porta às negociações?

S.C. - Foi efectivamente o Primeiro-Ministro indigitado quem logo a seguir pôs fim às negociações, fazendo gorar a expectativa que ele próprio tinha aberto na véspera, como foi esclarecido por Sousa Franco. O PS manteve a sua posição de só efectuar acordo governamental com um dos partidos - PSD ou CDS - e não com os dois.

"CP." - As resoluções daquele Conselho Nacional do PSD terão tido alguma coisa a ver com isso? Crê que o rumo das coisas teria sido diverso se, por exemplo, desse Conselho Nacional tivesse resultado o seu afastamento da Direcção política do partido?

S.C. - Com isso nada tiveram a ver as resoluções do Conselho Nacional ou a composição da equipa negociadora, nem tão pouco, creio eu, a minha presença na Presidência do Partido.

"CP." - Acha que o acordo PS-CDS corresponde aos pressupostos e princípios até aí expostos pela Presidência da República?

S.C. - Não considero a solução governativa PS-CDS correspondente às condições de estabilidade e de coerência exigidas em comunicados da Presidência: ela não é estável porque carece de coerência. Por isso mesmo os acordos básicos tiveram de ser vagos e genéricos. Há apenas, na actual fórmula governativa um encontro de duas apetências de poder, com a conseqüente partilha deste. Tanto a fórmula como o modo pelo qual tem sido defendida dentro e fora da Assembleia, são uma manifestação daquilo que eu tenho chamado de "integral-situacionismo."

"CP." - Teria sido a Presidência da República ultrapassada, na ponta final das negociações, pelo PS?

S.C. - Não me parece que tenha havido ultrapassagem da Presidência. Pelo contrário, segundo afirmações do vice-presidente do CDS, feitas recentemente num semanário, teria sido o próprio Presidente da República quem pressionou (sic) o Primeiro-Ministro a ir para a frente com a fórmula actual, quando este se mostrava disposto a desistir de formar Governo. Será pois o actual Executivo de especial responsabilidade presidencial, conforme referia o vice-presidente do CDS.

"CP." - A alternativa dum programa de Salvação Nacional, que vantagens traria?

S.C. - Um programa de salvação nacional, apoiado pelos três partidos democráticos que representam 75% dos votos, teria outras condições, quer pela base social de apoio e maioria parlamentar, quer pelo conteúdo do programa que haveria de ser concreto, preciso e datado quanto às medidas a tomar, quer ainda pelo Governo de competências a que daria lugar. Estaria, por tudo isso, em posição muito superior à da presente coligação envergonhada, em que o CDS é tolerado sob o rótulo de personalidades para dar maioria parlamentar ao Governo quanto às questões essenciais, o que por certo não inibirá o PS de continuar a tentar outros acordos com o PCP.

"CP." - Se essa solução tivesse vingado, o dr. Sá Carneiro teria mantido, no Porto, a sua decisão de se afastar da liderança do PSD?

S.C. - Se se seguisse no País, através do respectivo Governo, uma política de salvação nacional, tal como a descrevi, eu só não manteria a minha decisão de afastamento se viesse a considerar que a minha presença na direcção do partido era necessária ao desenvolvimento de tal política; seria então minha obrigação ficar, a fim de, na direcção do Partido, dar o meu contributo para uma real política de salvação nacional.

"CP." - No Congresso do Porto, o dr. Sá Carneiro apresentou, entre outros, o seguinte problema: "Há ou não no PSD tendências, linhas ou leituras programáticas diferentes?". Que respostas trouxe do Congresso?

S.C. - Do Congresso não trouxe nenhuma resposta à questão das tendências, visto que ele não tomou sobre ela posição, não tendo tido sequer conclusões. Foi um ponto que no Congresso ficou por clarificar.

"C.P." - A "moção Rebelo de Sousa" foi previamente concertada consigo?

S.C. - A "moção Rebelo de Sousa" não foi, directa ou indirectamente concertada comigo. Constituiu, pelo contrário, completa surpresa para mim, já que ninguém dela me falara.

"C.P." - E tê-lo-ia sido com Sousa Franco ou Barbosa de Melo?

S.C. - Quanto à posição dos dirigentes que menciona, relativamente à moção, desconheço em absoluto qual ela tivesse sido, visto que foi assunto que comigo não abordaram.

"C.P." - O seu afastamento da Direcção política do PSD está integrado numa estratégia de regresso calculado a prazo?

S.C. - O meu afastamento da Direcção do PSD é irreversível. Tal como comuniquei ao Congresso, a minha decisão foi baseada em razões políticas e não em motivos pessoais ou de saúde, que não existem. Não há, pois, que pensar em hipóteses de regresso, ou em Congressos extraordinários. - Estou efectivamente afastado da Direcção do partido e assim continuarei, pois não tenciono regressar. Mas também não é legítimo procurar encobrir as razões reais do meu afastamento, ou tentar não dar nenhum motivo, ou encobrir os reais com imaginárias doenças.

"C.P." - Que tipo de intervenção espera vir a ter dentro do PSD?

S.C. - Não penso ter no PSD nenhuma intervenção significativa. A minha aceitação do cargo de membro do Conselho Nacional, órgão que tem várias dezenas de componentes, foi meramente simbólica da solidariedade que continua a ligar-me aos militantes. Mas no Congresso ficou bem claro, e assim continua, que não aceitei nem aceito ser presidente do Conselho Nacional.

"CP." - Têm algum fundamento as suspeitas de uma "direcção paralela"?

S.C. - Como deriva do que já lhe referi, não haverá qualquer intervenção minha na Direcção do PSD. Ela já não se verificava desde Novembro. Mas agora cessaram não só os artigos no "Povo Livre", como também os contactos que Sousa Franco, naquela situação transitória, ia mantendo. A não ser nas reuniões do Conselho Nacional, não intervenho, nem intervirei, na vida do Partido. E não tenho

nada com o que se passa na sua Direcção e no seu Grupo Parlamentar, nem com as actuações respectivas. Aproveito o ensejo para esclarecer que a minha actual posição é também de afastamento da actividade política em geral e não só da do PSD, pelo que não tenho quaisquer projectos políticos.

"CP." - Acredita na viabilidade do actual Governo? E a que prazo?

S.C. - Como já disse, não me parece que a fórmula e a composição do Governo o tornem um bom executivo adequado às necessidades do País. Mas nem por discordar da base da sua formação e da sua composição se pode deixar de reconhecer que é um Governo legítimo e democrático, pois foi formado segundo as regras constitucionais e tem a apoiá-lo uma maioria parlamentar, enquanto que o I Governo, de cuja fórmula sempre discordei - o que me não impediu de desejar que funcionasse bem - era simplesmente legítimo. Não acredito, pois, que vamos ter um bom Governo, mas podemos ter Governo para muito tempo. A experiência anterior mostra que o Presidente da República tende a não intervir, aguardando que o Governo caia na Assembleia. No caso actual isso só se dará se houver rompimento do acordo PS-CDS, que neste momento não é de prever.

O programa do Governo está aprovado expressamente, o que é uma vantagem em relação ao Governo anterior. O que prevejo é que a acção do Governo e das oposições se vá desenrolando do mesmo modo que decorreu o debate sobre o programa, o que não é muito animador. O discurso do ministro Vítor Constâncio, que sobressaiu dos demais, contém simultaneamente uma séria crítica à actuação do I Governo Constitucional, sob o qual os défices da balança comercial e de pagamentos se agravaram assustadoramente, em lugar de diminuírem como prometido, e uma indicação de que no futuro haverá mais restrições quantitativas que alterações qualitativas. Esta parece ser uma regra comum a todo o programa do Governo, do qual considero, por isso, não haver muito a esperar.

1.20. Entrevista ao "Tempo" - 9/2/78

Quebrando mais de meio ano de silêncio quanto a declarações de fundo, designadamente entrevistas, para os órgãos de informação, Francisco Sá Carneiro, o militante n.º 1 do PSD e seu ex-presidente, concedeu-nos, anteontem, finalmente, a entrevista que, logo após o início desse seu "auto-silenciamento", tinha prometido conceder-nos, quando entendesse já poder fazê-lo, antes do que a qualquer outro jornalista. Porque fôramos, então, os primeiros a solicitar-lha, além de termos sido, depois, decerto os mais insistentes nessa pretensão. Bem sucedida a nossa última insistência, assim obtivemos esta longa entrevista, em que procurámos abordar a generalidade dos temas sobre os quais julgámos de maior interesse ouvir e divulgar os pontos de vista, os argumentos, os esclarecimentos de Francisco Sá Carneiro, de um político que a História não esquecerá certamente, nem que seja para referi-lo como o tal "intratável" que o PREC português "queria afastado ou dominado e cuja voz e posições estavam a ser consideradas manifestamente incómodas para muitos". O que, a avaliar pelo que o próprio também nos revelou no final desta entrevista, terá sido mesmo conseguido de vez, já que Sá Carneiro não faz projectos para alguma vez mais regressar à liderança do PSD.

Por isso mesmo, o inevitável interesse desta nossa conversa com o ex-líder do segundo maior partido português até à data, e cujo teor passamos, de imediato, a transcrever integralmente.

"TEMPO" - Sr. dr. Francisco Sá Carneiro, parece-me importante, antes de começarmos propriamente o nosso diálogo, que me garanta, a mim e aos leitores do meu jornal, que nada obsta a que nos diga a verdade e toda a verdade sobre os temas para que o solicitar nesta entrevista. Ou seja, a sua presente posição relativamente à actual direcção do PSD, relativamente ao próprio partido, em nada mesmo o inibe, na expressão e prática das suas convicções políticas e partidárias? Ou poderá haver "razões de Estado"?

SÁ CARNEIRO - Falemos à vontade e com a verdade. Não só porque assim me solicita expressamente, como também porque desse modo costumo proceder. Nem sempre tal é possível, mas nesses casos prefiro calar-me. Estou perfeitamente livre para conversar consigo sobre tudo o que quiser. Não há "razões de Estado" nem quaisquer factores inibitórios. Acho de resto convincente falar, porque se tem falado muito em mim e até por mim, embora nunca tenha encarregado ninguém de o fazer.

"AS RAZÕES DO MEU SILÊNCIO E DA SUA QUEBRA"

"T" - A propósito do próprio facto de agora me conceder, finalmente, uma entrevista, depois de desde pelo menos Junho do ano passado se ter mantido em invulgar silêncio, pelo menos em termos de declarações de fundo em órgãos de informação, valerá uma explicação à opinião pública quanto às razões de tal "recolhimento", quanto ao que com ele pretendeu significar ou não. Vale?

S.C. - É sabido que na altura da discussão da lei da Reforma Agrária se agudizavam divergências e surgiram dificuldades no PSD quanto às minhas opiniões. Não consenti que se invocasse qualquer razão não verdadeira para justificar a minha ausência na votação. Por isso, o partido esclareceu que eu solicitara dispensa de comparência por divergência quanto ao sentido do voto, que entendia dever ser de abstenção. Mas, esclarecido esse ponto, entendi que me devia conservar em silêncio até as questões pendentes serem debatidas dentro do partido. Essas e outras questões só vieram a ser esclarecidas no Congresso. Por isso agora me sinto livre para dar a conhecer a minha posição e considero até vantajoso que se esclareçam as razões pelas quais decidi não me candidatar ao cargo de presidente ou a qualquer outro cargo directivo do PSD. Aí tem as razões do meu silêncio e da sua quebra.

"AQUELA NÃO ERA A NOSSA REFORMA AGRÁRIA NEM AQUELA DE QUE O PAÍS NECESSITAVA"

"T" - Aliás, o que de mais significativo se passou, a nível da política geral do país e do PSD, exactamente em Julho de 1977, foi a chamada "maratona parlamentar", com o voto favorável do PSD a uma das principais leis então votadas na AR: a da reforma agrária. Voto favorável do seu partido contra o qual o senhor doutor oportunamente se pronunciou publicamente. Talvez seja ainda oportuno que comente e justifique esse episódio, enquadrando-o em termos, decerto, suponho,

ainda significativos para a actual conjuntura política nacional e, em especial, para a situação a que se chegou agora no interior do PSD.

S.C. - Concordo em que o episódio da Reforma Agrária é significativo e ainda actual. Por isso mesmo o versei no meu discurso no Congresso, citando integralmente a minha declaração de voto. Não é exacto que me tenha pronunciado publicamente contra o voto favorável do PSD. Discordei dele, sim, mas não em público. Já lhe disse o que se passou a esse respeito. As razões que me levaram a discordar do voto favorável podem sintetizar-se deste modo: aquela não era a nossa Reforma Agrária, contrariando em vários e importantes pontos a política agrícola do PSD, nem aquela de que o País necessitava. Para que a lei passasse era suficiente a nossa abstenção. Votar a favor só podia explicar-se pelo desejo de uma aproximação preferencial com o PS, ou pela vontade de agradar ao Presidente da República, que interveio no sentido de ser favorável o nosso voto. Considerarei profundamente erradas quaisquer dessas razões, pelo que tive o voto favorável como um grave erro político e programático por parte do PSD.

"CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA" - "FOI A PARTIR DAÍ QUE COMEÇARAM OS ATAQUES E AS CAMPANHAS DE DESCRÉDITO, ALGUMAS LIGADAS A PESSOAS COM RESPONSABILIDADES NO PARTIDO"

"T" - No entanto, há quem considere que não se pode negligenciar, nesta perspectiva de relacionamento, a prioridade nesse contexto devida ao estabelecimento da "convergência democrática" com o CDS, não só porque foi anterior à tal "maratona parlamentar", então, factor determinante da atitude que o senhor doutor tomou quanto a essa votação favorável do PSD à "lei Barreto"; simultaneamente que terá sido, ainda, facto determinante para o despoletar da crise interna do PSD. Estou a solicitá-lo, afinal, para a sua versão dos factos, motivos, objectivos e consequências dessa "jogada" estratégica do PSD, de que foi considerado advogado decisivo: "convergência" PS D-CDS.

S.C. - A chamada convergência democrática não é obra minha. Ela nasceu de uma proposta estratégica deliberada no Comité Permanente da Comissão Política, sem oposição, acolhida depois nesta Comissão e no Conselho Nacional de Viana do Castelo. Como o PS recusou o convite, os encontros concretizaram-se apenas com o CDS, com os resultados conhecidos e quanto a mim positivos. Creio que esse foi um dos factos marcantes no ano passado.

O objectivo era o de conseguir a maioria democrática estável ou o acordo entre os três partidos democráticos para uma política e um Governo de Salvação Nacional, o que eu vinha defendendo pessoalmente desde Outubro de 1976 e em nome do Partido desde o final de Janeiro de 1977. O PS recusou sempre esse objectivo; e agora o CDS afastou-se dele, permitindo com isso o actual Governo. Continuo a crer que aquela é a única fórmula possível para recuperar o País e a Democracia.

Acho que tem razão na sua pergunta quando vê aí o início da crise interna do PSD. Eu próprio o referi no meu discurso do Porto. Foi a partir daí que começaram os ataques e as campanhas de descrédito, algumas ligadas a pessoas com responsabilidades no partido. Além disso vários responsáveis permitiram-se con-

tinuar a sustentar publicamente a tese, já rejeitada pelo Conselho Nacional, de uma aliança preferencial com o PS, sem qualquer reacção do partido.

"UMA BEM MONTADA MANOBRA DE DIVERSÃO"

"T" - Entretanto, o dr. partiu para férias. E pareceu-me que chegou a ser ou houve quem pretendeu que fosse facto político excepcional a expectativa nacional quanto ao seu regresso dessa ausência, em fins de Setembro. A viabilidade de uma solução para a crise, então já declarada, parecia passar pela palavra que trouxesse na sua bagagem de veraneio. E foi então que as mais destacadas personalidades do PS chegaram a fomentar, concretamente junto de jornalistas mais permeáveis a veicular as suas "confidências", a ideia de que tinham acabado por reconhecer que Sá Carneiro era, afinal, no PSD, o único interlocutor válido para o PS, para o Governo. Isto há-de merecer-lhe ainda hoje, uma explicação...

S.C. - Foi como diz. Durante os meus quinze dias de férias gerou-se, propositadamente, a ideia de que estava eminente um acordo PS-PSD o qual dependia apenas do meu regresso e da minha posição. Ainda antes de cá chegar, em conversas com Barbosa de Melo e Sousa Franco, em Paris, onde eu participava num encontro, verifiquei que nada disso era verdade. Não havia quaisquer perspectivas de acordo nem vontade, por parte do PS, de chegar a ele. As coisas estavam tal como eu as deixara e, após o meu regresso, nunca mais se falou disso. Creio que tudo não passou de uma bem montada manobra de diversão, que visava também apresentar-me como o grande obstáculo a um entendimento com o PS.

"TUDO PARECIA INDICAR QUE ESTAVA IMINENTE O REGRESSO A CERTA FORMA DE SOCIALISMO CASTRENSE"

"T" - Mas depois houve o discurso de 15 de Outubro do Presidente da República, que tão perplexo deixou quem tinha julgado perceber aquele outro discurso que ele tinha lido em 25 de Abril anterior. E depois terá havido, ou até antes e simultaneamente aliás, diversos outros factos e significativos no processo político português, ainda dignos da sua avaliação, talvez mesmo porque de algum modo relacionáveis com a crise política do País e Interna do PSD mais tarde declaradas. A minha proposta, neste momento da nossa entrevista, é, afinal, que ensaie uma breve análise das condições que então se terão criado para justificar, concretamente, a fase aguda da crise nacional e do PSD, que culminaria, primeiro, com o seu pedido de demissão da presidência do PSD, em princípios de Novembro, e, depois, com a queda do I Governo Constitucional, em princípios de Dezembro.

S.C. - Não é fácil resumir uma análise de situação dentro dos limites desta conversa. Passada a falsa expectativa do acordo iminente, acentua-se a crise do Governo e o isolamento do PS. Este tem um dos seus acessos de esquerdite a propósito das comemorações de 5 de Outubro, todas "progressistas" todas "capitães de Abril". O próprio estilo do Primeiro-Ministro se aproximou então de Vasco Gonçalves. Intensificava-se em meios do Conselho da Revolução e do grupo dos nove, próximos de Belém, a campanha para um acordo a quatro, incluindo o PCP. E o discurso presidencial de 15 de Outubro, de forte tom militar, parece um ultimato aos partidos para que apoiem a "democracia socialista", expressão tipicamente marxista que o Presidente da República adoptou então. Até os discursos

proferidos na altura da visita do Presidente da Jugoslávia apontavam para a tal democracia socialista. Tudo parecia indicar que com o PS, possivelmente o PCP, o apoio do grupo dos nove e do Presidente da República estava iminente o regresso a certa forma de "socialismo castrense" como forma de avanço para a esquerda. De Belém, via Conselheiros da Revolução, vieram vários "recados", entre os quais insistentemente se dizia que o Presidente da República me considerava "in-tratável". Ora eu apenas tivera com ele uma longa e correcta conversa de três horas, em que não saíra da minha posição de Governo de Salvação Nacional apoiado pelos três partidos democráticos.

Surge então o comunicado do Primeiro-Ministro de 31 de Outubro, que eu considerei negativo, ao contrário da maioria da Comissão Política, vindo mais uma vez a divulgar-se o resultado da votação, em face do que me demiti.

O Governo tenta ainda manter-se com os votos do PCP, lançando o Primeiro-Ministro a campanha da barreira intransponível contra a reacção, com fortes ataques ao PSD e ao CDS.

Apesar de toda a insistência do PS, o PCP não lhe deu os votos e o Governo caiu, creio que fundamentalmente por causa do FMI e por ter falhado, em Novembro, o esquema da "democracia socialista" apoiado pelo PCP e por militares.

"NÃO CONSIDERO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA O MEU PRINCIPAL ADVERSÁRIO

"T" - Será altura de entrarmos directamente, quanto ao PSD, nesta fase aguda da crise, que "explodiu" com o seu espectacular pedido de demissão da presidência do partido. Em termos simples, o mais possível tradutores das reacções e interrogações da generalidade da opinião pública nacional, essa atitude foi interpretada, por um lado, como resposta-teste às contestações por si sofridas dentro do PSD e, por outro lado, como arrancada ofensiva contra o actual Presidente da República, general Ramalho Eanes - cuja candidatura o sr. dr. foi o primeiro a apoiar, não se esqueça - o qual seria, por sua vez, na sua óptica, o seu principal adversário e, enquanto tal, o líder dos seus contestadores dentro do partido.

A este respeito, começo por pedir-lhe que comente esta equação, decerto simplista, do caso. Depois que me revele, afinal, aquela que exactamente faz para justificação de tale tão espectacular atitude sua. Tratar-se-á, assim, de proporcionar à opinião pública uma síntese (talvez ainda algo inédita...) dos motivos e objectivos que o levaram a demitir-se da presidência do PSD, agora, quando já muita gente se julga em condições para ter razão em dizer que o "tiro" lhe saiu pela culatra...

S.C. - Já muito lhe disse na resposta anterior acerca das razões da minha demissão em Novembro. Há aí muitas linhas cruzadas. Não me esqueço de que o PSD foi o primeiro partido a apoiar a candidatura do general Eanes à Presidência da República. Daí lhe advém a especial responsabilidade de não hesitar criticá-lo quando entenda que essas críticas são merecidas, e a meu ver eram-no e ainda o são. Não o considero meu principal adversário nem líder dos meus contestadores dentro do Partido, mas reconheço que parte das divergências se deram a propósito do Presidente da República, e da atitude a adoptar quanto a ele. As di-

vergências vinham de há meses, como referi, agudizaram-se a, propósito das negociações com o PS, foram aproveitadas do exterior e juntaram-se a uma campanha de descrédito em relação ao então Presidente do PSD, o tal "intratável" que se queria afastado ou dominado e cuja voz e posições estavam a ser consideradas manifestamente incómodas para muitos. Daí a minha atitude, conforme expliquei com mais detalhe no primeiro texto que publiquei no "Povo Livre". Não foi tiro saído pela culatra, mas sim uma atitude séria que mantive no Congresso, o qual não me deu motivo para alterá-la, antes confirmou os seus fundamentos.

"LOGO EM NOVEMBRO TIVE COMO MAIS PROVÁVEL O MEU NÃO REGRESSO À PRESIDÊNCIA DO PARTIDO"

"T" - A verdade, porém, é que a generalidade dos portugueses e, em particular, dos sociais-democratas previu, então, que o resultado inevitável daquele seu voluntário afastamento - o qual corresponderia, aliás, ao seu próprio objectivo principal - seria que o sr. dr. reassumiria, no Congresso de Janeiro, a presidência do PSD e de modo reforçado. A pergunta que especificamente lhe faço é, pois, esta: também o sr. dr. previu isso mesmo ou, pelo contrário, desde logo admitiu não menos ou até mais provável que não voltasse agora a ser presidente do partido?

S.C. - Ainda bem que essa é uma pergunta mais directa e por isso susceptível de resposta mais concisa. A minha atitude não foi tomada de ânimo leve. Considerei grave a situação criada no Partido e à volta dele bem como relativamente à Presidência da República. Se quisesse regressar à Presidência do Partido tê-lo-ia feito no Conselho Nacional de Lisboa, que insistentemente mo solicitou, concluindo ser eu Presidente, não querendo embora estar em exercício. De então para cá, a situação interna do Partido agravou-se, confirmando as minhas previsões. Por tudo isso, logo em Novembro tive como mais provável o meu não regresso à Presidência do Partido.

"O CASO DO ARTIGO REJEITADO PELO "POVO LIVRE" - "OUVI DEPOIS DA BOCA DOS PRÓPRIOS QUE NÃO TINHAM LIDO O ARTIGO QUANDO DELIBERARAM"

"T" - Outro ponto mais ou menos propenso a uma narração, ainda que mais interpretativa do que factual (tal é, pelo menos, a minha proposta) é a questão seguinte: que factos, que principais factos (deveria eu dizer, então, que razões) inviabilizaram ou simplesmente confirmaram a inviabilidade do seu regresso à liderança do partido? Aceita o meu desafio, passe a expressão, de aclarar devidamente o que de facto se passou, por exemplo, nos casos do seu artigo que o "Povo Livre" não publicou e do comunicado que a Comissão Permanente divulgou depois do Conselho Nacional de Faro? Claro que não pretendo limitar o âmbito da sua resposta...

S.C. - Aceito, com certeza, o seu desafio. Já aludi a algumas divergências anteriores a Novembro que influenciaram a decisão que então tomei. No Conselho Nacional desse mês decidi manter-me afastado e em silêncio, com excepção da colaboração do "Povo Livre", que ficou decidido fosse quinzenal. Lá fui publicando os artigos. Aquele que se intitulava a "indiferença" processou-se como os restantes, sendo por mim remetido para o partido numa 3.ª feira e daí para a tipografia,

para sair na 4.^a feira. Terça-feira, ao fim da tarde, Sousa Franco, que lera o artigo, sugeriu-me pelo telefone apenas a alteração do título. Aceitei a sugestão da Helena Roseta para o novo título: "Recusar a Farsa". Na quarta-feira, de manhã, sou informado, por Sousa Franco, de que a maioria da Comissão Permanente decidira, de madrugada, suspender a saída do "Povo Livre", por causa do artigo, havendo membros que se demitiriam se ele sáísse. Ouvi depois da boca dos próprios que não tinham lido o artigo quando deliberaram, por mero ouvir dizer, a sua suspensão. Por aqui se vê o clima que já então se vivia. Comuniquei a Sousa Franco que, em face do que se passara, não sairia esse nem mais nenhum artigo no Povo Livre.

Na mesma semana em que esse caso se deu, foi publicada, na "Opção", a entrevista de Sousa Franco, em que fala das tendências, da qual discordei e que foi para mim total surpresa. Em face dela, das especulações a que imediatamente deu lugar, a começar pelo "Expresso", e do caso do artigo, entendi que ficava prejudicada a solução estatutária de semi-afastamento da minha parte, com manutenção da presidência, que devia ser apreciada no Conselho Nacional de Faro. Por isso aí me desloquei, a fim de comunicar ao Conselho a minha decisão. A Comissão Permanente, com quem falei antes do início do Conselho, pediu-me que não o fizesse, para haver mais tempo para reflexão, sendo retirada a proposta de alteração dos Estatutos, ao que acedi, após o acordo do Conselho de Jurisdição, devidamente informado. Por isso e só por isso, assisti ao Conselho em silêncio. Antes da conclusão do Conselho em Lisboa, no fim-de-semana seguinte, resolveu a Comissão Permanente difundir um comunicado público. Opus-me abertamente, pois entendi que, se me haviam pedido para não falar em Faro, era a mim que competia esclarecer o assunto ante o Conselho Nacional que tinha lugar, daí a dois dias. Apesar disso, saiu o lamentável comunicado, que nada esclareceu e me imputou a responsabilidade da situação, o qual veio agravar muito o clima de relações entre mim e a Comissão Permanente. Tudo isso esclareci eu no Conselho Nacional e depois no Congresso.

A ENTREVISTA DE SOUSA FRANCO À "OPÇÃO" - "PARA MIM SURPREENDENTE"

"T" - Mas eu não me esquecera, também, da polémica entrevista que o prof. Sousa Franco entretanto concedeu à "Opção". E faço questão de lhe solicitar uma análise, tão objectiva quanto necessária, das principais afirmações que o actual líder do PSD fez nessa entrevista ao filho de Artur Por tela fale eido, entre as quais se destacará, parece-me, aquela divisão do partido em duas tendências, a rural e mais liberal, que identificaria consigo, e a urbana e mais socializante, que com ele próprio identificou "claramente" (sic). Aceita mais este "desafio"?

S.C. - Como já lhe disse, discordo totalmente da análise da situação interna do partido feita nessa entrevista, para mim surpreendente. Mas não vou aqui abrir polémica sobre essas questões. Limitar-me-ei a ler-lhe o que sobre isso disse ao Congresso e que é, creio, suficiente:

"A questão das tendências, componentes ou linhas dentro do Partido veio agravar a situação.

Levantada numa entrevista de Sousa Franco, a que o "Expresso" deu ampla difusão, tal questão veio a ser discutida nas duas últimas sessões do Conselho Nacional, sendo a existência de tendências defendida pela generalidade dos intervenientes. Haveria assim dentro do PSD uma tendência, leitura ou grupo social-liberal, predominante nas grandes massas rurais do Norte e Centro do País, identificadas comigo, e uma tendência, leitura ou grupo mais socializante, partidária de uma actuação mais moderada, mais social-democrata, com particular incidência nos quadros intermédios, nos técnicos, nos pequenos e médios empresários.

Esta visão do Partido não é a minha e causou-me grande surpresa e estranheza. Em termos de opinião pública as consequências foram imediatas, logo se distinguindo a linha ou tendência, rural, Sá Carneiro e a linha ou tendência, urbana, mais social-democrata, identificada com Sousa Franco.

Nem por isso não corresponder às intenções ou à visão pessoal de um e de outro, conforme foi esclarecido, deixou de constituir, ainda hoje, um facto político a ter em conta. Ele inutilizou definitivamente, para mim, o esquema de alteração estatutária previsto. Como facilmente se compreenderá, para além da discordância de fundo, a simples circunstância de, em termos de opinião pública, estar identificado com uma das tendências impedia-me de aceitar a Presidência no esquema pensado. Não só isso diminuía o cargo, como permitia a ilação, que foi tirada em termos falseados por um comentarista político do nosso Partido, de que a dupla presidência correspondia às duas tendências, o que, além de inexacto, nunca estivera nas intenções dos intervenientes da proposta.

Por último a referida questão viria a permitir que de futuro os membros do Partido, seus responsáveis e dirigentes se identificassem à vontade com uma ou outra das tendências e com as respectivas figuras polarizadoras, demarcando-se da outra, o que iria implicar uma permanente divisão, senão antagonismo, com graves prejuízos para o Partido.

Mesmo antes de entrar na matéria relativa à alteração estatutária não quero deixar de frisar, até porque isso respeita à situação do Partido, que os nossos estatutos reconhecem o direito à tendência. Não se segue daí que existam tendências diferenciadas e organizadas. Não é com o seu simples enunciado em palavras que elas ganham corpo. Só poderá mesmo falar-se em tendências depois de se demonstrar que elas existem, estão assumidas concretamente por militantes do Partido, têm conteúdo ideológico, programático e estratégico e se encontram devidamente quantificadas. Até isso se verificar não me parece que, para quaisquer efeitos que seja, se possa reconhecer linhas ou tendências diferenciadas. As palavras não bastam. Aos que sustentam a sua existência dirijo um convite para que as consubstanciem e quantifiquem, a fim de permitir daí extrair as devidas consequências."

E mais adiante:

"Quanto à situação interna do PSD o problema essencial, para além da questão estatutária a versar no ponto seguinte, parece-me ser o problema das tendências.

Há ou não no PSD tendências, linhas ou leituras programáticas diferenciadas?

Se as há, quais são, quem as representa, qual o seu peso quantitativo, quais os seus aspectos organizativos?

Se as não há, reputo indispensável que tal fique claramente e publicamente estabelecido neste Congresso."

"Só admitia reconsiderar se houvesse acordo entre Barbosa de Melo, Sousa Franco e eu e se o Congresso consagrasse essa estratégia."

"T" - Bom, acho que é altura de falarmos sobre o recente Congresso do PSD, do que nele aconteceu e poderia ter acontecido e porquê ou porque não. Primeira pergunta: o sr. dr. chegou ou não ao "Vale Formoso" ainda admitindo a hipótese de reassumir a posição máxima da direcção do partido?

S.C. - A minha posição era a de não ficar na direcção do Partido. Tal como comuniquei a algumas pessoas que me procuraram para esse efeito na semana anterior ao Congresso, só admitia reconsiderar se houvesse acordo entre Barbosa de Melo, Sousa Franco e eu quanto à estratégia a seguir, se o Congresso consagrasse essa estratégia e se ficássemos os três em cargos directivos.

"O JANTAR FOI IMPORTANTE"

"T" - Segunda pergunta: o jantar que no sábado teve com Barbosa de Melo e Sousa Franco e, talvez até principalmente, o seu adiamento desde a véspera até essa hora de sábado, foram ou não decisivos para o desenrolar dos acontecimentos?

S.C. - A reunião foi adiada mais do que uma vez; Barbosa de Melo só chegou no princípio da tarde de sábado e o jantar foi importante. Nele se verificou que, não havendo acordo quanto à estratégia, se o Congresso consagrasse aquela que eu defendera no meu discurso, Sousa Franco e Barbosa de Melo não ficariam comigo na direcção do Partido. Assim sendo, mantive a minha decisão. De resto, as intervenções de um e de outro ante o Congresso, nessa noite, foram claramente divergentes da minha.

"NÃO É HABITUAL APRESENTAR MOÇÕES ANTES DE SE TER VISTO FORMADO UM CERTO CONSENSO"

"T" - Terceira pergunta: a célebre moção de Marcelo Rebelo de Sousa ludibriou ou não o Congresso? E, desde já, também: porque é que, afinal, o sr. dr. foi cúmplice desse logro, não o denunciando imediatamente, ou, se logro não houve, porque é que veio, no dia seguinte, a deixar perceber, como pareceu, que então o estava fazendo, embora depois obstasse às consequências desse alarme seu?

S.C. - Creio que não houve logro nem ludíbrio. Quando acabei de falar, e fui eu o primeiro orador, fui surpreendido com a apresentação da moção de Marcelo Rebelo de Sousa. Não é habitual apresentar moções antes de se ter visto formado um certo consenso sobre pontos a consagrar. Ora na altura nenhum houvera, já que até aí só eu falara e a simples leitura da moção deixara ver divergências em relação à posição que eu havia claramente enunciado. O Congresso devia estar esclarecido, porque as posições eram nítidas. Não intervi novamente porque achei desnecessário e para não influenciar os congressistas. Abstive-me na votação, que

foi global, porque, como disse no domingo, embora concordasse com muito do que constava da moção, a achava insuficiente; daí o meu voto, que traduz divergência e não qualquer espécie de desinteresse. Como no Congresso ficou claro. No dia seguinte, após a votação, disse isso mesmo porque fui pelo Congresso interpellado para o efeito; mas logo em seguida manifestei a minha discordância com uma repetição da votação que foi requerida, a qual, como disse, só nos diminuiria a todos e causaria compreensíveis problemas.

"ESTOU CERTO DE QUE SAIRIA VITORIOSO, MAS..."

"T" - Quarta pergunta: o sr. dr. tem mesmo a certeza de que, se tivesse posto categoricamente ao Congresso a alternativa de, ou o PSD consigo em presidente, mas assumindo a estratégia que para ele preconiza, ou PSD sem si nesse lugar, mas com a actual orientação, sairia vencedor do confronto? Ou porque julga que não?

S.C. - Estou certo de que sairia vitorioso, mas isso envolveria uma pressão sobre o Congresso que eu nunca faria. Pus o problema no meu discurso tal como entendi dever pô-lo, com respeito pela liberdade do Congresso e pela sua capacidade de discernimento e não estou arrependido. O Congresso aprovou uma estratégia da qual discordo. Não me candidatei. Se voltasse atrás, procederia exactamente do mesmo modo.

CONTRAPONDO-SE À MOÇÃO DE MARCELO REBELO DE SOUSA QUE O CONGRESSO APROVOU

"T" - Quinta pergunta: mas que reservas lhe merece, afinal, a orientação do PSD que a proposta de Marcelo formulou? Que contra-pontos lhe faz concretamente?

S.C. - As divergências essenciais verificam-se quanto aos pontos 5 - Governo, 7 - oposição selectiva, 8 - revisão da Constituição, 9 - Presidente da República. Entendo, quanto a esses pontos: que devemos lutar por um Governo de Salvação Nacional, ou por novas eleições, se ele não for possível; que devemos fazer oposição, sem adjectivos, ao actual Governo, graduando a sua intensidade conforme a actuação do executivo e as necessidades do País; que devemos desde já preparar, apresentar ao público e fazer discutir no Partido a nossa proposta de revisão da Constituição a efectivar em 1980; e que devemos criticar abertamente, sempre que o mereça, e tem merecido, o Presidente da República. Também entendi, e assim o disse no Congresso, que este devia pronunciar-se sobre a revisão do sistema económico-social, sobre a estrutura do Estado, sobre o Conselho da Revolução, sobre o papel das Forças Armadas, tudo no quadro da revisão da Constituição e no horizonte, bem como sobre a rejeição de qualquer acordo preferencial com o PS ou com o CDS e de qualquer entendimento com este Governo.

"PODE HAVER, SIM, SEGUIDISMO QUANTO A OUTRAS FIGURAS"

"T" - Sexta pergunta: apesar dos exaustivos aplausos recebidos, não reconhece, como já vimos fazer a antigos seus seguidores incondicionais, que a sua personalidade, o seu estilo, a sua rota, até está mesmo em decadência no seio do partido? Já reparou, a propósito, nos resultados das recentes sondagens sobre a popularidade dos principais líderes nacionais? E que dizer das manifestas de-

serções verificadas nas hostes dos seus antigos mais reconhecidos seguidores de linha dentro do partido?

S.C. - Não me parece que esteja em decadência dentro do Partido, embora admita isso como possível. Mas é questão que não me preocupa, o mesmo acontecendo com a minha imagem e com os comentários e juízos que façam a meu respeito. Quanto às sondagens, tão pouco me preocupam e não as reconheço como representativas; não me parece que tenham qualquer importância. Pelo que respeita a seguidores nunca os reconheci; não vi nunca quanto a mim fenómenos de seguidismo, que sempre me desagradariam sumamente. Pode haver, sim, seguidismo quanto a outras figuras.

"A MINHA PRESENÇA NADA TEM QUE VER COM A ACTUAL COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL"

"T" - Sétima pergunta: que importância atribui à sua presença no Conselho Nacional do partido e a própria competência actual deste Conselho?

S.C. - A minha presença no Conselho Nacional simboliza apenas o meu interesse pelo PSD, o apego que lhe tenho, a continuação da minha militância. Nada mais. Não se trata, individualmente, de cargo directivo, nem de importância estratégica. A minha presença nada tem que ver com a actual competência do Conselho. Apenas aceitei o cargo para marcar a continuidade do meu interesse pelo Partido, de cuja direcção estou afastado, embora divergindo da sua actual linha política consagrada no Congresso. É uma expressão de solidariedade que gostosamente manifestei aos militantes que nestes anos construíram o PSD e ao seu esforço.

"QUANTO À SUSPENSÃO DO ACORDO DE CONSULTAS PSD-CDS, SOUSA FRANCO OUVIU-ME SOBRE ELA E ACHEI BEM"

"T" - Os casos concretos, ocorridos entre Novembro e Janeiro, da suspensão, pelo PSD, do acordo parlamentar de consultas mútuas com o CDS, mais conhecido por "convergência democrática", e, finalmente, o acordo celebrado entre o PS e o CDS - concretamente o respectivo teor fundamental - para a formação deste II Governo Constitucional, são aqueles que ocorreram na sua ausência provisória da liderança do PSD sobre os quais se torna mais indispensável a sua análise. É isso que lhe peço que faça.

S.C. - É impossível estar aqui a analisar em detalhe os acordos PS-CDS, até porque a entrevista vai já muito longa. Acho que são vagos, que não contêm uma política clara e definida e muito menos uma política de salvação nacional. Tenho-os como carecidos de valor intrínseco, explicando-se a sua existência como mera justificação para a coligação disfarçada que é afinal este Governo.

Quanto à suspensão do acordo de consultas, Sousa Franco, ouviu-me sobre ela, em face do que me disse ao comportamento do CDS, achei bem. O que sustentei perante o Congresso é que tanto esse acordo como o existente com o PS se deviam considerar caducos face à formação do novo Governo. Embora o Congresso sobre isso se não tivesse pronunciado, até porque não houve conclusões, vi que o Partido adoptou essa posição.

"ESTA FÓRMULA DE GOVERNO É DE CONTINUIDADE SOCIALISTA"

"T" - Parece-me inevitável que falemos também do II Governo Constitucional, cujo programa amanhã começa a ser discutido na Assembleia da República. Atendendo aos discursos da respectiva tomada de posse, do Presidente da República e do Primeiro- Ministro, atendendo ao seu elenco e ao próprio programa, além de se avaliar também todo o restante condicionalismo que o enquadra fora dele e que consubstancia, afinal, a grande crise política, económica, social e institucional, que futuro prevê o sr. dr. para tal Governo?

S.C. - Esta fórmula de Governo, avalizada pelo Presidente da República, é de continuidade socialista.. O PS governou sozinho enquanto pôde, isto é até à questão do Fundo Monetário Internacional. Agora, arranjou uma fórmula maioritária em que continua a deter a maior parcela de poder, cedendo algum ao CDS, que é mais partido de situação do que partido de Governo, pois pouco controla e é meramente tolerado sob o rótulo de personalidades. Tudo isto é explicável da parte do PS, agarrado ao poder. Mas considero que houve aqui, da parte do Presidente da República e da parte do CDS, um erro grave, que terá funestas consequências para o País. Embora maioritário, o que lhe dá maior estabilidade e permite, por outro lado, uma oposição muito mais aguerrida, o II Governo Constitucional apresenta-se, à partida, como pior do que o seu antecessor. Mas, com o apoio do Presidente da República, tal como teve o anterior, e do CDS pode ter vida longa, o que à partida me não parece constituir um bem para o País. O lamentável e ridículo incidente de Santa Comba Dão dá já a medida deste Governo.

"T" - Mas que julga que se seguirá à queda deste Governo? Que crise? Que novo Governo? Que tipo de ditadura?

S.C. - O mais provável é que se sigam eleições antecipadas.

"MESMO DEPOIS (DESTES DOIS ANOS DE MANDATO DA ACTUAL DIRECÇÃO) NÃO FAÇO PROJECTOS PARA REGRESSAR A LIDERANÇA DO PARTIDO"

"T" - Há quem diga, a propósito da duração da presente fórmula governativa, que dela depende, mais do que de qualquer outra coisa, o regresso do sr. dr. à liderança do PSD... Como é?

S.C. - O mandato da actual direcção do PS D é de dois anos, que deverão ser cumpridos. Mesmo depois deles não faço projectos para regressar à liderança do Partido. Sinto-me muito bem como estou e tenho muitas outras coisas para fazer.

1.21. Entrevista ao "Jornal de Notícias" - 7/3/78**VIVEMOS AINDA UMA SEMIDEMOCRACIA OU UMA DEMOCRACIA VIGIADA**

Sem dúvida que Francisco Sá Carneiro foi, durante o ano findo a personalidade política portuguesa mais em destaque e aquela cujas atitudes mais controvérsia suscitaram. São também do domínio público os acontecimentos que pontuaram o percurso do primeiro militante do PSD, desde a presidência do partido de que foi um dos fundadores até ao lugar na "segunda linha" em que se encontra neste

momento. E os eventos compreendidos entre a sua derrota na Comissão Política, a propósito da votação parlamentar da bancada social-democrata quanto à lei das bases gerais da Reforma Agrária, até aos resultados do último congresso português do PSD, já foram suficientemente analisados e escarpelizados para que mereçam, nesta altura, mais atenção.

Os pontos de vista de Sá Carneiro, no entanto, pelo impacto que têm na opinião pública e pelos reflexos que provocam na classe política - apesar do seu actual e voluntário apagamento - justificam o interesse de um órgão como o JN. Daí que esta entrevista já estivesse pedida (e prometida) desde os momentos mais agudos da crise de Novembro último. Mas só agora, depois de ultrapassados os motivos que levaram Sá Carneiro a guardar prolongado silêncio quanto às suas posições, surge a oportunidade para a sua realização.

Ela aqui fica, portanto.

"JN" - Aludiu, há dias, durante o Congresso do PSD, à necessidade de fazer frente aos "problemas de fundo" que se deparam a sociedade portuguesa, nomeadamente os da organização democrática do Estado, os da Constituição e os do Presidente da República. Quer precisar quais os principais traços característicos de cada um dos referidos problemas? Quais seriam, do seu ponto de vista, os caminhos ideais para a sua resolução?

S.C. - Nós vivemos ainda uma semidemocracia ou uma democracia vigiada, visto que existe um órgão de soberania não eleito - o Conselho da Revolução - que exerce poderes sobre o trabalho de outros órgãos de soberania. É esta uma situação transitória consagrada na Constituição, que se prende com a do papel das Forças Armadas. Através do Conselho da Revolução há ainda militares políticos, cuja influência e acção não parece ter decrescido. E o próprio Presidente da República acumula este cargo civil, para o qual foi eleito por sufrágio popular, com o cargo militar não electivo de chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Por outro lado o Presidente da República não assumiu até agora os seus vastos poderes constitucionais, superiores aos do presidente francês, que deviam levar à prática de um presidencialismo atenuado. Estes dois factores conjugados levaram a que em lugar do presidencialismo atenuado, civil, constitucional e democrático, se fosse formando ou renascendo uma espécie de "militarismo presidencial", nocivo à democracia, com influência de uma parte do Conselho da Revolução e do grupo dos nove. Mercê da acumulação do seu cargo civil de presidente com o CEMGFA, não só aquele não se libertou, como devia, da componente militar do poder, como reforçou a intercomunicação das duas esferas e das duas competências, a civil e a militar. Daí advém que o Presidente da República não se move apenas na sua esfera própria, que é a do Estado e seus problemas; e vemos também que sucede falar em público aos políticos e de problemas civis com a sua autoridade militar e aos militares e de problemas do ramo invocando a autoridade e a legitimidade que lhe advém do sufrágio. Esta confusão é nociva à clareza democrática, afecta o funcionamento das instituições e possibilita a influência dos militares políticos. Por último parece-me que o tempo do mandato presidencial já decorrido permite concluir que o balanço é negativo.

Quanto à questão da Constituição ela põe-se também quanto a outros aspectos. Considero que não serve bem a nossa democracia o carácter programático, muitas vezes quase regulamentar, da nossa Constituição. É certo que ela não é dogmática e que não há incompatibilidade entre as suas disposições e o projecto social-democrata. Mas já é muito discutível a sua compatibilidade com o projecto centrista, por exemplo. Demais, várias das suas disposições têm iniludível sentido marxista, correspondendo à fase do projecto político-militar da democracia socialista. Considero isto errado e entendo que a consolidação e manutenção da democracia entre nós exige que não se identifique o regime, democrático com uma qualquer lei ou programa, mesmo que sejam a Constituição ou nela se contemham. Por último salientarei que a nossa democracia, mercê dos factores apontados e de outros que seria demasiado longo enumerar, se apresenta cada vez mais como anónima, isto é enfermando de falta de clareza e de forma definida e de carência normativa.

Há quanto a mim que equacionar desde já todos estes problemas do Estado, abrindo a sua discussão e apresentando contributos para a sua resolução. Um membro do Conselho da Revolução em entrevista dada no estrangeiro, já levantou o problema de uma certa continuação desse Conselho, após a revisão constitucional, através de uma espécie de Conselho de Estado. Mas parece que da parte dos políticos e dos partidos há receio em abordar frontalmente essas questões. Quanto a mim parece-me urgente pôr termo à confusão de cargos, esferas e competências civis e militares, dando lugar a que o presidencialismo atenuado que a nossa Constituição consagra surja na sua dimensão e esfera próprias, que são as do Estado, sem se deixar enleiar nos aspectos militares ou de política governamental ou partidária, como até aqui tem sucedido. O Conselho da Revolução e qualquer forma de intervenção política dos militares devem ser banidos após a revisão da Constituição. E esta deve ser libertada de toda a carga programática e ideológica que contém de modo a consagrar um Estado de direito e, portanto um regime democrático, dentro do qual a política e os programas a desenvolver sejam periódica e livremente escolhidos entre os portugueses através das eleições.

Hoje nós vemos a Constituição marcar o rumo ao socialismo e cometer ao Governo, a qualquer Governo, a construção do socialismo. E ouvimos o primeiro-ministro e líder do Partido Socialista declarar, no Parlamento, que, até ver, não se fala nem trata da construção do socialismo, mas sim da recuperação da economia. Daqui se pode concluir, entre outras, duas coisas: a primeira é a de que não é apenas o socialismo que fica "congelado" mas a própria Constituição; a segunda é a de que a recuperação económica se não pode fazer por métodos socialistas. Verifico que os que assim falam são os mesmos que se escandalizaram por eu falar na necessidade de rever a Constituição e que ainda por cima representam não um partido conservador ou liberal, mas o Partido Socialista.

A CRISE ECONÓMICA

"JN" - Para além das três mencionadas "questões de fundo", uma outra se depara actualmente aos portugueses, esta com reflexos imediatos no seu dia-a-dia, através da alta do custo de vida - a questão económica. Quer referir-se a algumas das causas que, segundo o seu parecer, contribuem para a crise económica que

Portugal vive? E quais seriam, na sua óptica, os caminhos aconselháveis para que a referida crise seja vencida.

S.C. - Mais importante do que estar a enumerar as causas da crise e dos problemas que nos afligem, é, parece-me, ver até que ponto é que a crise e a sua solução se prendem com o sistema económico e qual os resultados da actuação do I Governo. Este prometeu solucionar alguns problemas, propondo-se manter a inflação nos 15% e reduzir em cerca de um quarto o défice da balança de pagamentos. Ora os resultados de um ano de Governo socialista foram catastróficos. A inflação andou pelos 30%, o défice das balanças comercial e de pagamentos, em lugar de diminuírem, aumentaram muito, e o que baixou alarmantemente foram as nossas reservas de ouro. O Governo socialista manteve totalmente a ambiguidade do actual sistema, que pode resumir-se deste modo: o sector público, derivado sobretudo das nacionalizações, não é suficientemente amplo para que toda a economia seja planificada, mas é extenso demais para que a actividade privada possa desenvolver-se com segurança, designadamente através de novos investimentos nacionais e estrangeiros. Este é que constitui quanto a mim o problema de fundo e aqui é que há que fazer uma opção, num ou noutro sentido, que não houve ainda coragem de tomar. Por mim entendo que, na situação actual, é ao sector privado que deve caber o principal papel na recuperação económica, nessa perspectiva devendo organizar-se o sistema. O sector público mostrou-se incapaz de o fazer, necessitando ser reorganizado e dinamizado. Há ainda que pôr termo à burocracia asfíxiante que sob o I Governo se desenvolveu assustadoramente, gerando a corrupção, o nepotismo e inúmeras dificuldades à actividade económica. Proliferam por toda a parte as "inutilidades públicas" tanto em coisas como em serviços e pessoas, as quais custam ao país muito dinheiro.

O ACORDO COM O FMI

"JN" - Por outro lado, as questões financeiras também se colocam, agudamente, à economia portuguesa, razão que leva os sectores partidários que actualmente compõem o Governo a defenderem a urgência do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Tem conhecimento dos traços fundamentais do acordo que se desenha entre Portugal e o FMI? Concorde com eles? Em caso negativo, quais as alternativas possíveis?

S.C. - Não conheço os traços do futuro acordo com o FMI nem estive, como não estou, a par das negociações. Pelo que tem vindo a público e pelo que consta de documentos do Governo, designadamente do plano de estabilização, depreende-se que tal acordo vai implicar medidas fortemente restritivas do consumo e da actividade económica em geral, as quais se vão repercutir especialmente nos particulares e no sector privado da economia. Se assim for considero essa política errada. O problema do consumo é sobretudo o de excesso de consumo público. Aí devia pois incidir especialmente a austeridade. Mas é o contrário que se tem visto. Insiste-se cada vez mais na austeridade para os particulares, aumentam-se os impostos e os preços sobem em flecha, mas vemos que a Administração Pública, a Presidência da República e o Governo gastam cada vez mais tendo as respectivas despesas aumentado astronomicamente de 1976 para 1977. É necessário combinar medidas restritivas, que devem incidir especialmente nas despesas e no con-

sumo públicos, com medidas de relançamento económico e de expansão acelerada. Há que saber se o Estado português tem real capacidade para fazer funcionar eficazmente toda a máquina pública, desde a economia nacionalizada até à previdência, e na negativa, quais os sectores prioritários.

Uma solução como a que parece desenhar-se poderá levar o nosso país para uma situação de pobreza generalizada, se não de miséria, com uma classe burocrática de poder privilegiada, que já existe, florescendo as sociedades multinacionais em detrimento dos empresários nacionais. As multinacionais dão-se bem nos países comunistas. E entre nós poderão, no quadro de uma política restritiva para os portugueses, desenvolver-se possivelmente em ligação com o sector nacionalizado, tudo constituindo uma espécie de socialismo de miséria aberto ao capitalismo das multinacionais e alimentado no menor grau possível com empréstimos internacionais que nos será muito difícil reembolsar. A um esquema deste tipo prefiro um outro, assente na diminuição das despesas públicas e no seu severo controlo e na expansão da actividade produtiva assente no desenvolvimento acelerado da iniciativa privada designadamente no sector dos serviços e em novos investimentos nacionais e estrangeiros.

O CONGRESSO DO PSD

"JN" - Ainda durante o recente Congresso do PSD, referiu-se às "tendências, linhas ou leituras programáticas diferenciadas" eventualmente existentes no seio do seu partido. Quer precisar, do seu ponto de vista, se elas existem ou não e, em caso afirmativo, quais são, quem as representa, qual o seu peso quantitativo, quais os seus aspectos organizativos?

S.C. - Como tive ocasião de referir ao Congresso do Porto, a questão da existência de tendências dentro do partido devia em meu entender ter sido clarificada. Assim não sucedeu e o Congresso não teve sequer conclusões, ao contrário do disposto no seu regulamento. Em minha opinião não há, dentro do PSD, tendências, linhas ou leituras programáticas diferenciadas. Nunca apareceu nenhuma. Veja que as conclusões do Conselho Nacional de Bragança, relatadas pelo prof. Sousa Franco, foram aprovadas por unanimidade, tanto na Comissão Política como no Conselho. O PSD nunca foi uma frente de tendências diversas, nem o seu claro programa o permite. Pode haver opiniões pessoais diferentes, como é evidente. Mas até hoje não se formou no PSD qualquer linha ou tendência, que os nossos adversários e mais recentemente alguns membros do partido, quisessem ver em meros fenos menos de opiniões individuais. Pode ver-se nisso uma tentativa de demarcação de alguma figura partidária que se tenha tornado mais incómoda, mas tal é mero oportunismo.

"JN" - Do mencionado congresso parece terem aflorado duas estratégias que, neste momento, seriam possíveis para o PSD - uma "mais dura e clara" e outra "mais moderada". Quais seriam os traços fundamentais da primeira, advogada pelo sr. doutor? E quais vão ser, na sua perspectiva, as principais características da orientação seguida pela actual equipa dirigente do PSD, "mais moderada" e, como se sabe, subordinada ao lema "oposição selectiva" adoptada pelo último Congresso?

S.C. - Já na resposta à primeira pergunta lhe disse o que pensava quanto a alguns pontos fundamentais. O Congresso, ao aprovar a moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa, ficou muito aquém daquilo que eu sustentei ser necessário seguir como estratégia. Assim aconteceu também quanto à oposição, que entendo não carecer de adjectivos e dever estender-se ao Presidente da República sempre que discordemos da sua actuação, não sendo hoje caso de lhe manifestarmos a nossa confiança. Entendo que devíamos começar imediatamente a tratar, no interior do partido, dos problemas da revisão da Constituição e da escolha de novo candidato para a Presidência da República, neste quadro abordando os problemas de que lhe falei na resposta à primeira pergunta. Por último, sustentei que o Congresso se devia pronunciar sobre a necessidade de um Governo de salvação nacional, ou por novas eleições em alternativa. Mas a formulação adoptada na referida moção não exclui sequer um Governo assente num acordo bipartido. E alguns parecem continuar a desejar um tal tipo de acordo com o PS, o que me parece errado. Quanto à actuação da Direcção do Partido não me compete a mim fazer previsões. A discussão do programa do Governo dá já elementos para se ajuizar da estratégia seguida, que compete agora ao Conselho nacional definir e supervisionar.

O DIÁLOGO COM O PR

"JN" - Agora, algumas questões relacionadas com o seu actual estatuto na cena política portuguesa. Não acha que a sua auto-exclusão vai satisfazer os desejos dos que queriam que deixasse a presidência do PSD? Por outro lado, este seu interregno político tem algo análogo com o que a si próprio impôs, no antigo regime? E, quando se afirma que está na posição de "reserva pública", essa ideia tem algum fundamento? Dizem que é ambicioso. É verdade?

S.C. - Procurarei responder sinteticamente a cada uma das perguntas. Sim, as pessoas que, do exterior do PSD, desejavam o meu afastamento estarão por certo satisfeitas, como era de prever, mas isso não me impediu de tomar a decisão que julguei mais aconselhável. Creio que em breve a própria evolução política se encarregará de dissipar a satisfação dessas pessoas.

Não, o meu actual afastamento marca uma discordância relativa à actual política e a um certo sistema, dentro da fidelidade ao regime democrático, enquanto que o meu afastamento em 1972 significava mais uma vez discordância e ruptura com o próprio regime não democrático.

Não são os comentadores nem os próprios que fazem a "reserva da República."

Não me considero ambicioso e creio mesmo que esse é um dos meus defeitos como político.

"JN" - Muito se falou, há um par de meses, em eventuais dificuldades de diálogo existentes entre o sr. doutor e o Presidente da República. Como decorriam as suas audiências com o general Ramalho Eanes? Ao chamar-lhe o "Costa Gomes do PS" foi porque ele não lhe dava atenção às suas propostas políticas? Acha que terceiros terão "envenenado" as suas relações com o Presidente da República?

S.C. - Responderei em conjunto a essas suas questões. Nunca tive qualquer atrito com o Presidente da República e as audiências que com ele tive, tanto a sós como com delegações do partido, sempre decorreram de forma correcta e cordial. Pela minha parte sempre expus com franqueza os meus pontos de vista, dando a minha opinião pessoal sempre que me era solicitada, o que aconteceu muitas vezes. Quando, numa declaração de voto afirmei que o Presidente da República "aparecia como Costa Gomes do PS" referi-me ao que entendia e entendo ser um dos aspectos negativos da actuação do presidente, que por demasiado identificado com o Governo PS, por se ocupar mais de questões de governação, políticas e partidárias e não tanto de questões de Estado, surge, na sua linha política, como identificado com aquele partido. Isso sucedeu, quanto a mim, mesmo neste Governo, se considerarmos por um lado o discurso de posse que reputo mais de governante que de chefe de Estado e por outro lado as revelações do vice-presidente do CDS a um semanário segundo as quais o actual Governo é da principal responsabilidade do Presidente da República.

Por último, é possível que tenha havido interferências de terceiros, já que a política actual se move num ambiente de constantes intrigas.

1.22. Artigo publicado no "Diário Popular" - 3/4/78

VASCO LOURENÇO NUMA ENTREVISTA À RDP

A crise político-militar desencadeada pela exoneração de Rocha Vieira e Vasco Lourenço agudizou-se no fim de semana. Assim, enquanto o comandante da R.M.L. declarava à R.D.P. que o "dedo de Sá Carneiro" está por detrás de uma campanha que visa fundamentalmente o Presidente da República, o ex-líder do P.S.D., discursando num convívio no Vimeiro, preconizou a revisão antecipada da Constituição, e a necessidade de encontrar novo candidato para Belém, porque Eanes "falhou". Antes, um destacado dirigente do partido, Meneres Pimentel tinha afirmado que a saída para o impasse "faz-se sem o Presidente da República e, se necessário, contra o Presidente da República."

Entretanto, foi já nomeado o substituto de Rocha Vieira na chefia do E.M.E., trata-se do general Pedro Cardoso, que amanhã tomará posse do cargo.

Por outro lado, a propósito das declarações de Sá Carneiro, e de dirigentes do P.S.D. a Presidência da República declarava, ao fim da manhã, que "não comenta afirmações de membros dos partidos."

A CRISE POLÍTICO-MILITAR

A permanente crise política em que vivemos recebeu, no fim de semana, novas achegas para a clarificação do que está em jogo. Em jogo está, obviamente, o Poder; e, na batalha para a sua conquista, a direita marcou pontos na semana passada, com a exoneração de Vasco Lourenço. Ontem, declarações do ex-comandante da R.M.L., de vários dirigentes do P.S.D., coroadas por um discurso de Sá Carneiro e de Manuel Alegre, lançaram bastante luz sobre os movimentos

que agitam as Forças Armadas e contribuíram para tornar claro quais os alvos visados pelas forças que, nesta crise em nova fase de enchimento, desempenham papel preponderante.

VASCO LOURENÇO: "O DEDO DE SÁ CARNEIRO"

Sem decerto suspeitar que as suas palavras tinham, à mesma hora um eco no Vimeiro, Vasco Lourenço, aos microfones da R.D.P. (programa "O Dito e o Feito"), explicava, a propósito da sua exoneração, que não era ele o alvo a atingir, mas sim o Presidente da República, acrescentando:

"Eu considero que o alvo nem é, em si mesmo, o próprio Presidente da República, o alvo é o Poder. Simplesmente como neste momento confundem um pouco o Poder e o Presidente da República, o alvo último acaba por ser o Presidente da República."

E, explicitando ainda melhor o que pensa, adiantou:

"Não tenho dúvida nenhuma que por detrás de tudo isto anda o dedo de Sá Carneiro (...) Rocha Vieira acabou por ser mais um agente, ainda que inconsciente, de forças políticas (...) sem estar pré-ligado a qualquer grupo e sem haver, portanto, um plano em que ele decidisse entrar."

Prossequindo ao comentário às razões da sua exoneração, o general Vasco Lourenço disse que "há forças que tudo farão para tentarem, antes do período de transição em que nós estamos, para tentarem novas eleições, convencidas de que o povo vai responder de maneira diferente àquela que tem respondido em várias eleições feitas ultimamente."

A propósito, recordou "aquelas insinuações de que ele (Eanes) estava metido num golpe de tipo peruano ou jugoslavo o Presidente da República saiu, na altura, com o prestígio reforçado, de maneira que havia que tentar outros meios, esse não surtiu efeito."

A FESTA DO P.S.D. NO VIMEIRO

Sensivelmente à mesma hora, no Vimeiro, reuniram-se cerca de mil pessoas nas termas, para um almoço de homenagem a Sá Carneiro, durante o qual foram pronunciados importantes discursos, todos eles não ocultando o fundamental objetivo de lançar o ex-presidente do P.S.D. numa antecipada corrida para Belém. É a leitura lícita que sem esforço se pode fazer da linguagem utilizada pelos oradores, muitas vezes tingida do vocabulário e do tom que costumam revestir as alusões aos líderes cujo carisma se pretende criar.

Entre outras intervenções, são de destacar as de Meneres Pimentel, Moura Guedes, Bento Gonçalves e Sá Carneiro.

A do primeiro, vice-presidente do grupo parlamentar do P.S.D, foi, com a de Sá Carneiro, a mais política, limitando-se os restantes praticamente ao elogio do ex-presidente - "porta-voz dos portugueses livres" (...) que, "com a sua clareza, a sua coragem moral, a sua lucidez e a sua vontade ameaça a podridão do sistema. Por isso é acertado quando se diz que ele tem sempre razão antes do tempo. Ele

exprime o pensamento do povo, as ambições da maioria dos portugueses, os grandes interesses nacionais" (Moura Guedes); "a coragem, honradez, lucidez e honestidade" de Sá Carneiro, a quem compete salvar Portugal, a independência nacional e a democracia, para o que tem a seu lado "os portugueses honrados e justos" (Bento Gonçalves); "uma esperança para os portugueses serem homens livres" (Monteiro de Freitas).

MENERES PIMENTEL: "SEM O P.R. OU MESMO CONTRA O P.R.

A intervenção de Meneres Pimentel para além do elogio de Sá Carneiro, explicita intenções que não se coadunam com as últimas posições assumidas pela direcção do P.S.D., sobretudo na violência das palavras empregues e na clareza dos propósitos.

Desferindo duríssimo ataque ao Presidente da República e ao Governo, o dirigente dos sociais-democratas afirmou, entre outras coisas, que Eanes é "o primeiro responsável pelo desastre da democracia em Portugal", que "a saída do impasse faz-se sem o Presidente da República e, se necessário, contra o Presidente da República", que o P.S.D., é "a única reserva" para se vencer a crise, pelo que "importa organizar essa reserva" (...) e ter "uma direcção política e a consciência de que, devido à juventude da democracia, não se pode prescindir de uma certa personalização."

SÁ CARNEIRO: MOBILIZAÇÃO DE MASSAS SE FOR PRECISO

Sá Carneiro, encerrando a série de discursos, retomou o fio de Meneres Pimentel, clarificando a proposta saída para o impasse.

Depois de ter afirmado que "falhou o Governo e falhou o Presidente da República", e de preconizar mesmo uma "mobilização de massas" se for indispensável para salvar o País, Sá Carneiro disse que o 25 de Novembro foi "traído" e que era preciso começar a pensar num novo candidato à Presidência da República, porque Ramalho Eanes "não tem hoje a confiança da maioria dos portugueses."

Entrando no ataque severo à situação, o ex-presidente do P.S.D. classificou de "ruinoso" o actual sistema económico-social", defendeu a liberalização económica, disse que as liberdades estão ameaçadas ("não há verdadeira liberdade de informação"), denunciou "escutas telefónicas, violação de correspondência e outros abusos", atacou a "monstruosidade das despesas públicas", acusou o P.S. de querer transformar Portugal num "feudo", disse que o país não é uma monarquia do M.F. A. e, referiu-se, finalmente, à "saída para o impasse", isto é, eleições gerais antecipadas e a revisão da Constituição antes de 1980, através de referendo - retomando assim uma tese cara ao P.S.D. mas que até aqui só tinha aplicação no termo da actual legislatura.

Sá Carneiro declarou, ainda, que "as elites quase sempre traíram o povo", que "mais uma vez o povo foi atraído" e que a saída da crise tem que contar com as "virtudes nacionais", acrescentando:

"Não receamos falar nas virtudes portuguesas. Estejamos permanentemente mobilizados para a luta não só para a luta da social-democracia e da democracia mas

também para a luta pela independência de Portugal, que querem comprometer e hipotecar, mas que nós não podemos consentir."

1.23. Entrevista à RDP - 3/4/78

"RDP" - Apesar de afastado das actividades político-partidárias o Dr. Francisco Sá Carneiro continua a concitar sobre si as intenções da opinião pública em geral, designadamente a partir do momento em que começou por publicar determinados artigos em órgãos de comunicação social, partidários ou não, depois da publicação do seu livro "Impasse" e agora pela mão do major Vasco Lourenço que o põe no banco dos réus, acusando-o de ter tido uma actuação directa na crise militar que o país viveu ultimamente.

A primeira pergunta que lhe queria colocar, era que fizesse realmente um comentário relativamente às afirmações do major Vasco Lourenço.

F.S.C. - Ouvi-as há pouco aqui nos estúdios. A impressão que me deixaram é de que se trata de um ataque feito pelo major Vasco Lourenço à minha pessoa, servindo-se para isso de insinuações de que eu estaria por trás dos conflitos militares. É evidente que a impressão que fica também, é a de que os militares, não se entendendo, procuram atirar as culpas para cima dos civis e para cima de mim próprio. É um ponto que creio não prestigia as Forças Armadas, nem o Exército, nem o major Vasco Lourenço. Claro que a afirmação de que eu estaria por trás destas dissensões militares é redondamente falsa. Considero-a até, se não fosse ridícula, uma afirmação grave. Dado o seu ridículo, não me sinto atingido.

Os militares têm tido diferendos. Acho que é uma pena. Culpam depois os órgãos de informação, que se limitam a relatar a verdade dos factos, não desmentidos. E, ainda por cima de tudo isto vemos, pelas suas declarações, que o major Vasco Lourenço afinal não concorda com a decisão do Presidente da República, ou melhor, com a proposta do Presidente da República e com a decisão do Conselho da Revolução. Claro que eles também não ficam muito prestigiados com estas declarações do major Vasco Lourenço, pois se, efectivamente, o Presidente da República e o Conselho da Revolução se deixam influenciar por campanhas de políticos ou por movimentos de direita, ficariam muito mal colocados, e afinal parece ser essa a conclusão das declarações do major Vasco Lourenço. Elas coincidem bastante, noto, com as declarações ontem proferidas pelo Dr. Álvaro Cunhal em Santo Tirso. E, afinal, quem é que falou da crise militar, e quem é que falou do major Vasco Lourenço? Verificamos que foi o Partido Comunista, que foi o Partido Socialista, que foi a UDP, que foi a Intersindical.

Há ainda uma outra interpretação. Eu tenho tomado posições, abertamente, tendo escrito algumas coisas, tenho dado entrevistas e tenho actuado muito clara e frontalmente, como sempre fiz.

Se o major Vasco Lourenço considera que a minha actuação teve qualquer influência no seu afastamento da Região Militar de Lisboa, e na circunstância do Conselho da Revolução ter substituído um diploma que impunha que fosse comandante da R.M. de Lisboa um membro do C.R., ah! eu congratulo-me com isso. Se foi realmente por influência das minhas tomadas de posição, congratulo-me

com isso, porque assim acabou um estado de excepção, repôs-se a cadeia hierárquica de comando e possibilitou-se que para a Região Militar de Lisboa fosse designado um general não graduado, um general habilitado a exercer o cargo. Se assim foi, ainda bem.

É o comentário que tenho a fazer. Parece-me que não se deve dar muita importância a estas declarações, mas também não é bom que fiquem sem resposta.

Agora, os problemas que os portugueses enfrentam e que os preocupam, não são estes é evidente, isto são pequenas guerras que, de facto, não interessam aos portugueses.

"RDP" - De qualquer forma essa sua afirmação de que se congratula com o facto de as últimas tomadas de posição que têm sido tornadas públicas através dos órgãos de comunicação social, quer em encontros informais com militantes do P.S.D. ou com jornalistas ou através de livros, permite desde já aventar uma outra hipótese: é que o Dr. Sá Carneiro ao emitir essas opiniões, portanto, está a interferir directamente nos meios militares. Por outro lado isso tem sido de alguma forma, digamos, criticado a vários níveis.

O que é que tem a dizer a isto?

F.S.C. - Note - Quando eu referi que podia haver essa interpretação das palavras do major Vasco Lourenço, não quer dizer que a ache exacta. Eu nunca falei no major Vasco Lourenço, ou no então general Vasco Lourenço, nunca me preocupei até com ele. Mas, se efectivamente a minha defesa da legalidade e da defesa da democracia e a defesa do encontro de soluções justas, inclusivamente para as Forças Armadas, exerceu influência, digo-lhe: ainda bem.

Não acredito que tenha exercido. Eu seria, creio mesmo, a última pessoa a exercer influência, nesse sentido, junto do Presidente da República e junto do Conselho da Revolução. Quanto ao coronel Rocha Vieira, mal o conheço. É curioso que o encontrei pela primeira vez num jantar com o general Ramalho Eanes. Convidei o general Ramalho Eanes para jantar em Fevereiro de 1976 - esse jantar realizou-se até no dia do reconhecimento, em Angola, do regime de Agostinho Neto, e disse, naturalmente ao general Ramalho Eanes, com quem queria falar sobre a sua eventual candidatura à Presidência da República, que trouxesse ao jantar os amigos que entendesse, e o general Ramalho Eanes apareceu com o coronel Rocha Vieira e com o major Pimentel; e depois, mais tarde, apareceu o major Aventino Teixeira. Foi o único jantar que tive com o coronel Rocha Vieira e também com o general Ramalho Eanes. Vi num vespertino que eu teria estado na Noruega ao mesmo tempo que o coronel Rocha Vieira, o que é redondamente falso, visto que, infelizmente, nunca estive na Noruega país, que gostaria de visitar,- mas onde nunca estive.

"RDP" - O Sr. Dr. referiu que as últimas pessoas ou entidades oficiais a dar importância às suas declarações seriam o Presidente da República e o Conselho da Revolução. Quer explicitar porquê?

F.S.C. - Sim, porque eu tenho falado na órbita puramente civil. Nunca me intrometi nos problemas militares. As minhas tomadas de posição têm muitas vezes

sido críticas ao Presidente da República. Não era de molde a exercer nele uma influência no sentido de acolher as minhas posições. É esse o sentido das minhas afirmações. Também tenho criticado o Conselho da Revolução algumas vezes e alguns dos seus membros; que me lembre, nunca o general, ou melhor, major Vasco Lourenço; e também por isso creio que nunca estariam receptivos a algumas das minhas tomadas de posição.

"RDP" - Acha que os recentes acontecimentos que envolveram as figuras dos meios militares dos cargos militares que ocupavam Vasco Lourenço e Vasco Rocha Vieira, são de alguma forma tal que estaremos a travessar uma fase semelhante àquela que Portugal atravessou antes do 25 de Novembro, designadamente em Outubro e pouco antes do 25 de Novembro?

F.S.C. - Isso pode concluir-se, não tanto pelos acontecimentos em si, mas das interpretações e declarações a que têm dado lugar. Vemos que da parte de algumas forças políticas. Partido Comunista, Partido Socialista, da parte de algumas figuras como o major Vasco Lourenço, surgem acusações de estar em curso uma campanha de direita, de estar em curso uma campanha reaccionária. Ora nós sabemos, por experiência, de que essas afirmações surgem normalmente em altura de crise; e pela experiência de 75, surgem em alturas de crise em que se prepara qualquer coisa do lado da esquerda, especialmente da esquerda não democrática. Nesse sentido podem ser preocupantes.

Quanto aos factos em si, pois eles não são evidentemente muito agradáveis para o prestígio das Forças Armadas, sobretudo com estas declarações do major Vasco Lourenço e com os ataques que faz aos políticos, designadamente a mim próprio e ao coronel Rocha Vieira; mas não são factores decisivos para a vida do país. Factores decisivos e importantes são os problemas concretos, os problemas económicos, os problemas políticos, embora tudo isto sejam elementos que podem permitir um agravamento da crise.

"RDP" - Mas acha que a decisão de exonerar Vasco Lourenço e Vasco Rocha Vieira, foi, digamos, a decisão mais feliz do general Ramalho Eanes enquanto CEMGFA, para resolver este problema?

F.S.C. - Sinceramente não sei. É um problema com o qual eu nada tenho, é um problema militar, não me diz respeito. Sei do assunto aquilo que os jornais publicaram, aquilo que os órgãos de comunicação difundiram. E daqui, a impressão que se colhe é efectivamente, a de um grande aprumo pela parte do coronel Rocha Vieira; da existência de diferendos concretos entre ambos, que foram solucionados desta forma. Não possuo os dados suficientes para permitir ajuizar se esta foi a melhor solução ou não.

"RDP" - O Sr. Dr. há pouco referiu que a primeira vez que encontrou o general Rocha Vieira foi num jantar com o general Ramalho Eanes. De qualquer forma veio a lume na imprensa, há algumas semanas, um almoço entre o Dr. Sá Carneiro e o ex-comandante da Região Militar do Norte, Brigadeiro Pires Veloso. O que é que tem a dizer sobre este encontro? E o que lá se tratou? Foi apenas um encontro de amigos ou algo mais do que isso?

F.S.C. - Foi efectivamente um encontro de amigos. O brigadeiro Pires Veloso convidou-me para almoçar. Aceitei com muito gosto. Almoçámos na Messe do Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços. Tivemos uma agradável troca de impressões e nada mais.

"RDP" - Mas falaram portanto da situação política actual?

F.S.C. - Falámos também da situação política, como é natural, entre duas pessoas que se interessam pela política, embora nem uma nem outra estejam na política activa, uma por definição, outra por decisão pessoal.

"RDP" - De qualquer forma, o que é que se lhe oferece dizer, e uma vez que esse almoço decorreu depois do afastamento de Pires Veloso do comando da Região Norte. Isso terá sido um dos problemas discutidos? Acha que para a democracia em Portugal é benéfico que Pires Veloso não esteja na Região Militar Norte, ou acha que ele ainda tinha ali um lugar importante a desempenhar?

F.S.C. - Ele desempenhou um importante papel na consolidação da democracia enquanto esteve à frente da Região Militar Norte. Todos nós, especialmente os do Porto, como eu sou, o vimos sair com muita pena.

Quanto ao acerto ou desacerto da decisão, esse é mais um problema militar. Vimo-lo, repito, com muita pena, sair, mas não nos imiscuímos nos problemas militares. Creio que o fundamental para a democracia é que as Forças Armadas estejam disciplinadas e hierarquizadas para cumprir a sua missão constitucional, e tanto quanto possível afastadas da política. Neste período transitório têm um certo papel político a desempenhar, através do Conselho da Revolução, mas não me parece que isso legitime tomadas de posição sobre problemas políticos por parte de membros do Conselho da Revolução inclusivamente, nem declarações como estas que prestou o major Vasco Lourenço, que considero francamente infelizes e susceptíveis de serem desestabilizadoras.

"RDP" - De qualquer forma, e uma vez que o Conselho da Revolução continua, pelo menos durante mais algum tempo, a ter um papel decisivo ao nível institucional, por imperativo constitucional, na sociedade portuguesa, desejava perguntar-lhe uma coisa: tem vindo a lume - nomeadamente a última edição do "Expresso" refere isso - que o próprio Presidente da República preconizaria um esvaziamento político, na importância e na acção do Conselho da Revolução. Acha que esse também será o caminho?

F.S.C. - Bom, isso depende especialmente dos membros do Conselho da Revolução e do seu Presidente. Nós, simples cidadãos, não podemos fazer nada para isso. Creio que as funções do Conselho da Revolução devem sobretudo ser as de conselheiro do Presidente da República. E dentro disso, pois pode ter até ao final, deve ter o papel que a Constituição prevê, enquanto vigorar. Acho mal já que o Conselho da Revolução se esteja a imiscuir em questões políticas concretas, como acabei de dizer, ou que os seus membros o façam. Há um papel importante também que é o da Comissão Constitucional, que funciona junto do Conselho da Revolução. Aí, por decisão do Presidente da República, o presidente é o major Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução. Essa Comissão tem um papel relevante e importante, mas compõem-na especialistas em direito que garantem

que as suas decisões tenham um mínimo de tecnicidade necessário. Portanto, todo esse problema é um problema que respeita especialmente ao Presidente da República. Se essa era a sua estratégia - e digo se, porque a hipótese foi levantada por si - não me parece que ela tenha tido sucesso. O Conselho da Revolução hoje, com estas coisas todas, avulta com um papel político importante.

"RDP" - De qualquer forma, o papel do Conselho da Revolução está consignado na Constituição. Isso seria um dos pontos a serem revistos na Constituição da República, na revisão que o Dr. Francisco Sá Carneiro vem preconizando de há uns meses a esta parte?

F.S.C. - Concerteza. Eu defendo que findo este período transitório, o Conselho da Revolução, na próxima revisão constitucional, deve pura e simplesmente desaparecer e os militares retirarem-se completamente da política. Note-se que este papel que o Conselho da Revolução ainda vem desempenhando, em grande parte deve-se àquilo que eu tenho chamado de inexistência do Presidencialismo mitigado que a nossa Constituição, segundo a minha opinião, impõe.

Precisamente porque o Presidente da República não tem exercido de uma maneira clara, dinâmica e positiva os seus vastos poderes, tem-se acentuado aquilo a que eu chamo o militarismo presidencial. Esse militarismo presidencial é partilhado pelo Conselho da Revolução e especialmente pelo "Grupo dos Nove". É isso que eu tenho sustentado em alguns dos meus escritos. Acho que é um mal para a democracia portuguesa que tenha ressurgido ou surgido ou consolidado esse militarismo presidencial. Acho que isso é francamente nocivo e acho que é também nocivo que não se tenha concretizado, como era desejável, o presidencialismo civil, atenuado ou mitigado, para o qual a Constituição apontava.

"RDP" - Acha que esse militarismo presidencial passa pela iniciativa própria do Presidente da República ou serão sectores que lhe estão próximos que fomentam esse militarismo?

F.S.C. - Não sei se é intencional ou não da parte do Presidente da República. Parece-me que ele deriva da sua actuação, do seu estilo e da sua falta de actuação no campo político como Presidente da República na esfera civil, como órgão de soberania com legitimidade popular.

"RDP" - Portanto é precisamente no seguimento desse raciocínio que entronca, digamos, a afirmação do Dr. Francisco Sá Carneiro, de que o Presidente da República fala aos civis com autoridade militar e fala aos militares com a autoridade civil do cargo que ocupa.

Eu gostaria de saber se, de qualquer forma, em relação aos primeiros meses em que exerceu o seu mandato, e até este momento, se o Presidente da República terá, em sua opinião, minimizado, portanto, tornado menor a influência dessa atitude ou se terá procedido exactamente da mesma maneira?

F.S.C. - De facto eu disse que algumas vezes, não sempre como é evidente, mas algumas vezes, o Presidente da República fala aos civis com a sua autoridade militar e aos militares com a autoridade que lhe vem de ter sido eleito por sufrágio directo. Parece-me que isso se tem acentuado nos últimos tempos. Creio que isso

se vem acentuando especialmente depois do discurso presidencial de 15 de Outubro de 1977, o discurso da democracia-socialista. E que se tem acentuado e não minimizado nestes últimos tempos.

"RDP" - Naturalmente que tem vindo a público, o Sr. Dr. saberá melhor do que eu, os artigos que foram publicados na imprensa e as análises que os observadores políticos mais credenciados, em termos de política nacional, têm formulado nesse sentido, que o Sr. Dr. se estará a preparar para se candidatar à Presidência da República em 1980.

O que é que se lhe oferece dizer sobre isso?

F.S.C. - Sim, tenho visto isso escrito. Têm-me chegado algumas opiniões nesse sentido. Algumas pessoas até me têm falado nessa hipótese, me têm solicitado para essa hipótese. Não tem a menor base. Isso não corresponde a qualquer projecto meu. Digo-lhe mais, não só não penso candidatar-me à Presidência da República como nunca me candidataria à Presidência da República antes da revisão da Constituição. Com esta Constituição, eu nunca seria candidato à Presidência da República. Mas, para além disso, não penso efectivamente nem em 1981 nem na outra eleição candidatar-me à Presidência da República.

"RDP" - De qualquer forma e face ao clima que se gerou em torno do seu afastamento de cargos directivos ao nível do Partido Social Democrata e o Sr. Dr. sabe perfeitamente que foram recebidos muitos telegramas, muitas moções de apoio na Sede Nacional do PSD e também no Hotel Altis, por altura do Conselho Nacional em que foi apresentar aos conselheiros a sua irrevogável decisão de se afastar da política, dizia eu que, portanto, o país se movimentou no sentido de apoiar a sua posição. E neste momento, aquilo que está a acontecer, segundo a óptica de certos observadores, é que esse apoio à sua personalidade se estaria a projectar para uma candidatura presidencial. Aliás, o próprio Dr. Sá Carneiro afirmou, no comício, no Vimeiro, por ocasião do almoço de confraternização com militantes social-democratas, que a sua opinião é a de que deveria haver eleições antecipadas para a Presidência da República.

F.S.C. - Não, não foi bem assim. Deixe-me dizer-lhe em primeiro lugar, quanto às suas observações, que eu reafirmo que não tenciono candidatar-me nem me candidataria com esta Constituição. Depois, eu estou afastado da política activa, tanto da direcção do partido como da política activa. Sou aquilo que se pode considerar um político retirado, e ontem no Vimeiro, porque o problema foi focado, tive ocasião de dizer que só admitiria reconsiderar como hipótese esta minha posição depois da revisão da Constituição e da eleição de novo Presidente da República.

"RDP" - Mas se antes da revisão da Constituição houver um referendo da Constituição da República Portuguesa?

F.S.C. - Pois se a Constituição for revista antes, se as condições, se as circunstâncias, se modificarem, pois é possível que a minha posição também se modifique.

"RDP" - Acha que há neste momento condições para isso?

F.S.C. - Eu acho que pode haver. Não defendi ontem a eleição antecipada do Presidente da República. Defendi as eleições gerais antecipadas, eleições legislativas para a Assembleia da República, como uma maneira de sair deste impasse, porque me parece que está prejudicada a hipótese quer de um governo de salvação nacional, quer de um governo presidencial. É evidente que, se houver eleições antecipadas, me parece que a campanha se desenrolaria na base também, além doutras questões, na questão da revisão da Constituição e na questão do Presidente da República. E se o resultado das eleições fosse de molde a permitir concluir-se que a maioria do povo português, ou uma grande percentagem do povo português, deseja a revisão antecipada da Constituição, e deseja eleger outro Presidente da República, isso seria dado pelo resultado dos votos se esses temas fossem abordados por alguns partidos na campanha, então creio que haveria de extrair daí as consequências necessárias. Quanto à revisão da Constituição, acho que seria de pôr concretamente a hipótese de referendo da Constituição, não só porque isso corresponderia ao desejo da maior parte dos portugueses, como também porque poderia (a seguir-se neste caminho que estamos vendo, que estamos infelizmente trilhando, de agravamento constante das condições de vida dos portugueses, de crise constante), concluir-se que a Constituição se tornou inviável. Quanto à eleição do Presidente da República, se o resultado das eleições apontasse para aí, eu creio que o Presidente da República seria o primeiro a tirar daí as necessárias consequências, e que não se quereria manter se o resultado das eleições legislativas expressasse que uma maioria dos portugueses não mantinha a confiança no Presidente da República.

"RDP" - O Sr. Dr. disse, muito recentemente numa entrevista ao Jornal de Notícias, que determinadas personalidades ou determinados sectores tinham ficado satisfeitos com o seu afastamento da política activa. Mas de qualquer forma afirmou que a satisfação dessas pessoas se irá dissipar muito brevemente. Para o vulgar observador isto quererá dizer que o Sr. Dr. pensa regressar à vida política?

F.S.C. - Sim, foi mais ou menos isso que eu disse, mas a conclusão não está certa. O que eu disse explica-se porque estou convencido de que, para além da minha pessoa, as posições que eu sustentei se vão impor por si próprias. Têm um grande suporte. Correspondem aos sentimentos, às aspirações das pessoas, às angústias e preocupações dos portugueses, e essas posições, mais tarde ou mais cedo - eu estou convencido que até bastante cedo - acabarão por vingar. E, nessa altura, as pessoas que viram com bons olhos o meu afastamento, verão que ele em nada comprometeu o êxito das posições que eu sustentei e continuo a sustentar.

"RDP" - O Sr. Dr. fez no Vimeiro uma afirmação muito curiosa sobre os motivos porque o PSD, na altura apoiou a candidatura do Presidente da República. Quer novamente referir esse aspecto?

F.S.C. - Isso foi uma pergunta escrita que ontem chegou à mesa, lá no Vimeiro, e eu tive ocasião de dizer que, na minha opinião, esses motivos foram dois: em primeiro lugar, porque o general Ramalho Eanes personificava, então, o 25 de Novembro, a orientação democrática dos chamados militares operacionais. E, por isso mesmo parecia ser aquele que melhores condições reunia para desempenhar

o cargo de Presidente da República, admitindo, como admitíamos então, que teria, nesta fase transitória, de ser um militar; a segunda razão foi a de que, pelas informações que tínhamos na altura, a alternativa seria o candidato à Presidência da República ser o Dr. Mário Soares, que poderia contar com os votos dos comunistas. Isso consideraria altamente nocivo para o nosso país, para o projecto democrático em Portugal e portanto essa a segunda razão que, em meu entender, levou o PSD a apoiar, em primeiro lugar, a candidatura do general Ramalho Eanes. Hoje, olhando para trás acho que essas razões foram suficientes. Quanto à primeira, devo declarar com toda a franqueza, que o Presidente Eanes constituiu, por este tempo de mandato, que considero negativo, uma desilusão quanto às condições que nós vimos nele.

"RDP" - De qualquer forma acha que, analisando a conjuntura política actual, e o Sr. Dr. joga habitualmente por antecipação, portanto analisando à distância, a situação, acha que há boas condições para que em 1980 o Dr. Mário Soares se candidate a eleições presidenciais, e que conte com o apoio de votos comunistas? Acha que isso se mantém?

F.S.C. - Ainda é cedo para dizer. É possível que sim. Creio que essa hipótese ainda é de considerar. Para 1980. Poderemos ter de considerar essa hipótese. Se hoje fossem as eleições, eu creio que se deveria considerar essa hipótese, no estudo de uma estratégia antecipada.

"RDP"- De qualquer forma, as relações entre o Partido Comunista e o Dr. Mário Soares não são as melhores de há uns meses a esta parte que não têm sido as melhores...

F.S.C. - Evoluem muito depressa como vimos quando da discussão da queda do I Governo. O Partido Comunista recebeu imensos atestados de bom comportamento democrático da parte de dirigentes socialistas; o Presidente do Partido Socialista declarou que os votos comunistas eram bem-vindos; houve aí toda uma aproximação que, se poderia ter surpreendido muitos observadores, a mim não me surpreendeu visto que as pontes entre o PS e o PC nunca estão cortadas.

"RDP" - Pois, mas realmente há um aspecto aí que tem, digamos, com afirmações que o Sr. Dr. fez em determinada altura, designadamente no chamado "verão quente de 1975", em determinados comícios, etc. o Sr. Dr. apoiou posições do Dr. Mário Soares. Depois, progressivamente, veio criticando, não só a nível político mas também a nível pessoal, essas mesmas atitudes. Digamos, o Sr. Dr. não tem confiança na personalidade política, moral, do Primeiro Ministro português e Secretário-Geral do Partido Socialista?

F.S.C. - Note que no "verão quente" eu estava doente, não estava cá. Regressei em Setembro e tive ocasião de reconhecer que o Partido Socialista desempenhou um papel positivo na luta contra o gonalvismo, embora não tivesse sido o único, e nunca o tivesse desempenhado se não fosse o apoio dos portugueses em geral e de muitos militantes do Partido Social Democrata que arrostando com perigos e que participaram na luta contra o gonalvismo. Do que se trata aqui não é de saber o que é que eu penso da personalidade moral ou da confiança que eu tenho no Dr. Mário Soares, é o problema de ele ser ou não um bom candidato à Pre-

sidência da República. - Eu acho que o não seria. Na minha opinião, não seria. É um adversário político que respeito, mas nunca votaria no Dr. Mário Soares para Presidente da República.

"RDP" - O Sr. Dr. acha que se se candidatasse, o Partido Social Democrata, a actual Comissão Política do PSD apoiaria a sua candidatura?

F.S.C. - Estou firmemente convencido que não.

"RDP" - E porquê está convencido de que não?

F.S.C. - Os militantes do Partido Social Democrata creio que nunca aceitariam ver o Partido apoiar uma candidatura do Dr. Mário Soares à Presidência da República.

"RDP" - Não, não foi isso que eu perguntei. Se a Comissão Política do PSD actual, apoiaria a sua candidatura Dr. Sá Carneiro?

F.S.C. - Ah! a minha. Não percebi o sentido da pergunta.

Pois o problema só se põe em especulação teórica. Estou convencido que se o problema fosse posto no Conselho Nacional, pois é aí que teria de ser posto; o Conselho Nacional poderia eventualmente apoiá-la e certamente que a Comissão Política Nacional também. Os órgãos do Partido têm de exprimir o sentir dos militantes, o querer dos militantes, para isso há órgãos mais alargados como o Conselho Nacional. Mas, repito, é uma especulação puramente teórica.

"RDP" - Quais são neste momento as suas relações com a Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata?

F.S.C. - As relações são normais. Ainda ontem estavam três elementos da Comissão Política do PSD no almoço de confraternização do Vimeiro.

"RDP" - De qualquer forma é notória a ausência do Dr. Sousa Franco, é notória a ausência do Dr. Sérvulo Correia, enfim, dirigentes, digamos, de maior peso político e importância ao nível do aparelho partidário nesta reunião do Vimeiro. Será que isto tem algum significado?

F.S.C. - Para mim não tem. Acho que é normal. Não se tratava de maneira nenhuma de almoço de homenagem a mim. Tratava-se de um simples almoço de confraternização. E eu, como militante do Partido, fui convidado a assistir, e aceitei o convite com muito gosto, e outras pessoas também quiseram participar nesse almoço de confraternização.

"RDP" - Pessoas de todas as zonas do país, de Norte a Sul, ao que li.

F.S.C. - Sim. Note, os próprios militantes membros da Comissão Política Nacional estavam na qualidade de militantes e não em representação da Comissão Política Nacional. Não houve propriamente representações dos órgãos do Partido visto que se tratava de um almoço de confraternização, informal, entre militantes.

"RDP" - No seu recente livro, o "Impasse", que tem causado algum furor nos meios políticos-partidários, e esta será talvez a prova de que o Sr.Dr. continua a ter uma influência, digamos, tutelar, em todo o processo político português, o Sr.

Dr. diz que "oxalá que a sua análise esteja errada e que esteja certa a análise da actual Comissão Política do Partido Social Democrata, nesta fase.

Pode novamente referir quais os pontos de divergência entre as suas posições oficiais e públicas e as posições oficiais e públicas da Comissão Política Nacional do PSD?

F.S.C. - Não foi bem isso que disse, reporto-me às suas palavras. O que eu disse, no final da introdução que fiz nesse opúsculo foi que "oxalá o meu pessimismo seja errado e certa a linha que o Partido vai trilhar com os seus novos dirigentes", e essa linha é a linha que resultou do Congresso do Porto. Esse Congresso não teve Conclusões, mas teve uma Moção aprovada, Moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa, em que não votei a favor e da qual divirjo em vários pontos visto que a considero insuficiente. E, esses pontos, já tive ocasião de o dizer publicamente, são: o das críticas ao Presidente da República que penso devem ser mais intensas e que a oposição do Partido deve ser também em relação ao Presidente da República - se não pudesse haver oposição ao Presidente da República num regime semi-presidencialista, estaríamos a furtar grandes possibilidades à oposição, estaríamos a diminuir a oposição - a questão do Governo. - Eu acho que o Congresso devia ter optado por um Governo de salvação nacional imediato ou eleições antecipadas - foi o que disse no meu discurso, bem como alguns pontos de menor importância.

"RDP" - Designadamente, Sr. Dr., o que é que se lhe oferece dizer relativamente a um ponto da Moção que pretenderia renascer entre os militantes sociais-democratas um ponto de vista de esquerda da social-democracia; eu creio que isto estava explícito na Moção.

F.S.C. - Não me recordo bem desse ponto. Não tenho isso presente. Não houve discussão programática no Congresso do Porto; o Partido mantém o seu Programa, o Programa é absolutamente claro; o Partido, com aquele Programa, não é uma reunião de tendências, não é uma frente, não é um conjunto de opiniões, é efectivamente uma comunidade unida por um Programa claro.

Parece que essas divergências que eu claramente tive em relação à linha saída do Congresso do Porto - e explico que foi essa fundamentalmente a razão política, e a razão decisiva pela qual eu não continuei - estava já por mim prevista no discurso, parecendo-me que o Partido, nas condições actuais, não poderia ir tão longe como eu achava que deveria ir, continuo a achar que deve ir.

Mas isso não impede que o Partido esteja a demonstrar uma grande vitalidade e, ainda agora, como ontem frisei, a recente vitória na eleição dos Bancários do Sul e Ilhas, mostra que o Partido Social Democrata está com uma grande pujança.

"RDP" - Realmente as críticas ao Presidente da República têm dividido as opiniões dos dirigentes do PSD. Mais uma vez isso se veio a verificar com a intervenção na Assembleia da República pelo deputado e vice-presidente do grupo parlamentar, Rui Machete. Depois dessa intervenção o "Jornal Novo", dirigido por uma dirigente do PSD, Helena Roseta, criticava de forma violenta, essa intervenção. O que é que pensa da intervenção do Dr. Rui Machete na Assembleia?

F.S.C. - Acompanhei isso de fora. Hoje sou um espectador da política, que vai dando as suas opiniões. E nessa qualidade acompanhei isso.

"RDP" - Mas de qualquer forma são opiniões que influem directamente na política e geram polémica.

F.S.C. - Isso não depende de mim... Mas acompanhei realmente esse diferendo. Verifiquei, através da declaração política feita por Rui Machete, que a posição oficial do Partido, ou pelo menos do grupo parlamentar, é de que a oposição não se deve estender ao Presidente da República. Vi a discordância da Helena Roseta, vi depois a resposta de Rui Machete publicada no "Jornal Novo". Não sei que consequências é que isso teve no Partido. Parece-me que se trata de uma divergência de Helena Roseta, como militante do Partido, divergência que muitos outros militantes do PSD já várias vezes, enquanto no período em que eu estive Presidente do PSD, expressaram em relação à linha política do Partido, sem quaisquer consequências.

"RDP" - Uma notícia que veio também veiculada por um jornal geralmente bem informado nos meios sociais-democratas é a de que o Sr. Dr. teria enviado o seu livro "Impasse", que circulou na Assembleia da República, na bancada social-democrata, dirigido ao deputado Moura Guedes, que organizou agora o almoço no Vimeiro. Mandou o "Impasse" a outros dirigentes do PSD?

F.S.C. - Mandei o livro a várias pessoas e a alguns dirigentes do PSD, mandei-o a pessoas que não pertencem ao Partido, enfim, mandei o livro a quem quis. E, de facto, o Afonso Moura Guedes foi um daqueles a quem mandei.

"RDP" - Mas, pode dizer, nomeadamente, quais os dirigentes da actual Comissão Política Nacional a quem mandou o livro?

F.S.C. - Ah! posso dizer, com toda a franqueza, que aos dirigentes da actual Comissão Política Nacional não mandei nenhum livro.

"RDP" - Porquê?

F.S.C. - Porque achei que se não justificava que enviasse o livro. O livro enviei-o a pessoas com quem tinha especiais relações pessoais e ou a pessoas a quem, por qualquer motivo, eu entendi que interessava o conhecimento do livro, e em relação às quais quis ter uma atenção de enviar o livro antes de estar à venda. Foi o que fiz.

"RDP" - Pensa que alguns dirigentes da actual Comissão Política Nacional não partilham das ideias veiculadas neste livro?

F.S.C. - Não, não! Isto não tem nada a ver com questões ideológicas; é uma mera questão pessoal. Não quer dizer de maneira alguma que eu não esteja em boas relações com os membros da Comissão Política do PSD. As minhas relações, como disse, são perfeitamente normais. Mas o que quero dizer é que não vi motivo para lhes enviar o livro, como fiz a outras pessoas.

"RDP" - De qualquer forma e voltando um pouco atrás nesta nossa conversa, sugere-me esta pergunta, pelo título que um matutino hoje publicou, em relação à

sua intervenção de ontem no Vimeiro. O Sr. Dr. preconiza eleições antecipadas, para a resolução do impasse político-social-económico em que vivemos. De qualquer forma, o Partido Comunista fez uma idêntica proposta aqui há meses atrás e isso suscitou uma viva controvérsia e uma oposição generalizada dos outros partidos com assento na Assembleia da República. Será que haverá alguma identidade, não política, não ideológica, mas estratégica, em relação a essa proposta do PC?

F.S.C. - Não, não há nenhuma. Nem é possível que houvesse identidade de posições entre mim e o Partido Comunista. As condições são completamente diferentes. O Partido Comunista fez essa proposta no verão do ano passado, eu faço essa proposta hoje porque se goraram as perspectivas de Governo de salvação nacional ou de Governo presidencial eficaz. Na altura em que o Partido Comunista fez essa proposta, estava o Governo minoritário socialista; de então para cá muitos factos ocorreram, as circunstâncias modificaram-se; a actual coligação PS/CDS inviabilizou um Governo de salvação nacional constituído pelos partidos democráticos. O próprio empenho, que segundo o Vice-Presidente do CDS, o Presidente da República pôs na actual coligação, no actual Governo, na sua formação, também é um factor que para mim demonstra que o general Ramalho Eanes, como Presidente da República, não está de modo algum interessado num Governo presidencial e hoje, pela sua actuação, eu efectivamente considero que um Governo presidencial não seria uma boa solução para o país.

Goradas as esperanças e as possibilidades, quer de um Governo de salvação nacional, quer de um Governo presidencial, e verificados nestes dois meses o agravar da situação portuguesa e o insucesso do Governo socialista-centrista, creio que a única solução é: eleições antecipadas. Será a única saída; é o meio democrático por excelência para que os portugueses se pronunciem e escolham, eles próprios, o caminho que o país deve tomar.

"RDP" - Tem-se especulado muito sobre as suas relações com o Presidente da República. Elas neste momento são boas ou más?

F.S.C. - Neste momento não sei. Não tenho quaisquer relações com o Presidente da República. Sempre as tive oficiais, para além daquele jantar a que me referi. Cessou o motivo que levava a essas relações oficiais, de maneira que neste momento não tenho nenhuma.

"RDP" - Acha que de alguma forma a Moção apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa no Congresso do Porto, representa, digamos, uma defesa, ainda que subreptícia, do presidencialismo?

F.S.C. - Não me parece que represente uma defesa do presidencialismo, o que me parece é implicar uma atenuação na actuação do Partido, na actuação crítica do Partido em relação ao Presidente, e nesse sentido discordo dela. E também uma limitação da actividade oposicionista do Partido que, repito, considero que se deve exercer também em relação ao Presidente da República, com todo o respeito pelo cargo, é evidente, mas criticando a sua actividade, pronunciando-se sobre ela, já que é uma actividade política, já que é uma actividade importante.

"RDP" - Para terminar esta nossa já longa conversa, gostaria apenas de lhe perguntar uma coisa: disse há pouco que, e aliás esses têm sido as suas opiniões veiculadas desde sempre, tem aparecido com destaque na imprensa, que preconiza um afastamento dos militares, um afastamento dos militares da política. No entanto, continua a ter relações de amizade com o brigadeiro Pires Veloso. O brigadeiro Pires Veloso teve, em determinadas alturas, uma actuação eminentemente política, segundo alguns observadores, quando esteve à frente da Região Militar Norte. Portanto, critica também essa actuação do brigadeiro Pires Veloso, ou não?

F.S.C. - Acho que não teve essa actuação política. Acho que o brigadeiro Pires Veloso enquanto esteve na chefia do comando da Região Militar Norte, teve uma actuação perfeitamente militar dentro das suas funções e não uma actuação política e portanto, não tenho aí nada que criticar. Sempre defendi que os militares não devem estar na política, sempre sustentei que não há democracias militares, que a política não se faz de armas na mão e que seria uma péssima solução, se nós tivéssemos um qualquer regime militar ou se tivéssemos um regime eternamente semidemocrático, com os militares a desempenharem papéis políticos. Mas nunca vi o brigadeiro Pires Veloso desempenhar actividades políticas a coberto dos seus cargos militares.

"RDP" - Definitivamente para terminar: algumas pessoas, muitas mesmo, têm-se interrogado relativamente ao seu trajecto político desde que se tornou, desde que tomou parte activa na política quando na Assembleia Nacional foi um deputado intransigente que se notabilizou quando exigiu que o Governo de Marcelo Caetano autorizasse uma inspecção por parte da Assembleia Nacional à actuação da PI DE. Depois saiu da Assembleia e traçou um trajecto que o foi levar à formação do PP D, depois PSD. Agora está afastado da política.

Acha que tem sido sempre um político coerente desde que esteve na Assembleia Nacional no Governo de Marcelo Caetano até este momento? Ou acha que algumas vezes terá modificado realmente a sua opinião, e não tem sido coerente?

F.S.C. - Acho que tenho sido coerente. Acho que as minhas posições têm sido sempre as mesmas; decerto é possível confirmá-lo, confrontando as anteriores com as actuais; em qualquer momento, a minha linha fundamental tem-se mantido sempre idêntica, e os problemas têm sido focados na mesma óptica. E é em nome dessa mesma coerência que eu vou tomando as posições que tenho tomado. Não encaro a política como uma carreira, nem sequer como uma profissão, encaro-a efectivamente como correspondência a um dever de cidadania. E assim tenho procedido.

"RDP" - Qual é a personalidade política mundial que mais o fascina?

F.S.C. - Assim de repente não lhe sei responder, não sinto propriamente fascínio por nenhuma personalidade política mundial...

"RDP" - Mas sente uma simpatia pelo Presidente francês Valéry Giscard d'Estaing?

F.S.C. - Acho que é um homem de grande categoria, um homem de Estado, de facto de grande categoria, sim, como há outros na Europa.

"RDP" - Mas o Presidente Valéry Giscard d'Estaing não é social-democrata.

F.S.C. - Mas eu posso não admirar e não reconhecer apenas os dotes e qualidades dos sociais-democratas. Mas já que fala em sociais-democratas considero que o Chanceler Helmut Schmidt é também um grande homem de Estado. Tive ocasião de estar por duas vezes com ele e deixou-me a impressão também de ser um grande homem de Estado, à altura do país que governa.

"RDP" - Como político, é mais social-democrata liberal, digamos, tem mais simpatia pela social-democracia de tipo avançado, ou pela social-democracia liberal?

F.S.C. - Bom, são definições que eu não compartilho, que acho que levam mais à confusão do que ao esclarecimento. A mim o que me interessa é aqui em Portugal, implantar uma social-democracia que corresponda aos interesses e ao estado de desenvolvimento geral do país.

"RDP" - Alicerçada em que classes?

F.S.C. - Alicerçada nas classes trabalhadoras, nas classes produtivas, pois como qualquer social-democracia, alicerçada na vontade, sobretudo, de todos os portugueses.

1.24. Discurso no Convívio do Vimeiro - 2/4/78

Meus caros amigos, quero em primeiro lugar agradecer-vos do coração, todas as provas de estima e de apoio que aqui me foram trazidas, provas humanas, provas materiais também.

Ao aceitar com muito gosto este convívio eu quis marcar por um lado, a minha presença no Partido Social Democrata, dentro daquele mesmo tipo de imagem que foi usado no Congresso do Porto e aqui trazida, e quis, por outro lado, para além da confraternização alegre e entusiasta que aqui nos reuniu, expressar uma homenagem séria e sentida homenagem aos militantes da Zona Oeste, e a todos os militantes do PSD que são a verdadeira força, a grande energia, o grande futuro do Partido Social Democrata.

Nós somos um Partido alicerçado num programa e num esforço humano, está para além de quaisquer dirigentes, de quaisquer figuras políticas, por isso é que somos um Partido voltado para o futuro, não somos um Partido fatalista à espera de um qualquer regresso, é assim que temos que nos encarar e temos que viver, é assim que temos de demonstrar a nossa vitalidade, e hoje aí está a comprová-la também a estrondosa vitória dos sindicalistas do PSD nas eleições dos Bancários do Sul e Ilhas. A eles importa também prestar homenagem aos sócio-profissionais, aos trabalhadores, a todos os militantes do PSD que se tornou rapidamente na segunda força sindical do País, e hoje podemos, com orgulho, perguntar ao PS onde é que estão os socialistas do Plano Sindical.

Tudo isto nos conforta e dá esperança, apesar da amargura dos problemas que, como portugueses suportamos e tudo isto a mim, pessoalmente, me dá uma grande satisfação, a satisfação de ver que o Partido soube mudar o seu Presidente, mudar os seus dirigentes, sem quebra da sua unidade e da sua vitalidade e

deixem que vos diga, com toda a sinceridade, que me regozijo com isso e que da minha parte, não admito sequer, a hipótese de reconsiderar a minha posição político-partidária antes da revisão da Constituição e antes da eleição de um novo Presidente da República.

Já aqui foram trazidos muitos problemas de Estado que nós, como portugueses vivemos. É que uma das nossas grandes virtudes tem sido a de nos preocuparmos com os problemas do País, antes de nos preocuparmos com os nossos próprios problemas, e de o pormos à frente sempre nos nossos próprios interesses. Não que os interesses do Partido Social Democrata, não sejam também os interesses dos Portugueses, mas vamos mais longe e mais largo, e sentimos os problemas de Estado e Nação que hoje, infelizmente, enfrentamos. Temos o problema da Constituição, Constituição cujo 2.º aniversário hoje se celebra. Quando votámos essa Constituição, o Partido votou essa Constituição, fê-lo com uma declaração de voto que não pode ser dissociada do mesmo voto no qual se exprimiram apreensões, no qual exprimi uma esperança de que a Constituição fosse viável, eu hoje tenho o privilégio de exprimir apenas opiniões pessoais e não as do seio do Partido e aí me pergunto, decorridos estes dois anos, com o agravamento das condições políticas do Estado e da Nação Portuguesa, se esta Constituição é ainda viável, podia tê-lo sido à partida se tivesse encontrado no Governo e no Presidente da República uma dinâmica de interpretação e execução correspondente aos interesses do País, que transformasse alguma das antiguidades e defeitos dessa Constituição, que os ultrapassasse criando uma dinâmica nova de reencontro do País consigo próprio. E pelo menos, isso não foi feito. Falhou o Governo e, tive de dizê-lo, falhou o Presidente da República.

E é por isso que entendo que o problema da Constituição deve ser, desde já, apresentado e tratado pelo Partido Social Democrata. Que Constituição é necessária para este País? A actual Constituição profundamente programática, marxista em muitos dos seus aspectos, socializante, é uma Constituição que apenas garante aos portugueses que podem viver numa democracia de convivência, num Estado de Direito que nos garanta o respeito pelos seus direitos e liberdades ameaçadas, que lhes dê garantias do poder judicial independente, que lhes dê garantias de uma sociedade em soberania e que deixe os programas governamentais, o sistema económico-social, para a livre escolha, em cada uma das eleições. É essa a opção, em meu entender, que deve ser desde já posta aos portugueses. É cedo ainda, dir-se-á, para falar disso, mas eu direi que nunca é cedo para falar dos problemas que sentimos e esse, é um dos problemas fundamentais que temos e que a Constituição não prevê um referendo, como mecanismo político, de consulta popular. Também é certo que o não inclui e eu, pela minha parte, se as condições da vida nacional continuarem a agravar-se, como se têm vindo a agravar, nestes anos, eu proporia um referendo como forma de consulta nacional e popular, sobre a necessidade de rever antecipadamente a Constituição que temos.

A Democracia, como regime, não se pode identificar com uma qualquer lei, mesmo que ela seja a Constituição. Em Democracia não há leis indiscutíveis, não há pessoas indiscutíveis, em Democracia só é indiscutível o respeito das liberdades de cada um, o respeito pelo sistema que assegura a representatividade dos

órgãos de soberania, dentro de um respeito por esses princípios fundamentais, tudo se pode e deve discutir. É por isso que a Constituição em Democracia, não é irrepreensível. Não repetamos os erros funestos da 1.^a República que tornou indiscutíveis umas quantas leis, entre elas, a da separação da Igreja e do Estado. Da 1.^a República que, infelizmente, teve um partido tentacular, um partido verdadeiramente mexicano, que a levou ao matadouro. O Partido Democrático, porque quis identificar-se com o regime e nós vemos que hoje o Partido Socialista vai na senda do Partido de Afonso Costa, e querem identificar-se eles próprios com o regime, o seu fracasso estrondoso pode, mercê dessa identificação, acartar com o fracasso do próprio regime, contra isso temos de dizer, contra isso temos de levantar obstáculos, que vão desde o obstáculo de uma oposição viva, até ao obstáculo de luta de massas, se necessário.

Temos o problema do Presidente da República, que já aqui foi colocado e que sobre o qual eu não vou insistir demasiado, mas perguntar-me-ão, perguntar-me já o nosso camarada de convívio, nós não temos medo, temos camaradagem do coração, a nossa camaradagem é verdadeiramente democrática e perguntar-me aqui na mesa, para explicar porque tínhamos apoiado Ramalho Eanes em 1.^o lugar, para a candidatura da Presidência da República. Direi singelamente o que penso do ponto de vista pessoal, fizemo-lo por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque Ramalho Eanes simbolizava o 25 de Novembro, e nós acreditámos nessa altura, no 25 de Novembro. Em segundo lugar, porque nos pareceu que era o candidato adequado, porque a hipótese de alternativa que por ali surgia então, em todas as análises políticas, era termos como Presidente da República, com o apoio dos comunistas, o Secretário-geral do Partido Socialista: Mário Soares.

Ora a segunda razão não está excluída de uma futura eleição, poderemos ainda ter de enfrentá-la. Quanto à primeira, devo dizer que em tempos, o 25 de Novembro foi uma desilusão. Acreditámos nele, nós próprios e muitos dos nossos militantes. Estão aqui representantes de Leiria e de outras zonas, em que nele nos empenhámos. Nós próprios, em parte o fizemos. Simplesmente, aparece-nos hoje já há distância de um ano e meio. Podemos dizer que o 25 de Novembro não foi para isso. O 25 de Novembro não foi levado às suas últimas consequências, o 25 de Novembro, infelizmente, não foi continuado no seu espírito inicial, e é por isso que me parece necessário também, e já o disse publicamente, que pensemos desde já num novo candidato à Presidência da República.

Antes de mais, depois de certas sondagens, é minha convicção de que o actual Presidente da República não tem hoje a confiança da maioria dos portugueses. E é sintomático que vejamos defendê-lo precisamente, aqueles que o hostilizaram ou que nele menos votaram, porque, quem nele menos votou para Presidente da República foram os do Partido Comunista e, em grande parte, o Partido Socialista que nele quase não votou. Temos de encarar o problema do sistema económico-social, como aqui já foi dito. Parece-me que não podemos continuar a escravizar o País ao sistema económico-social que se revelou inadequado, que se revelou improdutivo, que se revelou, em grande parte, vergonhoso, só por razões ideológicas. Nós temos um Programa, e um Programa claro, façamos corresponder esse Programa com o sistema económico que temos e passemos daí para uma pro-

posta de alternativa, que vem a ser, necessariamente, uma proposta de liberalização económica. A Social Democracia hoje, em Portugal, constrói-se a partir da liberalização económica do actual sistema vigente, e a partir da Constituição.

Temos, cada vez mais, de falar também em liberdade, porque as liberdades dos portugueses estão ameaçadas, está ameaçada nas ruas a sua segurança física, está ameaçada o exercício das próprias liberdades, não há verdadeira liberdade de informação, quando a Televisão e a Rádio se encontram praticamente monopolizadas pelo Estado e controladas pelo Governo, e a imprensa escrita se encontra controlada em mais de 80%. Não há liberdade pessoal, quando estamos sujeitos a escutas telefónicas, quando estamos sujeitos à abertura de correspondência, quando estamos sujeitos a abusos de vária ordem e, sobretudo, à irresponsabilidade da administração pública.

Não há futuro económico e social possível, quando o problema principal não é o excesso de consumo privado, com o que nos querem convencer, mas o excesso de consumo público, a monstruosidade das despesas públicas. Despesas públicas que, nestes quatro anos se multiplicaram por 3 e 4 e mesmo 5 vezes, sei lá! com uma administração pública que triplicou os seus efectivos e que baixou certamente, o seu rendimento. Tudo isso são problemas que se vêem reflectir no nosso quotidiano e é aos particulares que querem aplicar medidas de austeridade, quando não sabem aplicar essas mesmas medidas de austeridade ao sector público, a começar pela Presidência da República, Conselho da Revolução, pela Assembleia da República com o próprio Governo.

Nós vivemos num País de inutilidade pública, inutilidade pública que custa caríssimo e que afinal, agora, querem que continue a proliferar obrigando os particulares a suportar todo o peso da crise económica. Isso não é viável, e é essa uma das razões do impasse em que nós estamos. Foi-me aqui pedido pelo nosso amigo Menéres Pimentel, que apontasse a saída desse impasse. É evidente que a saída do impasse não depende de uma pessoa. Não depende sequer do nosso Partido. Apenas, depende de todos os portugueses. Nós podemos e devemos apresentar propostas de saída para esse impasse e nesta altura, como se devem adquirir da exactidão dessas propostas, do apuramento dessas propostas, por parte dos portugueses, a meu ver, só há uma maneira. Temos hoje um Governo que representou o fracasso de qualquer coligação correspondente aos interesses do País, com a aceitação do CDS.

Como, a meu ver, ficou nitidamente anulada a possibilidade de existência de um governo de Salvação Nacional, com a actuação do Presidente da República, considero afastada terminantemente qualquer hipótese de Governo Presidencial. Parece-me que a única saída para o impasse é, eleições antecipadas. Para que os portugueses novamente possam pronunciar-se pelas propostas dos vários partidos. Para que possam escolher um caminho novo, para que possam designadamente, votar acerca dos grandes problemas, como seja o de um novo Presidente da República e o de uma revisão da Constituição. E, a partir do resultado dessas eleições, construir então um Governo democrático e competente que desenvolva um programa correspondente aos interesses de todos os portugueses e não aos interesses de uma minoria, de uma elite, que vai sobrevivendo e prosperando à

custa de todos nós. Há que dizer claramente que Portugal não é um Povo do Partido Socialista e tão pouco é uma monarquia do MFA. O regime português, um regime democrático, não pode ser um regime aristocrático do Governo, do Conselho da Revolução, nem dos capitães de Abril. Tem de ser plenamente o regime democrático expressado no voto, e nós sabemos, como todo o mundo sabe que não há democracias militares. Não há democracia plena enquanto os militares estiverem agarrados ao Poder e nós sabemos, infelizmente, as palavras que alguns deles dizem.

Temos de ir, como Partido, ao encontro dos interesses e aspirações dos portugueses e não devemos recear que nos chamem de populistas. O que é esse populismo afinal, que hoje está tão em voga e que se atira à cara daquelas figuras que não sabem interpretar os interesses das pessoas? Se ser populista é realmente, saber captar o sentido da realidade das pessoas e saber exprimir os seus anseios e as suas angústias, as suas frustrações e os seus desejos, então eu digo que ser populista é ser uma pessoa verdadeiramente democrática. Não podemos esquecer que não há políticos sem eleições e que não há políticos sem governantes, sem os votos, e quem os dá é o Povo e ao Povo o deve ser apresentado. E o que nós combatemos e temos combatido sempre é a demagogia, demagogia que temos visto praticada intensamente e praticada por uma elite que se não quer populista. E eu pergunto, então que sistema é esse que rejeita o populismo, um sistema de elite, que divorciada do sentido dos portugueses, é isso que querem alguns dos nossos políticos? Manter-se uma elite bem alimentada e próspera, enquanto a Nação segue a cruz do seu Calvário. É aí que nós temos que dizer, em nome da Democracia, é errado, que o populismo que nos querem atirar à cara não é nenhum defeito, antes pelo contrário é nesse sentido uma verdadeira virtude.

Meus amigos, não quero alongar-me nestas palavras, que são, sobretudo, de agradecimento, de confraternização, esperança, apesar de todas as angústias, de esperança porque temos um Povo capaz de trabalhar, não o está ainda a fazer plenamente e, com o seu trabalho, encontrar designios da justiça para todos, e assim desde que os políticos e os governantes e os estadistas de que carecemos, saibam propor um sistema económico e social justo, adequado à sua circunstância, às suas condições de vida, e que saibam dar exemplo da sua dedicação e competência e é isso que nos tem faltado.

O nosso Povo tem sempre correspondido, nas alturas de crise. As elites, as chamadas elites, é que quase sempre o traíram, e nós estamos a ver mais uma vez que o Povo Português foi defraudado das suas esperanças, o Povo Português foi defraudado da sua boa fé, o Povo Português foi atraído na sua capacidade de criação e de trabalho, e é isso que não pode continuar. Nós temos de fazer, nós mesmos, como uma Nação em vias de reestruturação, voltada para o futuro, integrada na Europa, mas tem de contar acima de tudo com as suas próprias forças e não com segundas vias importadas de figurinos estrangeiros, tem de contar acima de tudo com as virtudes nacionais, e nós temos de falar em virtudes portuguesas porque elas existem e não com os conselhos e recomendações de quaisquer internacionais. E porque isto é assim, e porque nós somos uma Nação pobre, sem recursos materiais, mas rica de possibilidade humanas, nós devemos, apesar de tudo, encarar o futuro com esperança.

Mas devemos encarar o presente de uma maneira aguerrida e dinâmica, de uma maneira construtiva, devemos mobilizar para a luta, a luta não só pela Social-Democracia, mas a luta pelo nosso Portugal, pelo Portugal de hoje, pelo Portugal dos nossos filhos, que parecem querer hipotecar e comprometer para o futuro, coisa que nós não podemos consentir. VIVA PORTUGAL!

1.25. Intervenção no Conselho Nacional - Hotel Sheraton 15/4/78

1. Este Conselho Nacional reúne para apreciar a situação político-partidária resultante da atitude assumida pela Comissão Política Nacional e tomar as consequentes deliberações.

Como resulta do seu comunicado de 7/4/78 a Comissão Política Nacional encontra-se demissionária em consequência "de ter sido tornada pública e explicitada linha política contrária à que no Congresso do Porto foi definida como linha partidária". Do próprio comunicado público resulta claramente que sou eu quem teria contrariado a linha política do Congresso, o que é confirmado no documento do Comité Permanente enviado aos membros do Conselho, apoiado por documentos enviados no dia 12.

São assim actos da Comissão Política que nos compete principalmente apreciar; secundariamente terão também de ser ventilados os factos que com eles estão relacionados. Mas o Conselho não tem imediatamente que se pronunciar sobre linhas estratégicas.

O que está em causa é a crise aberta e tornada pública pelo comunicado da Comissão Política de 7/4/78.

Entendo que nessa matéria se põem duas questões principais. A primeira é a de saber se a atitude da Comissão Política foi oportuna e adequada. A segunda consiste em averiguar se a mesma Comissão tem ou não razão.

Por último há que tirar da situação todas as consequências e encontrar as necessárias soluções.

Por mim estou disposto a ir ao fundo das coisas e esclarecer totalmente, na medida em que isso de mim dependa, a presente situação de crise, mais uma das muitas que o P.S.D. tem vivido. Disponho-me também a dar o meu contributo para a sua resolução.

OS FACTOS

2. No passado dia 6 fui informado pelo Partido que os Drs. Nuno Rodrigues dos Santos e José Ferreira Júnior queriam falar-me. O encontro ficou apazado para o dia 7, sendo nele incluído Sousa Franco, segundo comunicação de José Ferreira. Iniciou-se, a meu convite, com um almoço seguido de troca de impressões.

Foi este o primeiro contacto que após o Congresso do Porto tive com membros da Comissão Política, exceptuando o almoço do Vimeiro e a breve troca de impressões que nele tive com José Ferreira.

No encontro do dia 7 foi-me comunicado que a Comissão Política propendia a demitir-se face às minhas declarações do Vimeiro, considerando necessária a realização de um Conselho Nacional, sobre o qual queria trocar impressões comigo acerca da sua data e local. Concordei inteiramente com a realização do Conselho Nacional para serem discutidos os problemas sentidos pela Comissão Política. Mas dircordei abertamente da sua demissão, frisando que a abertura pública de uma crise com base nas declarações do Vimeiro me podia levar a rever a minha posição no Partido, saindo dele. Sousa Franco e José Ferreira Júnior, ficaram pois imediatamente da posse deste dado, antes portanto da reunião da Comissão Política dessa tarde da qual saiu o comunicado de 7 do corrente, do qual tomei conhecimento na manhã do dia seguinte, pelos jornais. Pela minha parte resolvi aguardar este Conselho para nele expor a minha posição, sem antes fazer quaisquer declarações públicas, embora sobre isso nada tivesse ficado apazado no encontro do dia 7.

Sem me demorar em pormenores recordarei apenas que a semana passada se iniciou não apenas pelas minhas declarações do Vimeiro, no dia 2, condenadas pela Assembleia da República onde foram designadas como "infames" por um deputado do Partido Socialista, mas também pelos ataques que me foram dirigidos pelo Major Vasco Lourenço. Em consequência desencadeou-se toda uma campanha contra mim por parte do PCP, do PS e do CDS bem como em parte da imprensa, podendo ver-se também novos ataques no discurso do Presidente da República ao dar posse ao novo Chefe do Estado Maior do Exército.

Apenas respondi aos ataques do Major Vasco Lourenço em entrevista à RDP que a Comissão Política parece não considerar como elemento de crise.

Foi nesse contexto que surgiu o comunicado da Comissão Política Nacional no dia 7 em que claramente, embora não explicitamente, as minhas declarações são tidas como contrárias à linha do Congresso do Porto, considerando-se por isso a Comissão Política Nacional demissionária.

OPORTUNIDADE E VANTAGEM DA DECISÃO PÚBLICA DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

3. Como é evidente este tema tem de ser encarado apenas do ponto de vista do Partido. Trata-se de saber se a Comissão Política Nacional agiu bem, se com o seu comunicado o PSD foi beneficiado ou prejudicado.

Pela minha parte entendo que a Comissão Política Nacional agiu mal e que daí resultou sério prejuízo para o Partido.

O caso tem flagrante analogia com o ocorrido antes do Conselho Nacional de 15 de Janeiro deste ano. Então a Comissão Permanente difundiu, contra a minha opinião, um comunicado público em que me responsabilizava pela retirada do projecto de alteração dos Estatutos, atitude essa que tive ocasião de criticar naquele Conselho Nacional e no Congresso do Porto.

Mas a situação actual é muito mais grave.

Antes desta reunião torna-se pública uma crise séria que leva à demissão da Comissão Política Nacional, em plena discussão do Orçamento e do Plano e no seguimento de uma crise político-militar. O PSD já afectado e desacreditado por sucessivas crises, vê-se pois a braços com mais uma, tornada pública antes de ser discutida e solucionada neste Conselho.

Parece-me que o único procedimento correcto para bem do Partido, era o de aguardar esta reunião, e o que dela resultasse. E considero irrelevantes os argumentos em contrário apresentados no documento do Comité Permanente da Comissão Política.

Justifica-se aí a atitude desta com a necessidade de dar a conhecer aos membros do Conselho, aos militantes e ao público em geral a grave crise surgida, que não poderia ser ocultada senão em obediência a uma ideia farisaica e que, segundo o comunicado, foi a moral familiar do século XIX. Alude-se também à necessidade de, pela verdade, pôr termo à difusão de notícias verdadeiras ou deturpadas de que se cita como exemplo o Jornal Novo de 8 de Abril.

Neste aspecto parece-me evidente que o comunicado da Comissão Política Nacional do dia 7 nada conseguiu de positivo, antes deu origem a nova vaga de notícias e de especulações.

Ele nem esclareceu os militantes e o público, nem tão pouco reforçou o Partido e a sua coesão. Pelo contrário, afectou-os desencadeou uma crise bem mais grave do que aquela que comunicou, sem contudo a explicitar devidamente.

A impressão que se colhe do comunicado e que o documento do comité permanente confirma, é a de que há incompatibilidade entre a manutenção em funções da Comissão Política Nacional e as afirmações por mim feitas, ou seja a de que com elas desautorizei tão gravemente a Comissão Política que ela se demitiu.

Daí, e é ainda uma impressão pública que o comunicado deu, que a Comissão Política Nacional só possa manter-se se eu ficar, de futuro, calado.

Publicitou-se, pois um conflito aberto entre a Comissão Política Nacional e Francisco Sá Carneiro, na sequência da referida crise político-militar em que eu sou visado.

E o Partido veio a concluir a discussão e votação do Orçamento na Assembleia da República com os seus dirigentes nacionais demissionários, o que não considero prestigiante para o PSD nem para a oposição democrática.

Concluo, pois que foi errada a actuação da Comissão Política Nacional ao difundir o comunicado de 7 de Abril.

O CONVÍVIO E O DISCURSO DO VIMEIRO

4. Este convívio nasceu de um convite de Moura Guedes com ele se visando reanimar a respectiva zona e demonstrar, com a minha presença, que eu continuava no Partido e junto dos militantes, não havendo assim motivos para desânimos nem demissões de cargos partidários concelhios em virtude do meu

afastamento da direcção do Partido. Esse é um aspecto que os promotores e participantes melhor do que eu poderão aprofundar se necessário.

Deter-me-ei apenas no que então disse.

Começo por notar que a Comissão Política Nacional não entendeu necessário difundir entre os deputados e os membros do Conselho a versão integral do meu improvisado. Do documento do Comité Permanente fica mesmo a impressão de que a Comissão Política Nacional deliberou sem conhecer e analisar as minhas declarações integrais.

Porque reputo essencial o seu conhecimento completo ponho à disposição dos membros do Conselho, fazendo a sua entrega na Mesa, exemplares do texto integral das minhas declarações do Vimeiro, retirado da respectiva gravação, à qual acrescentei apenas os subtítulos, em número suficiente para serem distribuídos por todos.

Como dele se verá em ponto algum eu sustentei que o Partido devia seguir esta ou aquela linha política, com uma única excepção. O Conselho decidirá se contrariar as linhas do Congresso e do Conselho de Santarém ou quanto a elas me manifestei em discordância a ponto de desautorizar a CPN.

As minhas únicas referências ao Partido constam do início do discurso e são plenamente positivas, como se pode ver.

Aproveitei também para esclarecer logo de início que não admito reconsiderar a minha posição político-partidária antes da revisão da constituição e da eleição de novo Presidente da República.

Não critiquei pois a actual linha do PSD. Limitei-me a expor opiniões declaradamente pessoais sobre vários assuntos, entre os quais a Constituição, o Presidente da República, o sistema económico-social, as eleições antecipadas e o populismo.

Elas não contrariam, em meu entender, nem a actual linha nem o Programa do Partido. Pode, sim considerar-se que em alguns aspectos vão além daquela linha, sem a menor desautorização da CPN.

Mas esse é um ponto que terei ocasião de analisar adiante.

Em face do seu texto integral, o Conselho apreciará as minhas declarações e a licitude da sua emissão face às regras que nos regem.

A questão colocada pela Comissão Política Nacional é no entanto a de saber se elas contrariam a linha do Partido, desautorizando aquele órgão dirigente do PSD. São pontos de que me ocuparei na análise seguinte.

O DOCUMENTO DO COMITÉ PERMANENTE DE 12 DE ABRIL

5. Este documento enviado aos membros do Conselho contém afirmações e insinuações muito graves e do seu texto resulta claro que na quase totalidade a mim se dirigem.

É um documento de total radicalização da questão, uma espécie de libelo acusatório contra mim, amplamente difundido e já publicado na imprensa estatal. Não me venham depois dizer que sou eu quem radicaliza as questões.

Passo, sem mais, à análise de cada uma das mais graves afirmações e às questões nele tratadas.

Não é exacto que a Comissão Política Nacional tudo tenha feito para atenuar ou eliminar esta crise.

Se as minhas declarações a provocaram, o primeiro passo para resolver a crise seria, como é óbvio, esclarecer o assunto comigo, o que a Comissão Política Nacional não fez. Nem sequer me solicitou o texto integral delas. Dado que o encontro do Vimeiro tinha tido lugar no dia 2, Domingo, só fui procurado na passada sexta-feira, para me ser comunicado o que já relatei.

Parece-me evidente não ser essa a maneira adequada de atenuar ou resolver a crise política sentida pela Comissão Política Nacional, com quem eu teria estado de acordo em discutir o sentido, o exacto teor e o alcance das declarações, demonstrando que nem elas constituem o anúncio de uma linha diferente da do partido, nem retiram à Comissão Política Nacional condições para desempenhar as suas funções.

Vêm em seguida aquilo que no documento se apelida de "falsas questões", ao que parece levantadas no seio do Partido, mas não por mim.

A respeito do Congresso do Porto tive ocasião de afirmar publicamente que no meu entender ele não fora ludibriado, nem houvera logro - entrevista ao "Tempo" de 9-2-78.

Mas já que o assunto do Congresso foi levantado pelo Comité Permanente talvez a Comissão Política Nacional possa aqui esclarecer a razão da inexistência de conclusões do Congresso, previstas no seu Regulamento, bem como da razão pela qual, sendo eu então Presidente do Partido e participando no Congresso nessa qualidade, não tive conhecimento da moção de Marcelo Rebelo de Sousa. Tê-lo-iam tido os membros da então Comissão Permanente, os outros dirigentes do Partido? E porque não foram distribuídos aos Congressistas os textos da moção e do meu discurso?

Levanta-se no documento em análise a propósito da reacção das bases a questão da eleição da Comissão Distrital do Porto a que se refere a carta de Vieira da Cunha agora divulgada. É questão que me não diz respeito e com a qual nada tive, apesar de o meu nome vir frequentemente referido nesta carta. Parece-me no entanto que nesse, como noutros pontos, o documento vem afinal levantar problemas pessoais que diz querer evitar.

Quanto a essa alínea c) do documento há que dizer não ser verdade terem os problemas políticos sido por mim levantados apenas no Congresso do Porto. Da estratégia política falei com os membros da Comissão de Estatutos encarregados de encontrarem uma solução antes do Congresso. E nos Conselhos Nacionais de 10 e 11 de Novembro de 1977 e de 15 de Janeiro de 1978 falei amplamente dos

problemas políticos e estratégicos que motivaram a minha atitude de então e a não continuação na direcção do Partido. No Congresso do Porto desenvolvi e concretizei essas posições.

6. Antes de passar adiante convém rebater a falsidade de algumas afirmações graves contantes do documento, gravidade que aumentou seriamente com a sua publicação, a ponto de poder considerar-se injuriosa.

A primeira - n.º 2 do papel do Comité Permanente - é a da que da minha parte foram apenas falsas questões ou questões menores, pretextos ou formas de evitar enfrentar as verdadeiras questões, os problemas da entrevista à OPÇÃO, os artigos do POVO LIVRE e suspensão de um deles.

O Comité Permanente sabe que assim não é, bem como todos quantos assistiram aos Conselhos Nacionais, ouviram ou leram o meu discurso ao Congresso do Porto. Aí esses problemas foram analisados e deles tiradas as suas consequências, a principal das quais foi a da recusa em me candidatar à presidência do Partido considerando prejudicado o esquema estatutário então proposto, o qual foi retirado.

Ver em seguida na alínea a) do n.º 2 esta afirmação textual de uma enorme gravidade: "Para a Comissão Política Nacional, como para Francisco Sá Carneiro em Novembro de 1977, isto é após ter acusado o Presidente de envolvimento num golpe peruano, não faz sentido a oposição do Presidente como linha partidária".

Eu teria, pois, acusado o Presidente de envolvimento numa suposta tentativa de golpe, fundamento esse de processos criminais intentados contra mim ou dois jornais do Porto.

E estaria em contradição com o que afirmei no Conselho Nacional de 1977.

Nada mais falso, como o Comité Permanente não pode deixar de saber.

Para concluir basta transcrever as respectivas passagens retiradas da gravação de 11/11/77.

Quanto ao golpe:

"Vivemos neste momento uma grave crise nacional, que tem inegáveis aspectos político-militares. Não sei se foi causa ou consequência do discurso do Senhor Presidente da República em 15 de Outubro, mas já na conferência de imprensa dada na Sede, depois do Conselho Nacional de Bragança, eu falei dos riscos da militarização do regime, que era um risco e é inevitável e quando o Presidente da República, num discurso, que no fundo faz um ataque quase em moldes de ameaça aos partidos políticos, faz renascer por isso mesmo, a alternativa do Governo Militar.

Hoje, ou melhor ontem, a partir de ontem, e sei que isso chegou muito alto, com efeito, pretende-se ligar a minha atitude e a de Pires Veloso. Pretende ver-se na atitude que tomei, uma tentativa de despoletar um golpe militar de estilo peruano ou titista em preparação. O golpe já foi desmentido, e não há efectivamente qualquer ligação entre a minha atitude e a atitude de Pires Veloso, no pretenso

golpe. De resto, a minha posição anterior, e, foi salvo erro em 22 de Outubro, em Loures, num jantar ocasional de convívio, mas em que apareceu na Televisão, que eu denunciei frontalmente a tentativa de procurar impor aos partidos um novo Pacto Partidos-MFA. E disse claramente que não o aceitávamos, nós PSD, e fosse quem fosse que estivesse interessado nisso, por mais alto que estivesse, e que rejeitávamos a militarização da vida política nacional. Não sei se com segundas ou outras intenções, a Televisão deu precisamente esse bocado das minhas declarações o que imediatamente provocou uma reacção nos sectores militares. E, não sei se era apenas susceptibilidade, como comentou Montalvão Machado, ou se havia qualquer ideia a esse respeito; vai depender muito das reacções dos meios militares. Se vierem desses sectores, que os jornais de hoje chamam afectos ao Conselho da Revolução ou próximos do Conselho da Revolução, ataques políticos e pessoais designadamente a mim próprio (já tive ocasião de ver reedição de ataques antigos) e se subsistir a campanha movida ao nosso Partido, então eu não sei se não estará aí a prova de que havia um plano em preparação, e que a minha atitude apesar de não ter ligação com ele, veio despoletar uma situação que de outro modo se poderia arrastar para aventuras muito perigosas. Se essas reacções se provarem eu congratulo-me muito com a incidência da minha atitude, mas lembro as atitudes anteriores, designadamente as declarações em Loures, na medida em que não estava mais ou menos em causa, minimamente em causa, a minha presença na presidência do Partido".

Pelo que respeita ao Presidente da República o que eu disse foi o seguinte, concluindo que apesar disso interessava ao Partido manter pontes com ele:

"Mas o Presidente da República tem de aceitar ser criticado, porque é um homem público e a sua actuação está sujeita a críticas. Já ficou aqui claro, desde que as críticas sejam correctas e justas em nada tem que se ofender. Muito mais critiquei eu, em termos muito mais duros e publicamente o General Costa Gomes, que então era tido como Presidente da República legítimo, o que não impediu que a seguir a essas críticas, contundentes, ele me continuasse a tratar como Secretário-Geral do Partido, que então era, ser eu a tratar com ele em representação do Partido com o Presidente da República que então ele era.

E mais adiante:

"Mas um partido não tem que manter ou tirar confiança a um Presidente da República, nem tem que estar em oposição sistemática ao Presidente da República. O Presidente da República não depende da confiança dos partidos e portanto não tem que estar sujeito a eventuais desconfianças. Podemos nós acaso apresentar uma moção de censura ao Presidente da República no sentido de o fazer sair do seu cargo? É evidente que não. Ele ocupará o seu cargo, como aqui foi salientado, até ao termo do mandato ou à renúncia. E ninguém pensa em forçar a uma renúncia o actual Presidente da República. É certo que nos conselhos anteriores que nós falámos insistentemente e elogiamos a acção do Presidente da República. Significa isso a manutenção de uma confiança que foi preciso retirar? Para mim não significa, significa que perante aquele momento concreto, e perante a actuação concreta do Presidente da República, nós concordávamos com ela e o dizíamos publicamente. Se agora é outra a situação, pois manifesta-se na medida

em que o entendemos necessário, podemos manifestar o nosso desacordo sem que isso seja considerado como substituir uma confiança pela desconfiança". E pouco mais adiante:

"O que é que eu falei? Critiquei-o por se mover no plano da pequena política e não das razões de Estado. Não ao nível do Estado. Falei em que ele aparecia já como o "Costa Gomes do Partido Socialista". Isso sim é, como salvo erro, salientou e muito bem o Aires Querubim, embora sem usar a palavra "Costa Gomes", a principal razão da quebra do prestígio do General Eanes. Quebra que é uma realidade, não sei se recuperável. Outra realidade é a reacção das nossas bases, dos nossos eleitores que se empenharam muitos deles e que se sacrificaram para eleger este Presidente da República, perante a sua actuação. E foi por reconhecer essa reacção e foi por conhecer o fundamento dela que eu disse na Comissão Política, eu entendo que isto, isso é exacto, que devemos começar a pensar num novo candidato para as eleições que terão lugar no termo do mandato e isto porque primeiro isso tem de ser bem pensado e bem preparado, segundo porque se o órgão competente do Partido chegar a essa conclusão é já uma satisfação que dá às nossas bases.

Fomos o primeiro partido a apoiar o General Ramalho Eanes e tive aí a responsabilidade, embora tenha sido uma decisão conjunta e entendo por isso mesmo pelo respeito que devemos às nossas bases e aos nossos eleitores, quando entendermos e se entendermos que ele não serve, não deve continuar, devemos dar-lhe já a sensação de que essa é a nossa opinião, embora sem tomar uma deliberação pública".

A SUPOSTA NOVA LINHA ESTRATÉGICA PROPOSTA

7. Como delas resulta, repito, nem no prefácio do Impasse nem as declarações do Vimeiro contém qualquer proposta de linha estratégica para o Partido. São simples opiniões pessoais que eu tenho o direito de emitir. Eu não pretendi nem pretendo que elas sejam adoptadas como estratégia do Partido. Disse até claramente, no Congresso do Porto que me parecia que o Partido não era capaz de adoptar a linha que, aí sim tracei.

Demais, com excepção da mera alusão ao referendun, as declarações do Vimeiro não contêm qualquer novidade, nem sequer melhor explicitação.

De todos estes problemas falei eu no Conselho Nacional de Novembro de 1977. Lamento ter de fazer novas transcrições, mas a isso me obriga, para que o Conselho possa ajuizar, o documento em análise e as suas inexactas afirmações.

No Conselho de Novembro disse designadamente o seguinte:

"Isto porque os problemas políticos portugueses não se resolvem sem uma reformulação sensível e reorganização do Estado português.

O Estado Constitucional actual, o sistema constitucional, em minha opinião pessoal não corresponde às necessidades do país e se assim é, compete aos partidos políticos preocuparem-se desde já com isso. Até por uma razão, nós defendemos que é indispensável uma plataforma democrática de salvação nacional que con-

tenha as linhas mestras a vigorarem até 1980. Tenho para mim, que não é possível chegar a essa plataforma senão, houver um acordo mínimo quanto à interpretação da Constituição e quanto aos pontos a rever, visto que a revisão terá lugar a partir de 1981. Se queremos já ter uma visão do futuro do país, se queremos já organizar o país em termos de organização de um Estado democrático, devemos ter ideias, devemos, parece-me, fazer incluir algumas linhas da revisão na Plataforma Democrática e de Salvação Nacional.

Isto não pode de modo algum ser visto como uma desvinculação ou ataque à Constituição, o contrário é que seria mistificar a Constituição e defender que ela tem de governar este país para todos os tempos, embora não seja adequada ao país. Isso seria sacrificar o Povo à Constituição e a Constituição existe para o Povo e para o país e não o Povo e o país para a Constituição seja ela qual for".

Pouco adiante aludi a que era infelizmente um facto a desilusão quanto ao Presidente da República face àquilo que dele esperávamos.

Dispensou-me de transcrever o que disse no discurso inicial do Congresso do Porto, que está por mim publicado, perante o qual falei de eleições antecipadas e dos problemas da Revisão da Constituição, da estrutura do Estado, do Presidente da República, do Conselho da Revolução, do papel das Forças Armadas.

No dia 29 de Janeiro, segundo dia do Congresso, em improviso, tive ocasião de voltar a alguns desses temas, nos seguintes termos que transcrevo da gravação pois dele resulta a completa inexactidão da pretensa novidade das declarações do Vimeiro:

"Porque me parece, repito, aquilo que disse ontem, que para a defesa da democracia é necessário denunciar situações, contestar o próprio sistema, falar desde já da revisão da Constituição, não poupar as críticas quando necessárias, é evidente, ao Presidente da República, sabemos ser oposição frontal. É esta a minha visão da situação mas compreende-se que o Partido tem de seguir com esta política em que vivemos, em que acredito pouco, em cujas figuras principais dos outros partidos eu não acredito nada, numa situação em que o próprio Presidente da República, dado o tempo decorrido do seu mandato me parece já nos ter decepcionado definitivamente. É esta a minha visão pessoal. Mas não quis nem quero impô-la ao Partido".

Eis como fica desmistificada a pretensa novidade da suposta linha política do Vimeiro.

8. O único ponto novo que no Vimeiro referi foi o do referendun, em simples alusão de resto, pois me limitei a afirmar que, se as condições da vida nacional se continuarem a agravar como se têm vindo a agravar nestes anos eu não excluiria um referendun como forma de consulta nacional e popular sobre a necessidade de rever antecipadamente a Constituição.

Opinião pessoal essa naturalmente discutível e felizmente já discutida, que pode estar errada, mas que em nada contraria parece-me o Programa. O Conselho julgará se contraria a linha política do partido.

E este é o problema a apreciar, pois será nessa contradição que poderá ver-se desautorizado da Comissão Política.

O que está em causa não é saber se as minhas opiniões estão certas ou erradas, mas sim se justificam ou não a atitude da Comissão Política Nacional.

Por isso não acompanharei agora o documento em análise na crítica às minhas opiniões. Não é o seu fundamento ou exactidão que estão em causa, nem é sobre elas chamado a pronunciar-se este Conselho como se fossem propostas estratégicas.

Contrariam as minhas declarações do Vimeiro a linha estratégica do Partido?

Segundo o próprio documento, a Comissão Política Nacional e o Grupo Parlamentar têm criticado o Presidente da República e entendem que o devem fazer com energia e sem subserviência - documento págs. 6 e 7.

Estou de acordo e assim tenho procedido, sem que daí resulte ofensa à Comissão Política Nacional ou à linha do Partido.

E, acrescento eu, os dirigentes actuais do Partido têm falado da revisão da Constituição, designadamente na Assembleia da República.

É esse o único ponto em que pode ver-se nas declarações do Vimeiro uma recomendação de estratégia, pois aí afirmei que o problema da Constituição deve ser desde já apresentado e tratado pelo PSD.

Assim tem sido de facto, pelo que não vejo que aí haja contradição com a actualização da Comissão Política ou desautorização dela.

E podia eu ou não falar de eleições antecipadas?

Outros dirigentes o fizeram, antes e depois do Congresso do Porto, como alternativa democrática.

Assim as aponte, designadamente no Vimeiro, porque me parece que não há outra saída face ao fracasso do actual Governo.

Não defendi nem defendo eleições antecipadas imediatas, mas apenas consequentes da queda do presente Governo.

E está já esclarecido, como linha do Partido, segundo a declaração parlamentar de Rui Machete que o P.S.D. não será Governo sem novas eleições. Isso é que pode entender-se como contrário à moção aprovada pelo Congresso do Porto.

Não vejo, pois, onde esteja contradição.

Nem tão pouco vislumbro em que é que as minhas críticas ao sistema podem afectar a Comissão Política Nacional ou contrariar a linha política aprovada. Do documento - alínea e) a pág. 9 - parece até resultar que os exemplos por mim dados têm o acordo do Comité Permanente e da Comissão Política Nacional.

Mas qual é afinal a estratégia política aprovada em Santarém?

Refere-se-lhe o ponto 6 do comunicado final no qual se alude a oposição afirmativa.

Nada do que eu disse contraria o que nesse ponto se contém.

Parece, sim haver afastamento dele em relação ao Congresso, já que se fala em afirmativa em lugar de oposição selectiva, mas com isso eu nada tenho.

Alude-se no documento em questão a reedições do Vimeiro para Viana do Castelo, Seia, Lisboa, etc... e a reuniões paralelas para substituições de Comissões Políticas Distritais.

Quanto a estas, a matéria é-me evidentemente estranha. Mas se isso é verdade não acredito que a Comissão Política Nacional não tomasse providências para re- por a unidade e coesão partidária, nem tão pouco me posso convencer que tal pudesse ter sido causa da demissão da Comissão Política Nacional. Estranho apenas que esses problemas não tenham sido levantados em Santarém, designadamente quanto à reunião do Vimeiro, se problemas em relação a ela havia.

Quanto a novos convívios esclareço apenas que apenas aceitei o de Viana do Castelo e mais nenhum outro, não tendo sequer sido solicitado para os que o documento refere.

Pelo que respeita ao de Viana é tempo de responder às interrogações de Rodrigues de Freitas que o documento afirma terem ficado sem resposta.

Têm-se agora e só agora, porque tendo sido elas formuladas em Conselho entendo que no mesmo devem ser respondidas. Outro seria o meu procedimento se me tivessem sido pessoalmente pedidas.

Eis pois a resposta às interpelações do Presidente da Comissão Política Distrital de Viana:

Fui convidado para o convívio de Viana por carta de Ernestina Sousa Fernandes de 13/2/78 em que se referia um convívio promovido por militantes do PSD na Quinta do Santoinho, há muito reservada para o efeito, o que implicava uma considerável despesa e sacrifício para os promotores.

Respondi afirmativamente em carta de 13/3/78 dizendo que estaria presente para um convívio com militantes e simpatizantes do PSD, como testemunho de que não estou afastado deles mas apenas de cargos directivos do Partido.

Nem nessa altura nem em qualquer outra foi questão de estarem ou não presentes membros da Comissão Política Nacional pelo que é falso ter eu condicionado a minha presença à não presença deles.

Do espírito desse convívio sei aquilo que já referi e que me pareceu positivo. Surgiu-me há poucos dias a carta da Comissão Política de Valença a que responderei.

Quando Rodrigues de Freitas fez as suas perguntas em Santarém não existia entre mim e a Comissão Política Nacional nenhum contencioso.

Por último, e quanto ao Congresso Extraordinário, eu próprio tive ocasião de discordar publicamente dessa hipótese em entrevista dada ao Comércio do Porto, publicada na 2.ª edição de o "Impasse".

Eis as respostas às questões que me dizem respeito:

10. O documento em análise parece pretender que só por indulgência ou benevolência as minhas entrevistas e escritos não foram considerados quebra de disciplina partidária.

Lamento muito que disso a Comissão Política Nacional não me tenha advertido em tempo e que não tenha mesmo actuado disciplinarmente. Teria sido muito preferível a ter tomado a posição que tomou e à elaboração do documento em análise.

Quanto ao direito de tendência não entendo a que propósito vem essa questão. Não reconheci nem reconheço a existência de tendências no PSD sobre isso já tenho dito o suficiente, nem pretendo constituir qualquer linha desse tipo. Se outros o querem que o digam abertamente.

Dos documentos enviados parece depreender-se o objectivo de ver contradições entre posições minhas de 76 quanto a essa e outras questões e as minhas declarações recentes. É ponto que certos jornais têm sintomaticamente focado e que eu esclarecerei, se necessário.

Questões mais sérias são as colocadas no documento do Comité Permanente quanto às tentativas de destruição do Partido por dentro - pág. 2 - à utilização do Programa do Partido como forma de promoção pessoal e à desagregação do Partido como objectivo de alguns, estas a pág. 10.

Competirá à Comissão Política Nacional explicitar o que com isto quis dizer e quem visou, competir-lhe-á também identificar os supostos responsáveis por tão graves factos. E ao Conselho Nacional caberá aprofundar também esses pontos e agir de conformidade. O que não me parece possível é deixar passar em claro tais passos do documento. Nem tão pouco é crível que tais gravíssimos objectivos possam ser gorados com o, cito "sacrifício pessoal" da Comissão Política.

Quererá esta dizer que a minha atitude se enquadra nos tais objectivos ou a eles leva?

Eis um ponto cujo esclarecimento não prescindo de obter, nesse sentido interpe-lando a Comissão Política Nacional.

11. É tempo de concluir esta primeira intervenção. O documento em análise, como o comunicado da Comissão Política Nacional do dia 7, não são mais do que a expressão da incompatibilidade sentida por o órgão de direcção permanente do Partido e as minhas tomadas de posição, para além de o documento ser também um constante ataque pessoal.

Ao contrário do que nele se afirma, mas como dele claramente resulta, o problema de fundo não é o de opção entre duas estratégias, mas sim o de escolher

entre a manutenção da Comissão Política Nacional e a possibilidade de eu continuar a emitir declarações sobre questões políticas.

É essa e apenas essa a questão e não há que escamoteá-la.

A esse respeito a minha decisão está tomada. Não abduco da minha liberdade de expressão, do direito de falar dos problemas nacionais, o qual constitui também um dever.

Mas a Comissão Política Nacional sente que não pode permanecer em funções desde que eu fale.

Há que respeitar a decisão do Congresso que a elegeu e o mandato aí conferido e assumido.

Isso não será possível com o meu silêncio, que não aceito. Mas pode sê-lo com a minha saída do Partido.

Não há obviamente aqui qualquer forma de coacção da minha parte, mas apenas uma serena tomada de posição que desde já comunico ao Conselho, pois é um dos elementos para análise da situação e encontro de uma solução a sair desta reunião.

Proponho concretamente que o Conselho Nacional responda às seguintes questões e que o faça publicamente, já que pública foi tornada a crise, a existência do documento e o seu próprio texto:

- Teve ou não a Comissão Política Nacional razão para tornar pública esta crise nos termos em que afez?
- Tem ou não a Comissão Política Nacional razão para se sentir desautorizada e para se demitir em face ao meu comportamento público após o Congresso, em especial ante as minhas declarações do Vimeiro?
- O Conselho Nacional perfilha ou rejeita o documento do Comité Permanente de 12/4/78 enviado aos membros do Conselho?
- Há ou não tentativas de destruição do PSD por dentro, e, na afirmativa, em que factos radicam e quem são os seus autores?
- Há ou não quem tente servir-se do Partido e do seu Programa para promoção pessoal? Na afirmativa quem?
- E, já que assim o quis o Comité Permanente, há ou não contradições entre as minhas recentes afirmações e as anteriores; e se sim, em que pontos?

1.26. Artigo publicado no "1.º de Janeiro" - 18/4/78

REGRESSO DE SÁ CARNEIRO FAZ PREVER ULTRAPASSAGEM DA CRISE DO MOMENTO

CONSTITUÍDA UMA COMISSÃO PERMANENTE COM ATRIBUIÇÕES IDÊNTICAS À COMISSÃO POLÍTICA

Terminaram já na madrugada de ontem os trabalhos do Conselho Nacional do PSD que, no último fim de semana, esteve reunido em Lisboa, na sequência do pedido de demissão apresentado, na semana anterior, pela Comissão Política daquele partido.

E o comunicado final da reunião, que reproduzimos num outro local, distribuído após o encerramento da nossa edição de ontem, veio pôr termo a muitas especulações feitas, quer antes do início dos trabalhos, quer no decorrer do encontro, as quais, genericamente, defendiam os pontos de vista de quem as formulava, por vezes, com intuítos deliberados.

E nesse texto salienta-se a indispensabilidade do regresso de Sá Carneiro à presidência do partido para "fortalecimento do PSD.", mas, reconhece, por igual, o apreço dos militantes que integram a Comissão Política Nacional, presidida de "forma altamente prestigiante por António de Sousa Franco".

Estes, talvez, os pontos que de imediato, se tornam mais salientes no comunicado final de uma reunião de que pouco se soube, já que os conselheiros foram muito parcios nas suas informações aos jornalistas circunstância que permitiu a formulação das mais diferentes opiniões e dos mais variados prognósticos que, todavia, não viriam a concretizar-se, em especial os que admitiam a possibilidade de uma cisão no segundo maior partido português com o abandono de Sá Carneiro ou dos membros da Comissão Política, cuja demissão se concretizou.

A fórmula encontrada para solução da crise do PSD, que alguns observadores consideram um adiamento por mais alguns meses, até à realização do Congresso que a Comissão Permanente tem poderes "para escolher a data e o local da realização", seria a mais conveniente neste momento para os sociais-democratas e para a qual devem ter contribuído as intervenções de alguns conselheiros, em especial de Ferreira Júnior e a proposta apresentada, na noite de domingo, por Oliveira Dias, que preconizou a constituição da Comissão Permanente do Conselho Nacional que terá poderes idênticos aos da Comissão Política.

Registe-se que os sociais-democratas prosseguirão - conforme viria a referir José Vitorino - a oposição firme ao Governo "que a merece em termos de competência", o que até de certo modo seria entendido como desejo de estratégia partidária, e forma mais significativa do que a praticada pela comissão demissionária, a fim de "consolidar o PSD, como grande partido nacional apto para vencer as eleições de 1980".

Concretamente, do que se passou na longa noite do Conselho Nacional, como já referimos, pouco transpirou, sabendo-se todavia, que para além da crítica feita ao documento distribuído aos conselheiros com carácter de confidencialidade e que alguns órgãos da Comunicação Social reproduziram no todo ou em parte, na sua intervenção, Sá Carneiro, rebateu aquele documento e justificou as declarações feitas na reunião do Vimeiro que estariam na origem da crise que a Comissão Nacional, segundo disse nada fez "para atenuar ou eliminar" essa crise.

Um dos factos ainda a salientar na reunião do Conselho Nacional Social-Democrata é que, contrariamente ao que muitos pretendiam, os trabalhos decorreram num clima de absoluta tranquilidade, o que muito deve ter contribuído para se conseguir a conciliação desejada para ultrapassar de imediato a crise.

AS "SEIS QUESTÕES" DE SÁ CARNEIRO

Sá Carneiro, que o Conselho Nacional veio a considerar como insubstituível na condução do partido, interrogou directamente, os conselheiros, exortando-os a responder, publicamente, "já que pública foi tornada a crise" - ao contrário, aliás, do que pretendia o "militante n.º 1" que, inclusivamente recriminou a Comissão Política por ter divulgado o seu pedido de demissão - as seis questões que enumerou:

"Teve ou não a Comissão Política Nacional razão para tornar pública esta crise nos termos em que o fez?"

"Tem ou não a Comissão Política Nacional razão para se sentir desautorizada e para se demitir face ao meu comportamento público, após o Congresso, em especial ante as minhas declarações do Vimeiro?"

"O Conselho Nacional perfilha ou rejeita o documento do Comité Permanente de 12 de Abril, enviado aos membros do Conselho?"

"Há ou não tentativas de destruição do PSD, por dentro e, na afirmativa em que factos se radicam e quem são os seus autores?"

"Há ou não quem tente servir-se do partido e do seu programa para promoção pessoal? Na afirmativa, quem?"

"E, já que assim quis o Comité Permanente, há ou não contradição entre as minhas recentes afirmações e as anteriores? E, se sim, em que pontos?"

QUEM RESPONDE?

Ao apresentar estas questões o líder social-democrata rompia, em definitivo, com os argumentos que a Comissão Política havia apresentado para se declarar demissionária e alegar que não lhe eram "dadas condições mínimas para desempenhar as suas funções, após o anúncio e a clarificação duma linha política diferente da linha do partido", não lhe sendo possível "manter-se em funções sucessivamente desautorizada ou consentindo no enfraquecimento do partido pela divisão inerente a um processo de multiplicação dos centros de poder e de decisão".

Sá Carneiro, colocou deste modo o "peso" das responsabilidades do "eventual" desvio à linha política aprovada no Congresso do Porto sobre a Comissão Política Nacional, concretizando que esta "agiu mal e que daí resultou sério prejuízo para o partido".

COMISSÃO PERMANENTE AINDA NÃO ESTÁ COMPLETA

A composição da Comissão Permanente do PSD, órgão provisório de gestão a quem competirá a tarefa de preparar a realização de um novo Congresso - o segundo desde o afastamento de Sá Carneiro - dentro do prazo máximo de três me-

ses, para além da designação dos novos - e, também, provisórios, presidente e secretário-geral dos sociais-democratas, reflecte a aproximação dos "incondicionais" dos lugares de decisão, de onde haviam sido afastados da eleição da C.P.N. no Congresso do Porto.

Assim, Amândio de Azevedo, responsável pela Comissão Política Distrital do Porto, e Moura Guedes, seu homólogo da Zona Oeste de Lisboa - e caberia aqui perguntar se, a ter sido a designação por cargos e não por "tendências", haveria lugar para a "zona oeste de Lisboa", em detrimento de Viana do Castelo ou de Coimbra - integram aquele órgão, juntamente com os representantes de Lisboa, José Victorino, referenciado como integrando a "terceira linha", de Braga - a eleger, mas acerca do qual há poucas dúvidas sobre a linha que apoiará -, dois delegados da JSD, ainda por designar, um de cada região autónoma, bem como pelos presidente e vice-presidente do grupo parlamentar, cujos nomes serão conhecidos hoje.

A nível do Parlamento, pensa-se que Meneres Pimentel, também próximo de Sá Carneiro, possa vir a ser eleito como presidente, embora não venha a constituir uma grande surpresa a eleição de Sousa Franco, se este, evidentemente, aceitar tal cargo.

P.S.D.: SÁ CARNEIRO APOSTA EM 1980

"O essencial é que, com o calmo contributo de todos, o PSD saia deste Congresso com uma posição clarificada, interna e externamente, e, por isso mesmo, fortalecida, desde que todos saibamos respeitar e acatar as decisões aqui tomadas". Estas palavras são de Sá Carneiro, quando proferia o discurso de abertura do V Congresso do PSD, realizado no Porto, em 28 de Janeiro deste ano, apesar das quais nem a sua posição se clarificou nem fortaleceu e, segundo parece, houve quem não acatasse as decisões tomadas.

Após dois dias de interna discussão, os dirigentes sociais-democratas decidiram, uma vez esgotada a procura de uma conciliação impossível, adiar a clarificação final da sua situação interna para o próximo Congresso, a realizar num prazo máximo de três meses, e no qual Sá Carneiro deve, segundo recomendação do Conselho Nacional regressar à presidência do PSD, regresso este considerado "indispensável" para a "preservação das instituições democráticas e o fortalecimento do partido".

Entretanto, a gerência transitória fica assegurada por homens tidos como "incondicionais": Amândio de Azevedo e Moura Guedes, para além do dirigente a designar por Braga, que devem conduzir um período que se espera ser de relativa acalmia político-partidária e no qual as forças para o seu lado a decisão que será tomada pelo Congresso.

UM NOVO ESTILO DE OPOSIÇÃO

No momento em que se ultrapassar este compasso de espera, o Governo poderá vir a defrontar-se com um novo estilo de oposição, agora reservada em torno de uma figura que, muito embora contestada e contestável, consegue polarizar um

descontentamento visível, e que, em três meses, poderá aumentar consideravelmente.

Enquanto a linha de "centro-esquerda", conduzida pela Comissão Política Nacional se bem que "oposição" ao Governo de centristas e socialistas, era passível de não motivar suficiente apoio popular e de se ver mitigar numa índole "construtiva" entre a prática social-democrata do PS e o conservadorismo do CDS, Sá Carneiro é capaz de encarnar um projecto próprio que porte a "imagem de marca" de um partido que não corra riscos de "colagens" a outros projectos, seja integrando um grande bloco conservador, seja um bloco de centro-esquerda.

A "linha Sá Carneiro" se, como tudo o parece indicar, vier a comandar as rédeas do partido, é capaz de acumular dividendos para 1980, esquivando-se ao desgaste de ser Governo em tempo de austeridade e veiculando, em termos muito concretos, o descontentamento e a oposição.

ESTRATÉGIA PARA 1980

Se existem ou não duas estratégias no PSD, ou, como um dos conselheiros citou como sendo o pensamento de Sá Carneiro, apenas "duas visões da realidade nacional", uma, de Sá Carneiro, "mais frontal", outra de Sousa Franco, condicionada por atitudes mais "políticas" a questão que se põe aos sociais-democratas afigura-se liminar; ou chamam a si o triunfo nas eleições de 1980, quer por uma linha "populista", quer por uma alternativa, ponto por ponto, aos programas adversários, ou deixam o poder a socialistas e centristas que, se forem bem sucedidos na primeira experiência conjunta e não conseguirem formar governos minoritários, prolongarão a coligação até reduzir a oposição democrática a votar vencida.

"Desestabilizadora", ou não, a linha política de Sá Carneiro preconiza para o partido de que foi um dos fundadores e de que é o "militante número 1", ao mesmo tempo que pode colher frutos políticos, pode emprestar ao País um outro projecto que não o comportado pelos acordos entre centristas e socialistas.

COMUNICADO FINAL

"1. O Conselho Nacional do PSD, reunido em Lisboa nos dias 15 e 16 de Abril de 1978, tendo apreciado a situação político-partidária decorrente do pedido de demissão da Comissão Política Nacional mantido neste Conselho expressa o seu apreço aos militantes que integraram este órgão, presidido de forma altamente prestigiante por António Sousa Franco, pela forma como cumpriu o seu mandato, exercido com total respeito pela estratégia adoptada em Congresso e pelo programa do partido, e concretizando uma oposição ao Governo firme e inequívoca, pautada por objectivos de fortalecimento e dignificação das instituições democráticas e da defesa dos mais altos interesses do povo português.

O Conselho Nacional considera ainda que ao nível da organização partidária, da participação parlamentar, do poder local, da intervenção sindical, da juventude e dos diversos domínios económico-sociais tem havido um esforço nítido de organização, apontando no sentido de consolidar o PSD como grande partido nacional, apto para vencer as eleições de 1980, como consta das conclusões do Conselho

Nacional de Santarém. Finalmente, o Conselho Nacional considera que a Comissão Política Nacional, na sua actuação soube ponderar com equilíbrio a necessidade de assegurar a coesão dos sociais-democratas e a exigência de prosseguir uma política coerente, apontada para a salvaguarda da democracia e para a defesa dos interesses nacionais.

2. Tendo-se debruçado sobre o documento apresentado ao Conselho Nacional pelo Comité Permanente da Comissão Política Nacional, justificando a posição deste o Conselho Nacional verifica que, como documento interno que se destinava exclusivamente a ser elaborado em condições difíceis de tempo e acesso a documentação, tem um erro de facto e expressões susceptíveis de entendimento que não cabem na intenção da Comissão Política Nacional. Sem prejuízo de erro e de omissões, que o debate esclareceu e corrigiu, o documento cumpriu a sua função essencial de esclarecer os argumentos da Comissão Política em obediência às deliberações do Congresso do Porto e do Conselho Nacional de Santarém. A Comissão Política corrigiu designadamente a referência à imputação por Francisco Sá Carneiro de um "golpe peruano", a qual não corresponde ao que por este foi afirmado no Conselho Nacional de Novembro, tendo havido um erro de anotação verificável através da gravação.

3. Considerando que a problemática suscitada no Conselho Nacional e a eleição pelos órgãos competentes da nova Comissão Política Nacional exigem ponderação cuidada com auscultação dos órgãos de base do partido e que ao Conselho Nacional compete tomar as providências necessárias para assegurar a continuidade da direcção do partido, o Conselho Nacional deliberou eleger nesta reunião uma comissão permanente do Conselho Nacional, com poderes análogos aos da Comissão Política Nacional e mandatada para promover as diligências necessárias à eleição de uma nova Comissão Política Nacional, em Congresso Nacional a realizar no prazo máximo de três meses.

4. A Comissão Permanente tem a seguinte constituição: o presidente e o vice-presidente do grupo parlamentar; os presidentes das Comissões Políticas Distritais da Área Metropolitana de Lisboa, da Área Oeste do Distrito de Lisboa, do Porto e de Braga; dois representantes da JSD por ela designados; um representante do órgão político superior de cada região autónoma. O presidente da Comissão Permanente e o secretário-geral serão escolhidos pelos seus membros. A Comissão Permanente deverá contar com a colaboração de qualquer dos militantes presentes neste Conselho Nacional.

5. Fica desde já convocado um Congresso Nacional extraordinário e são conferidos poderes à Comissão Permanente para escolher a data e o local de realização do mesmo, assim como a ordem de trabalhos, o que fará em conjunto com a mesa do Congresso.

6. Face à gravidade da crise que o país atravessa e a situação interna do nosso partido, o Conselho Nacional considera que a preservação das instituições democráticas e o fortalecimento do PSD passam necessariamente pelo indispensável regresso de Sá Carneiro à presidência do partido. Consequentemente, e conforme a moção nesse sentido aprovada por aclamação no congresso do Porto, o Conselho Nacional apela para que Francisco Sá Carneiro retome, no próximo con-

gresso extraordinário, a presidência do PSD, como é desejo generalizado dos militantes.

7. O Conselho Nacional repudiou vivamente o protesto apresentado no dia 6 de Abril por Manuel Alegre na Assembleia da República e aprovado pelo PS, pelo CDS e pelo PCP. Tal protesto, que visava declarações produzidas por Francisco Sá Carneiro e outros militantes do PSD, é gravemente lesivo do direito de livre expressão de pensamento que deve ser reconhecido a todos os portugueses. O Conselho Nacional solidariza-se com a posição então tomada pelo grupo parlamentar do PSD e pela comissão política nacional.

8. O Conselho Nacional encarregou ainda o grupo parlamentar de apresentar à Assembleia da República um voto de protesto relativo à agressão de que foi vítima o Dr. Almeida Santos".

1.27. Intervenção no Conselho Nacional de Portalegre - 14/5/78

Meus amigos:

Compete-me analisar a situação do Partido e só sobre esse ponto me deterei.

Tenho para mim que a crise grave que o Partido atravessa, se agravou ainda mais após o Conselho do Sheraton. Radicalizaram-se posições, foram tornadas públicas, já, recusas de participação, e o clima é hoje, em meu entender bastante mais grave e mais denso do que era na altura em que terminou o Conselho do Sheraton.

Então, numa primeira resposta ao apelo que me foi dirigido, eu disse que ia reflectir nele, seriamente, com disponibilidade, acreditando na disponibilidade de todos e na procura duma solução dentro da unidade do Partido.

Ouvimos aqui o documento da Comissão Permanente, documento-proposta para este Conselho, em que se equacionam várias hipóteses de solução. Debatermos já aqui bastante. Creio, ser unânime o sentimento do Conselho, de que é necessário um debate interno aprofundado, uma discussão livre e profunda de estratégias para que seja encontrada uma solução no próximo Congresso.

O Conselho Nacional anterior, cujas palavras o documento da Comissão Permanente retomou, entendeu que era indispensável o meu regresso à Presidência do Partido. Esse é um ponto que, concordo, deve ficar hoje aqui esclarecido.

Tudo ponderado, ponderada sobretudo a evolução que o partido teve entre estes dois Conselhos Nacionais, a minha posição é de que não é possível, nem conveniente para o partido o meu regresso à sua Presidência.

Radicalizaram-se, como disse, as posições e cresceu uma tendência independente de mim, e por mim incontrolável, das pessoas se definirem, dentro do Partido, por mim ou contra mim.

Há uma tendência generalizada para aceitar como um dogma tudo aquilo que eu digo, sem discutir; e para querer ver traidores em todos aqueles que se opõem, legitimamente, às minhas posições. E, aqui, está em jogo já, a liberdade das pessoas. Se nós vamos para uma discussão estratégica num clima destes, pois, "fulanizáremos" essa discussão estratégica. Não tenho ilusões. No clima actual que se vive no Partido, se eu apresentasse uma proposta de estratégia para o Partido ela seria absolutizada e, nesse caso, ficaria afectada a própria liberdade de discussão.

Temos exemplos de climas emocionais destes.

Para além disso, parece-me, pela experiência destes tempos, que o meu regresso à Presidência do partido, seria mais um factor de divisão do que um factor de unidade.

Creio, portanto, e é esta a minha decisão, que não estão criadas condições - para bem do Partido - para que eu regresso à sua Presidência.

Poderia equacionar-se um esquema, tal como aquele que em linhas gerais é apontado pelo documento da Comissão Permanente, em que se conciliaria o meu regresso à Presidência do Partido com um certo afastamento da liderança quotidiana ou corrente do Partido. Foi um esquema já aventado antes do Conselho Nacional de Faro. Creio que poderia ser viável se não fosse o actual clima que se vive no Partido - a radicalização.

Continuo a entender que não há tendências no nosso Partido. Para mim as tendências são qualquer coisa que assenta em diferenças de pontos de vista com uma certa permanência, que radicam portanto em razões ideológicas ou programáticas e não podem radicar em meras diferenças estratégicas. A estratégia depende das circunstâncias, é alterável, é indispensável mesmo que seja alterada, num partido político, em face das circunstâncias. E não podemos portanto, a meu ver, ver tendências nas simples divergências estratégicas. Mas, é uma realidade do partido, uma realidade actual do Partido, que há grupos dentro do Partido, grupos que se foram radicalizando. Eu creio que a minha presença, mesmo num esquema tal como foi aventado pela Comissão Permanente, iria agravar a radicalização desses grupos, iria agravar a existência de grupos diversos.

Creio que é factor secundário saber qual dos grupos está em maioria, qual dos grupos está em minoria.

Um partido como o nosso, que em boa parte é um partido em estruturação, não pode ser uma casa dividida, não pode ser um reino em luta contra si mesmo.

Estou convencido que era isso que sucederia se eu regressasse, de um modo ou de outro à liderança do Partido.

Continuaríamos com uma guerra interna, continuaríamos com o enfraquecimento das pessoas, das posições, fundamentalmente com o enfraquecimento da posição do Partido no plano nacional.

Parece-me pois preferível que se dê tempo ao tempo, que se faça, independentemente do meu regresso, ou melhor, sabendo que eu não regressarei à liderança

do Partido, que se faça, com toda a liberdade, o debate estratégico, que se definam posições no Congresso, que o Partido, encontre uma direcção política que permita a pacificação interna que é absolutamente indispensável.

E então, depois, daqui a 1 ano ou 2 anos, estaremos em condições, mais unidos, mais pacificados, menos radicalizados, espero que sem a existência de grupos, para recolocar os problemas que forem de pôr então quanto à liderança do Partido.

Esta é a minha posição: uma resposta negativa - com estes fundamentos - ao apelo que me foi dirigido no último Conselho Nacional.

1.28. Comunicado do Conselho Nacional - Portalegre - 13 e 14/5/78

1. O Conselho Nacional do PSD, reunido em Portalegre nos dias 13 e 14 de Maio, aprovou as contas do partido referentes a 1977, após ter apreciado o parecer emitido pelo Conselho de Jurisdição Nacional. Aprovou ainda a proposta, apresentada por este órgão, de louvor à Comissão Política Nacional, ao Director-Geral e aos serviços centrais, pela colaboração prestada.

Sobre esta matéria, o Conselho Nacional:

a) Exprimiu o seu regozijo pelo facto de a gestão do partido ter sido exercida em termos que, possibilitando a amortização do passivo acumulado, permitem ainda estabelecer bases sólidas para a futura acção do PSD;

b) Formulou o voto de que fossem mantidos os critérios de rigor na gestão e prospecção de contas e que eles se tornem extensivos a todos os órgãos do partido.

2. O Conselho Nacional aprovou, com alterações a proposta apresentada pela Comissão Permanente de "Regulamento de Representação das Bases ao Congresso"

3. Sobre os dois restantes pontos da agenda desta reunião, foi aprovada uma metodologia de preparação do Congresso que consiste, essencialmente, no seguinte:

a) Vai processar-se a partir de agora uma ampla discussão, nos órgãos do partido, sobre a linha política a aprovar no Congresso já marcado para os próximos dias 1 e 2 de Julho p.f. em Lisboa;

b) Para este último efeito, foi aprovado, apenas como debate de discussão um documento suficientemente maleável para tentar planificar, com total abertura a situação interna do partido;

c) Na próxima reunião do Conselho Nacional, a realizar nos primeiros dias de Junho p. f., será feito pelos respectivos membros a apresentação de propostas-síntese conducentes à conclusão da primeira fase do debate referido na alínea anterior;

d) Nessa mesma reunião será discutido e aprovado o Regulamento do Congresso que, entre outras disposições fixará o prazo limite para a apresentação de propostas sobre os assuntos contidos na ordem dos respectivos trabalhos a anunciar oportunamente, bem como para a apresentação de candidaturas aos órgãos nacionais;

e) Desta maneira, deseja-se que, findo o prazo referido, exista um período para todos os congressistas reflectirem sobre as propostas entretanto apresentadas.

Em face do exposto, mantém-se, por enquanto, a linha política de actuação partidária resultante do Congresso do Porto.

4. O dr. Sá Carneiro decidiu não regressar, por enquanto, à presidência da direcção política do partido por, em seu entender, não estarem criadas condições que tornem aconselhável a apresentação da sua candidatura àqueles órgãos nacionais.

5. O Conselho repudiou com energia o facto de o documento de recepção, só distribuído aos seus membros durante a reunião, ter sido tornado público anteriormente através de alguns jornais. Foi assim recomendado ao Conselho de Jurisdição Nacional a abertura de um inquérito para tentar averiguar a eventual responsabilidade de qualquer dos militantes do PSD. Do mesmo passo, foi recomendado aos membros do Conselho Nacional que ao discutirem o documento nos órgãos internos do partido, procurem preservar a respectiva unidade interna, não personalizando as questões nele suscitadas.

6. O Conselho Nacional aprovou igualmente uma moção de saudação a todos aqueles que, militantes ou simpatizantes do PSD, se têm esforçado no Alentejo por criar condições de convivência democrática a fim de ser aplicada a lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, cuja discussão se encontra praticamente paralizada a partir da tomada de posse do II Governo Constitucional.

7. Finalmente, o Conselho Nacional congratulou-se com as afirmações feitas pelo Presidente da República no discurso proferido na Assembleia da República no passado dia 25 de Abril."

1.29. Discurso na Festa do 4.º Aniversário do PSD - 21/5/78

Meus Amigos

Reunimo-nos aqui em festa, em regozijo, para celebrarmos quatro anos do Partido Social Democrata.

É o Partido que aqui nos reúne, são os seus sucessos, são as suas experiências, são os sacrifícios dos seus militantes. E hoje, ao olhar para trás, podemos congratularmo-nos com a obra que a Social Democracia realizou nas condições mais adversas.

Em Maio de 74 iniciámos uma experiência praticamente inédita na Europa: arrançar com um partido social democrata, tendo a hostilidade declarada dos socialistas

marxistas, tendo a oposição cerrada e insultuosa da clique militar que pouco depois do 25 de Abril tentou apropriar-se da Revolução.

E apesar de tudo isso, apesar dessas circunstâncias adversas, apesar de não contarmos com nenhum apoio externo, soubemos com as nossas próprias forças, com a nossa inspiração, com a nossa capacidade de resposta, construir o segundo maior partido português, em termos eleitorais, a segunda força sindical e a primeira força de juventude.

É, pois, com gratidão pelo esforço dos militantes e com regozijo pelo sucesso alcançado, que hoje celebramos o 4.º aniversário do Partido.

Mas nesta altura estamos a pagar também o preço do sucesso. Vivemos uma crise interna que há algum tempo se arrasta, e que tem trazido a inquietação, a preocupação, e algumas vezes a angústia ao seio dos sociais-democratas.

Neste quarto aniversário é indispensável dizer com clareza que soubemos no passado vencer dificuldades muito maiores, e que encaramos a crise com realismo mas com serenidade, com a certeza de que as dezenas de milhares de sociais democratas que neste país souberam ultrapassar muito maiores dificuldades, saberão consolidar o Partido para o futuro.

A crise que vivemos é uma crise da nossa própria força. Fomentada, na sua maior parte, do exterior, ela visou atacar a grande força de oposição do país, e fê-lo criando o mito de que o Partido era uma figura, para depois centrar os ataques nessa figura.

Foi, assim ao longo de muitos meses, e a crise agravou-se quando do exterior se conseguiu tirar partido de algumas dificuldades internas e de naturais divergências de opinião.

E agravou-se ao ponto em que, por um lado se quer dar a impressão de que o PSD é apenas a figura carismática de um chefe, de que as suas opiniões são indispensáveis e são dogmas, e de que por outro lado, sendo esse chefe incapaz de trabalhar em equipa, é incapaz de aguentar a discussão e a crítica da suas próprias opiniões.

Este é um perigo, é uma das características da crise, é esta uma consequência dos ataques.

Mas há um outro aspecto que não pode se minimizado: é que os ataques a uma figura do Partido, fizeram com que crescesse, exageradamente, muitas vezes, o apoio a essa mesma figura.

A situação criada fez também com que algumas pessoas tendessem a definir-se como pró ou contra essa figura, e uma certa intoxicação transparece mesmo, de algumas tomadas de posição.

O Congresso do Porto procurou ultrapassar esta dificuldade. É conhecida a posição que aí assumi. Mais tarde, a demissão da Comissão Política nele eleita, tornou necessário novo Congresso. E é esse Congresso que nesta altura a Comissão Permanente do Conselho Nacional tem a incumbência de preparar.

Esse Congresso, como aqui já foi dito, será a hora da verdade para os sociais-democratas, para os militantes do PSD, que têm a oportunidade de mais uma vez, mas agora com a consciência aprofundada, face à crise, de tomarem o Partido nas suas mãos e, em democracia plena, orientarem-no segundo a sua vontade.

É indispensável que o Partido saiba desmontar a campanha e os seus efeitos (já que alguns ela produziu no interior do Partido). E para isso entendo indispensável que, mercê do debate, mercê do esclarecimento de posições, se encontre uma verdadeira unidade democrática.

Num Partido, e no nosso Partido social-democrata, não há chefes e figuras carismáticas, não há personalidades insubstituíveis. E se mercê das circunstâncias, mesmo sem o menor fundamento, se criou a mínima aparência de que isso é possível, pois o Partido saberá demonstrar que continua com a direcção que fôr mais adequada, comigo como militante, comigo continuando a fazer ouvir a minha voz sempre que necessário, comigo disponível como militante para o futuro.

É essa a nossa aposta, é esse o desafio que nos é posto, e é esse que, eu estou certo, saberemos aceitar e vencer, numa total fidelidade ao Programa do Partido que se mantém inalterável.

Não há pressões de direita ou de esquerda que nos façam alterar o nosso Programa. Não há pressões de direita ou de esquerda que nos façam alterar a nossa prática social democrata. Nós, Partido Social Democrata, não temos qualquer afinidade com as forças de direita, nós não somos nem seremos nunca uma força de direita.

Os sociais democratas, todos os seus dirigentes, têm demonstrado que são completamente indiferentes quer aos elogios de um general, quer às falsidades propagadas por um ex-general major.

Não são as críticas nem os elogios que nos afastam do nosso caminho, nem são os comentários a qualquer eventual deslize para a direita, mesmo quando vindos de quem parece ser enviado do Presidente da República, o que é muito grave.

É a certeza da nossa linha programática, é a confiança que nos dá as realizações destes 4 anos, é a nossa prática social democrata neste período conturbado e difícil, que constituem o nosso orgulho. E esse o capital e a melhor carta de democracia, de social democracia que nos podem pedir - e a única.

O Congresso do Partido será, portanto, ocasião de despersonalizar as questões, de "desfulanizar", como diz Meneres Pimentel, de conduzir as coisas à sua verdade própria.

É que se o PSD não tem chefes nem figuras carismáticas, também não tem nem consente grupos vanguardistas que se arroguem o exclusivo da social democracia.

É, para nós sociais democratas, inconcebível que alguém se arrogue o direito de dentro do partido, discutir o carácter social democrático das nossas bases. A nossa organização democrática está centrada sobre os militantes, sobre as bases, sobre a representação que lhes asseguram os órgãos intermédios até ao Con-

gresso. Temos sido e continuaremos a ser um exemplo de democraticidade interna.

Exigimos e continuamos a exigir que o País seja uma autêntica democracia.

Porque a crise em que vivemos é também em parte fruto e reflexo da crise do país, com o qual somos inevitavelmente solidários, do qual fazemos parte. É essa crise é também uma crise política.

Vivemos 50 anos de regime autoritário e as ditaduras são as formas acabadas de corrupção do poder. Não há democracia, não há regime humano, sem respeito pelas liberdades, sem moral pública, sem autoridade. E as ditaduras são a negação de tudo isso.

Infectam profundamente a vida de um país - ao ponto de hoje já haver quem se pergunte, e bem, se os surtos de terrorismo em países como a Itália e a Alemanha, que estiveram submetidos a ditaduras, não são restos da infecção profunda que essas ditaduras geraram nesses países.

Pois bem, embora em grau felizmente muito diverso, também nós em Portugal sofremos os traumas, as deformações, os desvios, as corrupções do regime ditatorial que durou quase cinquenta anos. Mas não podemos ficar eternamente a apregoar que isto é assim - nem podemos continuar a ver a raiz dos nossos males não só no regime de antes do 25 de Abril como no período do gonalvismo.

Temos de nos perguntar se o pós-25 de Abril tem sido efectivamente a terapêutica democrática para a recuperação de um país debilitado por uma ditadura, ou, se pelo contrário, muitas forças do pós-25 de Abril não têm usado, e não estão a usar ainda os métodos que a própria ditadura usaria.

E temos de dizer com tristeza que, infelizmente, se caminhamos para a restauração das liberdades públicas, se temos um regime de democracia institucionalizada, ainda que vigiada, não temos nem tivemos uma prática e uma pedagogia política que tivesse posto de lado os métodos da ditadura.

Nós vivemos ainda, para além de uma incerteza das instituições, um vazio de autoridade. Vemos que o Governo e o que o antecedeu, se preocupa mais em fazer política partidária, do que em exercer a autoridade para prossecução do bem comum e o bem comum exige a moralidade pública, a justiça e o respeito pela liberdade, sem esquecer que a primeira coisa que em justiça é devida ao País e às pessoas é o respeito profundo pelas suas liberdades e pela sua dignidade.

Infelizmente mantém-se a ocupação partidária da vida nacional. Mantém-se e cresce a ocupação partidária dos órgãos de comunicação social e a ocupação partidária das empresas. E o Governo, entregue à política partidária, deixa que outros, muitas vezes com a experiência anti-democrática do gonalvismo, continuem a dominar as empresas públicas, continuem a dominar órgãos de informação pagos pelo povo português, continuem a exercer uma campanha que cedo ou tarde nos pode levar ao renascer do período gonalvista.

Vemos, por outro lado o Governo, que até este momento deu provas de não satisfazer ao nível da competência e da execução, se encontra dominado pela ideia de

fazer oposição à oposição, mais do que governar, e pela ideia fundamental de a todo o momento tentar todos os pretextos para esmagar a oposição.

É o governo, e são os partidos que o formam que têm o consenso e o diálogo nos lábios mas que se recusam a agir por outra forma que não seja a de fazer calar a voz da oposição. Aprovam no Parlamento críticas às críticas feitas com liberdade aos órgãos da República. Falam em separação de poderes e ultrajam a magistratura, criticando-a de uma maneira inadmissível em democracia. Fazem oposição cerrada - mesmo a pretexto dos incidentes, em si condenáveis, mas de somenos importância - aos governos dos Açores e da Madeira, aos governos sociais democratas.

E assistimos ao fenómeno insólito de ver um Primeiro Ministro - numa viagem ferroviária transmitida pela TV - chegar ao ponto de fazer acenos e piscadelas de olho a possíveis dissidentes do PSD.

Por outro lado, vemos que há tentativas de prolongar o papel dos militares na democracia portuguesa. Há tempos foi um grande escândalo quando falei da revisão da Constituição. Mas já antes disso, um membro do Conselho da Revolução tinha falado num possível prolongamento, sob outra forma, do mesmo Conselho da Revolução. E hoje vemos, que essas tentativas ressurgem.

Vemos também que certos membros do Conselho da Revolução, acantonando-se atrás do Presidente da República, estão a tentar exercer aquilo a que eu chamo de "militarismo presidencial."

Tudo isto são sintomas graves de desorientação da nossa democracia, de um vazio de autoridade do poder político, da falta de um governo.

Nem tudo, no entanto, são indícios negativos. Forçoso é reconhecer que após um documento lamentável do Conselho da Revolução, o Presidente da República, no seu discurso de 25 de Abril, se soube demarcar claramente desse documento, abrindo várias pistas de reforma do sistema, de debate político sobre pontos, tais como a revisão da Constituição e o papel do Estado no sector económico.

É necessário, urgente e indispensável que se passe das palavras aos actos, pois que é de actos que carecemos; mas nas circunstâncias que agora vivemos, não pode deixar de assinalar-se o carácter positivo das palavras.

Como devemos então encarar o futuro do regime democrático, o futuro do nosso país? Sem optimismos fáceis, com realismo e sobretudo equacionando os problemas sem medo.

O regime democrático é indiscutível - qualquer partido democrático é solidário com ele e não saberia nem poderia viver sem ele. Mas uma coisa é o regime democrático indiscutível, outra coisa é o sistema económico social que, esse sim, é livremente discutível e deve ser revisto e reformado se necessário, para consolidação da democracia em Portugal.

Não se pode - porque é ilegítimo e anti-democrático - escravizar o regime democrático a um qualquer esquema económico-social, a uma opção ideológica. No futuro tem de delimitar-se rapidamente e repensar-se o papel do Estado na

economia, nos meios de comunicação social e na sociedade, vendo até que ponto é necessário que a sociedade recupere a sua liberdade, a sua iniciativa criadora, e até que ponto é necessário que o Estado se dedique às tarefas fundamentais. Tudo isto são problemas em aberto, que têm de ser sujeitos a um debate público, em que se discutam os argumentos e em que se não procure vencer o adversário atirando-lhe só com insultos.

Mas isso não é possível se o Governo enveredar pelo caminho da repressão, seja sobre a imprensa, seja sobre as pessoas. E é por isso que não podemos deixar de ver com grande preocupação o anúncio do pedido de autorizações legislativas para medidas que permitam a repressão sobre a imprensa, sobre as associações e sobre os movimentos separatistas.

Há na Assembleia da República, há muito tempo, projectos de lei sobre associações ilícitas (contra-revolucionárias, fascistas e anti-democráticas). Esses projectos de lei têm estado adormecidos. Porque é que vem agora o Governo pedir autorizações legislativas para ser ele a legislar, quando esses projectos estão na Assembleia da República?

O Governo não demonstrou ainda que a fraqueza da autoridade democrática lhe advém da falta de meios legais e não da sua incompetência. Só pode pedir mais instrumentos legislativos quando tiver usado adequadamente os instrumentos que tem. E não o tem feito.

Mas o que o Governo não pode fazer é ver em qualquer expressão da opinião pública, em qualquer discussão dos seus projectos, em qualquer crítica às suas opções, um ultraje ou um ataque à democracia que implique o silenciamento sumário dos seus responsáveis.

Não quero crer que as consequências da ditadura vão até ao ponto de ter deixado traços na própria oposição à ditadura que hoje governa o País. Seria um mal muito profundo e constituiria um risco muito grave. O situacionismo que temos visto desenvolver-se tem de ser combatido - e esse é o papel da oposição. Parece-me que não se pode falar em novos blocos de poder com a participação dos sociais-democratas. O problema do poder não se põe hoje em termos de blocos, mas em termos de classificação das instituições, em termos de exercício de competência, em termos de moralidade pública e em termos de desempenho da autoridade democrática.

É assim que eu vejo o problema, mas o partido encarará no seu debate interno todas estas questões. Ultrapassando a sua própria crise, o PSD prestará mais uma vez um bom serviço à democracia portuguesa, apesar de todos os riscos que ela corre.

Temos de encarar com confiança o futuro. A confiança advém-nos do nosso empenhamento na acção, a confiança advém-nos de sabermos continuar a esperar, e de continuar a falar e a criticar, a propósito, mesmo quando alguns se querem arrojar do exclusivo da democracia.

Compete-nos a nós, sociais democratas, impedir que de uma maneira subtil se instale entre nós uma nova ditadura. Compete-nos a nós sociais democratas, dar

o nosso contributo para que o povo português não seja mais instrumento de políticas partidárias e ambiciosas, mas seja fonte de um apoio efectivo a uma política de salvação nacional posta em prática por homens mais dedicados ao País que ao seu Partido, por homens mais dedicados à recuperação de Portugal do que à defesa dos seus interesses pessoais. Com isto se poderá obter o verdadeiro consenso democrático.

Diálogo, abertura e consenso são indispensáveis em democracia, dentro e fora do nosso Partido, mas implicam respeito pelas liberdades das pessoas, pela sua dignidade; implicam franqueza, crítica e frontalidade de posições.

Meus amigos: no 4.º aniversário do PSD, apesar de todas as preocupações partidárias e sobretudo nacionais, há que terminar com uma palavra de confiança. Confiemos porque esperamos o melhor, sobretudo das virtudes e das capacidades dos portugueses.

Viva o P.S.D.!

Viva a Social-Democracia!

E viva Portugal!

1.30. Artigo publicado no "Comércio do Porto" - 3/6/78

PSD: 42 DEPUTADOS APRESENTAM DOCUMENTO "OPÇÕES INADIÁVEIS"

Este fim-de-semana volta a ser importante - quiçá decisivo, no esboço de uma solução para a actual grave crise interna, entenda-se - para o PSD. Aproximadamente a um mês de distância do Congresso Extraordinário de Lisboa, por muitos apontado como limite impensável de exceder para que seja encontrada uma saída (de compromisso) da crise, a reunião do Conselho Nacional do Partido, que hoje se inicia em Tróia (Setúbal), parece assumir justificado relevo, uma vez que* dela tanto poderá resultar um consenso mínimo, mesmo que, digamos, de última hora, que possibilite avançar no estudo de propostas convergentes, como uma clivagem ainda mais acentuada e, portanto, extremamente perigosa para a sobrevivência do partido.

De facto, este (já) quinto Conselho Nacional do corrente ano, com começo previsto para as 21 horas, e cuja ordem de trabalhos consiste (ponto um) na discussão e aprovação do regulamento do VI Congresso Nacional e (ponto dois) na análise da situação político-partidária, designadamente apresentação e discussão das propostas síntese a que se refere a alínea d) do n.º 3 do comunicado final do Conselho Nacional de Portalegre, este quinto Conselho, dizíamos, poderá ser bem mais do que o simples controlo do debate que se está a desenvolver plenamente no seio do partido.

Com efeito, esse debate tem claramente feito transparecer as profundas divergências de opinião entre diferentes correntes de sociais-democratas, como o prova, e bem, a "resposta a críticas sem futuro" que a comissão permanente do C.N. fez

publicar no "Povo Livre", tomando a palavra contra Magalhães Mota, elemento da ex-Comissão Política Nacional, que no último número do órgão do partido inseriu a segunda parte da sua "Reflexão", de quem se disse ter trazido a público "uma imagem do partido que não corresponde, de forma alguma, à realidade."

Por outro lado, da opinião dos chamados militantes de base também não se colhe um horizonte comum, pois se uns pretendem ver a primazia e, nela, a solução, na escolha de homens que assegurem a continuidade da gestão do partido, "dando-lhe uma imagem de vitalidade e de consonância com o sentir das bases", outros entendem necessária uma clarificação, logo, uma definição, estratégica do partido. Diga-se, no entanto, que unitária é a ideia da superação das actuais dificuldades e de fortalecimento do PSD com vista à consubstanciação de uma alternativa viável de poder.

Ora, é no sentido de estabelecer, primeiro, a estratégia do partido, "com as implicações ideológicas que isso eventualmente provoquem", que surge um documento apoiado por numeroso grupo de sociais-democratas - esperado, aliás, desde há vários dias - e que poderá, precisamente, ser uma das chaves para o desfecho deste Conselho Nacional de Tróia.

Assinado por 42 deputados do Grupo Parlamentar, de que se destacam os nomes de Sousa Franco, Magalhães Mota, Marques Mendes, Cunha Leal, Furtado Fernandes, António Rebelo de Sousa, Figueiredo Dias, Rui Machete, Sérvulo Correia, Olívio França, e Nandim de Carvalho, o documento (de 35 páginas) - que publicamos na íntegra -, pretendido "como elemento de trabalho na reunião de Setúbal do Conselho Nacional", conta ainda com a concordância expressa de outros conhecidos sociais-democratas, como Jorge Miranda, Pinto Balsemão, Vieira da Cunha, Guilherme Martins e António Fontes (JSD).

Entregue, ontem, durante a manhã, com o pedido de divulgação pública, à comissão permanente do C.N., o documento correu, no entanto, com enorme sigilo entre os seus apoiantes, só, ontem, igualmente, tendo sido distribuído, mão-a-mão a cada um dos deputados que o assinaram.

Será, por conseguinte, este texto uma peça fundamental do debate que a partir de logo à noite se travará no "Apart-Hotel" da Torralta. Tanto mais que sabendo nós da existência de numeroso grupo de outros sociais-democratas (alguns dos quais deputados) que, mais indecisos, preferem aguardar a discussão no conselho para se pronunciarem sobre o seu apoio ou não ao documento, também não nos passam despercebidas as vozes francamente discordantes, como a de Amândio de Azevedo, da Comissão Permanente.

Outras posições, porém, serão conhecidas dentro em breve. Aguardemos, pois, Sá Carneiro tem (terá) uma palavra a dizer.

1.31. 1.^a Intervenção no VI Congresso do PSD - Lisboa - 1/7/78

Concordo inteiramente com o projecto de alteração dos Estatutos. Entendo que ele consagra um esquema de órgãos nacionais que possibilita não só um adequado funcionamento, como o preenchimento das características que o nosso Programa a pág. 36 exige para as instituições democráticas do Estado, isto é, que sejam participadas, dotadas de autoridade e prestigiadas.

O Projecto em discussão possibilita uma maior aproximação de militantes e de dirigentes através dos Congressos anuais e da redução dos mandatos por um ano. Nessa linha, se insere também uma certa ampliação dos poderes do Conselho Nacional e a inserção neste do Presidente do Partido.

Tenho assim o Projecto como acertado e como elemento positivo para resolução da crise, mas é também do que se passar neste Congresso que essa resolução dependerá. Estamos aqui para através de um debate franco e leal fazermos escolhas: da forma estatutária mais conveniente, da linha política mais adequada, dos dirigentes mais capazes.

Nessas escolhas devemos determinar-nos apenas pelos interesses do País e do Partido. Não estamos aqui para agradar ou desagradar a pessoas. Muito menos podemos aqui entronizar alguém ou condenar seja quem for. As escolhas que temos de fazer, resultarão das votações que traduzirão a maioria. A vitória desta é a única admissível num Congresso democrático, que se destina a apurar a vontade do Partido. Fixada ela todos temos de a aceitar sem que haja pessoas ou grupos vencedores ou vencidos. Todos, a seu modo, somos necessários ao PSD, todos temos de ser, de um modo ou de outro, aproveitados para o seu serviço. Num Congresso de um Partido como o nosso não há, não pode haver sequer, risco de esmagamento de alguém ou de afrontas à dignidade de quem quer que seja. Ou não praticamos nós o personalismo e a tolerância que fazem de nós o Partido da liberdade de espírito? Durante e após o Congresso, há que fomentar o diálogo e o debate que nos aproximarão uns dos outros e cuja falta esteve na base desta crise, sem prejuízo das escolhas a fazer.

Se tudo se passar assim, e porque reconheço que a situação do Partido é hoje mais pacífica do que em Portalegre e maior a unidade entre todos nós, porque verifico que desde aquele Conselho Nacional demos passos significativos para ultrapassar a crise, comunico ao Congresso a minha disponibilidade para ocupar o lugar que for julgado mais útil para o partido, desde que o seu desempenho seja consentâneo com a linha política que for aprovada.

1.32. 2.^a Intervenção do VI Congresso do PSD - 1/7/78

Meus amigos:

Todos temos de nos regozijar pelo modo como este Congresso decorreu.

Todos temos de nos regozijar, porque me parece que estão criadas as condições - por este Congresso - para terminar de vez com a crise do Partido, que estão criadas as condições para o engrandecimento e progresso do Partido.

E afinal foi simples, como todas as coisas grandes. Partiu-se o silêncio falou-se à vontade e a crise resolveu-se. Havia excesso de silêncio, como disse, no interior do Partido e falava-se demais fora do Partido.

O mérito disso ter sucedido é em primeiro lugar dos militantes, é evidente e dos congressistas que os representam. Mas quero lembrar aqui que foi a Comissão Permanente do Conselho Nacional que com a sua actuação possibilitou a preparação deste Congresso, por isso creio que seria de toda a justiça louvar a Comissão Permanente do Conselho Nacional e o Director do POVO LIVRE pela preparação que permitiram deste Congresso porque sem ela não teríamos conseguido os resultados que conseguimos.

A comunicação, que se estabeleceu, estou convencido que vai também resolver um problema: o problema das relações entre militantes e dirigentes. Foi o silêncio, foi a falta de comunicação, foi a falta de informação aos militantes que fez com que eles sentissem, muitas vezes, que não estavam bem representados; e foi o mesmo fenómeno que fez, muitas vezes, que os dirigentes sentissem que não estavam devidamente apoiados. Isto acaba porque o debate deve continuar no nosso Partido, a comunicação deve-se aperfeiçoar. Que nunca mais haja zonas de silêncio, zonas estanques; que o Partido progrida num debate vivo, interno e não público; um debate constante sobre problemas do próprio Partido.

Uma outra conclusão importante é, parece-nos, a de que isto permitiu ver muito claramente que no nosso Partido, embora haja o direito de tendências, não há efectivamente tendências. É evidente que não há "urbanos" e "rurais", não há "sá-carneiristas" e "barbosistas", há portugueses e sociais-democratas que todos somos.

Mas em que consistem então as divergências?

Consistem na existência, consubstanciada em 2 Moções, de duas linhas político-estratégicas para o Partido.

Eu não sei se elas vão ou não ter reflexo nos órgãos nacionais. Uma coisa queria dizer, e muito claramente: que, ao voltarmos às Moções, ninguém se sinta de modo algum coagido com aquilo que pode agradar ou desagradar a Sá Carneiro ou a quem quer que seja.

Devo dizer, para que neste ponto não fiquem quaisquer dúvidas, que neste momento, antes da votação, já aceitei candidatar-me para 2 cargos, para os quais me convidaram: para o Conselho Nacional, no qual aceitei também, a seu pedido expresso, ser representante dos emigrantes que têm aqui os seus delegados, e para a Presidência do Partido.

E já que falamos nestas linhas e no Conselho Nacional, eu queria marcar aqui uma divergência em relação ao Francisco Balsemão que era importante que no Conselho Nacional estivesse representado tudo o que há de social-democrata neste

Partido. E eu atrevo-me a rectificar: que no Conselho Nacional esteja representado todo o Partido, porque nada há neste partido que não seja social-democrata. Todo ele o é!

Isto dito, é evidentemente que não me eximo a dizer, como é meu direito, e entendendo ser meu dever, qual é a minha posição em relação às 2 Moções que aqui vão ser votadas.

Procurarei fazê-lo libertando-me de pormenores. As diferenças já estão devidamente assinaladas.

Para mim é importante o facto já assinalado de que ambas as Moções se contêm, manifestamente, dentro do Programa do nosso Partido. Elas não representam portanto tendências programáticas, não representam sequer leituras programáticas diferentes. Representam sim concepções diferentes de modo como o Partido deve actuar; representam também visões diferentes do que é a sociedade portuguesa.

Considero fundamentais estas diferenças. Enquanto a Moção "C" me parece concebida e traduzida numa óptica de Poder e de Estado, numa óptica partidária, a Moção de síntese parece-me concebida numa óptica nacional, numa óptica de sociedade. Enquanto a Moção "C" tem uma filosofia que é a filosofia Estado - Poder - Partido, a Moção de síntese parece-me ter uma filosofia mais ampla, a filosofia de Homem - Nação - Sociedade. E eu creio que no momento em que nos encontramos devemos mais preocuparmo-nos com o problema da sociedade do que com o problema do Poder e do Estado.

Entendo que na situação em que estamos temos mais necessidade de dizer a verdade, constantemente, às pessoas, ao Povo, do que de dialogar entre partidos, ainda que só entre partidos democráticos. Não há aqui, parece-me, uma filosofia de anúncio de catástrofe - há, sim, a exigência, que se sente perante uma sociedade em desagregação, que é cada vez mais dominada por um Estado, a necessidade de dizer às pessoas em que mundo é que vivem.

A perspectiva da Moção de síntese é, portanto, uma perspectiva eminentemente cultural - humanista e cultural. E como cultural, é crítica. Visa a crítica, visa a Oposição, visa a recriação de condições para a reconstrução do nosso País. A Moção "C", legitimamente numa perspectiva diferente, preocupa-se mais em que o estado não seja controlado por uma só força política. Pois bem, parece-me mais adequada a filosofia da Moção de síntese do que a filosofia da Moção "C."

Creio que neste momento, como Partido, devemos mais preocuparmo-nos com a próxima geração do que com as próximas eleições. E parece-me que a maneira mesma de termos o acesso ao Poder - de acedermos ao Poder - é essa: preocuparmo-nos muito menos com esse Poder e mais com a sociedade. É dessa actuação, voltada para o País, para os portugueses e não apenas centrada nos sociais-democratas e no PSD, que os sociais-democratas retirarão a sua força, porque os problemas hoje são acima de tudo nacionais. E têm de resolver-se com um apelo partidário mas dirigido em nome da sociedade, a todos os portugueses. Nesses, ocupam um lugar destacado os descontentes. Não tenhamos medo dos descontentes nem do descontentamento.

No tempo em que eu estava na Assembleia Nacional, antes do 25 de Abril, muitas vezes vieram ter comigo dizendo-me, e dizendo-o aliás publicamente, que estava a preparar o acesso dos comunistas ao Poder porque defendia as liberdades, os direitos e as garantias. Hoje dizem-me que por contestar o sistema, por defender as mesmas liberdades, corro o risco de ser ultrapassado pelo descontentamento e fazer o jogo da direita. Os descontentes são uma parte importante do Povo português. Não podem ser esquecidos. Tem de se lhes dirigir a nossa mensagem, não para os instrumentalizarmos, não para nos deixarmos dominar por eles, não para utilizarmos os seus votos, mas para os trazer para uma democracia activa, para lhes dar uma esperança nova, para que não enveredem por caminhos que visariam a destruição da democracia. E é por isso que o nosso Partido não se pode dirigir apenas aos sociais-democratas, tem de se dirigir a todos os portugueses, e entre eles, aos descontentes.

Temos de assumir-nos como Oposição.

E o que é Oposição está, para mim, muito bem definido na Moção de síntese: a crítica aos actos do Poder, a resistência a todos os abusos, a defesa constante dos direitos, liberdades e garantias, e da justiça social.

Creio que este é um conceito positivo, amplo e necessário de Oposição que radica, como disse, numa perspectiva humanista e cultural. E mais, parece-me que temos dentro do nosso Partido uma experiência em que interessa reflectirmos, que interessa conhecermos cada vez mais: a experiência dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O seu êxito, o apoio que têm das populações, as vitórias eleitorais que o nosso Partido aí conseguiu, foram para mim especialmente resultantes do facto de o nosso Partido aí e os Governos Regionais actuando não se preocuparem tanto com o Poder, mas de se preocuparem acima de tudo com as necessidades locais, com a sociedade concreta dos açorianos e dos madeirenses.

Essa é a chave do seu êxito. E essa é a melhor homenagem que lhes podemos prestar. Desconhece-se muito, por exemplo, aquilo que, discretamente mas com eficiência, na Madeira se tem feito em termos de Serviço Regional de Saúde, agora que tanto se fala de Serviço Nacional de Saúde. Pois é precisamente numa perspectiva crítica que os Governos Regionais souberam muito bem ser Oposição frontal quando foi necessário, ao Presidente da República, ao Governo e ao Poder em geral. É nessa perspectiva, que saiba conciliar a crítica e a Oposição com a captação das necessidades da sociedade transformadas em propostas alternativas, que está o segredo do êxito, para mim. E esta perspectiva mais ampla, portanto, parece-me melhor realizada com o caminho apontado na Moção de síntese.

Afinal do que se trata?

Devemos nós, como parece querer apontar a Moção "C", procurar a criação de um bloco hegemónico de Poder que controle o Estado? Ou devemos, partindo da sociedade, apresentarmo-nos como grande alternativa democrática?

Para mim, parece-me que, neste momento e dada a situação do País, o PSD deve apresentar-se como a grande alternativa democrática.

O bloco hegemónico do Poder, que noutras circunstâncias poderia ser visado, conduziria a meu ver a um fenómeno parecido com o da União nacional, ou a uma perda de alternativas. E teríamos que o País evoluiria mal, se nós nos preocupássemos com a criação do bloco hegemónico do Poder mais do que com o Estado; que o País, cedo ou tarde se sentiria defraudado por não termos correspondido à nossa missão histórica.

É tempo de terminar. Creio ter tornado clara uma posição, e ela parece-me ser acima de tudo, a de correspondência do Partido com uma linha generosa de abertura à sociedade, aos problemas de Portugal.

Tempo virá - quando a situação melhorar, estiver estabilizada e os portugueses não se sentirem cada vez mais oprimidos na sua terra - tempo virá em que os partidos se podem preocupar sobretudo com o Poder. Neste momento é essencial que se preocupem acima de tudo com os homens - defendendo os seus direitos, liberdades e garantias; porque é isso de que se trata, é essa a luta urgente - na sua dimensão moral, na sua dimensão económica.

Não me repugna, é evidente, a socialização. Mas neste momento creio que é mais importante falar na humanização da sociedade portuguesa, que vai estando cada vez mais desumanizada.

Reflectimos com tempo, antes do Congresso. Discutimos aqui com serenidade. Vamos escolher em consciência.

O resultado será, necessariamente, o engrandecimento do Partido, como eu disse.

Estou certo de que continuando este método, este debate, os problemas passados não voltarão a surgir, e se resolverão com facilidade quaisquer problemas no futuro. Assim saibamos todos assumir as nossas responsabilidades e mantermo-nos inteiramente disponíveis para o Partido, e mobilizados não apenas para o Partido mas para o serviço do País.

Muito obrigado

1.33. Conclusões do VI Congresso do PSD - Lisboa - 2/7/78

Considerando que:

- a estratégia de um grande partido nacional, como é o PSD, só se compreende a partir da análise da profundíssima crise que afecta a sociedade portuguesa;
- o nível e a qualidade de vida dos portugueses se vem degradando aceleradamente, afectando direitos fundamentais como o direito à saúde, ao ensino, à habitação, à segurança social e ao trabalho e aumentando o descontentamento, as dificuldades quotidianas e a insegurança dos nossos compatriotas;
- a descrença do povo nas potencialidades das instituições democráticas, pelo mau funcionamento destas, em nada pode contribuir para a consolidação da democracia e para a superação da crise;

- a juventude enfrenta situações gravemente bloqueadas, dando origem a extremismos e violências que colidem com a maneira de ser dos portugueses;
- a crise económica e financeira é patente, aumentando a dependência do exterior e hipotecando o futuro das gerações vindouras, mercê de uma política económica, orientada pela coligação PS-CDS apoiada pelas Internacionais Socialistas e Democrata-Cristã, que favorece o sector público e as multinacionais, em total detrimento do sector privado e ignorando o sector cooperativo;
- o sector privado, descapitalizado e com taxas de juro insuportáveis, não pode concorrer com o sector público, no qual abundam situações de nepotismo, corrupção e incompetência;
- as ambiguidades e contradições do sistema económico social consagrado na Constituição, e a prática política dos sucessivos governos de base PS acabam por favorecer os desígnios do PCP, a quem convém manter tudo como está, pois assim se vai destruindo o sector privado e a classe média portuguesa, assistindo-se à "proletarização" do tecido social;
- leis económicas fundamentais aprovadas há um ano continuam por regulamentar e cumprir, perante a falta de vontade política e da capacidade técnica do Governo, que se limita a tomar medidas pontuais e restritivas, por vezes contraditórias e quase exclusivamente monetaristas;
- a actuação do Governo, sustentada com ou sem acordo secreto pelo PCP, demonstra a existência de um amplo entendimento, recentemente concretizado com o apoio daqueles três partidos às autorizações legislativas pedidas pelo executivo à Assembleia da República;
- as contradições entre o PS e o CDS, designadamente nos sectores da agricultura, da saúde e do ensino, demonstram a instabilidade da maioria governamental e a cedência do CDS ao PS;
- o Presidente da República, não obstante o tom patriótico do discurso proferido em 25 de Abril deste ano, ainda não assumiu plenamente os poderes de que dispõe para viabilizar um projecto de salvação nacional;
- o sector melantunista do Conselho da Revolução, que tenta escudar-se no Presidente da República, pretende perpetuar um certo "militarismo" de pendor presidencial e é frequentemente foco de desestabilização da vida política;
- o prestígio da Assembleia da República tem sido enxovalhado pela inépcia do Governo, pela descoordenação entre o Governo e os grupos parlamentares que o apoiam, pelos abusos regimentais que a maioria constantemente pratica e, finalmente, pelo não cumprimento das leis aprovadas e promulgadas;
- a situação assim criada afecta gravemente a autoridade do Estado, que não pode existir quando os órgãos de soberania se contradizem entre si;
- à falta de autoridade do Estado tem o Governo contraposto medidas repressivas que violam direitos fundamentais, designadamente no campo da comunicação social, chegando o PS a votar na Assembleia da República, com o apoio do PCP e a

abstenção do CDS, uma lei sobre as organizações fascistas que é um esboço de lei totalitária;

- a perspectiva centralista e centralizadora predomina no aparelho do Estado, desprezando o Governo as necessidades mais legítimas dos órgãos autárquicos, que foi patente quando o PS e o CDS rejeitaram, no hemiciclo, aprovar qualquer lei das finanças locais na sessão legislativa finda;

- a concretização da autonomia, pela qual se batem os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, deve ser viabilizada no mais curto prazo;

- o património cultural tem vindo a ser destruído com a maior impunidade, assistindo-se à instauração de um dirigismo cultural subtil e à difusão na RTP e na RDP de programas totalmente desligados dos valores da cultura nacional e regional;

- o património territorial tem igualmente vindo a ser desmantelado sem qualquer preocupação em preservar a nossa capacidade de sobreviver no futuro e escamoteando opções fundamentais, designadamente no campo da energia;

- a política externa de Portugal prima pela falta de clareza, com cedências aos apetites das grandes potências e aos interesses expansionistas de Moscovo.

O VI Congresso do Partido Social-Democrata, reunido em Lisboa nos dias 1 e 2 de Julho, delibera;

1. Os grandes objectivos da acção a desenvolver pelo Partido Social-Democrata são:

a) Salvar a democracia, defendendo intransigentemente os direitos fundamentais do homem e as liberdades individuais consagradas na constituição;

b) Restaurar a confiança dos portugueses em Portugal, criando condições para a viabilização de um projecto de salvação nacional que tenha em conta o legado histórico do nosso povo e possa garantir um futuro digno e independente no seio de uma Europa pluralista e democrática;

c) Travar a degradação do nível e da qualidade de vida dos portugueses, visando o aumento generalizado do bem-estar, designadamente das populações rurais e dos trabalhadores, bem como o desaparecimento das injustiças sociais reinantes e crescentes.

2. O Partido Social-Democrata deverá:

- assumir-se como oposição;

- responsabilizar os órgãos de soberania e os partidos pelo estado em que o País se encontra;

- preparar e defender uma política de salvação nacional fundada num projecto nacional comum, que envolva a revisão constitucional e a preparação da integração na Europa;

- reforçar todas as estruturas de defesa da ordem democrática, designadamente através do pender regional, do poder local, do sindicalismo reformista, do

movimento juvenil, do movimento cooperativo e da opinião pública expressa com independência nos meios de comunicação social.

3. A oposição que o Partido Social-Democrata assume deverá consistir na fiscalização permanente dos actos do Poder e da Administração; no desempenho do dever de resistência a todos os abusos e ilegalidades; e na procura de garantia do primado da lei, da prossecução da justiça social e da satisfação dos interesses nacionais.

4. O Partido Social-Democrata preparará desde já a revisão da Constituição, prevista para 1980.

Deverá proceder-se ao estudo imediato daquela revisão, acompanhado de ampla discussão interna, bem como de sensibilização da opinião e debate público.

O PSD recusa desde já qualquer tentativa de imposição de um terceiro pacto que venha a condicionar a liberdade soberana do eleitorado para se pronunciar sobre a revisão constitucional em 1980.

A preparação da revisão constitucional atenderá à necessidade de "desmarxizar" alguns dos princípios fundamentais da Constituição, de corrigir as contradições do sistema económico--social nela consagrado, de harmonizar o ordenamento constitucional português com a prevista e desejada aplicação do Tratado de Roma, de reduzir o excessivo peso do sector público nos termos do programa do PSD, de compatibilizar os poderes atribuídos aos diferentes órgãos de soberania, de eliminar a existência do Conselho da Revolução, com este ou com outro nome, e de consagrar em termos mais claros e menos restritivos a autonomia das Regiões dos Açores e da Madeira.

A futura Constituição deverá garantir a defesa dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, mas deverá ter abertura e flexibilidade suficientes, para permitir a aplicação de programas de Governo diferenciados, consoante a vontade do eleitorado.

5. O PSD deverá criticar os erros, ambiguidades e contradições do sistema económico-social consagrado na Constituição, denunciando simultaneamente na prática política actual a corrupção, a imoralidade e o nepotismo, com que os sociais-democratas não pactuam nem podem pactuar.

As críticas que faremos visam modificar o sistema, por forma a dar aos portugueses confiança e meios para a recuperação e reorganização de toda a vida nacional, devendo pautar-se pela prossecução da justiça social, pela satisfação dos interesses nacionais e pela necessidade de propor para a sociedade portuguesa um caminho de reformas progressivas e de fundo, livremente decididas pelo eleitorado, nos termos do programa do PSD e da prática democrática dos sociais-democracias.

As críticas ao sistema económico-social não visam a destruição do regime democrático, bem pelo contrário, visam a salvaguarda deste, evitando a identificação de democracia com um único sistema económico-social, eivado de contradições e tornado inviável por uma prática governativa incapaz de as superar e

de adaptar com realismo e criatividade os dispositivos constitucionais à realidade nacional.

6. Face ao Presidente da República, o PSD terá uma atitude crítica sempre que ele não cumpra ou que a sua actuação seja de molde a permitir que o Governo despreze a Constituição e as leis, sem prejuízo do apoio a todos os actos ou palavras pautadas pelo dever patriótico.

O PSD atribui ao Presidente da República a responsabilidade da formação e manutenção do actual Governo, cuja incapacidade e ineficácia agravam, dia a dia, a crise existente.

O PSD exigirá do Presidente da República, em consonância com o discurso por ele proferido em 25 de Abril deste ano, o recurso aos poderes constitucionais de que dispõe, com vista à clarificação da situação e à salvaguarda da democracia, por forma a que se encontre um projecto de salvação nacional viável e apoiado por partidos democráticos dispostos a ultrapassar as suas visões partidárias estreitas.

Caso se mantenha ou agrave a degradação geral das condições de vida dos portugueses, e o Presidente da República persista numa atitude passiva e por vezes ambígua, não assumindo plenamente o dever patriótico que lhe incumbe, o PSD responsabilizá-lo-á pelo desprestígio da democracia e consequente reforço das posições totalitárias que apostam em soluções não democráticas do exercício do poder.

A atitude do PSD perante o Presidente da República dependerá, pois, fundamentalmente do próprio Presidente da República.

7. Como único representante democrático da Oposição na Assembleia da República, o PSD aí assumirá o papel que lhe compete, rejeitando as propostas governamentais, a menos que elas se conformem inteiramente com os interesses nacionais e com o nosso programa.

O PSD deverá continuar a apresentar na Assembleia da República projectos de lei sobre os mais diversos assuntos da vida portuguesa, bem como propostas de alteração às propostas governamentais, quando tal se justifique.

A nossa oposição parlamentar poderá atingir a forma de moções de censura ao Governo.

8. Sendo a actual, coligação governamental PS-CDS politicamente incoerente e consequentemente instável, e evidenciando crescente e flagrante incompetência, irresponsabilidade e abuso do poder, não se poderá permitir que vá subsistindo à custa de sacrifícios cada vez maiores que são exigidos aos portugueses da geração actual, nem que vá hipotecando o futuro das gerações vindouras subordinando-o a simples acordos de repartição do poder.

Correndo a democracia graves riscos, o PSD deverá defender e promover, pelos meios constitucionais ao seu alcance, a queda do actual Governo.

Antes de novas eleições, o PSD só participará ou apoiará um Governo de Salvação Nacional se este assentar numa plataforma entre partidos democráticos - com

óbvia exclusão do PCP - que envolva o comprometimento destes e do Presidente da República, com programa, prazos e objectivos perfeitamente definidos e contendo linhas fundamentais para a futura revisão constitucional, a submeter ao eleitorado.

O PSD defenderá eleições antecipadas caso se malogrem todas as diligências para a constituição de um Governo de Salvação Nacional nos termos descritos.

9. Perante a crescente asfixia da sociedade portuguesa por um aparelho de Estado centralizador, burocratizante, nepótico e em expansão acelerada, a procura de um projecto de salvação nacional deverá passar pelo desbloqueamento da sociedade portuguesa no seu conjunto, o que implica estimular as potencialidades e poder de iniciativa dos sectores privado e cooperativo, visando assim preservar a autonomia da sociedade civil perante o Estado e a capacidade de realização individual e comunitária da pessoa humana, quer do ponto de vista social e cultural, quer do ponto de vista político e económico.

10. Um projecto de salvação nacional que reúna o consenso das forças democráticas deverá contemplar aspectos essenciais de combate à crise nacional e da preparação da integração europeia, designadamente através:

a) Da regulamentação e aplicação imediata das leis económicas fundamentais já aprovadas, sem cedências ao PCP e sem prejuízo de posteriores correcções, em particular quanto à lei das indemnizações;

b) Da prossecução de uma política fiscal e de uma política de rendimentos e preços que visem a correcção das injustiças sociais e permitam o aumento do poder de compra;

c) Da definição de uma política agrícola global, mediante o cumprimento imediato das leis da Reforma Agrária e do Arrendamento Rural, e o estabelecimento de garantias mínimas ao produtor, por forma a aumentar a produção e a incentivar a promoção do homem rural à condição de português de parte inteira, bem como da necessidade de preparação e apresentação duma nova lei da Reforma Agrária;

d) Da dinamização do papel do sector privado na economia, através da definição clara do seu âmbito de actuação, da criação de incentivos fiscais e da devolução de empresas ou partes sociais indirectamente nacionalizadas ou da sua gestão, à iniciativa privada, pelas formas previstas na lei 80/77;

e) Da moralização e autonomização da gestão, bem como do saneamento económico - e não apenas financeiro - do sector público, pondo termos às situações de incompetência e nepotismo e submetendo este sector às regras efectivas da económica de mercado;

f) Da correcção das distorções dos circuitos de decisão no aparelho do Estado onde são frequentes as ultrapassagens da competência técnica dos quadros e funcionários superiores por arrivistas da clientela ministerial que desconhecem em absoluto os assuntos sobre os quais produzem pareceres;

g) Da incentivação do sector cooperativo e da definição clara das formas de participação dos trabalhadores nas empresas, a começar pelo sector público, visando

uma estrutura co-gestionária que substitua progressivamente o mero trabalho subordinado por trabalho associado e permita a socialização do sector estatizado da economia;

h) Da aplicação de medidas sociais de compensação dos efeitos discriminatórios da inflação e das medidas de austeridade, por forma a atenuar desigualdades entre pessoas, grupos ou regiões;

i) Da preparação de um Plano Nacional de Emprego a médio prazo e de reformas estruturais profundas na sociedade portuguesa, passando pela reforma administrativa, pela reforma das instituições financeiras e do sistema de crédito, pela reforma do sistema do ensino, pela instituição de um serviço nacional de saúde articulado com o papel da medicina privada, pela criação de um sistema integrado de segurança social, pela definição da lei-quadro da habitação social, pelo ordenamento do território, por uma política cultural não dirigista e pela salvaguarda do nosso património cultural, histórico, artístico e natural, por uma verdadeira política de investigação científica e tecnológica e por um plano de gestão adequado dos recursos humanos e dos recursos naturais, designadamente os energéticos.

O Programa do Governo apresentado pelo PSD em 1976 deverá ser actualizado e revisto à luz destas orientações, adaptando-se às actuais necessidades do País e integrando os resultados das experiências levadas a cabo pelos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

11. O Conselho da Revolução representa uma intromissão nas estruturas do poder político que é claramente incompatível com qualquer projecto democrático normal e também perante a necessidade de preservar a estabilidade das próprias Forças Armadas; por outro lado, a sua acção tem-se revelado um foco permanente de desestabilização na vida política portuguesa.

O PSD repudiará toda e qualquer tentativa, seja através de que forma for, de permanência do Conselho da Revolução para lá de 1980, devendo a sua competência política ser então atribuída ao poder civil democraticamente constituído.

Os órgãos nacionais do PSD deverão estar permanentemente atentos a todas as declarações e atitudes próprias de sonhadores com projectos antidemocráticos, e que se têm tornado habituais em certos "conselheiros", ao que parece pouco dispostos a retomar a dignidade da vida militar. Essa atenção deverá passar pelo desmascaramento e rejeição de todos os ataques e insinuações por eles lançados contra o PSD, partido que, pela genuidade do seu espírito democrático, é sempre incómodo aos seus desígnios aventureiristas.

12. O PSD denunciará frontalmente todas as violações dos direitos fundamentais e das liberdades consagradas na Constituição, recorrendo ao direito de manifestação garantido no seu artigo 45.º, sempre que tal se mostrar conveniente para alertar os órgãos de soberania e sensibilizar a opinião pública nacional e internacional, evitando que Portugal entre em estado de agonia.

O PSD poderá recomendar o recurso a instâncias internacionais de direitos humanos, em caso de violação grave de qualquer deles.

13. O PSD defende a necessidade de salvaguardar a liberdade da imprensa e o poder crítico dos órgãos de Comunicação Social e dos jornalistas face aos abusos ou erros cometidos pelos órgãos do Poder.

O PSD exigirá o respeito pelos direitos constitucionais constantemente violados pelo Governo que obrigam ao pluralismo nos meios de Comunicação Social, à igualdade de oportunidades para a Imprensa privada e Imprensa estatizada, ao rigoroso cumprimento do direito de antena e à salvaguarda dos direitos dos profissionais de Informação.

O PSD denunciará todos os actos censórios ou restritivos da liberdade de expressão, admitindo a possibilidade de recurso a instâncias internacionais de Direitos Humanos com vista à sua salvaguarda.

O PSD exige a aprovação de uma lei das Finanças Locais que responda às necessidades das autarquias e contesta a permanência de Governadores Cívicos que a maioria das Câmaras e eleitores dos respectivos distritos não aceita.

O PSD considera que é indispensável que os projectos de lei pendentes na Assembleia da República sobre Finanças Locais sejam votados em sessão extraordinária daquele órgão, a ter lugar antes de Setembro próximo.

O PSD resistirá a quaisquer tentativas de centralização e recusa o adiamento das eleições locais previstas para 1979.

O PSD dinamizará o apoio aos membros de listas do PSD eleitos para os órgãos autárquicos.

15. O PSD exige a aprovação no mais curto prazo dos Planos para a Concretização da Autonomia dos Açores e da Madeira e dá todo o seu apoio aos esforços neste sentido desenvolvidos pelos Governos Regionais sociais-democratas.

16. O PSD solidariza-se com todos os trabalhadores e sindicalistas democráticos em todos os sectores de actividade, bem como com todos os dirigentes sindicais que lutam por uma prática democrática, independente e reformista.

O PSD empenha-se no apoio à realização do próximo Encontro Nacional de Trabalhadores Reformistas, de inspiração social-democrata, onde espera venha a ser definida uma política sindical global.

O PSD considera indispensável a cada vez maior participação dos trabalhadores nas suas associações sindicais e nas Comissões de Trabalhadores, como forma activa de defender os seus interesses, lutar contra as tendências político-sindicais totalitárias e procurar a resolução da crise, competindo aos trabalhadores escolher os meios de acção mais adequados para a democratização das estruturas sindicais e laborais portuguesas.

A actuação dos sindicalistas reformistas, segunda força sindical do País e primeira democrática, merecerá do PSD crescente atenção e apoio, salvaguardando-se sempre a sua independência face ao Partido, nos termos do nosso programa.

O PSD empenha-se na dinamização dos sectores socio-profissionais com uma maior atribuição de meios materiais com vista a ampliar a implantação e actuação dos sociais-democratas no mundo do trabalho.

17. A geração mais nova da sociedade portuguesa enfrenta hoje bloqueamentos graves, quer no que respeita ao ensino, quer ao trabalho, quer à procura de habitação para constituir família, o que pode pôr em causa a viabilidade de qualquer projecto de futuro nacional.

O PSD entende que é urgente pôr termo a tal situação, geradora de desesperos e extremismos apoiando com empenho e congratulando-se vivamente com o trabalho notável desenvolvido pelos militantes da JSD, primeira força juvenil do País. especialmente ao nível do associativismo estudantil, é estimulando os esforços dos jovens sociais-democratas na defesa da democracia, dos direitos humanos, da reforma do ensino e na divulgação da social-democracia nas camadas mais jovens da sociedade portuguesa.

18. O PSD apoia o movimento cooperativo, fundado nos princípios internacionais de cooperativismo, como forma de expressão prática dos princípios de solidariedade inerentes ao projecto social-democrata.

O PSD defende que todas as cooperativas e cooperativistas que as integram se mantenham rigorosamente apartidários e denunciara qualquer tentativas de tutela estatal ou partidária sobre o movimento cooperativo.

O PSD exorta os cooperativistas sociais-democratas e todos os cooperativistas em geral a lutar pela expansão do movimento cooperativo e pela criação de formas superiores de organização cooperativa, nos termos constitucionais.

19. O PSD desenvolverá uma política de relações internacionais consentânea com as prioridades que defende para a política externa portuguesa: integração europeia, criação de laços com os países de expressão portuguesa sem cedências ao expansionismo da URSS, assunção plena do papel que a posição geo-estratégica de Portugal (Continente e Ilhas) lhe confere no seio da NATO.

O projecto de integração de Portugal na CEE deve ser desde já preparado a todos os níveis (político, económico e social), requerendo-se o estudo de um novo ordenamento jurídico-constitucional que venha a concretizar-se em 1980.

Os contactos internacionais do PSD deverão pautar-se pelos interesses nacionais, privilegiando as estruturas europeias em que o PSD já está representado (Conselho da Europa e Assembleia Parlamentar da NATO).

À aproximação de representantes locais e regionais portugueses e europeus, ao nível da Conferência dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, e em particular no que respeita à Europa de periferia, constitui um passo importante para a construção da Europa das regiões e para a correcção das desigualdades entre o norte e o sul europeus.

A filiação do PSD na Internacional Socialista foi expressamente votada no primeiro Congresso e não há razões para alterar essa decisão. A sua não concretização até

ao momento deriva única e exclusivamente da oposição frontal, sectária e totalmente injustificada de Mário Soares a esse desiderato do PSD.

Deve salientar-se que não é, porém, o aval da I.S. que aumenta ou diminui o carácter social-democrata do PSD, confirmado por um programa e uma prática que o eleitorado português tem sucessivamente ratificado. Tão-pouco se justifica da parte do PSD um constante "bater à porta" da I.S.

O bloqueamento do PS à nossa filiação na I.S. será necessariamente desfeito com o reforço das posições já alcançadas no País pelos sociais-democratas, em particular no movimento sindical, no qual já detém a segunda posição e a primeira democrática, devendo contudo a aceitação da pretensão do PSD preservar a sua autonomia, de modo a permitir a defesa permanente dos interesses do Povo Português.

O PSD manterá relações bilaterais com todos os partidos democráticos, privilegiando os partidos sociais-democratas.

20. O PSD apoia e exige medidas que confirmem aos emigrantes portugueses os mesmos direitos dos cidadãos em território nacional, bem como acordos bilaterais que tenham em vista a garantia dos interesses, aspirações e direitos das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro.

O PSD dinamizará o apoio e estímulo à actuação dos núcleos de emigrantes portugueses sociais-democratas.

21. No âmbito interno, o PSD deverá desenvolver um trabalho de reorganização que vise a maior coesão, disciplina e operacionalidade das várias instâncias do Partido, nos termos estatutários, bem como o reforço e aumento da implantação dos sociais-democratas em todo o País e a todos os níveis, salvaguardando sempre o debate interno mas considerando grave quebra de disciplina partidária a tomada pública, por membros dos órgãos nacionais e regionais, de atitudes que representem um não cumprimento de directivas emanadas dos órgãos estatutariamente encarregados de executar as decisões do Congresso.

Não deverá consentir-se na participação individual de dirigentes ou deputados do PSD em trabalhos solicitados directa e individualmente pelo Governo, sem prévia anuência da direcção política do Partido a menos que seja no exercício de funções resultantes do seu cargo em empresas públicas ou organismos estatais.

22. O PSD, como Partido não dogmático e aberto a todos os portugueses que partilham dos mesmos princípios e ideais, manifesta a sua convicção de que somos e continuaremos a ser o grande partido português, liberto de subordinações ideológicas e de dependências internacionais.

No PSD não há urbanos e rurais, não há liberais e socialistas, não há massas e vanguardas. Há, sim, os portugueses e sociais-democratas que todos somos.

O apelo do PSD, no quadro dos valores fundamentais do programa, e consubstanciado nas deliberações deste Congresso, dirige-se a todos os portugueses e visa restituir ao País uma esperança nova.

Para que a democracia perdure em Portugal é necessário que algo mude. É essa a nossa tarefa.

23. Finalmente, o VI Congresso Nacional do PSD não pode deixar de congratular-se pelo regresso de Sá Carneiro à presidência do Partido, bem como pelos pedidos de adesão aqui manifestados, prova significativa de que entrámos já na caminhada que nos levará a ser o primeiro partido português.

Lisboa, 2 de Julho de 1978

1.34. Discurso de Encerramento no VI Congresso do PSD - Lisboa - 2/7/78

1. Ao encerrar o VI Congresso do Partido Social Democrata começo naturalmente por saudar os representantes do Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente da Comissão Consultiva para os Assuntos das Regiões Autónomas, os representantes dos vários Partidos, os convidados do Conselho da Revolução e das Missões Diplomáticas aqui presentes, os representantes dos órgãos de informação, todos os convidados e observadores que acompanharam os nossos trabalhos. A todos agradeço o interesse que a sua presença demonstra por este acto importante na vida do PSD.

Compreender-se-á que destaque especialmente nesta minha saudação inicial aqueles que, acompanhando os trabalhos do Congresso como observadores, acabam de aderir ao Partido através das mensagens agora lidas. A importância destas adesões e o seu grande interesse para o PSD resulta da personalidade dos novos militantes e também das razões que motivaram a sua atitude.

Bastava o facto de se tratar de Natália Correia, Carlos Macedo, Manuela Saraiva, Jorge Guimarães, Dórdio Guimarães, para que fosse muito grande a nossa satisfação pela sua entrada no PSD. Mas o nosso regozijo aumenta ante as razões que acabamos de ouvir. Não é apenas a comunhão nos princípios da social-democracia, mas o sentido da urgência da luta política ante a degradação do País e da própria cena política que motivam a sua entrada. Atitude reflectida esta e empenhada, que leva a pôr de parte legítimas considerações de independência para partilhar enriquecendo-o, um esforço partidário que tem inegável sentido patriótico e nacional.

O PSD demonstra mais uma vez ser o Partido de todos os Sociais-Democratas aos quais continua aberto. Esse é também o significado do regresso de Carlos Macedo que reocupa, com grande alegria para todos nós, o seu lugar no Partido de que foi um dos iniciadores, o engrandecimento do PSD, este que acabamos de registar e o da crise que durante alguns meses o afectou.

A minha última palavra de saudação dirige-se necessariamente aos militantes e aos seus representantes delegados a este Congresso. É simultaneamente também uma palavra de grande apreço, pois foi o esforço, a participação e a dedicação dos militantes e dos congressistas seus delegados que permitiram uma vez mais ao

Partido ultrapassar dificuldades que atravessou, na total fidelidade aos princípios que o norteiam.

2. Falamos agora dessas dificuldades, da tão apregoada e explorada crise do PSD.

Tenho para mim que as dificuldades vividas de há meses radicaram por um lado, em divergências acerca do papel do Partido no contexto nacional e, por outro, se basearam na indefinição das relações entre militantes e dirigentes e no papel que a uns e outros cabe no Partido.

Ante o Congresso do Porto tive ocasião de inventariar os problemas que em meu entender haviam suscitado as dificuldades que estiveram na origem de divergências geradoras de tensões e de antagonismos.

Como o actual Congresso demonstrou, essa situação foi ultrapassada com relativa facilidade, o que não aconteceu no Congresso do Porto não obstante a serenidade que também aí reinou e a quase unanimidade das suas decisões.

Reflectindo criticamente sobre o panorama dos últimos meses, concluí que o agravamento da situação interna, com os conhecidos afloramentos, foi sobretudo devido à falta de diálogo generalizado no interior do Partido. Revelou-se insuficiente o debate confinado ao interior dos órgãos dirigentes e naturalmente privado de expressão pública, pois não sendo ele conhecido dos militantes resultou incapaz de motivar as suas participação e mobilização à volta das questões encontradas. Daí um certo divórcio, sentido pelos militantes como actuação cupulista dos dirigentes e por estes como falta de apoio das bases. Por aqui se vê já como as divergências políticas se relacionam com o papel dos dirigentes e militantes.

Relembro palavras que acerca do Partido disse há dois anos, no encerramento do Congresso de Leiria: "Como realidade viva e dinâmica, o Partido deve-se a si próprio reflexão crítica e tentativa constante de aperfeiçoamento. Sobretudo um Partido Social-Democrata não é apenas militância organizada com vista à conquista do poder por meios democráticos; não é nem pode ser, mera máquina eleitoral. Há-de ser estímulo pessoal, político e sócio-profissional. Tem de agir como difusor de ideias, como dinamizador de planos, como estimulante de acção pessoal. Sem isso renunciamos à dimensão ética e cultural da política, que se tornaria mero jogo de banalidades e de conveniências."

É inegável que muito se progrediu, de Leiria para cá, dentro desta linha, mas não suficientemente, como os factos revelaram, no estabelecimento do diálogo entre militantes acerca das grandes questões.

De certo que sempre no PSD as estruturas democráticas e participativas possibilitaram o debate interno ao qual constantemente estiveram abertas as colunas do POVO LIVRE. Competia no entanto aos dirigentes nacionais e locais suscitar e estimular tal debate, o que nem sempre fizeram em grau suficiente. Esse foi, para mim, o nosso maior erro cuja parte de responsabilidade naturalmente assumo. O elenco de questões que eu próprio apresentei ao Congresso do Porto devia ter sido apresentado com antecedência suficiente para permitir a preparação daquela reunião, pois nela própria não chegou a ter reflexos.

O modo como decorreu a preparação do presente Congresso, antecedido por um debate em boa hora suscitado pela Comissão Permanente, veio provocar cabalmente que o Partido enfermava de excessivo silêncio no seu interior. Quebrado ele, as dificuldades resolveram-se por aplicação das regras democráticas.

E, se bem repararmos, esse foi também um aspecto negativo nas relações militantes/dirigentes que de certo modo entrou também em crise nestes meses passados. Praticando no seu interior os princípios sociais-democratas que defende, o PSD assentou a sua organização em moldes de representatividade democrática plenamente satisfatórios e jamais defraudados. Os defeitos que se sentiram no passado não foram pois de estrutura mas sim de actuação. Do que se tratou foi sobretudo de falta de comunicação.

Os militantes foram verificando, através de meios exteriores ao Partido, que muito do que se estava a passar e era importante para o Partido chegava deformado ao exterior do PSD e não era comunicado no seu interior. Daí uma sensação de mal estar e de aparente divórcio entre dirigentes e militantes no seu conjunto, tendo estes a impressão de verem a sua opinião ignorada e aqueles a de que não tinham dos militantes o necessário apoio.

Também esse aspecto foi esclarecido e resolvido no Congresso, reconhecendo-se a necessidade de continuar o debate interno sem o transformar em debate público, privilegiando uma constante e eficaz comunicação em duplo sentido entre militantes e dirigentes quanto a todas as questões e problemas relevantes.

3. Do exposto resulta que a crise que vivemos foi sobretudo uma crise de crescimento e de adaptação a novos circunstancialismos. Como grande Partido de massas de que os militantes têm a consciência da necessidade da sua participação no debate dos grandes problemas colectivos, o PSD não depende de uma figura, de uma vanguarda ou de um grupo de dirigentes. E assim, como algum sofrimento, como acontece com tudo o que vale, se foi abrindo caminho para soluções que traduzissem plenamente que é aos militantes que cabe nas questões decisivas a última palavra, que é com a sua participação constante e empenhada que se devem ultrapassar dificuldades e divergências naturais num Partido democrático e personalista, que começa por praticar os princípios que quer ver instaurados na sociedade.

Necessidade de constante participação e maior diálogo interno foi pois uma das verificações deste Congresso, porque essa é uma lição dos acontecimentos recentes. Esses objectivos não-de conseguir-se com manutenção do princípio de representatividade democrática, mas com as necessárias adaptações da respectiva estrutura. Daí as modificações introduzidas nos Estatutos que visaram aproximar militantes e dirigentes e conseguir que as instituições partidárias sejam dotadas dos requisitos que exigimos para as do Estado. Isto é, que sejam dotadas da autoridade participadas e prestigiadas - não por privilégios conferidos aos dirigentes, mas pela disponibilidade destes para o exercício dos cargos que ocupam, pelo seu sentido de responsabilidade e pela sua lucidez histórica.

Só assim liberdade e autoridade atingirão uma síntese democrática, porque, então, a autoridade resultará do consenso.

Temos procurado ir aperfeiçoando os estatutos de acordo com as lições da experiência, para que estes requisitos se preencham em grau cada vez maior.

A redução do mandato para um ano e a frequência anual dos Congressos vai aproximar militantes e dirigentes e permitir uma maior participação dos primeiros.

Manteve-se a todos os níveis o princípio da direcção colegial, com um Presidente do Partido integrado no Conselho Nacional e com poderes de representação correspondentes às matérias da competência deste, e com um Presidente da Comissão Política, a esta cabendo a direcção permanente do Partido.

4. Antes como durante o Congresso o debate realizado incidiu sobre a estratégia política a seguir pelo PSD a partir da análise da situação nacional.

Foi esse um debate profundo, rico e sereno, cujos resultados estão consubstanciados nas conclusões que acabam de ser lidas.

As discussões travadas com ampla participação dos congressistas não se polarizaram em torno de pessoas, antes incidiram sobre os temas políticos em debate que implicavam com a posição do Partido face às grandes questões nacionais.

A estratégia aprovada difere nalguns pontos daquela que foi votada no Congresso do Porto. A tanto conduziu o amplo debate efectuado antes e durante a presente reunião e assim o impôs a experiência vivida pelos Portugueses nestes 5 meses que mediaram entre ambos os Congressos.

Nesse período agravaram-se intensamente as condições de vida em todos os domínios e o II Governo provou a sua ineficácia e incapacidade para resolver os problemas dos Portugueses.

O Congresso analisou a actual situação nacional nos seus vários domínios e dessa análise partiu para a definição da linha política do Partido, como consta das conclusões, com os seguintes grandes objectivos:

- a) Salvaguardar a democracia, defendendo intransigentemente os direitos fundamentais do homem e as liberdades individuais consagradas na Constituição;
- b) restaurar a confiança dos Portugueses em Portugal, criando condições para viabilização de um projecto de salvação nacional que tenha em conta o legado histórico do nosso Povo e possa garantir um futuro digno e independente no seio de uma Europa pluralista e democrática;
- c) Travar a degradação do nível e da qualidade de vida dos portugueses, visando o aumento generalizado de bem-estar, designadamente das populações rurais e dos trabalhadores, bem como o desaparecimento das injustiças sociais reinantes e crescentes.

Dispensamo-nos de analisar as claras conclusões do Congresso que acabam de ser lidas e que são bem explícitas quanto às actuações que o PSD vai desenvolver para atingir estes grandes objectivos. Partindo de uma atitude de oposição bem definida sem prejuízo do exercício do poder onde o detém, especialmente nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o nosso Partido assume plenamente

e acima de tudo a defesa do homem português no seu presente e no seu futuro, da terra em que vivemos e da sociedade em que nos realizamos.

5. O PSD sai deste Congresso engrandecido e fortalecido, apto a consubstanciar cada vez mais a grande alternativa democrática portuguesa.

Como Partido Social Democrata não temos uma ideologia rígida à qual subordinamos as nossas opções, as reformas a fazer, toda a nossa actuação. Não temos um projecto fixo de sociedade ao qual a queiramos submeter, não nos guiamos por teorias acerca do que foi e deve ser o comportamento humano.

Guiamo-nos sem dúvida por ideais e por princípios bem expressos no nosso programa entre os quais avulta o do livre desenvolvimento da personalidade integral de cada ser humano considerado em si mesmo como valor único e insubstituível e do qual resultam os da liberdade, igualdade e solidariedade.

A Social Democracia, que defendemos quer-se em correspondência com as peculiares características do Povo e da sociedade portuguesa. Como também no nosso programa se refere, o realismo que deve ser apanágio de toda a doutrina política consequente leva a ponderar que para além dos valores e princípios universais, as soluções concretas têm de ser adaptadas à situação histórica individualizada de cada sociedade ou Povo.

A política a adoptar é para nós condicionada de maneira decisiva pela fisionomia da nossa comunidade neste momento histórico.

Procuramos, acima de tudo defender os interesses de Portugal e dos portugueses, lutando por mais liberdade, mais justiça social e mais igualdade para todos.

Por tudo isto não somos um Partido dogmático antes estamos abertos, como Partido do Povo e para o Povo que somos, a todos os portugueses que partilhem dos mesmos princípios e ideais.

No quadro dos valores fundamentais que perfilha, salienta-o também o nosso Programa, o PSD procura a solução concreta para uma sociedade onde todos os portugueses caibam e se sintam realizados.

É esta a nossa força, a nossa grandeza, e o nosso apelo.

O PSD é e continuará a ser o grande Partido Português liberto de subordinações ideológicas e de dependências internacionais.

Respeitamos a liberdade de opinião de cada um mas estamos unidos nas deliberações tomadas num Programa indiscutido, numa prática social democrata.

Não temos tendências nem alas mas nunca prescindimos do respeito pela personalidade, pela dignidade e pela liberdade de cada um.

No PSD não há urbanos e rurais, não há liberais e socialistas, não há massas e vanguardas. Há, sim, os portugueses e sociais democratas que todos somos.

Somos um Partido nacional pela implantação, pela mentalidade, pelo Programa e pela prática da acção. Visamos a transformação da nossa sociedade de harmonia

com o querer dos portugueses, respeitando os seus valores e o seu sentido histórico. É à luz destes que tem de ser pensado, delineado e executado o projecto de salvação nacional que há-de mobilizar os portugueses para vencer o desânimo e a apatia para a qual foram conduzidos pela demagogia, sectarismo, oportunismo e mentira de quantos se têm servido da política para satisfação dos seus interesses partidários e pessoais.

O apelo do Partido Social Democrata consubstanciado na linha política definida nas conclusões deste Congresso dirige-se a todos os portugueses e visa restituir ao País uma esperança nova de que algo de fundamental pode mudar na actual situação portuguesa transformando a "mediocracia" em que nos vamos afundando num regime em que a Pátria, a liberdade, a igualdade e a solidariedade não sejam palavras vãs.

Para tanto temos de dinamizar a vida nacional e de restituir às pessoas um mínimo de esperança e de confiança fazendo-as sair da apatia em que se encontram e conquistando-as para a democracia activa.

Para que a democracia perdure em Portugal é necessário que algo mude. É essa a nossa tarefa e o apelo que dirigimos a todos os portugueses. A nossa alternativa consubstanciada nas conclusões vai ser concretizada e dinamizada com entusiasmo, para que se traduza em resultados políticos e eleitorais, ao serviço do País.

Lisboa, 2 de Julho de 1978